FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

INÊS249

ANO 103 ★ Nº 34.334 TERÇA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 2023 R$ 6,00

Governo decide suspender adoção do novo ensino médio

Medida, a ser publicada após pressão, também afeta mudanças do Enem para se adaptar a modelo

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai suspender a implementação do novo ensino médio após críticas ao modelo e sua efetividade, informa **Paulo Saldaña.** Uma portaria deve ser publicada nos próximos dias.

Com o adiamento, será alterada a proposta para a edição de 2024 do Enem. O exame —principal porta para o ensino superior público no país— passaria a abarcar no próximo ano itens que contemplassem as mudanças.

A suspensão pode criar ruídos. Como a lei que reformou o ensino médio persiste, pois a anulação precisa de aval do Congresso, caberá às redes de ensino decidir se mantêm o novo formato com os chamados itinerários formativos.

Esse novo trilho, no qual 40% da carga horária passou a ser de disciplinas eletivas, atraiu críticas porque muitas vezes não atende a escolha dos estudantes nem prevê o preparo dos professores para as novas matérias.

A princípio, a suspensão perdurará pelo prazo da consulta pública iniciada em março sobre o tema —90 dias prorrogáveis, e outros 30 dias para o Ministério da Educação elaborar um relatório a respeito. Cotidiano B1

Mecanismo de Lula imitará emendas, mas trará nomes

O mecanismo criado pelo governo Lula (PT) para manter o envio de verbas ao Congresso, por meio do orçamento dos ministérios, após o fim das emendas de relator prevê divulgar quais agentes públicos se beneficiam do recurso. A expectativa é evitar eventuais desgastes do Planalto ao expor os responsáveis pelo repasse. Política A4

Go Nakamura/Reuters

NASA ANUNCIA TRIPULAÇÃO DA PRÓXIMA VIAGEM À LUA, PREVISTA PARA DEZEMBRO DE 2024

Reid Wiseman, Victor Glover, Jeremy Hansen e Christina Koch vão integrar missão Artemis 2, a primeira expedição lunar dos EUA com mulher e pessoa negra B3

Militares gastaram verba da Covid com picanha, diz TCU

O Tribunal de Contas da União detectou que a Defesa e as Forças Armadas gastaram irregularmente verba para combate a Covid. Auditoria indicou R$ 256 mil usados na compra de salgadinhos, sorvetes e refrigerantes e R$ 447 mil em cortes nobres bovinos. Defesa não comenta. Política A9

Celso Amorim foi à Rússia tratar de Ucrânia com Putin

O assessor especial do governo Lula para política externa, Celso Amorim, viajou à Rússia e à França na semana passada e foi recebido pelo presidente Vladimir Putin no Kremlin. Segundo o ex-chanceler, os dois trataram da Guerra da Ucrânia e do comércio de fertilizantes. Mundo A12

Haddad prevê obter até R$ 8 bi ao taxar lojas online chinesas

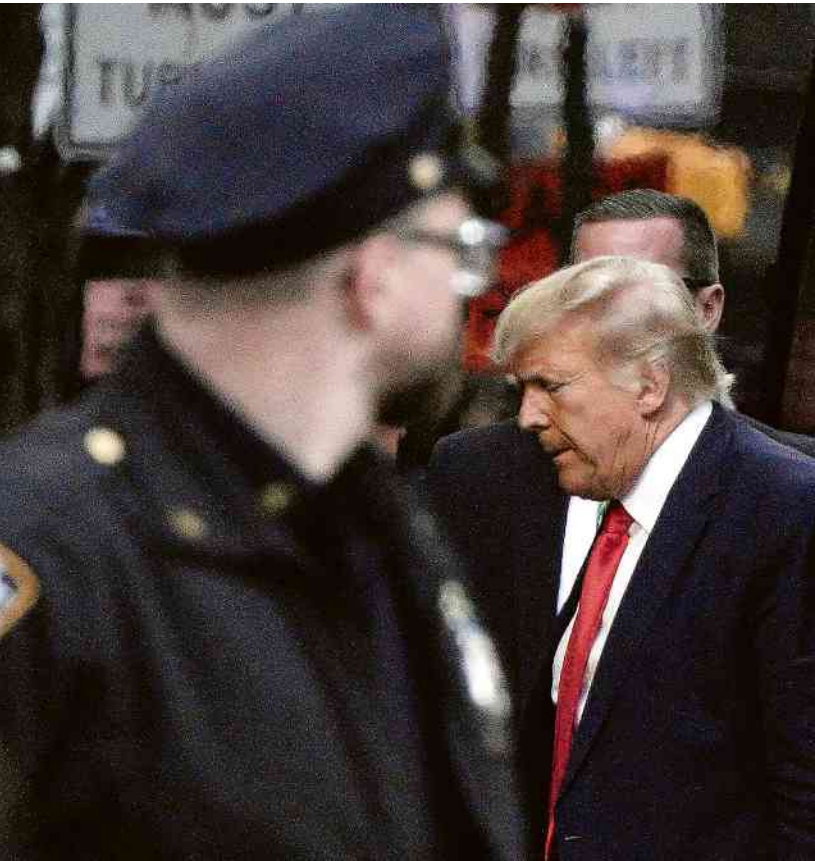
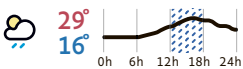
Mercado A13

ilustrada C1
Releituras de grifes na periferia viram tendência nos bailes e conquistam artistas

comida C7
Bacalhau encarece na Semana Santa, e salgar peixes frescos em casa é alternativa

comida C8
Confira os melhores vinhos brancos por até R$ 70 na nova seção Folha Prova

equilíbrio B5
Medicamentos para a obesidade revelam que sobrepeso não é só fruto de escolhas

ATMOSFERA
São Paulo hoje

Jeenah Moon/Reuters

TRUMP SE APRESENTA À JUSTIÇA EM NOVA YORK

Ex-presidente americano chega à Trump Tower ontem; o republicano deve ouvir hoje acusação que o torna réu em processo criminal e tenta usá-la para ganhar dividendos políticos Mundo A10

Marco do Saneamento priorizará empresa que ofertar menor tarifa

Mercado A16

Vera Iaconelli
Conversa com filho e rede social

Pais e mães se queixam da dificuldade de conversar com o adolescente e estão cobertos de razão. Mas o que geralmente esquecem é de se perguntar o quanto estão dispostos a escutá-los ou se se propõem ao truque do "senta que lá vem história", que o jovem fareja de longe. Cotidiano B2

S. Herculano-Houzel
Necessidades especiais

De cordão de girassóis no pescoço, me dei conta de que tinha mudado de categoria. Não era mais a neurocientista fodona-porém-desnorteada tentando funcionar num mundo barulhento e conturbado. Agora era uma pessoa que reconhecia ter dificuldades particulares. Corrida B8

Alta no valor do petróleo pressiona a Petrobras

Aliados do governo cobram que diretoria da estatal reveja política de preços após corte da Opep+ e alta de 5,7% da commodity A20

Mulheres relatam casos de assédio sexual na estatal

Mercado A20

EDITORIAIS A2

Argentina sem freios
Sobre crise agravada por falta de regra econômica.

Jabuti antiambiental
Acerca de medida provisória aprovada na Câmara.

ISSN 1414-5723

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Benett

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Argentina sem freios

Deterioração no país vizinho mostra ao Brasil a importância de seguir regras fiscais e monetárias

Nas primeiras décadas do século passado, a Argentina figurava entre os países mais ricos e promissores do mundo, exibindo uma renda per capita superior às de França, Alemanha e Itália. Para emigrantes europeus da época, era decisão difícil optar entre a nação da América do Sul e os Estados Unidos.

Até os anos 1940, os argentinos ainda mantinham o país relativamente rico e formado por famílias de classe média. Com solo fértil, as exportações de grãos e carnes puxavam a economia, que passava por processo de industrialização.

A segunda metade do século 20, entretanto, marca o início de uma longa decadência, pontilhada por crises agudas que mantiveram a renda per capita do país estagnada nos últimos 40 anos.

Esse declínio culmina agora na formação de nova tormenta, em ano de eleição presidencial. A alta dos preços, superior a 100% em 12 meses, ameaça descambar para um cenário de hiperinflação e agravamento das condições sociais.

Dados oficiais colocam 43,1% dos argentinos (19,8 milhões) abaixo da linha de pobreza. No mercado de trabalho, 70% das novas vagas são informais, e mais de 40% das formais pagam salários insuficientes para a compra de uma cesta básica completa.

Na base da crise argentina está o fato de, em mais de um século, o país ter encerrado apenas dez anos com as contas públicas no azul. E, com a recorrência de governos populistas, ter fechado sua economia e multiplicado benefícios à população e às empresas sem a devida responsabilidade fiscal.

Atualmente, subsídios estatais em energia e transportes consomem quase o dobro das despesas em saúde; o funcionalismo estatal inchou de 2,7 milhões para 3,4 milhões em dez anos; e 55% das aposentadorias foram concedidas sem a contribuição dos beneficiados.

Para financiar gastos, a Argentina passou simplesmente a emitir pesos em quantidades bilionárias, ao mesmo tempo em que sufoca o setor produtivo com mais impostos, sobretudo o agronegócio gerador de dólares, moeda em absoluta escassez no país.

Sem solução no horizonte, o drama argentino explicita como a falta de regras para o funcionamento da economia pode desorganizar um país que já foi rico e próspero —e tornar extremamente difícil a volta à normalidade.

Para o Brasil, o vizinho serve de exemplo prático sobre como metas para a inflação, um Banco Central autônomo, a Lei de Responsabilidade Fiscal, reformas como a da Previdência e, agora, a busca por um novo arcabouço fiscal foram e são fundamentais para evitar que governos de turno arruínem progressivamente, e sem freios, as condições de vida de uma sociedade.

Jabuti antiambiental

Com emendas a MP, Câmara abre brecha para devastar mata atlântica e adia Código Florestal

A Câmara dos Deputados atentou contra o meio ambiente ao aprovar emendas a uma medida provisória —baixada na última hora pelo governo Jair Bolsonaro (PL)— que desfiguram a Lei da Mata Atlântica, aprovada em 2006, e adiam de novo a implantação do Código Florestal, modificado há uma década.

A MP 1.150, de dezembro passado, fixava em seis meses o prazo para proprietários rurais adequarem seu cadastro ambiental rural (CAR), aderindo ao programa de regularização. Mas deputados ruralistas emendaram o texto para postergar pela sexta vez o prazo, do fim de 2022 para 2023 ou 2024, dependendo da área do imóvel.

Trata-se de receita certa para agraciar refratários a assumir compromisso com a recuperação de superfícies ilegalmente desmatadas.

Os parlamentares não se limitaram a alimentar a noção folclórica de que certas leis são feitas para não valer. Contrabandearam para o texto um jabuti sem relação com o Código Florestal, ao modificar a única legislação especial para proteger a mata atlântica, o bioma mais devastado do país.

À parte a possível inconstitucionalidade, a emenda ainda desvirtua a Lei da Mata Atlântica. Altera seu artigo 14, que estabelecia condições excepcionais nas quais poderia ser suprimida vegetação primária, ou com regeneração avançada, em caso de utilidade pública.

Quando se tratar de empreendimentos como linhas de transmissão elétrica, rede de abastecimento de água ou até mesmo, como se cogita, projetos imobiliários, diz o texto da Câmara que a supressão pode ocorrer sem licença de órgãos ambientais estaduais. Bastaria autorização de prefeituras, notoriamente mais vulneráveis a pressões e interesses eleitoreiros.

Organizações ambientalistas, SOS Mata Atlântica à frente, se levantaram com razão para criticar a medida. Seria a pá de cal tanto no Código Florestal quanto na lei do bioma, em afronta ao compromisso internacional firmado pelo Brasil com a mitigação do aquecimento global e ao do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com o desmatamento zero.

Apesar disso, a bancada petista participou do acordo que levou à aprovação da MP, ainda que apostando em futuros vetos presidenciais. Manobra mais que arriscada, numa administração que começa aos tropeços, apoiada em frágil base parlamentar. Mais prudente seria o Senado, para onde segue a matéria, abortá-la de pronto.

Corporativismo renitente

Hélio Schwartsman

O corporativismo no Brasil é tão arraigado que se manifesta até nas raras ocasiões em que o país abraça uma medida republicana.

Refiro-me à decisão do Supremo Tribunal Federal que põe fim à prisão especial para detentores de diplomas universitários. O dispositivo a ser revogado, que consta do inciso VII do artigo 295 do Código de Processo Penal, assegura aos titulados o direito de ficarem separados dos outros presos enquanto não houver condenação definitiva.

A lógica que presidiu aos votos da totalidade dos ministros é irretorquível. A prisão especial para os diplomados, isto é, em função de uma distinção educacional que se explica principalmente pela classe social, é um privilégio incompatível com o princípio constitucional da igualdade de todos diante da lei. Segue intacta a obrigação do Estado, nem sempre observada, de separar os presos por sexo, idade e tipo de delito, bem como a de assegurar a integridade física e psicológica de todos os cidadãos que ficam sob sua custódia.

O que causa espanto, para não dizer repulsa, é que o STF tenha restringido seu pendor republicano à questão dos diplomados, sem estendê-lo às várias classes que permanecem com seus privilégios intocados. O próprio artigo 295 tem mais dez incisos, que protegem, entre outros, políticos, oficiais militares e ministros religiosos. Outras legislações dão a regalia, por vezes acrescida de mais benesses, a advogados, membros dos MPs e, é claro, juízes. Não teria sido difícil para o Supremo montar uma pauta mais alentada, que discutisse os privilégios corporativistas em sua totalidade e não apenas uma de suas manifestações.

No melhor espírito do "instaure-se a moralidade ou locupletemo-nos todos", vou reativar minha igreja, a Igreja Heliocêntrica do Sagrado EvangÉlio, e passar a distribuir ordenações sacerdotais. Com a exclusão dos universitários do rol de beneficiados, o preço do título de ministro religioso deve subir.

helio@uol.com.br

Ordem na caserna

Dora Kramer

Muita coisa ainda não funciona no governo prestes a completar cem dias, havendo quem prefira chamar de governo dos sem dias, tantos são os atritos sem resultados.

Pois nas Forças Armadas, onde o clima era mais acirrado e o problema parecia o mais grave, é onde a reconstrução de pontes vai indo bem. Aqui surgem dois Luizes Inácios.

No palanque, o presidente arruma confusão com o Banco Central, com o senador que o condenou quando juiz, faz profissão de fé à esquerda e dá um peteleco na frente ampla.

No chão da fábrica das necessidades cruciais, segue o roteiro montado no bastidor pelo ministro da Defesa, José Múcio Monteiro. Nesse meio-tempo em que desagradou a muitos, Lula almoçou com os almirantes do Alto Comando; uma semana depois visitou obras no complexo naval de Itaguaí (RJ); cinco dias mais tarde esteve com a cúpula da Aeronáutica na inauguração da linha de produção de aviões de caça Gripen, da Embraer.

Com o Exército, o arranjo é conduzido pelo comandante da Força, general Tomás Paiva, que organiza um encontro provavelmente nesta quarta-feira (5) depois da cerimônia de cumprimentos aos novos generais comandantes de áreas.

Há os gestos e há os atos. Dentre os quais o "ok" de Lula para que José Múcio convença o PT a desistir de mudar o papel das Forças Armadas na Constituição e o aval dele à proposta que obriga a aposentadoria de militares candidatos em eleições.

Isso para evitar proselitismo nos quartéis. Já proibido, mas alimentado no governo passado. A reaproximação em curso não extingue o desagrado com a eleição de Lula entre a maioria dos militares. Significa a retomada do preceito da obediência à hierarquia. O êxito do trabalho depende também da disposição do PT em abandonar gestos de retaliação.

Meio à brinca, meio à vera, ouvi o seguinte num alto gabinete da Defesa: "No início, agimos para proteger o governo dos militares; hoje, atuamos para proteger os militares do governo".

007 não é mais o mesmo

Alvaro Costa e Silva

Chegam neste mês às livrarias do Reino Unido novas edições dos livros de James Bond para comemorar os 70 anos do agente secreto mais famoso de todos os tempos. Cá com meus botões, o 007 –pelas aventuras que viveu, pelas vezes em que salvou o mundo e sobretudo pelas mulheres que namorou, entre as quais uma inesquecível Ursula Andress saindo do mar azul do Caribe de biquíni com uma faca e uma concha nas mãos– era mais velho, com o aspecto, digamos, do ator Sean Connery em seus últimos filmes. Mas não: ele nasceu em 13 de abril de 1953, quando Ian Fleming publicou "Cassino Royale".

Os livros vão trazer a óbvia advertência de que foram escritos numa época em que termos e atitudes poderão ser considerados ofensivos aos leitores modernos. Neles, segundo a nota editorial, foram feitas atualizações, mantendo o texto o mais próximo possível do original e do período em que ocorre a ação.

Calma. Bond, James Bond continua com licença para matar concedida por Sua Majestade. Ainda exige o dry martini batido, não mexido. O que muda: onde antes ele dizia "nigger" (o racista "negão"), agora dirá "pessoa negra" ou "homem negro". Arqui-inimigos como o Dr. No serão tratados de forma genérica: gângsters. No entanto, uma mulher chamada de leviana segue sendo leviana.

Esse tipo de revisão atingiu recentemente obras infantojuvenis de Roald Dahl, em que palavras como "gordo" e "doido" foram eliminadas. Agatha Christie também sofreu intervenções em trechos tidos como racistas. No Brasil –alguma dúvida de que a moda iria chegar por aqui?–, "O Caso dos 10 Negrinhos", um de seus maiores sucessos, mudou o título para "E Não Sobrou Nenhum".

A remoção de conteúdo é uma desgraça a ser combatida. Mas, mais que censura, como pensam muitos, me parece uma jogada de marketing –Fleming, Dahl e Agatha Christie vendem como banana. Mesmo que retirem a palavra banana dos livros.

Santa ignorância

Juliano Spyer

Antropólogo, pesquisador do Cecons/UFRJ, autor de "Povo de Deus" e criador do Observatório Evangélico

"Para os meus colegas e professores, não há a possibilidade de alguém ser crente e de esquerda. Ou você é bolsonarista ou é crente falsa!" Este foi o desabafo de uma interlocutora ao ler a minha última coluna sobre a dificuldade de a esquerda dialogar com mulheres evangélicas.

Essa interlocutora é uma jovem negra, primeira da família a entrar na universidade e concluiu recentemente a graduação na Unicamp, no campo das ciências humanas. Para escrever sobre casos como esse, não mencionarei os nomes e o curso de cada interlocutor para não expô-los.

A jovem explica sua posição: "Quando eu falo para as pessoas na universidade que eu sou crente, elas esperam, principalmente os professores, que eu abandone o meu estado de 'barbárie' para me 'civilizar' saindo da religião. E como eu não larguei a fé, deixei de ser bem-vinda ali. Não é uma atitude explícita, mas a gente percebe...".

Como ela frequenta uma igreja neopentecostal, associada a pastores aproveitadores e ao desejo de prosperidade, não se sente respeitada nem na universidade nem por outros crentes. "Para nenhum deles existe a possibilidade de coexistência nesses espaços," diz. Mas ela admite que encontrou mais possibilidades para se posicionar na universidade. "Na minha igreja é impossível", afirma.

Quando, em 2018, meu segundo interlocutor, ex-estudante da USP, postou que jamais votaria em Bolsonaro, um amigo de sua igreja respondeu: "Foi infectado pela faculdade, amigo?" E, na universidade, a "zoeira" comum entre estudantes às vezes cruzava a linha da intolerância religiosa. "Quando contei a um colega que acreditava no nascimento virginal de Jesus, ele respondeu que, na verdade, isso é uma historinha para esconder um suposto adultério de Maria."

"Confesso," ele diz, "que a postura dos irmãos da igreja sempre doeu mais. Eu via as chacotas na universidade como ignorância, mas esperava que o vínculo com um irmão em Cristo fosse algo maior do que crenças na política e que eu nunca seria tirado do convívio, da comunhão".

Meu terceiro interlocutor, formado pela Unila, também atravessou a graduação rejeitado e criticado pelos dois lados. "Fui me sentindo deslocado na igreja e na universidade. Uns e outros invalidavam a minha fé. Parece que passei a graduação jogando Twister, um pé na igreja, uma mão na universidade e o corpo todo torcido."

A disputa entre universidades públicas e igrejas, além de mau exemplo à sociedade, parece estar produzindo vítimas. Os dois lados se apresentam como acolhedores dos vulneráveis e das diferenças. Mas há um modo de chamar essas práticas, que vitimam jovens que vivem entre esses dois mundos, com outro termo que não assédio moral?

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Jornalista a gente usa?

Professor Hübner ataca o sigilo da fonte, direito constitucional fundamental

Lenio Streck
Advogado, jurista e professor, é doutor em direito e autor de "Jurisdição Constitucional" (ed. Forense), entre outros

Erich Fromm atribui a Espinosa a frase "Quando Pedro me fala sobre Paulo, sei mais de Pedro que de Paulo". Discursos sempre têm implicaturas. O dito e o não dito.

Lembrei da frase ao ler, nesta **Folha**, a coluna de Conrado Hübner Mendes ("Jornalista a gente usa e abusa, 'dizem ministros'", 29/3). Nela, o colunista joga uma ácida crítica a jornalistas, advogados e ministros. O título já funciona como "enunciado do performativo".

Hübner leciona direito. Na **Folha**, tem colegas jornalistas. Portanto, estou certo em presumir que conhece bem o direito constitucional e o jornalismo. Questiono, então, qual alvo ele tem em mente em mais uma de suas sempre tão ácidas críticas. Tão ácidas que, no entanto, lá atrás, pouparam o lavajatismo.

Na coluna sob comento, diz que jornais, vejam só, incentivam magistrados (!) a "delinquir impunemente" quando noticiam algo que um jornalista ouviu de fonte sua. Qual é a delinquência incentivada e impune? Ministros do Supremo são delinquentes? Ora, é preciso ser claro. Um texto tão corajoso exige coragem até o final, porque coisas tão sérias não podem ficar no ar.

Porque há uma questão grave aqui: o professor Hübner sabe bem, então, a importância jurídica e moral do sigilo de uma fonte. Que é um direito constitucional fundamental. E é isso que ele ataca quando diz que jornais —jornalistas— incentivam delinquentes, no caso, ministros da Suprema Corte. Jornalismo "off the records" seria uma aberração, diz. Então a Constituição é uma aberração, professor? Pode até ser. Mas fundamente, por favor. Saquemos fora esse dispositivo?

O cronista poderia separar o off que já deu à humanidade alguns dos maiores furos da história (lembremos "Garganta Profunda", do Watergate) do off fraudulento —que conhecemos bem, como aquele que a Lava Jato usou para emparedar ministros e subordiná-los a Curitiba.

"Ninguém sai eticamente ileso", diz. Pois é. Nem Hübner. Suas ácidas críticas não poupam ninguém. Nem a ele mesmo, pelo visto. Porque também ele, quando não nomina os acusados, insinuando prática de crime ou desvios éticos, atua do mesmo modo, em off jurídico. Pronto. Descobrimos um novo método de acusação, exportável ao Ministério Público, mormente para a parcela que protagonizou o lavajatismo: o "jus off". Isso: "Dizem que…"!

Numa espécie de "Navalha de Hübner", lemos que o off dos jornalistas incrementa ilícitos e delinquência de ministros, que sinalizariam resultados (off) para aumentar o seu preço. Um certo Rubicão parece ter sido atravessado. Mesmo que diga que a expressão "preço" na frase é apenas "simbólico", há excesso de ambiguidades e duplo sentido. Digamos que exige demais do leitor. Ou de menos.

Deixando seu alvo oculto, Hübner mira nele mesmo e em seus colegas de jornal. Termina o texto ironizando seus alvos: antes era a Suprema Corte; agora também a imprensa. Na democracia, alvos fáceis.

No mais, a crítica de Hübner é semelhante a que ele ataca: "Dizem ministros". Só que ele mesmo diz pela metade. Seu alvo, de sempre, fica em off. O sujeito oculto, aqui, nunca é indeterminado. Mas, de novo, Spinoza tinha razão. Quando Pedro fala de Paulo…

"A Suprema Corte a gente usa e abusa", diz. Atacando a imprensa e o STF desse modo, parece até que a frase faz sentido. Filme velho.

Como um post scriptum, acrescento: observando alguns temas da República, percebemos que muitos deles são discutidos mais por offs e assessorias de imprensa do que pelos agentes encarregados, que acabam deixando a discussão ocorrer em terreno minado. Isso acontece toda vez que há vagas, principalmente, para os tribunais superiores. Há um certo patrimonialismo (no sentido científico) no ar, como se tudo dependesse de relações. Talvez isso tenha motivado o texto de Hübner. Bem, nessa parte até concordo: a se tratar dessas temáticas, há off demais. Pior: sem que se pergunte o que os listados para o cargo fizeram nos verões passados ou o que pretendem fazer nos próximos invernos. Que serão rigorosos.

[…]

"Ninguém sai eticamente ileso", diz. Pois é. Nem Hübner. Suas ácidas críticas não poupam ninguém. Nem a ele mesmo, pelo visto. Porque também ele, quando não nomina os acusados, insinuando prática de crime ou desvios éticos, atua do mesmo modo, em off jurídico

Cultura é vacina contra o golpismo

País tem oportunidade de criar jurisprudência no combate à desinformação

Jandira Feghali
Deputada federal (PC do B-RJ)

A esta altura, não há mais dúvidas: a democracia está sob ataque. O mundo tem observado, com atenção, os desdobramentos dos atentados aos três Poderes em Brasília, em 8 de janeiro, e as iniciativas do governo Lula para derrotar o golpismo fascista —que eclodiu no Brasil, mas ameaça também outros países.

Líderes de todos os continentes uniram vozes para condenar essa nova forma de terrorismo movida a desinformação. Três dias após o ataque, 39 deputados brasileiros e 35 americanos divulgaram declaração conjunta contra o conluio de "atores autoritários e antidemocráticos da extrema direita" no Brasil e nos EUA. Ainda em janeiro, a União Europeia aprovou resolução de apoio ao governo brasileiro, incentivando-nos a combater "eficazmente a propagação em linha de discursos de ódio". ONU, ativistas e diplomatas de dezenas de países se uniram na condenação aos atos golpistas. Quase todas as mensagens alertavam para o crescimento do fascismo midiático.

Uma reação é necessária.

A questão atual mais importante para os democratas do mundo é: como desarmar a bomba da desinformação? Precisamos travar essa luta na Justiça, claro, mas também no campo cultural, no confronto de ideias. Os inimigos da democracia espalham inverdades e ódio contra pessoas, lideranças e instituições quase sem limites ou interferência das plataformas. Tudo isso custa dinheiro —e muito. Quem os financia?

Medidas judiciais contra propagadores de fake news têm se tornado mais duras —no Brasil também, particularmente pelo STF. Temos aí a oportunidade única de criar nova jurisprudência no combate à máquina de ódio que alimenta o avanço fascista. Precisaremos ser firmes, pois temos condições de dar um bom exemplo ao mundo.

Na Câmara, foi reiniciado processo para votarmos o projeto que regulamenta as plataformas no que diz respeito às fake news. Um grupo de trabalho foi criado pelo Ministério dos Direitos Humanos para propor políticas públicas na área, com nomes da sociedade civil que debruçam sobre o tema há muito tempo. Estamos no caminho, mas a batalha não se limita às redes digitais.

É necessário estruturar redes de comunicação potentes e, ao mesmo tempo, estar presentes nos territórios e fortalecer a comunicação popular em projetos representativos de nossas comunidades. Projetos como a Lei Aldir Blanc, em especial a Aldir Blanc 2, mantêm estruturalmente em movimento todas as linguagens, interconectam a liberdade criativa, as cadeias produtivas e a dimensão do trabalho. Ao aumentar e descentralizar a distribuição de recursos, emprega milhões de pessoas e consolida a retomada de valores civilizatórios dos quais não podemos abrir mão.

Cultura em movimento, apoiada pelo Estado, pois representativa da sociedade, semeia informação de qualidade, pensamento crítico e nos torna resistentes a mentiras e golpes que nos chegam por todas as telas, o tempo todo. É justamente isso o que mais temem os inimigos da democracia: a cultura como vacina contra o fascismo. E vacinas, a gente sabe, salvam vidas.

[…]

Cultura em movimento, apoiada pelo Estado, pois representativa da sociedade, semeia informação de qualidade, pensamento crítico e nos torna resistentes a mentiras e golpes que nos chegam por todas as telas, o tempo todo. É justamente isso o que mais temem os inimigos da democracia: a cultura como vacina contra o fascismo. E vacinas, a gente sabe, salvam vidas

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Picanha cortada em forma de bifes, em São Paulo (SP); leitores comentam gasto ilegal de verba da Covid Raimundo Pacco/Folhapress

Picanha e salgadinhos

"Militares gastaram verba da Covid com salgadinho e picanha ilegalmente, diz TCU" (Política, 3/4). Nenhuma novidade ou espanto com essa instituição louca por poder, boquinhas e privilégios. Bando de inúteis caríssimos ao pobre povo brasileiro. Essa instituição deveria ser reduzida ao mínimo, sendo que Exército deveria ser extinto!
João Carmo Vendramim (Campinas, SP)

*

Deus, pátria, família, salgadinhos, sorvete, leite condensado, picanha, joias... Para essa bandalheira de sempre, total de zero surpresas. Lamentável. Os verdadeiros ratos da piscina que cantava Cazuza!
Lilian Gozzi (Itaguaí, RJ)

*

Gente comprometida com a pátria! São os tais conservadores de pança cheia!
Marcos Garcia (Curitiba, PR)

Terra arrasada

"Governo Lula acumula derrapagens e agora busca ajustes na comunicação" (Política, 2/4). Um governo sem programa e recheado de companheiros cupins só pode mesmo viver de discursos. Porque, afinal, não dá para construir nada sobre a terra arrasada deixada pelo Bolsonaro.
Miro Costa (Brasília, DF)

*

Tem que melhorar a comunicação oficial, sim. Mas nada comparável ao general porta-voz que dava uma notícia pela manhã e era desmentido à tarde.
Silverio Torres Correia (Palmas, TO)

Pulsão

"Reacionários acumulam derrotas em debate sobre aborto" (Camila Rocha, 2/4). A hipocrisia dos reaças reside na pulsão de morte que os embala. Enquanto pregam para os convertidos manipulados contra o aborto, agem para matar indígenas, doentes de Covid, mulheres pela misoginia, trans, pretos e pobres pela manutenção dos próprios privilégios e o meio ambiente pelo lucro acima de tudo!
Andréia Chaieb (Porto Alegre, RS)

*

Esses reacionários só defendem a vida intrauterina. As mulheres são tratadas como incubadoras.
Carla Oliveira (São Paulo, SP)

Resgate

"Argentinos são resgatados em situação análoga à escravidão no RS" (Mercado, 2/4). Já passou da hora de punir severamente esse pessoal que pensa viver no século 19! Além da punição penal, punição trabalhista e civil com pesada indenização! Só assim essa gente acordará no século 21!
Neli de Faria (São Paulo, SP)

Correios

"Missão é fortalecer os Correios" (Opinião, 2/4). Excelente a argumentação do porquê os Correios não devem ser privatizados. Trata-se de uma empresa sólida que funciona, atende as necessidades da população e dá retorno para a União. O investimento em tecnologia da informação é urgente e é factível de ser realizado. O que não podemos é retroceder para a política adotada pelo governo anterior de sucatear a empresa para vendê-la a preços irrisórios.
Paulo Graziano (Campinas, SP)

Presença

"Chico Buarque tem intuição rara e anda mais solto, dizem músicos de sua banda" (Mônica Bergamo, 1º/4). Chico maravilhoso, eterno, lindo e muito mais! Já deu ao Brasil a imensa alegria do seu talento, a sua presença é pura iluminação. Mônica e os músicos são joias raras. Show lindo demais.
Claudia Cristina da Cruz Zanardi (São Paulo, SP)

*

Faço coro com todos que querem vê-lo mais vezes nos palcos! E olha que não são poucos!
Maria Rita Torraca Gordin (São Paulo, SP)

Escapismo

"Não, bilionários não querem ir a Marte para fugir da Terra" (Mensageiro Sideral, 3/4). A exploração espacial rende frutos para a sociedade e quem a cultiva, graças a avanços tecnológicos que podem ser aproveitados em outros negócios. Pode ser que isso esteja na conta desses bilionários, ou seja, nada melhor para estimular a criatividade de seus cientistas/engenheiros do que ideias inspiradoras.
Gino Passos (Rio de Janeiro, RJ)

*

Ainda que não seja escapismo, gastam tanto dinheiro para chegar a Marte —enquanto a miséria cresce na Terra— que a conclusão é a mesma: esses milionários estão se lixando para o que acontece ao seu redor.
Gabriel França (Rio de Janeiro, RJ)

Vocabulário

"Sejamos todos vagabundas" (Giovana Madalosso, 2/4). É quase inacreditável as diferenças que ainda persistem entre as palavras que qualificam o masculino e o feminino! Parabéns, a sua análise escancara a eterna hipocrisia que permeia nosso meio social!
Lívia Maria da Silva (Belo Horizonte, MG)

Romance

"O que fica quando termina?" (Nosso Estranho Amor, 2/4). No universo do amor, encontrar em si essa fênix e renascer das cinzas é o que nos salva da desilusão de perder a inocência do amor eterno. Já dizia o poeta, que seja infinito enquanto dure.
Denise Trento (São Paulo, SP)

Besteirol abusivo

"Oscar esnoba filmes de comédia, dizem Jennifer Aniston e Adam Sandler" (Ilustrada, 1º/4). Me dei ao trabalho de ver o filme ontem e é uma pataquada, um besteirol abusivo com todo o dinheiro que Hollywood tem para financiar um filme como esse.
Jose Zimmerman (Rio de Janeiro, RJ)

*

Essa dupla é ótima e me diverti bastante. O mundo está muito chato e é preciso um pouco de alegria.
Luiz Antonio Escansferla (Monte Aprazível, SP)

Verificação

"New York Times perde selo de verificado no Twitter e recebe crítica de Elon Musk" (Hashtag, 2/4). O mundo está a dois passos do caos. Destruímos os estados nacionais em nome do mercado e entregamos o poder para meia dúzia de magnatas excêntricos e irresponsáveis. Quem nos salvará da desordem mundial que se avizinha?
Derlan Trombeta (Chapecó, SC)

política

PAINEL | *Fábio Zanini*
painel@grupofolha.com.br

Reflorestamento

Uma das ações que o governo Lula (PT) deve incluir na comemoração dos cem dias da gestão é o PPCDAm (Plano de Ação para a Prevenção e Combate ao Desmatamento da Amazônia). Trata-se de uma reformulação de plano elaborado em 2004, na primeira gestão do petista, que foi abandonado por Jair Bolsonaro (PL). É mais um dos programas reciclados dos primeiros mandatos de Lula que devem figurar entre as ações para marcar a data simbólica, na próxima segunda (10).

NOVA VIDA Outras marcas que estão sendo ressuscitadas são o Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Minha Casa Minha Vida e o PAC (Plano de Aceleração do Crescimento). Lula e os ministros têm dito que uma das prioridades é a "reconstrução" de políticas abandonadas por Bolsonaro.

MÍSSIL Os deputados do PT que articulam apresentar emenda para alterar o artigo 142 da Constituição, sobre as Forças Armadas, pretendem incorporar à iniciativa o projeto do Ministério da Defesa que proíbe que militares da ativa disputem a eleição. Carlos Zarattini (SP) e Alencar Santana (SP) dizem que a ideia da pasta é ainda mais radical que a deles.

LUGAR DE FALA 1 O Ministério dos Direitos Humanos revogou a "Ordem do Mérito Princesa Isabel", que havia sido instituída pela gestão Jair Bolsonaro no final do ano passado em reconhecimento a ações nesta área. Segundo a pasta, homenagear a herdeira do trono imperial, uma mulher branca, pela luta dos direitos humanos passa uma mensagem equivocada.

LUGAR DE FALA 2 Em substituição, foi criado pelo ministério um prêmio com o nome de Luiz Gama (1830-82), negro abolicionista do século 19. A homenagem à princesa, que assinou a Lei Áurea em 1888, foi estabelecida por Bolsonaro em dezembro do ano passado.

EXCEÇÃO Em reunião no Ministério do Planejamento na última quinta (30), representantes da Defensoria Pública da União pediram para ficar de fora das regras da nova âncora fiscal. O argumento é que será preciso aumentar em 300% o orçamento do órgão para alcançar a meta de universalizar a presença no interior do Brasil.

A FILA ANDA Após a saída do secretário nacional de Justiça, Augusto Botelho, na semana passada, o grupo jurídico Prerrogativas "filiou" três novos integrantes nesta segunda-feira (3). Entraram a professora Lucineia Rosa dos Santos, jurista negra que vem sendo defendida por parte do meio jurídico para o STF, o indígena Maurício Terena e Claudia Dadico, juíza federal aposentada.

PÕE NA TELA O apresentador José Luiz Datena sugeriu ao deputado Guilherme Boulos (PSOL) que "peite" o presidente Lula em vídeo gravado de uma conversa dos dois no sábado (1º). Filiado ao PDT, ele propôs que ambos formem chapa na eleição para a Prefeitura de SP. Também disse que o PT quer ver Boulos "se foder" na eleição e que não se sabe se o presidente completa o mandato.

CLIMÃO No PT, o vídeo teve repercussão dividida. Secretária de Finanças do partido, Gleide Andrade viu "vexame" de Boulos. O deputado federal Jilmar Tatto (SP) apontou "constrangimento" com a conversa. Já o presidente do PT paulistano, Laércio Ribeiro, afirmou que Boulos e o PSOL têm compreensão de que o PT é a maior legenda de esquerda da cidade.

MESA REDONDA Em seu programa na Band, Datena disse que o vazamento do vídeo é coisa de "canalha", e que foi à casa de Boulos para uma conversa informal sobre futebol. Já o deputado, que tem dito que seu vice será do PT, declarou que "lamenta profundamente" a divulgação do diálogo.

CAMARADAS 1 O secretário-geral do PT, Henrique Fontana, e o secretário de Relações Internacionais do partido, Romênio Pereira, viajaram à Rússia na semana passada para participar de evento da legenda ligada ao presidente Vladimir Putin sobre "neocolonialismo" ocidental.

CAMARADAS 2 A organização ficou a cargo do Rússia Unida, legenda de Putin, que busca criar uma rede de apoios no contexto da reação capitaneada por EUA e Europa contra a invasão da Ucrânia. A agenda dos petistas incluiu reuniões com o Ministério das Relações Exteriores e empresários.

VISITA À FOLHA 1 Paulo Pimenta, ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, esteve no jornal nesta segunda-feira (3). Acompanhavam-no Alexandre Loures, Edson Giusti, Marcelo Diego e Renato Salles, sócios da FSB Comunicação.

VISITA À FOLHA 2 A deputada federal Duda Salabert (PDT-MG) esteve no jornal nesta segunda-feira (3). Acompanhavam-na Vitor Colares, chefe de gabinete, e Tiago Pariz, sócio da Caravelas Comunicação.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

Lula tenta se blindar de corrupção com nova forma de dar verba ao Congresso

Mecanismo simula emendas parlamentares para distribuir R$ 9,8 bi; governo quer divulgar padrinhos para conter eventuais desgastes

Thiago Resende

BRASÍLIA O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decidiu que a nova forma de dar mais dinheiro ao Legislativo para irrigar obras e projetos nas bases eleitorais de congressistas vai simular as emendas parlamentares, mas com um mecanismo novo para tentar blindar o governo de denúncias de corrupção.

Após separar R$ 9,8 bilhões e criar uma rubrica específica para esse tipo de gasto, o Planalto ordenou a criação de um sistema de divulgação dos agentes públicos beneficiados por esses recursos, de forma que eventual desgaste recaia na conta dos responsáveis por apadrinhar as verbas —que podem ser prefeitos, deputados ou senadores.

O governo orientou que ministérios reservem uma parte dos respectivos orçamentos para atender demandas de deputados e senadores, inclusive os do centrão.

O pano de fundo da criação dessa nova reserva orçamentária é a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de declarar inconstitucionais as emendas de relator. Esse tipo de recurso foi a principal moeda de troca na articulação política do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) com o Congresso Nacional.

Com a decisão do tribunal, Lula passou a ser pressionado pelo Poder Legislativo a encontrar novas formas de garantir aos parlamentares controle sobre uma fatia bilionária do Orçamento.

Além de buscar proteção contra eventuais casos de corrupção, Lula também quer se diferenciar de Bolsonaro dando transparência sobre os gastos. O ex-presidente escondeu durante sua gestão a lista de parlamentares beneficiados pelas emendas de relator.

Aliados do governo dizem que, em caso de denúncias de irregularidades, a divulgação dos beneficiários servirá para evidenciar que a responsabilidade é do padrinho político do dinheiro, apesar de a verba sair do caixa dos ministérios.

A preocupação do Planalto se justifica pelo histórico de denúncias de irregularidades e de falta de transparência envolvendo as extintas emendas de relator.

No ano passado, por exemplo, a Polícia Federal prendeu suspeitos de corrupção em um esquema para inserir dados falsos em sistemas do Ministério da Saúde e justificar uma série de repasses para municípios, por meio de emendas de relator.

Ainda sob Bolsonaro, a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) transformou-se num dos principais instrumentos para escoar a verba dessas emendas. A estatal também foi alvo de operação da PF em julho do ano passado em investigação por fraudes em licitações e desvios de verbas federais.

Lula tem repetido a aliados não querer enfrentar outro escândalo como o do mensalão —principal caso de corrupção do primeiro mandato do petista e até hoje fonte de desgaste para o partido.

Quando o STF acabou com as emendas de relator, metade da quantia prevista para esses recursos em 2023 foi transferida para outros tipos de emendas (as individuais). O restante voltou para o orçamento dos ministérios.

Dessa forma, sete ministérios de Lula incorporaram R$ 9,8 bilhões que teriam uso indicado por parlamentares.

O montante foi alocado nos orçamentos dos seguintes ministérios: Agricultura, Cidades, Desenvolvimento Social, Educação, Esportes, Integração e Saúde. A parcela dada a cada pasta foi uma escolha feita por líderes do Congresso no fim do ano passado. A divisão foi acatada por Lula ao sancionar o Orçamento.

No mês seguinte, o governo colocou um carimbo orçamentário específico para separar essa verba dos demais recursos. No jargão técnico, esse dinheiro passou a ser identificado com o código A4.

O Ministério do Planejamento afirma que a rubrica específica foi criada porque há uma trava em relação ao uso dessa verba. Se Lula quiser fazer um remanejamento e destinar esse dinheiro a áreas diferentes do que a definida pelo Congresso, precisará de autorização legislativa.

"Como não há identificação na lei que permita sua distinção das demais, o Ministério do Planejamento e Orçamento colocou um código específico, A4, nesses recursos", informou a pasta.

O procedimento para a liberação desse dinheiro ficará a cargo do ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) —decisão publicada junto com as regras para execução de emendas parlamentares neste ano. A escalação de Padilha para a função mostra que o gasto dessa verba seguirá uma orientação definida pela secretaria política.

Procurada, a Secretaria de Relações Institucionais disse que, até o momento, nenhum centavo desses R$ 9,8 bilhões foi usado. A pasta afirmou ainda que haverá a devida transparência na execução desses gastos —com divulgação de onde o dinheiro foi aplicado e quem foi beneficiado.

"O governo ainda prepara internamente os critérios técnicos e o processo administrativo para a execução desses recursos, que ocorrerão de maneira republicana, transparente e de acordo com as prioridades da população brasileira, como o fim da pobreza e crescimento econômico", disse o órgão.

"O papel da Secretaria de Relações Institucionais nesse processo é o de estimular, junto aos entes federados, aos parlamentares e ao conjunto da sociedade, a apresentação de projetos para uso desses valores, em conformidade com a legislação", afirmou a pasta.

Integrantes do Palácio do Planalto e do Congresso confirmam que a verba será usada para atender a pedidos de parlamentares, principalmente na Câmara, onde Lula sofre resistência do centrão.

Líderes do bloco têm reclamado da demora do Palácio do Planalto em apresentar o formato de divisão desse dinheiro. Aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), querem ter clareza de como funcionará o novo mecanismo de negociação política.

+ O QUE SÃO AS EMENDAS PARLAMENTARES

O que são emendas?
Emenda é a forma na qual deputados e senadores conseguem enviar dinheiro para obras e projetos em suas bases eleitorais e, com isso, ampliar o capital político

Quais os tipos de emendas?
Hoje existem três tipos: as individuais (que todo deputado e senador têm direito), as de bancada (parlamentares de cada estado definem prioridades para a região), e as de comissão (definida por integrantes dos colegiados do Congresso). As emendas de relator, antes usadas pelos parlamentares sem critérios de transparência, foram consideradas inconstitucionais pelo STF, forçando acordo entre o governo Lula e o Congresso para novo destino do valor

A fatia de R$ 9,8 bilhões são emendas?
Não. Esse dinheiro está dentro do orçamento de ministérios, mas Lula e o Congresso pretendem usar como moeda de troca política

Lula reserva dinheiro das extintas emendas de relator para atender Congresso

Onde foi parar esse dinheiro
Valores, em R$ bilhões

19,4 Valor que emendas de relator teriam

9,6 Emendas individuais

9,8 Orçamento do governo reservado para o Congresso

Divisão da verba que Lula usará para atender parlamentares
Valor por ministério, em R$ bilhões

Ministério	R$ bilhões
Agricultura e Pecuária	0,42
Saúde	3,07
Esporte	0,21
Integração e Desenvolvimento Regional	1,95
Desenvolvimento e Assistência Social	1,54
Cidades	2,47
Educação	0,18
Total	**R$ 9,85 bilhões**

Fonte: Congresso Nacional e Ministério do Planejamento

61% do eleitorado condena o toma lá dá cá, afirma Datafolha

Igor Gielow

SÃO PAULO A maioria do eleitorado condena o toma lá dá cá instituído por Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para obter apoio no Congresso. Acham que ele age mal 61% dos ouvidos na mais recente pesquisa nacional do Datafolha.

Já 34% aprovam a prática, que consiste em ofertar ministérios, cargos de escalões inferiores e verbas para tentar montar uma base de deputados e senadores suficiente para a aprovação de projetos do interesse do Executivo. Outros 5% dos entrevistados dizem não saber avaliar.

A crítica é maior em um estrato particularmente bolsonarista dos entrevistados, aqueles 7% que ganham de 5 a 10 salários mínimos, o equivalente à classe média no conceito brasileiro. Para 73% deles, a prática também adotada por Bolsonaro é reprovável.

Outro grupo que reprova com mais intensidade a prática é o dos mais ricos, que ganham mais de 10 mínimos: 71% acham que Lula age mal. O índice cai a 55% entre os mais pobres (até 2 mínimos), apoiadores mais fiéis do petista.

Lula passou a campanha defendendo alianças amplas contra Bolsonaro, dizendo que iria valorizar parcerias da forma tradicional, ou seja, entregando espaço no governo e na distribuição de verbas.

Continua na pág. A5

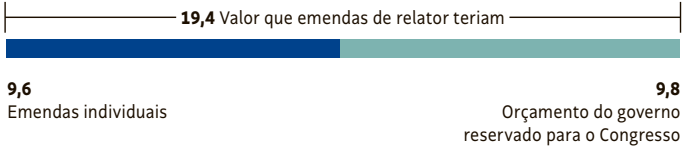
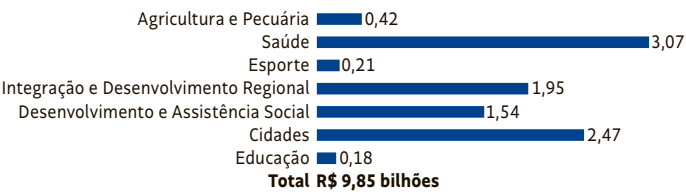
GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	Venda avulsa dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 942,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.618,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
341.327 exemplares (fevereiro de 2023)

Continuação da pág. A4

Ao mesmo tempo, criticava dia sim, dia sim, o arcabouço de apoio montado por Bolsonaro, ao entregar controle de grandes fatias do Orçamento ao centrão. Era "bandidagem", em suas palavras. Eleito, cortejou o mesmo comando da Câmara e apoiou a reeleição do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

Na montagem do ministério, privilegiou um novo centrão, formado pelos mais independentes PSD e MDB, que agora formaram um bloco parlamentar com o Republicanos —que era um dos esteios do centrão clássico.

Mesmo assim, ouve queixas por mais espaço e está tendo dificuldades para garantir até a aprovação de medidas provisórias vitais para seu começo de mandato.

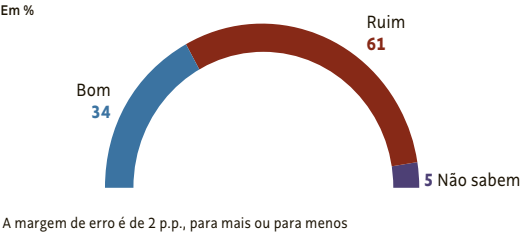
Não por acaso, Lula busca ampliar mesmo uma estatal de péssima fama no quesito corrupção, a Codevasf (que cuida da região do rio São Francisco). Até um ex-líder parlamentar de Bolsonaro indicou um nome ali.

Por fim, tanto bolsonaristas quanto petistas no Congresso se articulam para elaborar a maior anistia a irregularidades de partidos da história, terraplanando diferenças. Se tudo isso será suficiente para Lula ter os 60% de votos que precisa para aprovar propostas de mudanças constitucionais, essa é outra história.

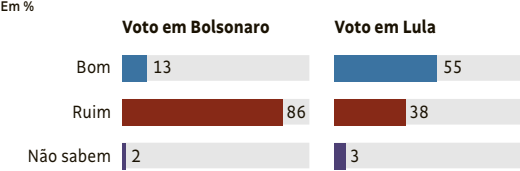
O Datafolha ouviu 2.028 pessoas com 16 anos ou mais nos dias 29 e 30 de março, em 126 cidades. A margem de erro da pesquisa é de dois pontos para mais ou para menos.

61% acham que Lula age mal ao trocar cargo e verba por apoio no Congresso

Em %

A margem de erro é de 2 p.p., para mais ou para menos

Lulistas aprovam e bolsonaristas reprovam verbas e cargos em troca de apoio no Congresso

Em %

	Voto em Bolsonaro	Voto em Lula
Bom	13	55
Ruim	86	38
Não sabem	2	3

A margem de erro para eleitores de voto declarado no Lula é de 3 pontos. Já para eleitores do Bolsonaro a margem de erro é de 4 pontos
Fonte: Pesquisa Datafolha realizada presencialmente, com 2.028 pessoas de 16 anos ou mais em 126 municípios pelo Brasil nos dias 29 e 30.mar

Petista pressiona seus ministros por mais ações e propaganda

Lula afirma que realizações do seu governo não estão chegando à população e cobra melhorias na divulgação

Catia Seabra, Julia Chaib e Marianna Holanda

BRASÍLIA O presidente Lula (PT) voltou a cobrar integrantes do seu primeiro escalão por mais entregas e melhor divulgação dos feitos do governo, a uma semana de completar cem dias de gestão.

Ele tem pressionado os ministros repetindo que tem pouco tempo na Presidência. Na manhã desta segunda (3), Lula teve uma reunião setorial com os auxiliares das áreas produtiva e industrial.

De acordo com relatos, ele disse que os ministros precisam divulgar os feitos de suas pastas, porque avalia que as informações não estão chegando à população na ponta.

Lula costuma dizer que sua gestão tem se ocupado mais de reconstruir programas sociais desmontados pelo antecessor, Jair Bolsonaro (PL). É uma referência ao fato de que as principais ações apresentadas até agora são programas reciclados, como Minha Casa Minha Vida e Bolsa Família.

Reunião ministerial desta segunda-feira (3) no Palácio do Planalto com a presença de Lula Ricardo Stuckert/Divulgação Presidência

"Na próxima segunda-feira [10], ao fazer avaliação dos cem dias, vamos ter que anunciar o que a gente vai fazer para frente, porque os cem dias vão fazer parte do passado. A gente vai ter que discutir o que fazer do ponto de vista do investimento na área industrial agrícola, o que a gente vai fazer na área de ciência e tecnologia", disse o petista, em discurso na abertura da reunião, transmitido pela TV Brasil.

Antes de embarcar para a China na próxima terça (11), Lula reunirá seus 37 ministros. Haverá apresentação de tudo que foi feito nos cem primeiros dias e propostas sobre o que realizar neste ano.

No pacote dos cem dias, por exemplo, será apresentado o novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) —que também será reciclado de gestões anteriores, mas terá algumas novidades e outro nome.

A mudança foi solicitada pelo próprio Lula ao ministro Paulo Pimenta (Secom): que bolasse um novo nome para o programa, para mostrar que o governo "está inovando".

Há uma preocupação especial de Lula em dar publicidade ao seu governo. A cobrança recaiu sobre todas as pastas: o chefe do Executivo disse querer que todos os ministros apresentem um plano de divulgação das medidas.

Na reunião desta segunda, Lula aproveitou para criticar quem chamou de "pessimista" com a economia. Ele disse discordar de avaliações negativas sobre o PIB (Produto Interno Bruto) neste ano.

A declaração veio na abertura de reunião, transmitida pela TV, no mesmo dia em que o Boletim Focus divulgou a mediana das projeções de crescimento do PIB em 2023 estacionada em 0,9%.

"[Eu] Disse para o Fernando Haddad na semana passada que não concordo com avaliação negativa que o PIB vai crescer 0,1%, de que o PIB não sei das quantas", disse Lula aos ministros.

"Vamos ver o que vai acontecer quando a chamada economia micro, pequena e média começar a acontecer nos rincões deste país. Vamos ver o que vai acontecer quando as pessoas começarem a produzir mais, a comprar mais, a vender mais. A gente vai perceber que a economia vai dar salto importante", continuou.

O Boletim Focus é divulgado semanalmente pelo Banco Central e traz as previsões e expectativas de agentes do mercado para indicadores brasileiros.

Avanço possível

Nova regra fiscal apresentada não mexe no elefante na sala

Joel Pinheiro da Fonseca
Economista, mestre em filosofia pela USP.

Temos finalmente uma regra fiscal, que é menos restritiva do que era o teto (pois permite aumento real —limitado— do gasto) e que nos dá um horizonte de ajuste. Isso é um ganho, e o mercado reconheceu esse fato.

Ela, contudo, está longe de ser perfeita, assim como o teto também tinha defeitos. Entendo as principais críticas: ela tem metas improváveis de superávit; e esses resultados virão quase que unicamente do aumento de receita, não do corte de gastos.

Há uma discussão puramente semântica sobre se eliminar isenções e exceções tributárias constitui um "aumento da carga tributária". Assim como outras discussões do tipo (como a célebre "educação é gasto ou investimento?") que versam sobre definições, ela não altera a realidade.

Sim, no plano do governo, empresas e talvez indivíduos pagarão mais imposto do que pagam hoje, seja graças ao fim de alguma isenção ou fechamento de brecha jurídica. É o caso de sites de apostas. Esse tipo de correção é virtuosa, ao trazer mais isonomia. Outro caminho é a reinterpretação de regras da Receita Federal para favorecer o Estado; esse já é mais danoso. Ambos, contudo, aumentarão a carga tributária e, portanto, terão impacto no crescimento. Fica faltando o outro lado: a redução de gastos. Por que é tão difícil seguir por esse caminho?

Na semana passada ficamos sabendo que há milhares de "filhas solteiras de servidores públicos falecidos" —e muitas de solteira não têm nada— que ganham mesada do Estado brasileiro num custo total de R$ 3 bilhões ao ano. Novamente, é pouco perto do ajuste necessário, mas que mesmo esse pouco seja considerado uma impossibilidade jurídica devido ao "direito adquirido" —ou privilégio adquirido— já nos mostra que mexer no "muito" seria ainda mais difícil.

Outro exemplo: o Judiciário brasileiro é notoriamente caro para padrões mundiais. Gastamos (ou será que "investimos"?) 1,8% do PIB com o Judiciário e Defensoria Pública. Países desenvolvidos em geral não passam de 0,4%. Será que, em contrapartida, contamos com uma Justiça muito mais célere e confiável que a deles? Deixo essa resposta com o leitor.

O Brasil fez a opção por um Estado social, que garante acesso a educação e saúde para todos, bem como transferências de renda. Isso garante que jamais teremos um "Estado pequeno" para padrões mundiais. Isso não é um problema. Mas junto desse Estado social, e usando dele como escudo, há um mar de privilégios e transferências de renda espúrias que, se não for atacado, colocará a perder qualquer esforço pelo equilíbrio fiscal. Aliás, todo o emaranhado de políticas sociais e de emprego clama por estudos de impacto para saber o que devemos aumentar e o que devemos reduzir.

O custo econômico de aumentar a carga vai se tornando proibitivo. Há, contudo, uma luz: a regra proposta pelo governo garante algum tempo. Tempo precioso para aí sim trazer a agenda positiva: a reforma tributária. O peso da arrecadação extra pode ser compensado pelos ganhos de eficiência trazidos pela simplificação dos impostos, essa sim uma reforma econômica liberal que foi sabotada pelo governo anterior. Se ela sair, será um golaço para o governo. Mas sem ilusões: o fiscal voltará logo mais.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Camila Rocha, Angela Alonso | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | **QUA. Elio Gaspari** | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo | SÁB. Demétrio Magnoli

Decisões de Moraes sobre golpistas têm trechos repetidos

Defesa dos presos diz que não há individualização dos atos; ministro não comenta

Constança Rezende e Marcelo Rocha

BRASÍLIA A lista de 313 pessoas presas por participação atos golpistas de 8 de janeiro inclui acusados de depredar as sedes dos três Poderes, disseminar fake news e incitar a tentativa de golpe de Estado. O grupo permanece atrás das grades há quase três meses.

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), concluiu análise das ações de mais de 1.400 pessoas que, até o início de março, estavam presas.

Em sua maioria, as decisões trazem trechos repetidos e frases genéricas, sem avançar nos detalhes sobre os atos praticados por cada um.

Advogados e defensores públicos questionam que, sem a individualização de condutas, a manutenção das prisões não se sustenta. Procurado, Moraes não comentou o assunto.

Entre os argumentos citados pelo ministro para a manutenção da prisão está o "risco concreto de reiteração de mobilizações criminosas".

Ele mencionou o "fundado receio" de que os investigados, em liberdade, possam "encobrir os ilícitos e alterar a verdade sobre os fatos, sobretudo mediante coação a testemunhas e outros agentes envolvidos e ocultação de dados e documentos que revelem suas ligações com terceiros".

A PGR (Procuradoria-Geral da República) já denunciou 1.187 apoiadores de Jair Bolsonaro (PL) pelo episódio.

As peças são também criticadas pela defesa dos acusados por não apontarem condutas individuais. O STF ainda decidirá onde os processos serão julgados, se pela própria corte ou se por juízes da primeira instância.

Alexandre de Moraes, do STF, participa de evento em São Paulo Zanone Fraissat - 31.mar.23/Folhapress

A maioria das pessoas que está presa integra, segundo a Procuradoria, o chamado núcleo de executores do vandalismo aos prédios do Executivo, Legislativo e Judiciário.

De acordo com a PGR, elas "associaram-se, notadamente a partir de convocações e agregações por meio de redes sociais e aplicativos de mensagens, com o objetivo de praticar crimes contra o Estado democrático de Direito".

Nesse grupo está Adalto da Silva Araújo, morador de Feira de Santana (BA). Ele foi preso em flagrante pela Polícia Militar do Distrito Federal no interior do Palácio do Planalto. Araújo disse à Justiça trabalhar com capotas de veículos.

A PGR narra que o denunciado ingressou na sede do Executivo "empregando violência e com o objetivo declarado de implantar um governo militar". Moraes considerou que os fatos podem caracterizar crimes como dano qualificado ao patrimônio, associação criminosa, abolição violenta do Estado democrático de Direito e golpe de Estado.

Somadas, as penas podem chegar a 30 anos de reclusão. Procurada pela **Folha**, a defesa de Araújo não enviou resposta até a publicação deste texto.

Outro caso é o de Lucivaldo Pereira de Castro, 39, morador de Tucumã (PA). Ele foi preso em flagrante em 8 de janeiro na praça dos Três Poderes com "diversas bolas de gude, um óculos protetor preto, um par de joelheiras, uma balaclava preta e dois isqueiros", segundo a decisão.

Em audiência de custódia, em 12 de janeiro, Lucivaldo afirmou ter estudado até a 5ª série do ensino fundamental e que é autônomo, recebendo menos de um salário mínimo por mês. Também disse nunca ter sido preso ou processado.

Lucivaldo é representado pela Defensoria Pública do Distrito Federal, que pediu o relaxamento de sua prisão sob o argumento de que não se verificava mais a situação de flagrante. Argumentou também que não houve individualização da sua conduta.

Já Abdias Joaquim dos Reis, Adaildo Alves Santana e Josenaldo Batista Alves foram presos em flagrante no dia 9 de janeiro, em frente ao quartel-general do Exército, sob o mesmo argumento de Moraes de que incitaram, publicamente, a animosidade das Forças Armadas contra os Poderes constituídos.

O ministro repetiu em relação aos três o trecho "ser importante ressaltar, nesse caso em específico que, em certidão elaborada pelo TSE [Tribunal Superior Eleitoral], está consignado que o investigado, no dia dos atos criminosos, mesmo depois de detido, realizou postagens nas redes sociais com desinformação a respeito das condições da detenção e com apologia à continuidade dos atos criminosos".

Na decisão de Josenaldo Alves, Moraes incluiu o link de uma publicação jornalística dizendo que o preso se tratava de um vigilante terceirizado do Supremo Tribunal Federal. A reportagem também afirmava que o STF instaurou um procedimento para apurar "se o vigilante repassou informações sensíveis que possam ter fragilizado a segurança".

O autuado relatou que estava fazendo tratamento quimioterápico, tendo alertado os médicos do estabelecimento penitenciário sobre o fato. A defesa de Josenaldo Alves afirmou que não comentaria o assunto em razão do sigilo das investigações.

Em audiência de custódia, Abdias Reis relatou ser pedreiro e morador de Poços de Caldas (MG) e já ter tido câncer de próstata. Também afirmou ser hipertenso e que faz uso de fraldas geriátricas e medicamentos controlados.

A Defensoria Pública da União, que fez a sua defesa inicial, disse que havia generalidade e precariedade dos autos de prisão em flagrante, sem informações básicas da individualização da conduta do suspeito.

"A alegação de fatos genéricos não pode resultar na presunção de participação nos autos. Ademais, a ordem pública já está restaurada e assegurada pela intervenção federal na segurança pública do DF", dizia.

Responsável atualmente pelo caso, a advogada Inês Aparecida Baptista do Nascimento afirmou que a decisão de Moraes "não se mostrou coerente" com as demais decisões que concederam liberdade provisória a centenas de pessoas.

"Não guarda coerência com a própria situação do sr. Abdias [Reis], que tem estado de saúde extremamente delicado decorrente de neoplasia maligna, necessita de fisioterapia continuada, encontra-se no momento extremamente enfraquecido física, mental e emocionalmente em decorrência da falta de cuidados médicos necessários e da alimentação inadequada que vem recebendo na prisão, além da idade avançada", afirmou.

"Nos aspectos jurídicos, a decisão necessita de uma apuração melhor de vez que não individualizou a conduta ainda que o ordenamento jurídico brasileiro não admita decisões genéricas."

A defesa de Adaildo não foi localizada. Na audiência de custódia, mencionou também a "ausência de individualização de conduta nos autos" e irregularidades na prisão em flagrante e, por tais razões, pediu o relaxamento da prisão.

Ação que pede Bolsonaro inelegível chega a fase final no TSE

Marcelo Rocha

BRASÍLIA O corregedor-geral eleitoral, Benedito Gonçalves, concluiu a fase de coleta de provas no processo mais adiantado contra a chapa encabeçada por Jair Bolsonaro (PL) nas eleições de 2022. O caso pode levar à inelegibilidade do ex-presidente.

Na sexta-feira (31), o ministro do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) determinou a intimação das partes para que apresentem suas alegações finais nos autos da Aije (ação de investigação eleitoral).

A ação trata do encontro com embaixadores que Bolsonaro promoveu no Palácio do Alvorada, em julho passado, quando fez ataques sem provas ao sistema eleitoral.

São partes, além do ex-presidente, o então candidato a vice Walter Braga Netto (PL) e o PDT, partido da base do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e autor da representação que deu início à ação.

A partir da intimação, eles terão dois dias para apresentar as alegações finais. Depois, a PGE (Procuradoria-Geral Eleitoral) opinará sobre o caso em prazo de 48 horas.

O representante da PGE é o subprocurador Paulo Gonet Branco, designado por Augusto Aras para a função de vice-procurador-geral eleitoral.

A ação apura a suposta prática de abuso de poder político e de uso indevido dos meios de comunicação na realização do encontro com dezenas de representantes estrangeiros.

Naquela reunião, Bolsonaro repetiu teorias conspiratórias sobre as urnas eletrônicas, fez novas ameaças golpistas e atacou ministros dos tribunais superiores.

Benedito Gonçalves afirmou que há nos autos "rico acervo probatório" e que ele foi "formado com ampla participação das partes e do MPE [Ministério Público Eleitoral]".

Foi possível, segundo o magistrado, "conjugar contraditório e celeridade, conduzindo-se o procedimento com estrita observância ao diálogo processual, à boa-fé objetiva, ao princípio da não surpresa e ao dever de fundamentação".

"Em pouco mais de 3 meses, foram realizadas cinco audiências e requisitados todos os documentos, inclusive procedimentos sigilosos, relacionados aos fatos relevantes para deslinde do feito", destacou.

Entre os documentos juntados ao processo está a chamada minuta do golpe, uma proposta de decreto para a instauração de um estado de defesa na sede do TSE.

O papel foi recolhido na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres, alvo de inquérito no STF (Supremo Tribunal Federal) sobre os ataques golpistas de 8 de janeiro. Torres, que está preso, prestou depoimentos nos autos da ação de investigação eleitoral.

O aliado de Bolsonaro disse desconhecer a autoria da minuta golpista e reafirmou o que disse em depoimento à PF em fevereiro: que o papel era descartável e "sem viabilidade jurídica". "Essa pseudo-minuta, para mim, era um lixo".

O PDT pediu ao TSE que o documento fosse anexado ao processo por entender que faz parte do contexto de um plano encampado por Bolsonaro e aliados para desacreditar o sistema eleitoral, culminando com a ideia de subverter o resultado das urnas.

Esther Solano

Bolsonarismo representa forma de entender o mundo, é estruturante

Nas pesquisas da socióloga, Michelle Bolsonaro e Tarcísio de Freitas aparecem como potenciais sucessores do ex-presidente

SÉRIES FOLHA
O FUTURO DO BOLSONARISMO

ENTREVISTA

Uirá Machado

SÃO PAULO A socióloga Esther Solano entrevista bolsonaristas desde 2017. Ela procura decifrar seus valores, sentimentos e tendências. Tenta entender as razões de seu voto no passado e antecipar como devem se comportar em eleições futuras.

Ela está convencida de que o bolsonarismo não é apenas o apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) nem se limita a uma visão antipolítica e anti-PT. "Ele é muito mais profundo e muito mais estruturante da sociedade brasileira. Se a gente não entender isso, a gente não entendeu nada do que é o bolsonarismo."

Segundo ela, embora Bolsonaro tenha perdido para Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o bolsonarismo foi muito vitorioso, porque a derrota foi muito apertada apesar "de todo o desastre que foi o governo".

Porém, com o 8 de Janeiro e depois de três meses em que Bolsonaro permaneceu nos EUA, o bolsonarismo se desmobilizou. Com isso, e considerando a possibilidade de o ex-presidente ser declarado inelegível pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), abrem-se discussões sobre um possível sucessor —ou sucessora.

Nas pesquisas de Solano, apenas dois nomes aparecem com bastante potencial: o da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e o de Tarcísio de Freitas (Republicanos), governador de São Paulo.

*

Como a volta de Bolsonaro impacta o campo da oposição? Fizemos pesquisas. Há uma sensação de muita confusão. Inclusive entre os radicais, eles não conseguem tecer uma narrativa sobre por que o Bolsonaro saiu do Brasil, por que voltou. Então há expectativa de compreensão do que está acontecendo.

Fora isso, percebemos três consequências. Bolsonaro pode ter um papel de reorganizar e reenergizar a base radical, que no momento está muito desmobilizada.

Por outro lado, os bolsonaristas moderados se descolaram dos mais radicais. A gente fala num efeito sanfona entre eles: durante as eleições, há uma aproximação, mas depois, quando Bolsonaro decidiu não passar a faixa presidencial e saiu do Brasil, há momentos de afastamento.

Então, é interessante observar se a volta de Bolsonaro, coincidindo com esse período complexo do governo Lula em termos de comunicação, vai conseguir uma reaproximação entre a base moderada e a radical.

As pessoas estão à espera da reorganização do campo bolsonarista institucional. Há uma expectativa de que, se Bolsonaro não for o líder desse campo, que ao menos a volta dele defina os novos personagens.

Eduardo Knapp/Folhapress

Esther Solano, 39
Socióloga, com mestrado e doutorado pela Universidade Complutense de Madri, é professora da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo). É autora, entre outros livros, de "The Bolsonaro Paradox – The Public Sphere and Right-Wing Counterpublicity in Contemporary Brazil" (2021, Springer)

> O ponto magistral do bolsonarismo [...] foi ser capaz de radiografar, de ler as estruturas latentes da sociedade brasileira e entender como eleitoralizar tudo isso. Não é trivial

> Eu acho que ele [Nikolas Ferreira, deputado federal pelo PL-MG] vai cumprir um papel de dinamizador das pautas morais

Michelle e Tarcísio têm sido apontados como possíveis sucessores nesse campo. Que capacidade que eles têm de mobilizar o bolsonarismo? Michelle tem grande capacidade de fazer a mobilização das guerras culturais, das pautas morais. Ela se comunica muito bem com o público feminino religioso conservador.

Esse público se espelha muito na Michelle pelo que ela representa: uma mulher de valores, conservadora, do lar, da família, mas também uma mulher que ganha o espaço público. Além disso, uma mulher que tem um marido violento, agressivo —e muita mulher brasileira tem esse modelo de casamento.

Ao mesmo tempo, ela é vista como excessivamente radical. Se moderar esse estilo e conseguir se afastar do potencial tóxico dos processos judiciais, consegue um lugar de destaque.

E quanto a Tarcísio? Tem um enorme potencial. Ele tem vários elementos que são muito interessantes para o público majoritário do bolsonarismo, que são os moderados. Tarcísio representa valores fundantes do bolsonarismo: ele é militar, representa a ideia de ordem, hierarquia, disciplina; também representa os valores religiosos, mas sem ter a radicalidade da Michelle.

E ele tem uma coisa muito importante que é a ideia de que consegue transitar por diferentes espectros políticos. Então é uma imagem do sujeito conservador, mas moderado, dialogante, e que ao mesmo tempo é um sujeito que faz, que é eficiente.

Eles seriam competitivos mesmo na eventual ausência do Bolsonaro? Se a Michelle ocupar o lugar do bolsonarismo mais radicalizado, ela tem todas as cartas para perder a aposta, porque a gente viu nos últimos tempos que tem um cansaço, um esgotamento do radicalismo.

Mas tem um cenário em que eles entendem que podem ganhar expressão política migrando para uma centro-direita, levando em consideração que a centro-direita implodiu no Brasil. Eu consigo ver o Tarcísio simbolizando esse próximo líder da centro-direita, ou direita mais moderada, e a Michelle assumindo outro papel, como candidata a governadora de Brasília, por exemplo, em que ela também faça a disputa nas redes, nas igrejas.

Nas suas pesquisas, aparece algum outro nome com o potencial desses dois? Nada. Tem os filhos do Bolsonaro, mas eles têm enorme potencial negativo; nem o bolsonarismo mais radical aceita os filhos do Bolsonaro. São considerados meninos mimados, crianças, playboyzinhos etc. A ex-ministra Damares [Alves] é potente no campo simbólico, mas não tem capacidade expressiva para além desse campo do fundamentalismo religioso.

Tem outro personagem no qual eu fico muito de olho, que é o Nikolas Ferreira, [deputado federal pelo PL-MG]. Ele é muito expressivo no campo da representação popular online, mas ainda está muito restrito a esse bolsonarismo mais radical. Eu acho que ele vai cumprir um papel de dinamizador das pautas morais.

Muitas análises sobre a vitória de Bolsonaro em 2018 consideraram a prisão do Lula e a facada como fatores decisivos. No livro "The Bolsonaro Paradox", a sra., Camila Rocha [colunista da Folha] e Jonas Medeiros descartam essa interpretação. Por quê? Porque é excessivamente simplificadora. A facada e a prisão do Lula foram aceleradores. Mas o bolsonarismo é muito mais profundo e muito mais estruturante da sociedade brasileira. Se a gente não entender isso, a gente não entendeu nada do que é o bolsonarismo.

Para mim, a chave é esta: o bolsonarismo é representativo. Durante muito tempo, o campo da esquerda entendeu o bolsonarismo como a síntese da negação: antissistema, antipolítica, antiesquerda, antipetista. Claro que é tudo isso, e a negação já é profundamente representativa.

Mas ele também representa uma forma de entender o mundo. Sem entender o valor da ordem, do fundamentalismo religioso, da rejeição à pauta identitária, o valor de toda uma lógica do patriarcado do branco masculino de classe, tudo isso, a gente não vai entender essa raiz profunda do bolsonarismo.

Outro ponto importante: o elemento do ódio. Se a gente não entender como o Brasil também se constrói no ódio como elemento fundante da política, não vai entender o potencial do bolsonarismo.

Na eleição de 2022, sem facada e com Lula fora da prisão, Bolsonaro perdeu. Isso não joga contra o seu argumento? Não. Sem facada, com Lula e depois de todo o desastre que foi o governo Bolsonaro... A própria base bolsonarista moderada reconheceu que Bolsonaro foi profundamente desumano na gestão da pandemia, que a política econômica do Paulo Guedes foi um desastre e que a Lava Jato foi desidratada. Mesmo assim, ele só perdeu por 2 milhões de votos.

Isso significa que ele de fato representa valores profundos que estão muito enraizados não só nas classes altas, mas em grande parte da base popular brasileira, das novas classes médias. E ele foi muito importante na personificação da política do ódio e da negação. Então ele perdeu a eleição, mas o bolsonarismo foi muito vitorioso.

É possível saber o tamanho do bolsonarismo agora na oposição? O bolsonarismo se nutre de elementos que são visíveis na esfera pública, como a frustração com a política, a lógica antissistêmica. Mas tem outros elementos que estiveram latentes até que o bolsonarismo os empoderou.

Todo esse componente fascista, essa lógica do ódio é fundante da sociabilidade brasileira. Mas a gente não tinha uma expressão política que conseguisse capitalizar o ódio em termos eleitorais como Bolsonaro fez. É muito complicado mensurar numa pesquisa quantitativa esses elementos latentes.

Temos uma metodologia específica para capturar tendências, o minigrupo focal etnográfico. São entrevistas em profundidade, até de três horas, com pequenos grupos. Captura-se o que denominamos histórias profundas, a base estruturante afetivo-simbólica dos indivíduos.

E o que pode acontecer daqui a um tempo? Essa estrutura que foi empoderada com o bolsonarismo pode voltar de novo ao estado de latência, ou pode voltar a ser mobilizada por personagens do bolsonarismo.

Independentemente do que aconteça, dá para dizer qual é o lugar de Bolsonaro na história da direita no Brasil? Ele tem um lugar na história da extrema direita mundial. No Brasil, ele ocupa um lugar importantíssimo pela reorganização do panorama político. Tem um deslocamento do eixo da polarização clássica PT-PSDB para uma polarização PT-extrema direita, PT-bolsonarismo. Isso por si só já é fundamental.

Mas ele também passará para a história como protagonista de fenômenos potentíssimos, como a digitalização da política. Toda essa política do fascismo online, dessa extrema direita online, isso é um salto qualitativo na política brasileira e mundial.

E o ponto magistral do bolsonarismo —não falo Bolsonaro, porque muita gente por trás dele— foi ser capaz de radiografar, de ler as estruturas latentes da sociedade brasileira e entender como eleitoralizar tudo isso. Não é trivial.

No livro, entre os fatores que colaboraram para a ascensão do bolsonarismo, vocês citam avanços progressistas. Ou seja, nessa leitura, aos avanços progressistas corresponde uma reação conservadora do tamanho do bolsonarismo. Como escapar dessa armadilha? Essa talvez seja a calibragem mais difícil que a política brasileira tem nas mãos. Eu e a Camila [Rocha] há muito tempo tentamos que as nossas pesquisas sejam úteis para o caminho do diálogo.

Se a gente quiser avançar em políticas públicas em prol do brasileiro —e a gente fala em política para as mulheres, para a população mais pobre, negra, LGBT etc.—, tem que tentar fazer isso com um mínimo de consenso populacional.

Entrar em consenso significa abrir mão de algumas questões, prioridades, pautas, vocabulários em prol de tentar fazer com que esses avanços sejam mais sólidos, mais abrangentes. O maior desafio que o próximo governo progressista tem, numa área que é basicamente a dos direitos humanos, é partir do consenso e não do dissenso.

Os mobilizadores das guerras culturais do bolsonarismo, como a Michelle e o Nikolas, estão encarregados de tentar dinamitar qualquer iniciativa de consenso. Então o campo progressista, o campo democrático, tem que ser muito mais inteligente.

Defesa fez mau uso de verba da Covid, diz TCU

Corte detecta gasto irregular com salgadinhos e picanha; ministério não comenta, e Exército diz que atua segundo a lei

Constança Rezende

BRASÍLIA O TCU (Tribunal de Contas da União) detectou que o Ministério da Defesa e as Forças Armadas gastaram irregularmente recursos destinados ao enfrentamento da pandemia da Covid-19. A informação consta em auditoria do tribunal votada na quarta-feira (29).

A base da conclusão foi a análise de R$ 15,6 milhões de despesas executadas por Defesa e Forças Armadas com recursos enviados pelo Ministério da Saúde a título de ressarcimento ao apoio logístico prestado em ações na pandemia em 2020 e 2021.

Entre as irregularidades, o TCU citou R$ 256 mil de gastos do Exército com salgados típicos para serem servidos em coquetel, sorvetes e refrigerantes. Foram usadas nesses casos verbas de ressarcimento da Covid.

Os auditores destacaram que, em razão de seu baixo valor nutritivo e sua finalidade habitual, os alimentos "muito provavelmente não teriam sido utilizadas para o reforço alimentar da tropa empregada na Operação Covid-19".

Além disso, houve compra de 12 mil quilos de cortes nobres de carne bovina (filé mignon e picanha) por R$ 447 mil, feitas por apenas duas organizações militares.

O gasto, segundo o documento, representa 22% do total despendido por todas as unidades do Exército com carne bovina em geral, que foi de R$ 2 milhões adquiridos por 45 organizações militares.

A auditoria foi solicitada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara e executada pela secretaria-geral de Controle Externo e pela estrutura que cuida de Defesa Nacional e Segurança Pública do TCU.

A corte lembrou que uma normativa do Exército autoriza a compra de cortes bovinos nobres. Mas que a atuação da administração pública, além de observar o princípio da legalidade, deve atentar para os princípios da razoabilidade e do interesse público.

"Nesse sentido, entende-se que violou tais princípios a utilização de recursos tão caros à sociedade, oriundos de endividamentos da União que agravaram ainda mais a crise econômica e social vivenciada pelo Brasil, para a aquisição de artigos de luxo, quando disponíveis alternativas mais baratas e que igualmente cumpriam a finalidade pretendida", diz o documento.

Os auditores também constataram que cerca de 50% das despesas alimentícias do Exército beneficiaram organizações que não possuíam tropa e que, por essa condição, não são habitualmente empregadas em ações de campo.

"Se confirmado, afastaria o argumento de maior gasto calórico por desgaste físico em operações militares para justificar as aquisições dos gêneros alimentícios questionados".

O TCU identificou que organizações militares aplicaram crédito extraordinário para enfrentar a pandemia em manutenção de bens imóveis que não preenchiam requisitos de imprevisibilidade e urgência. Ao todo, R$ 1,8 milhão com recursos da Covid foi gasto para esses fins, excluindo os hospitais militares.

Soldados do Exército participam de parada militar em Brasília Adriano Machado - 19.abr.22/Reuters

Foram feitas obras de reforma de grande vulto em várias unidades, como adaptação de instalações para construção de alojamentos e salas de instrução, e troca de pisos e telhado em unidades militares que se encontravam em uso.

Uma unidade apresentou gasto de R$ 48 mil com troca de persianas, sem comprovar que era uma condição imprescindível para o trabalho de enfrentamento à pandemia.

O tribunal ressaltou que há ações orçamentárias específicas para essas finalidades, previstas no orçamento ordinário dos órgãos.

Por parte da Marinha, o TCU identificou que créditos ressarcidos pela Saúde foram utilizados para o funcionamento de estruturas que não seriam voltadas para a prestação de serviços de saúde.

Entre elas, fornecimento de sobressalentes de navios e embarcações, bem como manutenção de bens móveis de diversas naturezas.

O TCU ponderou ser inquestionável que as Forças Armadas prestaram apoio essencial e imprescindível na pandemia, sem o qual o número de vítimas poderia ser ainda mais expressivo.

Porém, constatou a "ausência de integral comprovação físico/financeira da execução dos serviços objeto das descentralizações de recursos e ausência de discriminação dos bens e serviços contratados objeto dos pedidos de repasse financeiro, o que impossibilitou análise de sua compatibilidade com o apoio logístico realizado."

"Verificou-se que tal risco foi comprovado, não sendo uma mera abstração teórica, em razão de o Ministério da Defesa ter detectado em planilhas de custo apresentadas pela Aeronáutica e pela Marinha a presença de despesas não correlacionadas com os apoios logísticos por elas prestados no contexto do apoio à crise sanitária da região Norte e ao Programa Nacional de Imunização, respectivamente", afirmou.

Por conta disso, os auditores disseram ser necessária a abertura de um novo processo para aprofundar as apurações.

A **Folha** procurou as assessorias de imprensa da Defesa e das Forças Armadas para falar sobre o assunto.

Apenas o centro de comunicação social do Exército respondeu. O órgão disse que pauta sua atuação pelo respeito à legalidade, lisura e transparência na gestão de bens e recursos públicos, bem como pela estreita colaboração com o Controle Externo de seus atos de gestão.

"Diante disso, a Força tem envidado todos os esforços para atender plenamente às demandas e às orientações recebidas do TCU e vem trabalhando, por meio de seu Sistema de Controle Interno, para promover a transparência e a correta aplicação dos recursos públicos", disse.

mundo

O ex-presidente dos EUA Donald Trump (de gravata vermelha) chega à Trump Tower, em Nova York, nesta segunda-feira (3) Ed Jones/AFP

Trump vai a Nova York se apresentar à Justiça e prepara circo midiático

Maioria nos EUA concorda com indiciamento, dizem pesquisas; republicano tenta usar caso a seu favor

Thiago Amâncio

WASHINGTON Donald Trump viajou na tarde desta segunda-feira (3) a Nova York para ouvir a acusação que o transformará no primeiro ex-presidente dos EUA réu por um caso criminal.

O republicano deve passar a noite na Trump Tower e se apresentar na tarde desta terça (4) ao tribunal, "acredite ou não", escreveu ele em sua rede social, a Truth, na qual também disse, em letras maiúsculas, que o processo é uma interferência nas eleições de 2024, às quais já anunciou sua pré-candidatura.

Só então deve-se saber de quais crimes Trump é acusado no caso que envolve a compra do silêncio da atriz pornô Stormy Daniels durante a eleição de 2016. Ela recebeu US$ 130 mil (R$ 659 mil) de advogados do então candidato para não revelar um suposto affair com ele, e os gastos foram lançados como "despesas jurídicas", no que seria uma maquiagem de gastos de campanha, segundo investigações.

Trump terá suas impressões digitais colhidas, e, até aqui, ainda existe um debate sobre se será preciso tirar uma foto oficial como suspeito. Se ela for feita, porém, não deve ser divulgada oficialmente e só viria a público com um vazamento —desde 2019 Nova York deixou de tornar públicas imagens do tipo.

Legalmente, Trump estará detido e não pode deixar o tribunal até que seja liberado. Mas, como o caso não envolve um episódio de violência, a chance de que ele permaneça preso é praticamente nula. Assim, o republicano deve voltar à Flórida assim que a burocracia for concluída.

O ex-presidente pretende usar o indiciamento a seu favor na corrida à Casa Branca, mas até aqui não há sinais claros se o plano será útil.

Pesquisa da CNN americana divulgada nesta segunda apontou que 60% dos americanos aprovam o indiciamento. Apesar disso, 76% afirmam que a decisão da Justiça teve algum componente político —sendo que, para 52%, a política ocupou um espaço central. Outro levantamento, da ABC News/Ipsos, apontou que 45% dos entrevistados acham que Trump deveria ser condenado pelo caso.

O republicano, porém, vem se gabando de ter virado o caso a seu favor. Na sexta (31), disse que em menos de um dia sua campanha arrecadou US$ 4 milhões (R$ 20,3 milhões) com a "perseguição política sem precedentes" da promotoria de Manhattan, 25% das doações vindas de quem nunca havia contribuído antes. Até esta segunda, o montante subiu para US$ 7 milhões (R$ 35,5 milhões), segundo o assessor Jason Miller.

Mas o que Trump quer mesmo com a acusação é adiantar as primárias republicanas e reunir apoio em torno de seu nome, até agora o mais forte da legenda para disputar a Casa Branca. Pesquisa YouGov divulgada na sexta, um dia após o anúncio do indiciamento, mostrou o ex-presidente com 57% das intenções de voto na legenda, bem à frente dos 31% do governador da Flórida, Ron DeSantis.

Trump conseguiu alvejar seu principal rival pelo silêncio inicial em relação ao processo, e o governador correu para corrigir a rota ao condenar a acusação assim que ela foi divulgada, na última semana.

No domingo, a corrida se alargou com o anúncio do ex-governador do Arkansas Asa Hutchinson de que também vai concorrer. Ex-procurador federal, ele defendeu que Trump deveria se retirar da corrida para se concentrar no processo em Nova York, "pelo bem da Presidência" e para evitar "espetáculo e distração".

A corrida é menos emocionante no jogo aberto, em que concorrem ainda a ex-governadora da Carolina do Sul Nikki Haley e o empresário Vivek Ramaswamy, do que nos bastidores, com as candidaturas ainda não anunciadas, como as do ex-vice Mike Pence e do ex-secretário de Estado Mike Pompeo, além de DeSantis.

Em público, a Casa Branca tem se afastado da discussão, e o presidente Joe Biden manteve silêncio sobre o caso depois que o indiciamento veio à tona, na última quinta-feira (30).

Mas há temores de protestos, convocados por Trump em rede social ao levantar a possibilidade de ser preso, e o governo americano está em contato com autoridades locais monitorando a situação, disse nesta segunda-feira John Kirby, do Conselho de Segurança Nacional.

Ele afirmou que "protestos pacíficos têm muito valor na democracia", mas "não deve haver violência neste ou em qualquer outro processo legal", afirmou. "Estaremos preparados se houver necessidade."

O prefeito de Nova York, o democrata Eric Adams, afirmou não haver ameaças concretas, desencorajou manifestantes e citou a deputada de ultradireita Marjorie Taylor-Greene, que já anunciou que protestará. Segundo ele, quem cometer atos de violência "será preso e responsabilizado, não importa quem seja".

Biden falou rapidamente a jornalistas nesta segunda que confia na polícia de Nova York e no sistema Judiciário americano.

Se o caso da compra de silêncio da atriz pornô Stormy Daniels é visto como algo menor, outro processo que pode render um indiciamento avança para dar mais dor de cabeça ao ex-presidente.

Reportagem do jornal The Washington Post apontou que o Departamento de Justiça e o FBI reuniram evidências de que Trump praticou obstrução da Justiça na investigação sobre os documentos secretos que ele manteve de maneira irregular em sua casa na Flórida após deixar a Presidência.

Trump também batalha contra o andamento de outro processo, na Geórgia, que pode levá-lo ao banco dos réus, por tentativa de interferência na eleição que perdeu para Biden no estado em 2020.

Nada disso, porém, vai tirá-lo da corrida, já que os EUA não têm uma lei equivalente à da Ficha Limpa, e candidatos condenados podem concorrer normalmente. A exceção seria um processo ligado ao 6 de Janeiro. A 14ª Emenda impede que envolvidos em insurreição ou rebelião assumam cargos públicos.

O indiciamento de Trump ainda mexeu com a algo combalida direita populista no mundo. Nesta segunda, o primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, publicou no Twitter uma foto com o republicano e o chamou de presidente. "Continue lutando, senhor presidente! Estamos com você."

Perfil de playboy de ex-presidente volta a assombrá-lo em caso envolvendo atriz pornô

Dan Barry

THE NEW YORK TIMES As minúcias da acusação contra o ex-presidente Donald Trump ainda não foram reveladas, mas os detalhes mais visíveis são perfeitos para manchetes: Sexo. Estrela pornô. Sexo. Suborno. Sexo.

Trump afirma sua inocência de uma forma familiar, enquadrando-se como a vítima honesta de "bandidos e monstros da esquerda radical". Mas a natureza obscena da acusação ressuscita o Trump que existia bem antes de se tornar o 45º presidente dos Estados Unidos.

Esse seria o Trump que gostava de se apresentar como um conquistador, extremamente confiante de que sua riqueza e aparência o tornavam uma atração certeira para as mulheres. Um homem que podia falar sobre sexo a três com um apresentador de rádio, passear corajosamente por um vestiário cheio de candidatas a miss, classificar as mulheres numa escala de 1 a 10 com base em sua aparência física.

É uma parte da persona de Trump que volta a assombrá-lo, mais recentemente na última quinta (30), quando um júri de Manhattan o marcou como o primeiro ex-presidente dos EUA formalmente acusado de um crime.

O pouco que se sabe sobre o caso é escandaloso o suficiente. Ele gira em torno de US$ 130 mil que o advogado pessoal de Trump, Michael Cohen, pagou à estrela pornô Stormy Daniels para que se calasse sobre um suposto encontro sexual com o republicano em 2006, bem antes de sua Presidência e enquanto a terceira mulher dele ficava em casa com seu filho pequeno.

Trump, que recentemente iniciou sua campanha para a eleição presidencial de 2024, não é o primeiro presidente a ser ligado a más condutas sexuais. Bill Clinton teve relações sexuais com uma estagiária com quem ele infamemente disse não ter tido relações sexuais —no Salão Oval da Casa Branca.

Os muitos casos de John F. Kennedy incluíram um com uma mulher que também era íntima de um chefe da máfia de Chicago. Warren G. Harding teve um filho com uma amante que alegou que eles fizeram sexo em uma chapelaria da Casa Branca. E outros. Mas a longa história pública de envolvimentos, bravatas e comentários grosseiros de Trump o distingue no panteão presidencial.

> Eu nem espero [para beijar]. E quando você é uma estrela, elas [mulheres] deixam você fazer. Você pode fazer qualquer coisa
>
> **Donald Trump**
> em vídeo vazado do programa Access Hollywood de 2005

Na década de 1970, Trump frequentava os clubes de Manhattan e informava as colunas de fofocas sobre seus flertes, mantendo a aparência de ser só um garoto rico do Queens que trabalhava para a empresa do pai. Ele se casou com a modelo tcheca Ivana Zelnickova em 1977 e se concentrou em deixar sua marca no setor imobiliário. Mas o relacionamento deles naufragou em 1989, quando ela descobriu o que os outros já sabiam: Trump estava tendo um caso com uma modelo e atriz chamada Marla Maples.

A disputa acirrada que se seguiu foi um presente para os tabloides, com o destaque sendo uma primeira página do New York Post em 1990 que apresentou Trump sorridente e a manchete: "Marla se gaba para amigas sobre Donald, 'o melhor sexo que já fiz'". Lou Colasuonno, editor do Post que fez a primeira página, lembra-se de ter pensado: "Ele nunca vai nos processar por essa manchete".

Maples, cujo casamento com Trump terminou em 1999, posteriormente negou ter dito essas palavras.

A percepção da proeza sexual parecia central para a persona que Trump cultivava. Linda Stasi, romancista e ex-colunista do Post e do Daily News, lembrou em um email que Trump uma vez deixou uma mensagem em seu correio de voz, fingindo ser outra pessoa —como costumava fazer—, dizendo com uma voz falsa que Trump estava almoçando em tal restaurante, rodeado de lindas modelos.

"Você deveria escrever sobre isso", lembrou ela sobre a fala do informante. "Seu sotaque falso era tão real quanto seu bronzeado alaranjado", escreveu Stasi.

A tendência documentada de Trump para o comportamento misógino não era segredo para o eleitorado quando ele concorreu à Presidência em 2016.

Um mês antes da eleição de novembro, o jornal The Washington Post publicou um vídeo de 2005 de Trump, então com 59 anos, falando sobre mulheres com a personalidade da televisão Billy Bush enquanto se preparavam para um episódio do programa Access Hollywood.

Alguns dos comentários gravados de Trump, salpicados de referências grosseiras à anatomia feminina, são mais famosos do que a maioria de seus discursos como presidente. "Apenas beije", aconselhou ele. "Eu nem espero. E quando você é uma estrela, elas deixam você fazer. Você pode fazer qualquer coisa."

Depois de inicialmente minimizar seus comentários como "brincadeiras de vestiário", Trump se desculpou com sua família e com a população americana. Em poucas semanas, conquistou a Presidência; em poucos meses, começou a questionar em particular a autenticidade da fita.

Mas o passado de Trump continuou vindo à tona. No início de 2018, o Wall Street Journal divulgou a história sobre Daniels. Trump nega ter feito sexo com ela, e passou a quem passou a chamar de "cara de cavalo".

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

Ministra francesa é criticada após posar para a Playboy

Detratores de Marlène Schiappa vão da primeira-ministra a membros da oposição

Fernanda Mena

TOULOUSE (FRANÇA) A secretária de Estado da França Marlène Schiappa, 40, vai estampar a capa da próxima edição da revista Playboy a ser lançada na quinta (6), dia marcado para mais uma jornada de mobilização contra a impopular reforma da Previdência proposta pelo governo francês.

O ensaio, mesmo antes de chegar às bancas, abriu um novo e indiscreto capítulo na crise que ronda o presidente Emmanuel Macron, após ele mesmo ter sido alvo de piadas por ter concedido entrevista à revista infantil em quadrinhos Pif Gadget no momento em que o país enfrenta uma ebulição nas ruas.

Completa o quadro a entrevista do ministro do Trabalho, Olivier Dussopt, linha de frente da reforma da Previdência, à revista Tetû, na qual ele assume sua homossexualidade. As aparições em um momento de tensão política foram apontadas pela oposição como cortina de fumaça.

Mas coube ao ensaio de Schiappa para a Playboy um lugar de destaque entre as críticas, que vieram do governo e da oposição, além de uma advertência da primeira-ministra Elisabeth Borne.

Célebre por evocar a igualdade de gênero, Borne teria telefonado a Schiappa para dizer que sua aparição na revista "não foi nem um pouco apropriada, especialmente no período atual" que o país atravessa.

Nos bastidores, especula-se que o caso fragilize a administração de Borne, que não teria sido informada das negociações de Schiappa com a Playboy, ou que possa levar à demissão da secretária, que foi ao Twitter reafirmar sua posição. "Defender o direito da mulher de dispor de seu corpo em todo lugar, o tempo todo. Na França, as mulheres são livres, por mais que isso desagrade aos retrógrados e aos hipócritas."

Imagens vazadas revelam um ensaio recatado, em que a secretária de Estado aparece com as cores da bandeira da França e de vestido longo branco. As fotos ilustram uma entrevista de 12 páginas em que ela fala sobre direitos das mulheres, aborto e literatura erótica.

Imagens vazadas do ensaio da ministra Marlène Schiappa na Playboy Reprodução

> Na França, as mulheres são livres, por mais que isso desagrade aos retrógrados e aos hipócritas
>
> **Marlène Schiappa**
> secretária de Estado da França, no Twitter

Titular da pasta de Economia Social e Solidária e da Vida Associativa, Schiappa integra o governo Macron desde 2017, quando assumiu o então inédito ministério de Equidade de Gênero. Ela é autora de livros sobre feminismo e de títulos eróticos, em geral assinados sob pseudônimo, além de um livro com dicas sexuais para pessoas acima do peso, pelo qual foi acusada de reforçar estereótipos gordofóbicos.

A deputada do Partido Verde Sandrine Rousseau abriu fogo contra a ministra. "Os corpos das mulheres têm de poder ser expostos em qualquer lugar. Não há problema nisso, mas existe um contexto social."

"Onde está o respeito pelo povo francês, pelas pessoas que terão que trabalhar dois anos a mais [devido à reforma da Previdência], que estão se manifestando e perdendo dias de pagamento, que não podem comer em razão da inflação?", indignou-se a deputada.

Jean-Luc Mélenchon, líder do ultraesquerdista França Insubmissa e terceiro lugar na última corrida presidencial, afirmou que "a França está saindo dos trilhos". "Num país em que o presidente se expressa na Pif, e sua ministra, na Playboy, o problema é a oposição", ironizou.

O ministro do Interior, Gérald Darmanin, por sua vez, saiu em defesa da colega durante entrevista ao canal francês CNews em que classificou Schiappa como "uma mulher de caráter".

O editor da versão francesa da Playboy, Jean-Christophe Florentin, também saiu em defesa da ministra, afirmando que a secretária de Estado tinha entendido que a revista erótica "não era para velhos machistas" e que podia ser um instrumento da causa feminista.

Prisca Thévenot, porta-voz do partido Renascença, de Macron, também apoiou Schiappa durante entrevista à Franceinfo. "A revista Playboy é conhecida por promover o tema dos direitos da mulher? Acho que não, por isso é importante que possamos abordar essas questões também nesta revista. Não se trata de posar nua, mas de abordar questões importantes."

O que poderia ser só um desconforto num contexto normal ganhou proporções explosivas graças aos protestos que já levaram milhares de franceses às ruas contra a reforma da Previdência. Aprovada graças a um dispositivo considerado pouco democrático, a reforma eleva a idade mínima para aposentadoria de 62 para 64 anos e aumenta os anos de contribuição para acesso à pensão integral de 42 para 43 anos.

A legislação ainda precisa ser aprovada pelo Conselho Constitucional e também aumenta a idade mínima de aposentadoria para atividades mais penosas, como policiais e bombeiros, de 57 para 59 anos.

Segundo o governo, a reforma representa economia de € 18 bilhões (cerca de R$ 101 bi). O movimento é, porém, repudiado pelos franceses, que prezam a qualidade de seu sistema público de seguridade social.

Andres Pelozo/AFP

SECRETÁRIO DE BUENOS AIRES É ESPANCADO EM MANIFESTAÇÃO

O secretário de Segurança da província de Buenos Aires foi agredido a socos e pedradas nesta segunda (3) durante um protesto de motoristas de ônibus motivado pelo assassinato de um condutor num suposto assalto durante a madrugada. Sergio Berni (ao centro) chegou ao local por volta das 11h40 e abordou o grupo para conversar, mas logo foi atacado, de acordo com a imprensa local. Ele estava com o secretário de Transporte, Jorge D'Onofrio, e uma pequena equipe de policiais. Os agentes não conseguiram conter os manifestantes, que cercaram o secretário. Eles o encurralaram em um muro, desferindo golpes e jogando objetos, segundo as imagens divulgadas por diferentes emissoras. A agressão durou cerca de 30 minutos. Berni foi levado ao hospital. Mais tarde, afirmou a jornalistas que sofreu uma fratura no osso malar (da bochecha) e minimizou os ferimentos. Além dele, oito policiais e outros manifestantes saíram machucados.

Justiça da Índia suspende prisão de Rahul Gandhi, opositor de Modi

SÃO PAULO A Justiça da Índia suspendeu nesta segunda-feira (3) a pena de prisão de dois anos de Rahul Gandhi, principal opositor do premiê Narendra Modi e descendente de uma outrora poderosa dinastia política.

A suspensão valerá até o julgamento do recurso apresentado pela defesa de Gandhi, que tenta reverter a condenação. Há uma audiência programada para o próximo dia 13 de abril, na qual ele não precisará comparecer. Além disso, mais dois processos por difamação foram abertos contra o político, e ele deve se apresentar ao tribunal em um deles na cidade de Patna, no leste do país, em 12 de abril.

A decisão pode impactar a participação dele nas eleições gerais de 2024, nas quais a sigla de Modi, o BJP (Bharatiya Janata Party, ou partido do povo indiano), é favorita. Desde que a pena foi divulgada, há pouco mais de uma semana, a defesa de Gandhi anunciou que entraria com um recurso em um tribunal superior.

A estratégia era tentar impedir sua expulsão do Parlamento —a lei local determina a desqualificação de legisladores condenados à prisão por mais de dois anos, período correspondente à pena do político, além da inabilitação política por seis anos após o fim da sentença.

Em um primeiro momento, o plano não deu certo — apenas um dia depois da condenação, aliados de Modi no Legislativo agiram para desqualificar o opositor. Gandhi atribuiu a expulsão, que agora pode ser revertida, às suas denúncias de uma suposta ligação entre o premiê e Gautam Adani, fundador da multinacional que leva seu sobrenome.

"Fui desqualificado porque o premiê está com medo do meu próximo discurso sobre Adani", disse Gandhi a repórteres, segundo relato da rede americana CNN, um dia depois de sua desqualificação. A oposição questiona os investimentos de estatais no grupo, que recebeu a gestão de seis aeroportos nos últimos anos —a Adani nega irregularidades.

O movimento foi visto como um dos mais duros golpes para tentar eliminar vozes dissidentes no país e reverberou inclusive nos EUA, onde o senador democrata Chris van Hollen afirmou, no Twitter, que a notícia era "alarmante". "Numa democracia saudável, você não silencia a oposição —você a debate."

Gandhi foi processado por afirmar, antes das últimas eleições gerais, em 2019, que "todos os ladrões se chamam Modi", uma referência ao premiê e a dois empresários indianos fugitivos, todos com o mesmo sobrenome, associado, porém, aos níveis considerados mais baixos do sistema indiano de castas.

À época, Modi foi reeleito em uma vitória avassaladora. Já a sigla opositora Congresso Nacional Indiano registrou seu pior desempenho, com 52 assentos na Câmara baixa do Parlamento, de 542 membros.

"Insultar todos de sobrenome Modi é completamente difamatório", afirmou no dia da condenação Ravi Shankar Prasad, parlamentar governista. "Houve uma audiência adequada. Ele teve a oportunidade de apresentar seu lado. A decisão foi tomada de acordo com o devido processo judicial."

No tribunal, Gandhi afirmou que pretendia apenas denunciar a corrupção no país.

"O discurso de 2019 não teve como objetivo difamar milhões de pessoas com o sobrenome Modi", disse o advogado de defesa de Gandhi, Hiral Panwala, à agência de notícias Reuters.

"Nesta luta, a verdade é minha arma e meu apoio!" escreveu o político nesta segunda, no Twitter, após deixar o complexo judicial em Surats. Apoiadores e membros de sua sigla se reuniram em frente ao local, em apoio a ele, que estava acompanhado de sua irmã mais nova.

Modi é acusado de tentar neutralizar opositores com processos judiciais. Relatório do instituto sueco V-Dem considera a Índia uma autocracia eleitoral —ou seja, um país com pleitos multipartidários, mas aquém em relação a outros pilares democráticos. Desde seu primeiro mandato, ele concentrou poder e sufocou parte da mídia independente, cortando a propaganda oficial em veículos críticos a seu governo.

Com a vitória de 2019, o premiê começou a implementar uma agenda pró-hindu e a desafiar princípios de pluralismo da democracia laica. A primeira medida foi a revogação da autonomia constitucional da Caxemira, única região de maioria muçulmana na Índia, o que gerou protestos reprimidos pela polícia.

Putin quer mísseis nucleares na fronteira da Belarus com a Otan

Planos envolvem ainda 'torpedo do Juízo Final' no Pacífico; retórica atômica tenta conter ajuda do Ocidente à Ucrânia

Igor Gielow

SÃO PAULO Em meio ao aumento da retórica nuclear de Vladimir Putin para tentar conter o apoio do Ocidente à Ucrânia, a Rússia anunciou que colocará mísseis nucleares na Belarus perto das fronteiras do país com a Otan e que planeja iniciar as operações do "torpedo do Juízo Final" no Pacífico talvez já no ano que vem.

A previsão de posicionar mísseis táticos Iskander na Belarus foi anunciada na semana retrasada pelo líder do Kremlin, em um movimento largamente simbólico: se quiser usar armas nucleares na Europa, o alcance de seus mísseis em casa é mais do que suficiente.

Mas armas táticas são destinadas a ataques pontuais, teoricamente de emprego mais possível do que no caso das estratégicas, que visam ganhar guerras, e a proximidade das fronteiras tem dois motivos.

Um é absorver ainda mais a Belarus ao chamado Estado da União, uma aliança existente com a Rússia que o ditador Aleksandr Lukachenko nunca quis ver aprofundada para não perder poder. Desde que protestos inéditos contestaram sua posição em 2020, contudo, ele está no colo de Putin.

Após integrar suas Forças Armadas em diversos níveis com as de Putin, Lukachenko busca um peso militar novo ante a Polônia, país que tem um histórico de rivalidade com os belarussos. Ele já havia pedido as armas atômicas antes mesmo da guerra de 2022 e conseguiu em agosto um acordo para que bombardeiros táticos do país fossem adaptados para eventualmente empregá-las.

Aí entra o fator central: Putin sinaliza ao Ocidente que está disposto a aumentar o risco de um confronto com a aliança militar ocidental. Mas o faz de forma escalonada, ao dizer que só terá instalações nucleares na Belarus a partir de julho, sem citar quando as armas chegariam.

Isso dá tempo para eventuais respostas políticas do Ocidente, como algum controle na escalada recente de apoio militar a Kiev. Neste ano, países da Otan romperam dois grandes tabus, vigentes para evitar provocar demais os russos: os envios de tanques e de caças.

Já há ao menos 31 modelos alemães Leopard-2 e 14 britânicos Challenger-2 em mãos ucranianas, e nesta segunda (3) a Polônia disse ter enviado o primeiro lote de caças MiG-29 que prometeu para Kiev — a Eslováquia já entregou ao menos quatro destes à Ucrânia.

Belarus faz fronteira com a Ucrânia ao sul, a Rússia a leste e tem 1.250 km de contato com a Polônia, a Lituânia e a Letônia, todas membros da Otan, a oeste. O anúncio de que as forças nucleares ficarão perto dessa região foi feito no domingo (2) pelo embaixador russo no país, Boris Grizlov, à TV belarussa.

"Expandiremos nossa capacidade de defesa, e isso será feito apesar do barulho na Europa e nos EUA", afirmou. Mesmo sem participar da guerra com tropas, Belarus permite o uso de seu território pelos russos.

Nesta segunda, o secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg, buscou minimizar um pouco a crise, dizendo que "não notou nenhuma mudança na atitude nuclear" russa.

De sua parte, o Kremlin segue com a pressão. A agência estatal Tass publicou reportagem também nesta segunda afirmando que o temido "torpedo do Juízo Final" estará operacional no final de 2024 ou no primeiro semestre de 2025 e que será empregado em submarinos postados na península de Kamtchatka.

Localizada no Extremo Oriente russo, ela é uma das bases russas no Pacífico, região em que a rivalidade da Guerra Fria 2.0 entre China e EUA tem se mostrado aguda. Washington firmou um pacto militar com Austrália e Reino Unido, o Aukus, e uma aliança política com australianos, japoneses e indianos, o Quad, e têm movimentado forças navais, além de alertar Pequim a não investir contra Taiwan.

Os chineses, por sua vez, aprofundaram os laços com a Rússia, como a visita de Xi Jinping a Putin em março demonstrou. Os elos militares também se estreitaram.

O torpedo, conhecido como Poseidon, é uma das cinco "armas invencíveis" que Putin anunciou para olhos céticos em 2018. Enquanto três delas já estão em operação — os mísseis hipersônicos Kinjal e Tsirkon e o planador hipersônico Avangard —, o torpedo parece ter alcançado grau avançado de desenvolvimento.

Ele foi definido como uma nova preocupação estratégica dos EUA na Revisão da Postura Nuclear de Washington em 2022. Pelo que sabe até aqui, trata-se de um enorme drone autônomo de 24 metros de comprimento que pode atravessar mais de 10 mil km ou mais sem ser percebido a até 130 km/h, o dobro da velocidade de um submarino, graças a um pequeno reator nuclear.

Depois, ao chegar ao alvo, detona uma ogiva de até 2 megatons em áreas costeiras, devastando tudo com um tsunami radioativo.

Tudo parecia fantasioso em 2018, mas agora especialistas afirmam acreditar que a ameaça é para valer. O fato de ser posicionado em Kamchatka coloca todos os rivais da China na região, fora os territórios americanos no Pacífico e a Costa Oeste do país, sob sua mira.

Mas, assim como no anúncio da Belarus, há dúvidas técnicas. No caso dos mísseis, é sabido desde 2018 que os russos têm bases prontas para guardar armas nucleares em Kaliningrado, encrave russo entre a Polônia e a Lituânia. Mas ninguém sabe se, de fato, eles estão lá.

Acerca do torpedo, além de não haver testes conhecidos da arma, há a questão do submarino. Para operá-lo, a Rússia construiu um modelo especial, o K-329 Belgorodo, que pode levar seis desses drones. Feito de um casco abandonado da classe Oscar-2 soviética, ele demorou talvez dez anos para ser redesenhado e fabricado.

Exceto que haja outros modelos análogos sendo produzidos sem conhecimento de especialistas, mesmo que a construção agora seja mais rápida, é algo para anos.

Rússia acusa Kiev e grupo de Navalni por blogueiro morto

O governo da Rússia acusou a Ucrânia e o grupo fundado pelo opositor Alexei Navalni de terem cometido o ataque a bomba que matou o blogueiro militar Vladen Tatarski em um bar no centro da cidade de São Petersburgo no domingo (2).

Uma mulher, Daria Trepova, foi presa pela polícia nesta segunda (3) e acusada de ser integrante do Fundo Anticorrupção, a ONG de Navalni. Até aqui, nunca houve casos de violência política associadas ao ativista. O complô pode envolver uma rivalidade entre militares russos e o grupo mercenário Wagner.

A acusação contra Navalni foi feita pelo Comitê Antiterrorismo do governo, segundo o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov. O órgão afirma que serviços de inteligência ucranianos tiveram "ajuda de agentes da Fundo Anticorrupção".

Navalni foi preso em 2021, ao voltar da Alemanha após meses de tratamento por ter sido envenenado na Sibéria. Acusado de violar sua liberdade condicional, acabou condenado novamente a mais nove anos de prisão. O opositor comandou, a partir de 2017, os maiores atos contra Vladimir Putin.

Enquanto o dedo acusador contra Kiev seja lógico, há nuances no caso do blogueiro Tatarski — cujo verdadeiro nome era Maxim Fomin.

Ele fazia parte de um grupo privilegiado, com acesso às frentes russas na Ucrânia e que o Kremlin permite até fazer o papel de crítico dos rumos da guerra, desde que Putin fique de fora. Alguns deles são próximos do Ministério da Defesa, e outros, como Tatarski, do Grupo Wagner, liderado por Ievguêni Prigojin, conhecido como o "chef de Putin" por já ter comandado os serviços de alimentação do Kremlin.

O café em que Tatarski recebeu a bomba, escondida em um busto de si mesmo, pertenceu a Prigojin. Segundo a agência Associated Press, a estátua foi dada por Trepova, que disse à polícia ter sido "usada", sem contar por quem.

O chefe do Wagner divulgou um áudio dizendo que "não se deve culpar o regime de Kiev". Prigojin vive às turras com o ministro da Defesa, Serguei Choigu, e outros generais, acusando-os de sabotar seus mercenários.

Tatarski, por sua vez, já havia dito em seu canal no Telegram que a cúpula militar russa mereceria um tribunal exclusivo, sendo composta de "idiotas sem treinamento" — Choigu é um general sem carreira no Exército, tendo ganhado seu título pelo trabalho como chefe do Ministério das Situações de Emergência.

O blogueiro tinha 560 mil seguidores. Estava no Kremlin em 30 de setembro passado, quando Putin anexou ilegalmente quatro regiões ucranianas. De acordo com a porta-voz da chancelaria, "ele ganhou o ódio do regime de Kiev".

Homenagens ao blogueiro russo Vladen Tatarski próximo ao bar onde ele foi morto no domingo (2), em São Petesburgo Anton Vaganov/Reuters

Celso Amorim faz visita a Moscou e a Paris para tratar de negociação de paz na Ucrânia

Renato Machado e Mayara Paixão

BRASÍLIA E SÃO PAULO O assessor especial do governo Lula para política externa, o ex-chanceler Celso Amorim, realizou uma viagem discreta à Rússia e à França na última semana para prospectar cenários para uma negociação de paz no contexto da Guerra da Ucrânia.

À **Folha** ele diz ter ficado surpreso com a receptividade do governo de Vladimir Putin — o próprio presidente russo o recebeu, para uma conversa de uma hora, no Palácio do Kremlin, em Moscou.

Amorim e a comitiva brasileira conversaram com o russo, por meio de tradução simultânea em inglês, na "mesa gigante" de Putin, que virou meme durante a pandemia de Covid.

Nas tratativas, Amorim falou em especial sobre o conflito na Ucrânia e, por iniciativa russa, de temas da agenda bilateral, como o comércio de fertilizantes. Durante a viagem, foi confirmada a vinda a Brasília do chanceler russo, Serguei Lavrov, no próximo dia 17.

Segundo o principal conselheiro de Lula para a agenda externa, a viagem teve como objetivo observar a receptividade russa à proposta de mediação de paz para a guerra. "Eles dizem que apreciam tanto os esforços do Brasil quanto os da China", afirma — Pequim apresentou um plano para a paz que, no entanto, foi esnobado pelo Ocidente.

Mas a ambição diplomática brasileira levará tempo, pondera Amorim. "Não há solução imediata. É preciso preparar um quadro para quando a vontade política se materializar. Quando ficar claro para um lado ou para o outro que o custo da guerra é maior que o de eventuais concessões, aí sim as ideias para a paz poderão fluir."

Amorim partiu na última terça-feira (28) para uma viagem de seis dias, a mando do presidente Lula. As reuniões na França tiveram o objetivo de representar a ligação com o lado Ocidental — que apoia Kiev.

Questionado, Amorim diz que não há um plano imediato para uma conversa com altas autoridades de Kiev, mas não descarta a possibilidade — o presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, já fez críticas à postura neutra do governo brasileiro na guerra.

A primeira parada da viagem foi em Moscou, onde houve o encontro com Putin, o chanceler Lavrov e dois auxiliares do presidente.

Amorim também almoçou com Lavrov, com quem mantém contato há longos anos, desde que era o chanceler brasileiro e de quando atuaram concomitantemente na ONU.

Um aliado afirma que o assessor especial de Lula teve a missão mais de ouvir a versão dos envolvidos do que propor soluções. Ele também não usou o termo "clube da paz", como Lula tem feito. "Deixei um pouco mais vago", afirma.

Após Moscou, o ex-chanceler esteve em Paris. O principal encontro foi com o diplomata Emmanuel Bonne, conselheiro do presidente Emmanuel Macron para temas de relações internacionais, função semelhante à de Amorim.

Lula vem buscando uma forma de encerrar o conflito. A equipe do presidente defende que o Brasil atue como um facilitador para colocar os atores envolvidos no conflito, direta ou indiretamente, em uma mesa de negociação.

O petista defende que é preciso tratar do tema em um clube de países não envolvidos diretamente nas hostilidades, que forneceriam as condições para mediar a conversa. A ideia envolveria nações como Índia e Indonésia.

O modelo é semelhante ao adotado para possibilitar algum diálogo entre governo e oposição na Venezuela, ainda no primeiro mandato do petista; e, depois, para tentar solucionar a questão nuclear iraniana.

Alguns críticos de Lula e de sua iniciativa apontam que o presidente não apresentou uma proposta concreta de paz e que, por isso, suas ações podem ter pouca eficácia.

O presidente também quer discutir o assunto com o líder chinês, Xi Jinping, durante viagem oficial ao país asiático, na próxima semana.

Lula também já manteve uma conversa de vídeo com o líder ucraniano e recebeu um convite para visitar o país.

Haddad prevê até R$ 8 bi com taxação de 'contrabando' por ecommerce chinês

Tributação faz parte do pacote de até R$ 150 bi em medidas para atingir metas previstas na regra fiscal

Nathalia Garcia

BRASÍLIA O ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou nesta segunda-feira (3) que estima arrecadar até R$ 8 bilhões com a tributação de plataformas de varejo internacionais que driblam as regras da Receita Federal.

A taxação faz parte do pacote de até R$ 150 bilhões em medidas propostas pelo Ministério da Fazenda para conseguir atingir as metas previstas na proposta de novo arcabouço fiscal.

"O problema todo é o contrabando. O comércio eletrônico faz bem para o país, estimula a concorrência. O que temos de coibir é o contrabando porque está prejudicando muito as empresas brasileiras que pagam impostos", afirmou Haddad, sem citar nomes de varejistas estrangeiras específicas.

Segundo o titular da Fazenda, as empresas "não podem fazer concorrência desleal com quem está pagando imposto" no país. O valor esperado de arrecadação com a taxação é estimado "entre R$ 7 bilhões e R$ 8 bilhões", disse.

Haddad afirmou não saber quais companhias são as "contrabandistas" e disse que "não se taxa uma empresa" em específico.

Em março, deputados e senadores da FPE (Frente Parlamentar Mista do Empreendedorismo) pediram que Haddad atue pelo fim do "contrabando digital" feito, de acordo com eles, por empresas chinesas. Os parlamentares afirmam que as companhias asiáticas vendem produtos sem taxação ou subfaturados no país.

Varejistas digitais estrangeiras, especialmente as chinesas AliExpress e Shein e a Shopee, de Singapura, abocanharam uma parte significativa do mercado brasileiro com produtos mais baratos.

"O Brasil hoje recebe 500 mil pacotes diários vindos da China, em que os valores são subfaturados e os pacotes são multiplicados", afirmou o deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), presidente da FPE, após o encontro no mês passado.

"Você compra cinco camisetas da Shein. Ela manda cinco pacotes, um com cada camiseta, para estar abaixo do valor que é taxado, que é de US$ 50 (R$ 262). Mesmo assim, quando passa de US$ 50, o valor da nota fiscal vem subfaturado."

Em nota, a Shein diz cumprir as leis e regulamentos locais do Brasil.

"A Shein reitera que tem se esforçado também para estabelecer parcerias com diversos fornecedores e vendedores locais no mercado brasileiro, bem como alavancar a plataforma de vendas, insights e marketing da companhia para apoiar o crescimento e sucesso dos seus negócios no país."

As varejistas nacionais reclamam da falta de isonomia na tributação e da diferença nos custos trabalhistas, o que daria vantagem competitiva para plataformas internacionais, que conseguem oferecer preços mais baixos.

As empresas de comércio eletrônico estrangeiras são acusadas de praticar "contrabando digital" e evasão fiscal, ao supostamente se aproveitarem de brechas nas regras e fraudarem vendas para evitar a cobrança de impostos de importação.

A taxação das plataformas que descumpram as regras da Receita faz parte do pacote de medidas propostas pela Fazenda para arrecadar mais e conseguir atingir as metas previstas no arcabouço fiscal, entregando a melhora nas contas públicas prometida para os próximos anos.

Na quinta-feira (30), o ministro afirmou que o pacote pode elevar a arrecadação federal entre R$ 100 bilhões e R$ 150 bilhões por ano.

A taxação do mercado de apostas esportivas eletrônicas também faz parte do plano "de recuperação da base fiscal do Orçamento", segundo Haddad.

Em entrevista à GloboNews, o titular da Fazenda afirmou que a Receita Federal prevê arrecadar de R$ 12 bilhões a R$ 15 bilhões com a medida —mais do que o dobro da estimativa inicial.

"A questão dos jogos de apostas, não é justo você não tributar uma atividade que muitas pessoas nem concordam que exista no Brasil, mas é uma realidade do mundo virtual. Se é uma realidade do mundo virtual, nada mais justo do que a Receita tributar", afirmou.

"A gente estava trabalhando com até R$ 6 bilhões, mas parece que é, no mínimo, o dobro disso. De R$ 12 bilhões a R$ 15 bilhões a projeção."

A equipe de Haddad também quer restringir empresas que contam com benefícios fiscais concedidos por estados via ICMS de abaterem IRPJ e CSLL, dois tributos federais. Ao fechar brechas legais para essa opção quando a atividade é de custeio (e permitindo apenas para investimentos), a Fazenda espera arrecadar de R$ 85 bilhões a R$ 90 bilhões.

O texto da MP (medida provisória) que trata do pacote de arrecadação está sendo redigido pelo Ministério da Fazenda e, segundo Haddad, será encaminhado ao Congresso em conjunto com a minuta do projeto de lei complementar do novo arcabouço fiscal.

"São as mesmas equipes redigindo o projeto de lei e a medida provisória", afirmou o ministro. "Provavelmente vai [tudo junto], se não for com um dia de diferença. O arcabouço vai junto com as medidas de recuperação da base fiscal", afirmou o ministro.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em Brasília Ueslei Marcelino/Reuters

Medidas do governo para aumentar arrecadação

> Tributação do mercado de apostas esportivas eletrônicas
Arrecadação prevista: de **R$ 12 bilhões** a **R$ 15 bilhões**

> Taxação de plataformas de varejo internacionais que descumpram as regras da Receita Federal
Arrecadação prevista: de **R$ 7 bilhões** a **R$ 8 bilhões**

> Fim de brechas legais que hoje permitem aos contribuintes abater de IRPJ e CSLL volumes significativos de benefícios fiscais do ICMS concedidos pelos estados às empresas quando a atividade é de custeio (permitindo apenas para investimentos)
Arrecadação prevista: de **R$ 85 bilhões** a **R$ 90 bilhões**

Lula diz que PIB deste ano vai surpreender 'os pessimistas'

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse, nesta segunda-feira (3), discordar de avaliações negativas sobre o PIB neste ano. Segundo ele, o crescimento da economia vai ser maior do que preveem os "pessimistas". A declaração ocorreu na abertura de reunião com ministros no Palácio do Planalto, no mesmo dia em que o Boletim Focus divulgou média da projeção do PIB estacionada em 0,9%. "[Eu] Disse para o Fernando Haddad semana passada que não concordo com avaliação negativa que o PIB vai crescer 0,1%, de que o PIB não sei das quantas", disse Lula aos ministros.

Cotados para relatar a nova regra fiscal na Câmara preveem votação para maio

Thiago Resende e Nathalia Garcia

BRASÍLIA Deputados cotados para relatar o projeto do novo arcabouço fiscal afirmam que a votação da proposta deverá ser concluída na Câmara até o fim de maio.

Apesar de o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ainda não ter apresentado o texto ao Congresso, aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), têm dito que a tramitação será rápida na Casa.

Lira decidiu que o relator, responsável por negociar mudanças no projeto, será do seu partido, o PP. André Fufuca (MA), Fernando Monteiro (PE), Júlio Lopes (RJ) e Cláudio Cajado (BA) são os cotados. O nome de Cajado tem ganhado força nos últimos dias.

O Ministério da Fazenda encaminhará uma minuta para a Casa Civil, que irá remeter, na sequência, o projeto para apreciação do Congresso, o que pode ocorrer nesta semana ou na próxima.

"Pode ser [que fique para semana que vem]. Eu vou estar aqui [em Brasília], o Rui [Costa] vai estar aqui, a Simone [Tebet] vai estar aqui. Se ficar pronto antes, mandamos até quarta [5], se não, pode ir segunda-feira da semana que vem [10]", disse o ministro Fernando Haddad (Fazenda) nesta segunda-feira (3).

O cronograma pode sofrer mudanças devido ao feriado prolongado da Semana Santa, que deve reduzir a presença de parlamentares em Brasília nesta semana. No entanto, o governo quer apresentar o texto antes de 15 de abril, quando a equipe econômica tem de entregar o projeto de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2024.

"As equipes estão por conta disso desde sexta-feira, trabalharam no final de semana. Como não tem sessão no Congresso, vou aproveitar esses dias para calibrar [o texto], certamente antes do dia 15 estará no Congresso Nacional", acrescentou Haddad.

Na semana passada, o presidente da Câmara afirmou que irá trabalhar para que a votação ocorra até o fim de abril. Mas aliados acreditam que esse prazo não será suficiente para a Casa analisar o tema.

A proposta começará a tramitar pela Câmara, que dará a palavra final. Um projeto de lei complementar normalmente é encaminhado para análise das comissões especializadas em assuntos contemplados pela proposta —as chamadas comissões de mérito.

Há ainda as comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça, que podem analisar o mérito e/ou a admissibilidade dos projetos de lei complementar.

Além disso, líderes da Câmara dizem que precisam avaliar detalhadamente cada ponto do novo arcabouço, já que a regra é mais complexa que o teto de gastos —norma atualmente em vigor.

> "As equipes estão por conta disso desde sexta. Como não tem sessão no Congresso, vou aproveitar esses dias para calibrar [o texto], certamente antes do dia 15 estará no Congresso
>
> **Fernando Haddad**
> ministro da Fazenda

Desde que a proposta do novo arcabouço recebeu aval de Lula, várias equipes da ala econômica passaram a redigir o projeto de lei a ser encaminhado ao Legislativo.

A proposta pressupõe um crescimento das despesas federais limitado a 70% do avanço das receitas primárias líquidas observadas nos 12 meses até junho do ano anterior.

O ritmo de alta das despesas em cada ano estará ligado à variação das receitas, com a condição de que se situe no intervalo de 0,6% e 2,5%. Esses serão o piso e o limite de alta real dos gastos sob a nova regra.

O arcabouço estipula também uma meta de resultado primário anual, mas com um intervalo de tolerância para cima e para baixo —a exemplo do sistema de metas para inflação.

Lira tem dito que só deve anunciar o relator do projeto quando o governo entregar o texto.

A indicação havia sido prometida ao deputado Mendonça Filho (União Brasil-PE), mas, segundo relatos de parlamentares, o fracasso das negociações entre o partido e o PP para a formação de uma federação partidária entre as duas legendas acabou minando o acordo.

Aliados de Lira afirmam ainda que, ao decidir colocar um correligionário nessa função, o presidente da Câmara e o presidente do PP, Ciro Nogueira, querem ter controle sobre a versão que será aprovada no Congresso. Nogueira é senador pelo Piauí e foi ministro da Casa Civil no governo Jair Bolsonaro (PL).

Nesse contexto, Cláudio Cajado e André Fufuca são apontados como favoritos na disputa pela relatoria.

Cajado foi presidente do PP, enquanto Nogueira esteve na Casa Civil. O deputado tem familiaridade com a área fiscal pelo histórico na CMO (comissão mista de Orçamento), que é responsável por aprovar o Orçamento no.

E Fufuca é líder do PP na Câmara e um dos mais próximos do presidente do partido.

A previsão do presidente da Câmara é que o novo arcabouço fiscal seja votado antes da proposta de reforma tributária —que está em discussão na Casa e também é uma das prioridades do governo Lula.

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Fumaça

Moradores do entorno de Congonhas prepararam um projeto de lei para sugerir à Prefeitura de SP a criação de uma taxa de fiscalização de poluição e ruído no aeroporto. O recolhimento da quantia, equivalente a R$ 30 por passageiro, seria feito pela concessionária. Haveria também um fundo para a administração do recurso. Guilherme Canton, da ANMA, que reúne vizinhos de Moema, afirma que a iniciativa ganhou força em meio aos avanços da concessão do aeroporto.

SERVIÇO DE BORDO "Já nos reunimos com a prefeitura e foi dito na reunião que haveria um parecer em dez dias", diz Canton. Segundo ele, os recursos do fundo seriam destinados à realização de obras de infraestrutura, janelas contra ruído em escolas, hospitais e residências em áreas atingidas, além de sensores de barulho e outras ferramentas para avaliar os impactos.

SALA DE EMBARQUE Canton afirma que o projeto levado pelos moradores tem diferenças em relação ao caso de Guarulhos. Lá, a taxa é ambiental, enquanto o caso proposto pela vizinhança de Congonhas é uma taxa de fiscalização da atividade aérea, segundo ele. A iniciativa de Guarulhos gerou forte reação negativa por parte das companhias aéreas no ano passado. Procurada pelo Painel S.A., a prefeitura não se manifestou.

LINHA DE PRODUÇÃO O relatório da CNI (Confederação Nacional da Indústria) sobre o desempenho do setor em fevereiro, divulgado nesta segunda-feira (3), não apresentou novos avanços capazes de reverter a desaceleração no ritmo da atividade registrado nos últimos meses. O cenário é de demanda enfraquecida com o faturamento em trajetória de queda moderada, assim como a utilização da capacidade instalada.

LADEIRA ABAIXO Na série dessazonalizada, o faturamento real recuou 0,1% na comparação com janeiro, alcançando cinco quedas dentro de seis meses. Em relação a fevereiro de 2022, ainda aparece um crescimento de 1,4%.

ENGRENAGEM Já a utilização da capacidade instalada teve um recuo de 0,2 ponto percentual na comparação com janeiro e de 2,2 pontos ante fevereiro de 2022. Foi a terceira redução mensal consecutiva, reiterando a trajetória de queda gradual iniciada em 2021.

EXPEDIENTE O emprego segue estável, ainda de acordo com a entidade, sinalizando acomodação do crescimento após a desaceleração observada no ano passado. Porém, o rendimento médio real e a massa salarial real recuaram entre janeiro e fevereiro.

MARCHA O DetranSP afirma que o total de descontos nas multas dos motoristas que aderiram ao sistema de notificação eletrônica entre os dias 15 e 31 de março superou R$ 1,6 milhão. Por meio do sistema, que evita as notificações de papel, o condutor pode ter redução de até 40% no valor da multa de trânsito, mas precisa abrir mão de apresentar recurso à infração, diz o governo estadual.

RADAR O benefício existe desde abril de 2021, quando foi instituído o novo Código de Trânsito Brasileiro, mas o estado de São Paulo só passou a praticá-lo no mês passado. De acordo com o órgão, os veículos paulistas já correspondem a 25% do total cadastrado na plataforma em todo o país.

ANTIBIÓTICO Em meio à queda de braço para a implementação do novo piso nacional dos enfermeiros, a liderança sindical da categoria no Rio e o município carioca ainda travam outra batalha por reajuste, mas não chegaram a um acordo para encerrar a greve iniciada no mês passado. O caso deve seguir para julgamento no TRT-1 (Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região).

PLANTÃO Em nova audiência no tribunal nesta segunda (3), os empregadores não apresentaram proposta para o reajuste, segundo o órgão. "Estamos abertos a negociação, mas a prefeitura não está querendo negociar", diz Marco Schiavo, presidente do Sindenfrj (sindicato dos enfermeiros no Rio). De acordo com o TRT, o município afirma que não tem ingerência sobre a questão do piso nacional da enfermagem.

SACOLA O índice de confiança do consumidor paulista, feito pela ACSP (associação comercial de SP), registrou a primeira queda desde novembro. Foi um recuo de 0,9% na comparação com fevereiro.

BOLSO A entidade diz que a percepção das famílias em relação à própria situação financeira segue positiva, mas perdeu intensidade. Segundo a ACSP, a queda está na margem de erro e ainda não é compreendida como mudança na tendência de crescimento iniciada em maio de 2021.

com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

INDICADORES

Juros

Mar., em % ao mês ■ Mínimo ■ Máximo

Fonte: Procon-SP

Contribuição à Previdência

Competência março

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.302,00	20%	R$ 260,40
Valor máx.	R$ 7.507,49	20%	R$ 1.501,49

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo pode contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 17.abr

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.302	5%	R$ 65,10

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.302,00	7,5%
De R$ 1.302,01 até R$ 2.571,29	9%
De R$ 2.571,30 até R$ 3.856,94	12%
De R$ 3.856,95 até R$ 7.507,49	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20.abr. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

Imposto de Renda

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Empregados domésticos

Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.433,73	Valor, em R$
Empregado	109,50
Empregador	286,71

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 5.abr. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

23% dos brasileiros afirmam que comida em casa é insuficiente

Percentual oscila negativamente em relação a outubro, aponta Datafolha; mulheres e moradores do Nordeste são os mais afetados

Douglas Gavras

SÃO PAULO O percentual de famílias com comida insuficiente em casa atingiu em março o menor patamar da série do Datafolha, desde maio de 2021. A falta de alimentos na mesa foi uma realidade sentida por 23% dos entrevistados —oscilando negativamente na comparação com o dado anterior, de outubro de 2022 (24%).

Em julho de 2022, 33% afirmaram ter menos alimentos em casa do que a família necessitava.

Na pesquisa, 62% disseram contar com quantidade suficiente de comida (eram 56% em outubro), e apenas 15% consideravam essa quantidade mais do que suficiente (há cinco meses, eram 20%).

O Datafolha ouviu 2.028 pessoas com 16 anos ou mais em 126 cidades, em 29 e 30 de março. Para os entrevistados que dizem receber Bolsa Família, a margem de erro é de quatro pontos para mais ou menos; para os que não recebem, a margem é de três pontos.

O combate à fome é uma das bandeiras do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e o encarecimento da comida é uma das causas da falta de alimento em casa. Em fevereiro, a inflação acelerou para 0,84%, sendo de 0,16% no grupo de alimentos e bebidas.

O mês registrou queda de alimentos que tinham ficado mais caros no ano passado, como as carnes (-1,22%) —com a redução mais intensa em 15 meses—, a batata-inglesa (-11,57%) e o tomate (-9,81%).

Para 2023, há uma expectativa de queda dos preços dos alimentos, o que deve dar um alívio ao orçamento doméstico.

Segundo o Datafolha, a falta de alimentos em quantidade suficiente ocorre mais entre as mulheres (27%), os moradores da região Nordeste (30%), os que votaram em Lula (27%) e os beneficiários do Bolsa Família (23%).

A pesquisa também mostra que 26% diziam receber o benefício em março, enquanto 7% recebiam o Auxílio Gás do governo federal.

O programa de transferência de renda, que havia sido renomeado de Auxílio Brasil pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), foi relançado como Bolsa Família no início de março.

O presidente também prometeu combater irregularidades, como o aumento artificial das famílias com uma só pessoa que ocorreu durante o último ano do governo Bolsonaro, para fazer com que o programa chegue a quem precisa.

Pelo Datafolha, 32% dos contemplados com o Bolsa Família avaliam que a situação econômica do país melhorou nos últimos meses, e 60% dizem crer que ela irá melhorar no futuro próximo.

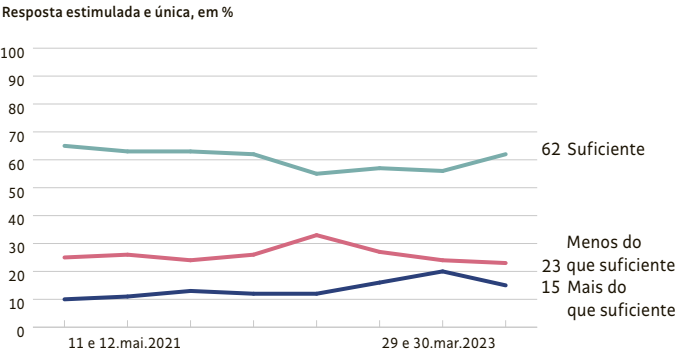
Entre os que não recebem o benefício, esses percentuais são de 20% e 41%, respectivamente.

Os que recebem Bolsa Família acreditam menos em um aumento da inflação do que os que não recebem. São 46% os que dizem crer que ela irá aumentar (entre os que não são beneficiários, 57%).

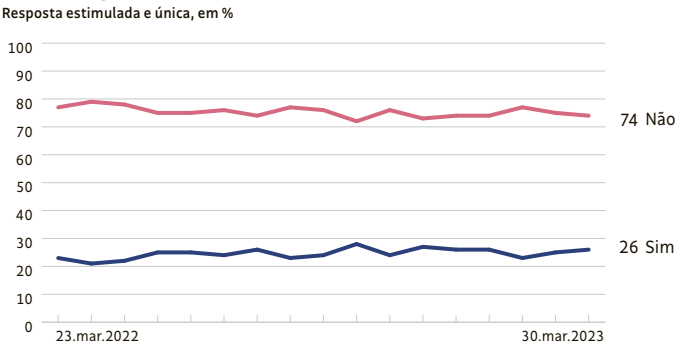
Além disso, 21% dos beneficiários do Bolsa Família dizem acreditar em uma perda do poder de compra dos salários nos próximos meses, ante 35% dos demais.

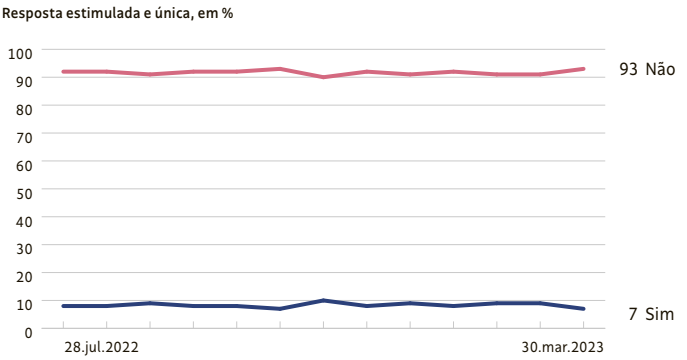
1 em cada 4 brasileiros teve comida insuficiente em casa

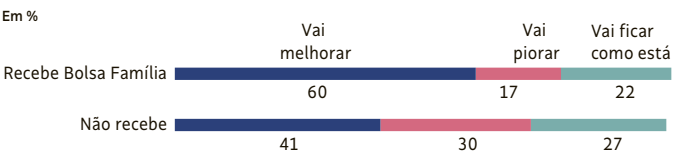
Avaliação da quantidade de comida para você e sua família nos últimos meses

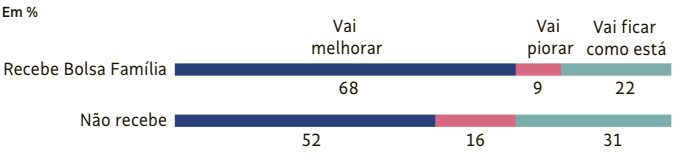
Resposta estimulada e única, em %

Bolsa Família chega a 26% dos brasileiros com mais de 16 anos

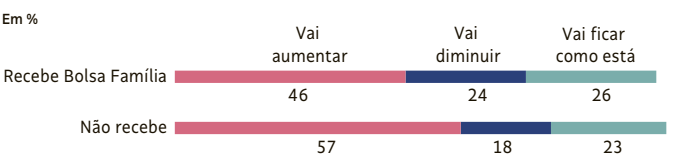
Você ou alguém da sua casa recebe o Bolsa Família?

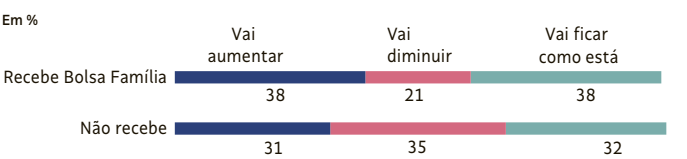
Resposta estimulada e única, em %

Você ou alguém da sua casa recebe o Vale-Gás federal?

Resposta estimulada e única, em %

Nos próximos meses, como deve ficar a situação econômica do país?

Em %

E a sua situação, como deve ficar?

Em %

Daqui pra frente a inflação vai aumentar, vai diminuir ou vai ficar como está?

Em %

Daqui pra frente o poder de compra do salário vai aumentar, vai diminuir ou vai ficar como está?

Em %

Fonte: Pesquisa Datafolha nos dias 29 e 30 de março de 2023. Foram realizadas 2.028 entrevistas em todo o Brasil, distribuídas em 126 municípios. Para beneficiários do Bolsa Família/Auxílio Brasil, a margem de erro máxima para o total da amostra é de 4 pontos percentuais, para os que não recebem a margem é de 3 pontos, dentro do nível de confiança de 95%

Tarifa definirá vencedor na lei de saneamento

Concessões que usarem verbas federais terão como critério de seleção menor valor de conta e universalização rápida

Lucas Marchesini

BRASÍLIA As concessões de saneamento que utilizarem verbas federais terão como critério de seleção do vencedor o menor valor de tarifa e o cronograma de universalização do serviço mais rápido. Hoje, ganha quem oferece a maior outorga.

"O dinheiro do saneamento tem de ir para o saneamento, não pode ir para asfaltar rua, pagar festa", disse à Folha o ministro das Cidades, Jader Barbalho Filho (MDB)

A mudança estará no decreto revisando regras do Marco do Saneamento, que será apresentado nesta quarta-feira (5) em cerimônia no Palácio do Planalto.

Outra definição que estará no texto será o de estabelecer a ANA (Agência Nacional de Águas) como a responsável por regular o setor, seguindo diretrizes do Ministério das Cidades. Uma clareza nesse sentido foi pedida pelo setor privado durante as discussões que levaram ao novo decreto.

Conforme antecipou a **Folha**, o decreto também retirará a trava de 25% para a participação de PPP (Parceria Público-Privada) em concessões de saneamento.

"O presidente Lula determinou que o que nós queremos é investimento no setor, e ninguém sozinho vai conseguir isso", apontou o ministro. Ele estima que as mudanças vão permitir destravar ao menos R$ 120 bilhões em investimentos no setor.

Isso porque 1.113 municípios estariam impedidos de receber recursos federais para promover investimentos no saneamento básico da cidades a partir de 31 de março deste ano caso não fossem feitas alterações no marco. De acordo com o Ministério das Cidades, quase 30 milhões de pessoas vivem nesses locais.

Essa trava surgia em razão de diversas razões. A primeira era a comprovação de capacidade técnica e financeira para promover investimentos, cujo novo prazo passa a ser o fim de 2024.

No Planalto, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, destacou a importância da proposta, disse que o decreto deve ser assinado pelo presidente nesta semana e citou a possibilidade de mais de R$ 100 bilhões de investimentos.

"Vamos abrir leque de investimento para celebrar chegada da água, do esgoto e, com isso, atrair recursos de fundo de investimento privado e várias modalidades que envolvem subconcessão, PPP e várias modalidades e sair da visão estreita que reduzia para apenas uma modalidade", disse a jornalistas, após reunião ministerial com Lula.

Outras cidades não poderiam acessar os recursos federais por não terem se regionalizado a tempo. Nesse caso, o novo prazo é 2025. A regionalização é a criação de um contrato de concessão com diversos municípios.

A criação desses grupos permite um ganho de escala e um subsídio cruzado, com cidades mais atrativas economicamente ajudando a viabilizar investimentos em municípios com menor apelo comercial.

Um terceiro caso é o de cidades que tem um serviço de saneamento com contrato vencido ou inexistente. Nesse caso, o decreto prevê que sejam criadas microrregiões e, assim, as empresas estaduais ou municipais possam se tornar a prestadora direta do serviço sem passar por uma licitação.

O Marco do Saneamento prevê a universalização do acesso ao saneamento básico até 2033. Ela consiste em fornecer água para 99% da população brasileira e coleta e tratamento de esgoto para 90%. A meta foi definida na aprovação do projeto, em 2020.

As mudanças no marco serão todas feitas pelo decreto que será apresentado nesta quarta e não exigirá o envio de projeto de lei ao Congresso.

Todos os participantes das discussões sobre as mudanças no decreto —empresas municipais, estaduais, privadas e o governo federal— prefeririam não ter de passar pela Câmara dos Deputados e pelo Senado com as mudanças.

Isso porque uma nova mudança legal poderia aumentar a insegurança jurídica no setor, e, além disso, o governo ainda não testou sua base no Congresso Nacional.

Segundo Costa, o novo decreto vai "abrir o leque da possibilidade de investimentos" e, com isso, atrair fundos de investimentos.

"O que nós vamos fazer é abrir o leque de oportunidades de investimentos para acelerar a chegada da água, do esgotamento, às diversas cidades e estados e com isso atrair muitos recursos."

Com Reuters

Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica | CEEE-G

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 2022

CNPJ: 39.881.421/0001-04
NIRE: 4330006550-2

Relatório da Administração

Apresentação: A Administração da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G (Companhia ou CEEE-G), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, elaborou o presente Relatório da Administração (RA) e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Histórico da Companhia:** A CEEE-G tem sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A, Sala 723, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, tendo por objeto social precípuo, realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras de energia elétrica, bem como a celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades, tais como a comercialização de energia elétrica. Sob a ótica institucional, a Lei Estadual n.º 15.298, de 4 de julho de 2019, autorizou o Poder Executivo do Rio Grande do Sul a alienar o controle acionário da Companhia. Em 16 de agosto de 2019 foi assinado o contrato para estruturação do processo de desestatização da Companhia pelo Estado do Rio Grande do Sul com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. O BNDES coordenou o projeto durante todas as fases, a saber: estudos de modelagem econômico-financeira, consulta e audiência pública, realização de leilão e assinatura de contrato compra e venda de ações entre o controlador público e a empresa vencedora. No âmbito desse processo de desestatização, em 18 de fevereiro de 2021 houve a cisão da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT (cindida CEEE-GT), segregando os segmentos de geração e transmissão. A Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G foi constituída como ato preparatório à cisão parcial, em outubro de 2020 foi constituída a, originalmente como uma subsidiária integral da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE- Par (Holding). Neste contexto, a CEEE-G realizou a incorporação do acervo líquido cindido da CEEE-GT, absorvendo às operações do segmento de geração de energia. Na mesma vertente, remanesceram na parcela cindida da CEEE-GT, todos os ativos inerentes às atividades de transmissão de energia elétrica, com a respectiva redução de seu capital social e alteração de sua denominação para Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T. Como condição para eficácia da cisão, houve a celebração, com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, do instrumento de transferência da concessão regulada pelo Contrato nº 025/2000 à Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G, o que se deu em 08 de abril de 2021. Com isso, a CEEE-G passou a operar de forma totalmente segregada, com a incorporação do acervo líquido cindido, acrescido das variações patrimoniais do período, nos termos do protocolo e instrumento de justificação da cisão parcial da CEEE-GT. Em 22 de dezembro de 2021 foi publicado o Aviso de Leilão e o respectivo Edital do Processo de Desestatização da Companhia CEEE-G, cujo objeto era a alienação do controle da Companhia, através da oferta de lote único de 6.381.908 ações, nominativas, sem valor nominal, de emissão da CEEE-G de propriedade do Estado, representativas de aproximadamente 66,23% do capital social total da CEEE-G. Em 29 de julho de 2022, ocorreu o leilão do procedimento licitatório na forma do Edital nº 01/2022, para aquisição de ações representativas de 66,23% do capital social da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G, pelo preço total de R$ 928.000.000,00. A vencedora do Leilão foi a Companhia Florestal do Brasil S.A., controlada pela Companhia Siderúrgica Nacional. A conclusão do processo de aquisição ocorreu em 21 de outubro de 2022. Em 24 de novembro de 2022, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, a realização da sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação. A emissão foi composta por 1.900.000 (um milhão e novecentas mil) debêntures, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo o valor total da Emissão de R$ 1.900.000.000,00 (um bilhão e novecentos milhões de reais). As debêntures têm um prazo de vencimento de dois anos contados da data de emissão das Debêntures. Em 22 de dezembro de 2022, a Companhia Florestal do Brasil adquiriu a totalidade das ações de emissão da CEEE-G e detidas pela Centrais Elétricas Brasileiras S/A ("Eletrobrás"), representativas de 32,74% do Capital Social da Companhia Desse ponto em diante, a Companhia Florestal do Brasil passou a deter 98,96% do Capital social da Companhia. **A Empresa:** O ano de 2022 apresentou uma receita líquida de R$ 431,7 milhões, o que representa redução de 9,5% em relação ao ano anterior, como resultado do impacto positivo da reposição de perdas registradas em 2021 e que acabaram por compensar o aumento de 37% no suprimento de energia em 2022. A Companhia teve um custo de serviço de R$ 348,6 milhões, 31,8% superior ao mesmo período do ano passado, devido ao maior custo de operação, explicado pelo maior volume de energia vendido, visto que as operações em 2021 se iniciaram apenas em abril. Com isso, o resultado bruto atingiu R$ 83,1 milhões no período e foi 61% inferior na comparação anual, impactado pelo maior custo da operação. A Companhia apresentou outras receitas e despesas operacionais líquidas no valor negativo de R$ 79,3 milhões, impactado pelo aumento de despesas operacionais do período. As equivalências patrimoniais da Companhia em 2022 foram positivas em R$ 91,5 milhões, 16,2% inferior em relação à 2021, devido a menores resultados operacionais das coligadas. Já o resultado financeiro líquido no ano foi positivo em R$ 51,9 milhões, 388% superior ao do ano anterior, devido ao ganho com aplicações financeiras no período. Por fim, o prejuízo líquido da Companhia foi de R$ 14,2 milhões, contra um lucro de R$ 209,6 milhões em 2021, devido ao menor resultado operacional que acabou por compensar o resultado financeiro positivo verificado no período. **Auditores Externos:** Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G informa que utiliza os serviços de Auditoria Independente da empresa Grant Thornton Auditores Independentes, na elaboração de suas demonstrações financeiras, no montante da remuneração de R$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais). Os Auditores Independentes declaram que a prestação de serviços não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de Auditoria Externa, baseados na Resolução nº 1.267/2009 do Conselho Federal de Contabilidade. **Agradecimentos:** Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Nosso reconhecimento à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da nossa missão.

Porto Alegre, 31 de março de 2023.
Atenciosamente, Administração da CEEE-G

Balanço Patrimonial Individual e Consolidado (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	668.680	487.877	669.100	488.327
Concessionárias e Permissionárias	5	43.199	27.897	43.199	27.897
Tributos a Recuperar	6	5.456	3.552	5.524	3.620
Estoques	7	2.825	2.419	2.825	2.419
Ativo de Concessão - Contratual	8	-	7.022	-	7.022
Outros Créditos a Receber	9	18.116	5.110	18.116	5.482
Dividendos a Receber	10	79.955	73.135	79.955	73.135
Contas a Receber	11	8.895	11.354	8.899	11.354
Despesas Pagas Antecipadamente		-	-	5	6
		827.126	618.366	827.623	619.262
NÃO CIRCULANTE					
Tributos a Recuperar	6	1	5	1	5
Depósitos Judiciais	12	66.504	59.015	66.524	59.035
IR e Contribuição Social Diferidos	13	89.600	44.224	89.600	44.224
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	14.7	5.967	3.540	-	-
Ativo de Concessão - Contratual	8	-	96.811	-	96.811
Bens e Direitos Destinados a Alienação e Bens de Renda		2.876	2.876	2.876	2.876
Outros Créditos a Receber	9	30.878	-	31.248	-
Investimentos	14	210.340	310.037	215.478	312.806
Imobilizado	15	53.183	142.706	53.232	142.755
Direito de Uso		-	2.787	-	2.787
Intangível	16	2.094.415	125.709	2.094.793	126.087
		2.553.764	787.710	2.553.752	787.386
TOTAL DO ATIVO		**3.380.890**	**1.406.076**	**3.381.375**	**1.406.648**

	Nota Explicativa	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	17	27.862	19.771	27.899	19.898
Debêntures	18	11.065	-	11.065	-
Obrigações Trabalhistas	19	10.951	9.090	10.961	9.115
Obrigações Fiscais	20	27.239	3.112	27.257	3.149
Arrendamentos a Pagar		-	829	-	829
Provisão para Benefícios a Empregados	21	280	823	280	823
Provisão para Cont. Trabalhistas, Cíveis, Tributárias e Regulatórios	22	11.962	5.552	11.962	5.552
Obrigações da Concessão	23	12.808	10.761	12.808	10.761
Contas a Pagar	24	6.431	11.679	6.431	11.679
Dividendos		306	51.202	306	51.202
Uso do Bem Público	25	831	-	831	-
Outros Passivos	26	7.143	9.403	7.180	9.403
		116.878	122.222	116.980	122.411
NÃO CIRCULANTE					
Debêntures	18	1.891.588	-	1.891.588	-
Arrendamento a Pagar		-	2.056	-	2.056
Provisão para Benefícios a Empregados	21	11.580	10.588	11.580	10.588
Provisão para Cont. Trabalhistas, Cíveis, Tributárias e Regulatórios	22	309.066	262.330	309.066	262.330
Obrigações da Concessão	23	89.566	83.044	89.566	83.044
Uso do Bem Público	25	47.916	-	47.916	-
Outros Passivos	26	9.385	9.385	9.768	9.768
		2.359.101	367.403	2.359.484	367.786
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	28.1	755.962	584.291	755.962	584.291
Outros Resultados Abrangentes	28.4	(3.387)	1.853	(3.387)	1.853
Reservas de Lucros	28.3	158.085	336.056	158.085	336.056
Ações em Tesouraria	28.2	(5.749)	(5.749)	(5.749)	(5.749)
		904.911	916.451	904.911	916.451
Participação dos não controladores		-	-	-	-
		904.911	916.451	904.911	916.451
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**3.380.890**	**1.406.076**	**3.381.375**	**1.406.648**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Individual e Consolidado (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Lucro	Ações em tesouraria	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízo/Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	1	-	-	-	-	1
Incorporação pela Cisão do Segmento Geração	584.290	171.671	-	6.791	-	762.752
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	209.633	209.633
Outros Resultados Abrangentes						
Variação Líquida no Custo Atribuído nos Ativos	-	-	-	(7.222)	5.954	(1.268)
Registro no Ganho Atuarial	-	-	-	2.284	-	2.284
Ações em Tesouraria	-	-	(5.749)	-	-	(5.749)
Destinação do Resultado						
Constituição de Reserva Legal	-	10.779	-	-	(10.779)	-
Provisão para Dividendos	-	-	-	-	(51.202)	(51.202)
Reserva de Retenção de Lucros	-	153.606	-	-	(153.606)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**584.291**	**336.056**	**(5.749)**	**1.853**	**-**	**916.451**
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	(14.239)	(14.239)
Aumento de Capital	171.671	(171.671)	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes						
Realização do Custo Atribuído dos Ativos	-	-	-	(7.939)	7.939	-
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Realização do Custo Atribuído dos Ativos	-	-	-	2.699	-	2.699
Absorção do Resultado						
Reserva de Retenção de Lucros	-	(6.300)	-	-	6.300	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**755.962**	**158.085**	**(5.749)**	**(3.387)**	**-**	**904.911**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado do Exercício Individual e Consolidado (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Receita Operacional Líquida	30	**431.731**	**476.728**	**431.734**	**476.923**
Custo do Serviço de Energia Elétrica		**(348.637)**	**(264.447)**	**(348.637)**	**(264.447)**
Custo com Energia Elétrica	31	(149.943)	(179.374)	(149.943)	(179.374)
Custo de Operação	32	(198.694)	(85.073)	(198.694)	(85.073)
Resultado Operacional Bruto		**83.094**	**212.281**	**83.097**	**212.476**
Despesas Operacionais		(97.746)	(76.330)	(100.114)	(78.013)
Despesas Gerais e Administrativas	32	(18.456)	(11.812)	(20.824)	(13.495)
Outras Despesas Operacionais	32	(79.290)	(64.518)	(79.290)	(64.518)
Outras Receitas	33	113.455	55	113.455	55
Outras Despesas	34	(213.624)	(12)	(213.624)	(12)
Resultado do Serviço		**(114.821)**	**135.994**	**(117.186)**	**134.506**
Resultado de Participações Societárias		89.091	107.952	91.460	109.226
Resultado Financeiro, Líquido	35	51.859	10.429	51.855	10.643
Resultado antes do IR e CS		**26.129**	**254.375**	**26.129**	**254.375**
Imposto de Renda Corrente	36	(60.914)	(21.408)	(60.914)	(21.408)
Imposto de Renda Diferido	36	31.380	(11.387)	31.380	(11.387)
Contribuição Social Corrente	36	(22.131)	(7.848)	(22.131)	(7.848)
Contribuição Social Diferida	36	11.297	(4.099)	11.297	(4.099)
Prejuízo/Lucro Líquido do Exercício		**(14.239)**	**209.633**	**(14.239)**	**209.633**
Prejuízo/Lucro Básico e Diluído por Ação Ordinária - R$	29	(1,47759)	21,75391	(1,47759)	21,75391
Prejuízo/Lucro Básico e Diluído por Ação Preferencial - R$	29	(1,47759)	21,75391	(1,47759)	21,75391

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício Individual e Consolidado (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Prejuízo/Lucro Líquido do Exercício		**(14.239)**	**209.633**	**(14.239)**	**209.633**
Outros Resultados Abrangentes		**(5.240)**	**1.853**	**(5.240)**	**1.853**
Saldo Acervo de Cisão		-	**6.791**	-	**6.791**
Realização do Custo Atribuído dos Ativos		**(7.939)**	-	**(7.939)**	-
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Realização do Custo Atribuído dos Ativos		**2.699**	-	**2.699**	-
Variação Líquida no Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		-	**(7.222)**	-	**(7.222)**
Registro do Ganho Atuarial		-	**2.284**	-	**2.284**
Resultado Abrangente do Exercício		**(19.479)**	**211.486**	**(19.479)**	**211.486**
Prejuízo/Lucro Básico e Diluído por Ação Ordinária - R$	29	(1,47759)	21,75391	(1,47759)	21,75391
Prejuízo/Lucro Básico e Diluído por Ação Preferencial - R$	29	(1,47759)	21,75391	(1,47759)	21,75391
Atribuído ao Acionista da Companhia Controladora		-	-	**(19.479)**	**211.486**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de caixa Individual e Consolidado (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Prejuízo/Lucro Líquido do Exercício	**(14.239)**	**209.633**	**(14.239)**	**209.633**
Despesas (Receitas) que Não Afetam Caixa				
Depreciação e Amort. dos Bens de Ativo Imobilizado e Intangível	101.490	35.536	101.490	35.536
Baixa do Risco Hidrológico	33.936	-	33.936	-
Amortização do Ativo Contratual	6.971	6.318	6.971	6.318
Baixa do Ativo Contratual	100.703	-	100.703	-
Constituição de Provisões	68.204	63.819	68.204	63.819
Termo de Acordo Dfesa	(57.057)	-	(57.057)	-
Reconhecimento do Risco Hidrológico	-	(150.285)	-	(150.285)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(89.091)	(107.952)	(91.460)	(109.226)
Remuneração do Ativo Financeiro	(3.840)	(2.093)	(3.840)	(2.093)
Amortização UBP e Outorga	5.824	-	5.824	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(42.677)	15.486	(42.677)	15.486
Variação do Arrendamento a Pagar	2.884	116	2.884	116
Baixa e Adições de Ativo Imobilizado	82.583	1.335	82.583	1.335
Prejuízo/Lucro Líquido Ajustado	**195.692**	**71.913**	**193.323**	**70.638**
Variações nos Ativos Circulantes e Não Circulante	**(66.524)**	**9.573**	**(66.523)**	**9.767**
Concessionárias e Permissionárias	(15.302)	12.418	(15.302)	12.418
Tributos a Recuperar	(1.901)	(212)	(1.901)	(212)
Estoques	(407)	(1.727)	(407)	(1.727)
Depósitos Judiciais	(7.489)	(1.147)	(7.489)	(1.147)
Outros Créditos a Receber	(41.425)	241	(41.425)	435
Variações nos Passivo Circulantes e Não Circulante	**55.401**	**25.019**	**55.311**	**24.488**
Fornecedores	8.091	305	8.001	110
Obrigações Trabalhistas	1.861	1.249	1.876	1.266
Obrigações Fiscais	107.173	26.882	107.192	26.880
Provisão para Benefícios a Empregados	449	(314)	449	(314)
Obrigações da Concessão	8.569	(9.241)	8.569	(9.241)
Outros Passivos	(7.059)	15.041	(7.092)	14.690
Pagamentos Contingências	(12.787)	(8.903)	(12.787)	(8.903)
Dividendos Pagos	(50.896)	-	(50.896)	-
IRPJ/CSLL Pagos	(67.933)	(32.103)	(67.933)	(32.103)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**116.636**	**74.401**	**114.178**	**72.790**
Atividades de Investimentos				
Caixa Líquido (Aplicado) nas Atividades de Investimento	**(1.819.010)**	**45.316**	**(1.816.582)**	**47.113**
Venda Investimento	96.827	-	96.827	-
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(2.946)	(1.410)	(2.946)	(1.419)
Aquisição de Bens do Ativo Intangível	(2.051.016)	-	(2.051.016)	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(2.428)	(1.806)	-	-
Dividendos Recebidos	140.553	48.532	140.553	48.532
Atividades de Financiamento				
Caixa Aplicado/Gerado nas Atividades de Financiamento	**1.883.177**	**(6.279)**	**1.883.177**	**(6.279)**
Captação de Debêntures	1.900.000	-	1.900.000	-
Encargos de Captação de Debêntures	(16.823)	-	(16.823)	-
Arrendamentos a Pagar	-	(530)	-	(530)
Pagamento Direito de Recesso - Ações em Tesouraria	-	(5.749)	-	(5.749)
Variação do Caixa	**180.803**	**113.438**	**180.773**	**113.624**
Redução/Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa				
No Início do Exercício	487.877	1	488.327	1
Saldo Cindido	-	374.438	-	374.702
No Final do Exercício	668.680	487.877	669.100	488.327
	180.803	**113.438**	**180.773**	**113.624**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado Individual e Consolidado (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Receitas				
Receita Operacional Bruta	506.479	526.597	506.482	526.792
Outras Receitas e Despesas	(100.169)	43	(100.169)	43
(-) Insumos Adquiridos de Terceiros	**(186.625)**	**(197.133)**	**(188.730)**	**(198.569)**
Material	(9.788)	(1.418)	(9.788)	(1.418)
Serviços de Terceiros	(27.830)	(9.956)	(27.830)	(9.956)
Custo de Energia Comprada	(149.943)	(179.374)	(149.943)	(179.374)
Outras Despesas Operacionais	936	(6.385)	(1.169)	(7.821)
(=) Valor Adicionado Bruto	**219.685**	**329.507**	**217.583**	**328.266**
(-) Depreciação e Amortização	(12.823)	(9.710)	(12.823)	(9.710)
(-) Depreciação do Ativo de Direito de Uso	2.590	(616)	2.590	(616)
(-) Amortização Risco Hidrológico	(91.257)	(25.093)	(91.257)	(25.093)
(-) Amortização UBP	(127)	-	(127)	-
(-) Amortização Outorga	(5.697)	-	(5.697)	-
(-) Provisões	(76.100)	(64.418)	(76.066)	(64.418)
(=) Valor Adicionado Líquido Produzido	**36.271**	**229.670**	**34.203**	**228.429**
(+) Resultado de Participações Societárias	89.091	107.952	91.460	109.226
(+) Receitas Financeiras	84.158	19.432	84.161	19.650
(=) Valor Adicionado Total a Distribuir	**209.520**	**357.054**	**209.824**	**357.305**
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	**60.700**	**37.441**	**60.994**	**37.685**
Remuneração Direta	46.955	32.493	47.249	32.737
Benefícios	7.496	532	7.496	532
Plano de Benefícios Previdenciais	1.153	903	1.153	903
Compromissos Previdenciais	1.670	1.663	1.670	1.663
F.G.T.S.	3.426	1.850	3.426	1.850
Impostos, Taxas e Contribuições	**125.889**	**100.169**	**125.892**	**100.172**
Federais	121.599	99.546	121.602	99.549
Estaduais	16	607	16	607
Municipais	4.274	16	4.274	16
Remuneração de Capitais de Terceiros	**37.170**	**9.811**	**37.177**	**9.815**
Despesas de Locações	4.871	808	4.871	808
Despesas Financeiras	32.299	9.003	32.306	9.007
Remuneração de Capitais Próprios	**(14.239)**	**209.633**	**(14.239)**	**209.633**
Prejuízo/Lucro Líquido do Exercício	(14.239)	209.633	(14.239)	209.633
Total	**209.520**	**357.054**	**209.824**	**357.305**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INSTITUCIONAL

A Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G (Companhia ou CEEE-G), com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A, Sala 723, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade de capital fechado, tendo como acionista controlador a Companhia Florestal do Brasil, com aproximadamente 98,96% do seu capital total, na data base dessa demonstração financeira.

A CEEE-G tem por objeto precípuo, realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras de energia elétrica, bem como a celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades, tais como a comercialização de energia elétrica.

Importa referir que a Companhia exerce o controle acionário das Sociedades de Propósito Específico (SPEs) Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., constituídas em fevereiro de 2014 e integrantes do consórcio responsável pela construção do Complexo Eólico Povo Novo, de modo que essas Demonstrações Financeiras são apresentadas de forma consolidada. A participação acionária da CEEE-G nestes empreendimentos é de 99,99%.

1.1. Desestatização, Cisão e Incorporação

Sob a ótica institucional, a Lei Estadual n.º 15.298, de 4 de julho de 2019, autorizou o Poder Executivo do Rio Grande do Sul a alienar o controle acionário da Companhia. Em 16 de agosto de 2019 foi assinado o contrato para estruturação do processo de desestatização da Companhia pelo Estado do Rio Grande do Sul com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. O BNDES coordenou o projeto durante todas as fases, a saber: estudos de modelagem econômico-financeira, consulta e audiência pública, realização de leilão e assinatura de contrato compra e venda de ações entre o controlador público e a empresa vencedora.

No âmbito desse processo de desestatização, à luz dos estudos econômicos, financeiros, jurídicos e mercadológicos desenvolvidos, o controlador notificou a então Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT com relação à sua intenção de realizar o procedimento de cisão parcial daquela Sociedade Anônima de Capital Aberto, segregando seus segmentos de Geração e Transmissão.

Como ato societário preparatório à cisão parcial, foi criada a Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G, instituída em outubro do ano de 2020, originalmente como uma subsidiária integral da CEEE-PAR (Holding), com capital social de R$ 1.000 (um mil reais). Neste contexto, oportunamente, a CEEE-G realizou a incorporação do acervo líquido cindido da CEEE-GT, absorvendo as operações do segmento de geração de energia.

Na mesma vertente, remanesceram na CEEE-GT, todos os ativos inerentes ao segmento de transmissão de energia elétrica, tendo sido realizada a respectiva redução de seu capital social e alteração de sua denominação para Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T.

O racional econômico e financeiro da operação foi elaborado pelo BNDES e seus assessores, sendo internalizado pela Administração da CEEE-GT, nos termos da proposta que alicerçou a assembleia de acionistas de 18 de fevereiro de 2021, data da aprovação da cisão parcial, observadas determinadas condições suspensivas.

A eficácia da cisão estava condicionada, essencialmente, à celebração, com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, do instrumento de transferência da concessão regulada pelo Contrato nº 025/2000 à Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G. Em 08 de abril de 2021 foram atendidas as condições precedentes da cisão da CEEE-GT, com a respectiva eficácia de tal operação. Neste sentido, a partir desta data, a CEEE-G passou a operar de forma totalmente segregada, com a incorporação do acervo líquido cindido, acrescido das variações patrimoniais do período, nos termos do protocolo e instrumento de justificação da cisão parcial da CEEE-GT.

Abaixo a ilustração patrimonial da incorporação do acervo líquido cindido:

<u>Ativo</u>	Controladora: Antes da Incorporação 31/03/2021	Controladora: Após Incorporação 08/04/2021	Consolidado: Após Incorporação 08/04/2021
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	374.439	374.703
Concessionárias e Permissionárias	-	40.315	40.315
Tributos a recuperar	-	692	760
Estoques	-	3.340	3.340
Ativo de Concessão - Contratual	-	7.022	7.022
Outros Ativos Circulantes	-	62.557	62.215
Total circulante	**1**	**488.365**	**488.355**
Não circulante			
Depósitos Judiciais	-	61.838	63.858
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	57.685	57.685
Ativo de Concessão - Contratual	-	101.035	101.035
Investimentos	-	298.318	298.258
Imobilizado	-	128.077	128.110
Outros Ativos Não Circulantes	-	10.198	8.576
Total não circulante	**-**	**657.151**	**657.522**
Total do ativo	**1**	**1.145.516**	**1.145.877**

<u>Passivo e Patrimônio Líquido</u>	Controladora: Antes da Incorporação 31/03/2021	Controladora: Após Incorporação 08/04/2021	Consolidado: Após Incorporação 08/04/2021
Circulante			
Fornecedores	-	19.466	19.788
Obrigações Trabalhistas	-	7.841	7.849
Obrigações Fiscais	-	8.777	8.808
Arrendamentos a Pagar	-	647	647
Provisão para Benefícios a Empregados	-	2.824	2.824
Obrigações da Concessão	-	19.903	19.903
Provisão para Contingências	-	8.655	8.655
Outros Passivos	-	10.592	10.592
Total circulante	**-**	**78.705**	**79.066**
Não circulante			
Arrendamento a Pagar	-	2.884	2.884
Provisão para Benefícios a Empregados	-	9.959	9.959
Provisão para Contingências	-	204.311	204.311
Obrigações da Concessão	-	10.491	10.491
Outros Passivos	-	76.413	76.413
Total não circulante	**-**	**304.058**	**304.058**
Patrimônio líquido			
Capital Social	1	584.291	584.291
Outros Resultados Abrangentes	-	6.791	6.791
Reservas de lucro	-	171.671	171.671
Total do patrimônio líquido	**1**	**762.753**	**762.753**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1**	**1.145.516**	**1.145.877**

(i) *Para formar o acervo líquido cindido incorporado pela Companhia, foram realizados ajustes entre os segmentos operacionais de Geração e Transmissão divulgados nas demonstrações contábeis da CEEE-GT em 30/06/2020. Estes ajustes foram atualizados até 08/04/2021, a partir da movimentação dos saldos dos ativos, passivos e patrimônio líquido, seguindo o mesmo racional do Relatório de Proposição do Modelo de Cisão produzido pelo BNDES.*

Como consequência da cisão parcial da CEEE-GT, a CEEE-G, deveria obter o seu registro de companhia aberta, categoria A, perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A quantidade de ações de emissão da Companhia respeitou o mesmo número de ações que os acionistas possuíam no capital social da CEEE-GT, observado o direito de recesso, nos termos do artigo 137, III, alínea "a", da Lei 6.404/76.

Em setembro de 2021, foi ofertado novo direito de recesso, exclusivamente aos acionistas da CEEE-G, considerando que o prazo para abertura de capital havia excedido 120 dias, conforme disciplina do §3º do artigo 223º da Lei 6.404/76.

Em novembro de 2021, foi encerrado o prazo para exercício do recesso, o que resultou no cancelamento de 21.881 ações da Companhia, com um desembolso de aproximadamente R$ 5,7 milhões, e a participação do controlador da CEEE-G passou a ser de aproximadamente 66,23% do capital social.

Em 22 de dezembro de 2021, foi publicado o Aviso de Leilão e o respectivo Edital do Processo de Desestatização da CEEE-G. O objeto do leilão foi a alienação do controle da Companhia, através da oferta de lote único de 6.381.908 ações, nominativas, sem valor nominal, de emissão da CEEE-G de propriedade do Estado, representativas de aproximadamente 66,23% de seu capital social total.

Em 21 de março de 2022, a Comissão de Licitação do Processo de Desestatização da Companhia CEEE-G divulgou Comunicado Relevante informando o cancelamento da sessão pública de leilão marcada originalmente para o dia 23 de março de 2022.

No dia 08 de julho de 2022 foi republicado o Edital do Processo pela Comissão de Licitação, para revisão do valor econômico mínimo então proposto, conforme o Comunicado Relevante nº 06/2022, datado de 20 de maio de 2022.O valor econômico mínimo para as propostas, já revisado em conformidade com as informações constantes do Comunicado Relevante nº 06/2022, foi de R$ 836.593.210,76, considerando-se o Preço Mínimo de aproximadamente R$ 131,09 por ação, conforme aprovado pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Em continuidade ao processo de desestatização da Companhia, satisfeitos todos os requisitos legais que precederam o leilão da Companhia, no dia 29 de julho de 2022 foi realizado o leilão da CEEE-G, sagrando-se vencedora do certame a Companhia Florestal do Brasil ("Cia Florestal" ou "CFB"), controlada da Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN"), com lance de R$ 928 milhões pelas ações do Estado do Rio Grande do Sul na CEEE-G, um ágio de 10,93% sobre o preço mínimo de R$ 836.593.210,76 definido em edital.

Em 21 de outubro de 2022, tendo em vista o cumprimento das condições previstas no Edital nº 01/2022, o processo de desestatização da Companhia foi concluído, passando a ser de titularidade da Companhia Florestal do Brasil as ações representativas de 66,23% do capital social da CEEE-G.

Em 17 de novembro de 2022, também nos termos do Edital do Processo de Desestatização, bem como do direito de preferência previsto em acordos societários, a CEEE-G alienou a sua participação acionária então detida na Campos Novos Energia S.A. aos demais acionistas de tal sociedade.

1.2. Transferência de Ações ELETROBRÁS

Em 22 de dezembro de 2022, ocorreu a transferência de ações representativas de 32,74% (trinta e dois vírgula setenta e quatro por cento) do capital social da Companhia, pela Eletrobrás à Companhia Florestal do Brasil ("CFB"), pelo valor de R$ 367 milhões. Com a concretização da referida transferência, a CFB passou a deter o total de 98,96% do capital social da CEEE-G.

Tal transferência envolveu a celebração de acordo judicial entre CSN e Eletrobrás com a anuência da CEEE-G, para encerrar ação em que se discutia a correção monetária de créditos escriturais de empréstimo compulsório sobre energia elétrica.

1.3. Das Concessões e demais ativos

1.3.1. *Concessão de Geração*

Em 18 de novembro de 2022 foi assinado o Contrato de Concessão nº 004/2022, novo contrato de Concessão da Companhia, que passou a regular a partir desta data a exploração dos potenciais hidráulicos já detidos pela Companhia, originalmente regulados pelo Contrato de Concessão nº 025/2000, que foi encerrado. O Contrato nº 004/2022 é decorrente do processo de desestatização da CEEE-G, conforme previsão da Cláusula 6.7 e Anexo X do Edital de Leilão, na esteira do que estabeleceu a Portaria MME/GM nº 559/21.

A assunção de novo contrato de concessão para empresa objeto de privatização segue o arcabouço normativo federal sobre o tema, notadamente o Decreto nº 9.271/2018, que regulamenta os artigos 26º, 27º, 28º e 30º da Lei nº 9.074/1995. Neste contexto, considerando a desestatização a Companhia, foi possível a formalização desse novo instrumento, contemplando, entre outros, um prazo de concessão de 30 anos contados da assinatura, alteração do regime de concessão de Serviço Público (SP) para Produtor Independente de Energia (PIE) e a descotização das usinas atreladas ao regime de cotas de garantia física (mercado cativo e receitas definidas e reguladas pela ANEEL), com disponibilidade da energia associada a estes ativos para livre negociação, segundo estratégia comercial da Companhia a partir de 01/01/2023.

Vinculados ao novo contrato, foram estabelecidas também novas obrigações para a Companhia, com destaque para a necessidade do pagamento para a União do chamado Bônus de Outorga. Isso ocorreu na data de 08/12/2022, em um montante total de R$ 2.051.016.278,51 (dois bilhões, cinquenta e um milhões, dezesseis mil, duzentos e setenta e oito reais e cinquenta e um centavos), correspondente ao valor mínimo definido na Portaria Interministerial MME-ME nº 003/2021, de 16 de outubro de 2021, adicionado do ágio observado no Leilão de desestatização e da correção monetária pela taxa SELIC, conforme igualmente estabelecido na referida Portaria. Também passa a existir a obrigação de recolhimento a partir do 13º mês do Contrato de encargo pelo Uso do Bem Público (UBP), correspondente a 2,5% da receita auferida pela Companhia nos doze meses anteriores ao pagamento. Esses pagamentos ao Poder Concedente terão início em dezembro de 2023 e as liquidações serão realizadas em parcelas mensais no prazo de 05 (cinco) anos.

O Contrato de Concessão nº 004/2022 contemplou todas as usinas que já estavam sob responsabilidade da Companhia, conforme Tabela que segue. Contudo, conforme previsão da Portaria MME nº 338/2020, para este novo contrato passam a valer também novos valores para as Garantias Físicas das usinas, parâmetro que define o máximo montante de energia que a Companhia pode negociar. A Tabela a seguir apresenta os principais parâmetros das usinas da CEEE-G, todas localizadas no estado do Rio Grande do Sul. Destaca-se que a referida tabela contempla também as Centrais Geradoras de capacidade reduzida (CGHs) Toca e Ivaí, que não estão abrangidas pelo Contrato de Concessão, já que do prisma regulatório o seu porte implica apenas em registro simplificado junto à ANEEL. Todavia, no contexto de desestatização já mencionado, elas igualmente tiveram suas garantias físicas revisadas no âmbito da Portaria MME nº 338/2020.

Usinas	Tipo	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MWm)	Prazo Final da Concessão
Itaúba	UHE	500,40	176,10	18/11/52
Jacuí	UHE	180,00	112,60	18/11/52
Passo Real	UHE	158,00	67,60	18/11/52
Canastra	UHE	44,80	24,40	18/11/52
Bugres	UHE	17,62[1]	9,90	18/11/52
Ernestina	PCH	4,96	2,71	18/11/52
Capiguí	PCH	4,47	0,84	18/11/52
Guarita	PCH	1,76	0,97	18/11/52
Santa Rosa	PCH	1,58	0,82	18/11/52
Herval	PCH	1,52	0,26	18/11/52
Passo do Inferno	PCH	1,49	0,49	18/11/52
Forquilha	PCH	1,118	0,92	18/11/52
Ijuizinho	PCH	1,118	0,69	18/11/52
Toca	CGH	1,120	0,33	Indeterminado
Ivaí	CGH	0,720	0,44	Indeterminado
Total		**920,676**	**399,07**	

[1] Considera a Potência Instalada de ampliação da usina, autorizada nos termos da Resolução ANEEL nº 397, de 12 de agosto de 2003, e suas alterações supervenientes.

1.3.2. *UHE Dona Francisca e UHE Machadinho*

Para além da exploração do Contrato de Concessão nº 025/2000, que foi encerrado, e do novo Contrato de Concessão nº 004/2022, a CEEE-G também participa de dois consórcios: o Consórcio Dona Francisca, regrado pelo Contrato de Concessão ANEEL nº 188/1999, e o Consórcio Machadinho, regulado pelo Contrato de Concessão DNAEE nº 009/1997.

O Consórcio Dona Francisca é responsável pela exploração da UHE Dona Francisca, localizada no rio Jacuí, no estado do Rio Grande do Sul, com uma potência instalada de 125 MW e uma garantia física de 72,5 MW médios. A cota parte da CEEE-G no Consórcio é de 15%, o que implica neste mesmo percentual de custos e encargos sob responsabilidade da Companhia. A exceção é o custo do risco hidrológico, usualmente denominado de GSF (Generation Scaling Factor), arcado integralmente pela CEEE-G. Conforme previsto no Contrato de Constituição do Consórcio, de forma independente da garantia física real da usina, a Companhia é responsável pelo repasse da parcela de energia na participação dos demais integrantes do consórcio (85%) sobre o montante 80 MW médios (equivalente a 68 MW médios). Esta sistemática permanecerá vigente até 28/08/2033, data em que se inicia o prazo de extensão da concessão da usina, nos termos da repactuação do risco hidrológico instituído pela Lei Federal 14.052/2020. A partir desta data, os consorciados acordaram a repartição do GSF de forma proporcional às participações no Consórcio até o final da concessão, em 21/09/2037.

O Consórcio Machadinho é responsável pela exploração da UHE Machadinho, localizada no rio Uruguai, na divisa dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com uma potência instalada de 1.140 MW e uma garantia física de 519,8 MW médios. A cota parte da CEEE-G no Consórcio é de 5,53%, o que implica neste mesmo percentual de custos e encargos do empreendimento sob sua responsabilidade. Também nesse caso, o custo com o risco hidrológico constitui uma exceção neste rateio. Todavia, neste caso, a CEEE-G recebe a energia proporcional a sua participação no empreendimento vinculada ao montante fixo de 473 MW médios, sem qualquer incidência de risco hidrológico, resultando no valor de 26,16 MW médios.

Conforme previsto no item 5.54 do Edital de Privatização do Edital de Leilão nº 01/2022 e nos termos do Contrato de constituição do Consórcio Machadinho, os demais consorciados exerceram o seu direito de preferência para aquisição da totalidade da participação da CEEE-G. A alienação da participação da CEEE-G no Consórcio Machadinho deve ocorrer após às Partes concordarem com todos os termos e condições dos documentos definitivos da transação e as condições usuais para o fechamento.

Usinas	Tipo	Potência Instalada (MW) - Contrato Concessão	Participação da CEEE-G	Garantia Física (MWm)	Garantia Física CEEE-G (MWm)	Prazo Final da Concessão
Machadinho	UHE	1.140,00	5,53%	519,80	26,16	08/10/35
Dona Francisca	UHE	125,00	15,00%	72,50	4,50[2]	21/09/37
Total		**1.265,000**		**592,30**	**30,66**	

[2] Até 28/08/2033. Após essa data, o montante passa para 10,875 MW médios.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e recepcionados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB). Elas evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações financeiras. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando essas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As Demonstrações Financeiras compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. Também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS, emitidas pelo IASB. Isso porque as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem na norma IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que passou a ser permitida a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures. Essas informações financeiras individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como "Consolidado", estão apresentadas simultaneamente, de acordo com as IFRS emitidas pelo IASB, bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia optou por apresentar as informações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. Isso foi possível porque não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas. Da mesma forma, também não há diferenças entre o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, permitindo essa apresentação conjunta.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis do Brasil inerentes a companhias abertas. As IFRS, emitidas pelo IASB, não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo das demonstrações financeiras.

Em 31 de março de 2023, a Diretoria Colegiada autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2022 e a Administração da Companhia ratificou a emissão das mesmas.

2.1.1. *Base de Mensuração*

As demonstrações foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção, quando aplicável, dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

2.1.2. *Moeda de Apresentação e Moeda Funcional*

As demonstrações são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os valores foram arredondados para o milhar de real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores, logo, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.1.3. *Lucro Líquido por Ação*

Quando aplicável, não há diferença entre o lucro líquido por ação, em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados.

2.2. Uso de Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras.

Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e na experiência da Administração, estando suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou quando as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas referem-se às seguintes questões:

Transações e venda de energia elétrica na CCEE

A Companhia registra compras e vendas efetuadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), de acordo com as informações disponibilizadas pela própria entidade. Nos meses em que as informações não são disponibilizadas em tempo hábil, a Companhia estima o valor utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Provisão para Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

A Companhia registra provisão de perda estimada sobre suas rubricas de contas a receber alinhada às expectativas da Administração quando existem incertezas quanto ao recebimento da contraprestação esperada. Assim, a Companhia considera que as provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Concessionárias e Permissionárias.

Passivos contingentes

As provisões para passivos contingentes, quando aplicáveis, são constituídas para os riscos com expectativa de perda provável, a partir da avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego

As obrigações atuariais registradas, quando aplicáveis, são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes, com base na expectativa de vida do participante, na idade média de aposentadoria e na inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Periodicamente, a Companhia revisa as estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, considerando um estudo técnico de viabilidade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que o estimado pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Ativo Contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos ativos de contrato, por considerar os riscos e os prêmios específicos do negócio.

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo

A Administração da Companhia, quando aplicável, utiliza como referência os preços de fechamento apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, a Companhia utiliza técnicas de avaliação para definição do valor justo, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. A Administração entende que os métodos utilizados são adequados para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados considerando a vida útil regulatória dos bens, estabelecida pela ANEEL. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada de vida útil dos bens.

Ativo Intangível

A Companhia reconhece a amortização de seus ativos intangíveis, basicamente softwares e direitos dessa natureza, com base na vida útil regulatória estabelecida pela ANEEL para esses ativos. A estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada de vida útil dos intangíveis.

2.3. Procedimento de Consolidação

As demonstrações financeiras da CEEE-G contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela CEEE-G.

	% de Participação em 31/12/2022
Ventos de Curupira	99,99%
Ventos de Povo Novo	99,99%
Ventos de Vera Cruz	99,99%

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas com as empresas consolidadas.

continua

continuação

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais políticas contábeis descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios e períodos apresentados nas demonstrações financeiras. São elas:

3.1. Ativos e Passivos Financeiros

Quando aplicável, a Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas Demonstrações Financeiras somente quando ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento ou na data em que tiveram origem.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando riscos ou benefícios ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação são transferidos.

3.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem os saldos de caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, a partir da data da sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que 03 meses são registrados como equivalentes de caixa.

3.3. Concessionárias e Permissionárias

Incluem os valores vencidos e a vencer referentes a suprimento de energia elétrica até a data das Demonstrações Financeiras, para Concessionárias e Permissionárias, apuradas pelo regime de competência, bem como as vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme informações disponibilizadas pela referida Câmara.

3.4. Estoques

Os estoques são avaliados pelo seu custo médio de aquisição, deduzido dos impostos recuperáveis quando aplicável e de perda estimada para ajustá-lo ao valor realizável líquido, quando este for menor que seu custo de aquisição.

Periodicamente, de acordo com a materialidade dos mesmos, a Companhia avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques são reconhecidas como despesa do exercício em que a redução ou a perda ocorreram.

3.5. Bens e Direitos Destinados a Alienação

Os bens e direitos destinados à alienação são classificados, como mantidos para venda, caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

3.6. Ativo Contratual da Concessão

Com base na análise dos Contratos de Concessão e de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receitas de Contrato com Cliente, a Companhia reconhecia como Ativo Contratual os investimentos nas usinas de geração que operavam pelo regime de cotas.

O valor do Ativo Contratual representa os investimentos em construção e melhorias que seriam recebidos através da Receita Anual de Geração - RAG e compreendem o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura a serviço da concessão no local e condição necessária para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão, líquidos de amortização e acrescidos de atualização.

Os valores referentes ao saldo residual de "Ativo Contratual", registrados originalmente com base no Contrato de Concessão nº 025/2000, foram baixados, face ao novo regime regulatório instituído através do Contrato de Concessão nº 004/2022 (vide nota explicativa nº 8).

3.7. Investimentos

3.7.1. ***Investimentos em Controladas***

Os investimentos em controladas são aqueles cujas atividades operacionais e financeiras são conduzidas pela Companhia através de seus direitos de voto e quando a Companhia está exposta ou tem direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

3.7.2. ***Investimentos em Coligadas***

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (joint venture). A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do capital votante de outra entidade e/ou tem o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada.

3.7.3. ***Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura em Participações em Coligadas - Goodwill***

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) deve estar contido no saldo contábil do investimento e ser apresentado no balanço da entidade investidora, registrado dentro do subgrupo investimento no ativo não circulante, sendo testado anualmente (ou com mais frequência caso existam evidências para tal) frente ao valor recuperável.

3.8. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

3.9. Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza, assim como os valores atinentes à outorga das usinas da Companhia, nos termos da nota explicativa nº 16.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eventualmente eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

3.10. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (impairment)

3.10.1. ***Ativos Financeiros***

A Companhia avalia anualmente se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e, se o valor contábil exceder o valor recuperável, o valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão.

Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

3.10.2. ***Ativos Não Financeiros***

A Companhia avalia anualmente se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e, se o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.11. Arrendamento Mercantil

Os arrendamentos mercantis, quando aplicáveis, são reconhecidos com um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros.

3.12. Valor Justo

I. Ativo Contratual: quando aplicável, o ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data da sua aquisição ou construção, o qual compreende o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura a serviço da concessão no local e condição necessária para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão.

II. Outros Ativos e Passivos Financeiros: quando aplicável, o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

III. Empréstimos, Recebíveis e Outros Créditos: quando aplicável, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. A Companhia entende que os valores contábeis na data de transição dos recebíveis de contratos de concessão de serviços representam a melhor estimativa do seu valor justo. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

3.13. Provisão para Contingências

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única, a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

3.14. Outros Ativos e Passivos

Os outros ativos e passivos sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais são corrigidos, quando aplicáveis, com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das Demonstrações Financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

3.15. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os impostos e contribuições correntes e diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data fim do período a que se referem às demonstrações financeiras e que devem ser aplicadas quando forem liquidados.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Impostos e contribuições diferidas ativas são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.16. Provisão para Benefícios a Empregados

Quando aplicável, as obrigações futuras, estimadas anualmente com base em avaliação atuarial elaborada por atuário independente, são registradas para cobrir os gastos com os planos de previdência complementar dos empregados, dentro dos parâmetros contidos na nota explicativa nº 20.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida etc. As premissas utilizadas na avaliação atuarial são revisadas e atualizadas ao final de cada exercício ou quando ocorrerem eventos relevantes que requeiram uma nova avaliação.

O valor presente das obrigações de benefício definido é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado e o ativo ou passivo do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano, quando houver. Toda e qualquer obrigação com características de benefício pós-emprego é registrada à luz do contexto descrito na nota explicativa nº 20.

3.17. Registro de Compra e Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil, os valores, quando relevantes, são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

3.18. Reconhecimento da Receita

3.18.1. ***Receita da Geração***

A receita é reconhecida mensalmente pelo faturamento dos contratos firmados tanto em ambiente regulado como em ambiente livre, os quais são pactuados através de leilões de energia e preveem o fornecimento de uma determinada quantidade de energia em megawatt-hora por um determinado período de tempo, geralmente por vários períodos de um ano. Os valores a serem faturados mensalmente são pré-estabelecidos nos contratos, sendo que no ambiente regulado, as variações de demanda e fornecimento são acompanhadas e ajustadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. No ambiente livre, as oscilações ocorridas nas quantidades de energia demandadas ou fornecidas são acordadas entre as partes do contrato, considerando os efeitos que estas tiveram no contrato. A receita da Geração em cotas, convertida na Lei nº 12.783/2013, Resolução Homologatória ANEEL nº 1408/2012 e Resolução Homologatória ANEEL nº 1410/2012, a receita do segmento de Geração é reconhecida por cotas de energia das usinas com concessão renovadas, através de RAG - Receita Anual de Geração.

3.18.2. ***Receita Financeira***

A receita financeira referente à atualização dos recebíveis de contratos de concessão é reconhecida com base no método da taxa efetiva de juros.

3.19. Despesa Financeira

A despesa financeira referente à atualização dos empréstimos e financiamentos é reconhecida com base nos contratos que regem as obrigações firmadas e se relaciona precipuamente com a operação de captação de debêntures, além das atualizações monetárias originárias de obrigações setoriais.

3.20. Transações com Partes Relacionadas

As operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes. Os detalhes dessas operações estão descritos na nota explicativa nº 25.

3.21. Questões Ambientais

Quando aplicável, a Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais correspondentes aos estudos de impacto do meio ambiente, exigidos pelos órgãos públicos competentes, para obtenção das licenças que permitirão a construção e instalação de novos empreendimentos, além daqueles referentes às compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento. Os gastos relacionados a questões ambientais posteriores a entrada em operação do empreendimento são registrados como resultado do exercício em que ocorreram.

Os projetos para construção e instalação de novos empreendimentos são identificados e monitorados pelos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM e Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA.

3.22. Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e CPC novas e revisadas

Recentemente, foram emitidas novas normas e interpretações contábeis, os quais entrarão em vigência somente a partir de 1º de janeiro de 2023. As principais normas alteradas são:

- Alteração IAS 1 - Apresentação das demonstrações contábeis: Trata da classificação de passivos financeiros e os mecanismos que a entidade deve deter para assegurar que tais passivos não serão liquidados dentro de 12 meses, bem como aspectos de divulgação em notas explicativas.
- Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis: Trata das divulgações de políticas contábeis materiais ao invés de políticas contábeis significativas. As alterações definem o que é informação de política contábil material.
- Alteração ao IAS 8 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro: A alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis (comumente com aplicações retrospectivas em transações passadas) de mudanças nas estimativas contábeis (aplicação prospectiva nas transações futuras).
- Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: obriga as entidades a reconhecerem o imposto diferido em transações, que, no reconhecimento inicial, podem dar origem a montantes iguais de diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, e não espera que estas normas gerem impacto material nas demonstrações financeiras de exercícios sociais subsequentes.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Numerário Disponível	14.592	1.138	14.971	1.588
Aplicações Financeiras - BB	654.088	486.739	654.129	486.739
	668.680	**487.877**	**669.100**	**488.327**

4.1. Numerário Disponível

O valor de R$ 14.592 (R$ 1.138, em 31 de dezembro de 2021) na controladora e R$ 14.971 (R$ 1.588, em 31 de dezembro de 2021) no consolidado refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.

4.2. Aplicações Financeiras

O valor de R$ 654.088 (R$ 486.739, em 31 de dezembro de 2021) na controladora e R$ 654.129 (R$ 486.739, em 31 de dezembro de 2021) no consolidado refere-se à aplicação no Banco do Brasil remunerada pela taxa CDI, com liquidez imediata, oriunda do Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC/BANRISUL).

5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Suprimento de Energia	26.990	24.551	26.991	24.551
Encargos de uso da Rede	38	306	38	306
Energia de Curto Prazo - CCEE	13.630	505	13.630	505
Títulos de Crédito a Receber	2.552	2.546	2.552	2.546
Provisão para Perda Estimada com Crédito de Liquidação	(11)	(11)	(11)	(11)
	43.199	**27.897**	**43.199**	**27.897**

5.1. Provisão para Perda Estimada

O valor de R$ 11 refere-se à provisão para perda estimada relativa a valores de concessionárias, permissionárias diversas e consumidores livres vencidos há mais de 03 meses.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PIS/COFINS a Compensar	-	30	-	30
IRPJ e CSLL a Compensar	4.839	2.882	4.842	2.885
Outros	618	645	683	710
	5.457	**3.557**	**5.525**	**3.625**
Circulante	**5.456**	**3.552**	**5.524**	**3.620**
Não circulante	**1**	**5**	**1**	**5**

7. ESTOQUES

O saldo de R$ 2.825 (R$ 2.419, em 31 de dezembro de 2021) na controladora e no consolidado referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinadas à alienação, todos valorados a preço médio.

8. ATIVO DE CONCESSÃO - CONTRATUAL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	-	7.022	-	7.022
Não Circulante	-	96.811	-	96.811
	-	**103.833**	**-**	**103.833**

Os valores referentes ao saldo residual de "Ativo Contratual", registrados orginalmente com base no Contrato de Concessão nº 025/2000 e com observância à Norma NBC TG 47, foram baixados; face ao novo regime regulatório instituído através do Contrato de Concessão nº 004/2022 (vide nota explicativa 1.1).

9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	1.542	1.542	1.542	1.542
Adiantamento a Fornecedores/Empregados	7.670	1.497	7.670	1.497
Outros Devedores	2.644	2.670	3.014	3.042
Termo de Acordo GSF DFESA	45.170	-	45.170	-
Provisão para perdas esperadas	(8.032)	(599)	(8.032)	(599)
Total Outros Créditos	**48.994**	**5.110**	**49.364**	**5.482**
Circulante	**18.116**	**5.110**	**18.116**	**5.482**
Não circulante	**30.878**	**-**	**31.248**	**-**

9.1. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

O valor de R$ 1.542 refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Companhia, visando à geração de novos processos ou produtos, bem como o aprimoramento de suas características. Quando da conclusão dos projetos, serão reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente submetidos à auditoria e à avaliação final da ANEEL (vide nota explicativa nº 22.a).

9.2. Termo de Acordo GSF DFESA - Repactuação Risco Hidrológico Usina de Dona Francisca

Em 08 de fevereiro de 2022 a ANEEL aprovou a repactuação do risco hidrológico da UHE Dona Francisca, consoante Resolução Autorizativa nº 11.132. Neste sentido, ocorreu o deferimento da extensão da Concessão da Usina em 1.485 dias, passando o final da outorga de 28/02/2033 para 21/09/2037. Superada essa etapa, passou a produzir eficácia o Termo de Acordo firmado entre a CEEE-G e Dona Francisca Energética S.A. - DFESA, contrato que redistribui os riscos do Consórcio, com a garantia física da Usina, do risco hidrológico e do risco de engenharia na proporção da participação de Dona Francisca (85%) e CEEE-G (15%) no empreendimento, vide nota explicativa nº 1.2.2. Diante desta redistribuição, a DFESA pagará à CEEE-G a quantia de R$ 57.056, em 48 parcelas, a serem adimplidas, a partir do mês de março de 2022, com atualização do crédito por 100% do CDI, já tendo sido recebidas 10 (dez) parcelas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Termo de Acordo	57.056	-	57.056	-
Atualização	6.870	-	6.870	-
Parcelas recebidas	(18.756)	-	(18.756)	-
Saldo a Receber	**45.170**	**-**	**45.170**	**-**
Circulante	**14.264**	**-**	**14.264**	**-**
Não Circulante	**30.906**	**-**	**30.906**	**-**

9.3. Provisão para Perdas Esperadas

O valor de R$ 8.032 (R$ 599, em 31 de dezembro de 2021) refere-se principalmente a provisão para perdas decorrentes das transações de ressarcimento com a CEEET.

10. DIVIDENDOS A RECEBER

O valor de R$ 79.955 (R$ 73.135, em 31 de dezembro de 2021) refere-se a dividendos declarados pelas investidas Ceran, Enercan, Ventos da Lagoa, Ventos do Litoral e Ventos do Sul, pendentes de liquidação.

11. CONTAS A RECEBER

O valor de R$ 8.895 (R$ 11.354, em 31 de dezembro de 2021) na controladora e R$8.899 (R$ 11.354, em 31 de dezembro de 2021) no consolidado refere-se predominantemente a créditos detidos contra a Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T, desestatizada em outubro de 2021, valores ainda oriundos das operações de cisão da então denominada CEEE-GT (vide nota explicativa nº 23).

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos Judiciais	38.182	42.589	38.302	42.609
Depósitos Judiciais Vinculados	28.322	16.426	28.322	16.426
	66.504	**59.015**	**66.524**	**59.035**

O valor de R$38.182 (R$ 42.589, em 31 de dezembro de 2021), na controladora e R$38.302 (R$ 42.609, em 31 de dezembro de 2021), no consolidado refere-se a depósitos judiciais dos processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável. O valor de R$28.322 (R$ 16.426, em 31 de dezembro de 2021), na controladora e no consolidado refere-se aos depósitos judiciais vinculados às provisões para contingências passivas classificadas como perda provável.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

13.1. Base de Cálculo dos Tributos Diferidos

Nos termos do Pronunciamento Técnico NBC TG 32 (IAS 12), a Companhia estimou seus tributos diferidos, especialmente no tocante ao Imposto de Renda e à Contribuição Social sobre diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, considerando a legislação fiscal nacional e as Normas societárias aplicáveis. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, o ativo fiscal diferido é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras.

13.1.1. ***Tributos Diferidos Líquidos***

	Controladora		Consolidado	
Tributos Diferidos	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Diferenças Temporárias Tributáveis	(19.550)	(50.404)	(19.550)	(50.404)
Diferenças Temporárias Dedutíveis	109.150	94.628	109.150	94.628
Saldo Contábil Líquido	**89.600**	**44.224**	**89.600**	**44.224**

13.1.2. ***Diferenças Temporárias Tributáveis***

O montante desse passivo fiscal diferido, referente a Imposto de Renda e Contribuição Social incidentes sobre as diferenças temporárias tributáveis foi calculado à alíquota de 34%, nos termos da legislação tributária. O valor reconhecido totaliza, em 31 de dezembro de 2022, R$ 19.550, (R$ 50.404 em 31 de dezembro de 2021).

	Controladora		Consolidado	
Diferenças Temporárias Tributáveis	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Reconhecimento do Custo Atribuído	12.329	20.268	12.329	20.268
Repactuação Risco Hidrológico (GSF)	-	125.192	-	125.192
Termo de Acordo GSF DFESA	45.170	-	45.170	-
Exclusão Temporária - Arrendamentos (IFRS 16)	-	2.787	-	2.787
Base de Cálculo do Passivo Fiscal Diferido	**57.499**	**148.247**	**57.499**	**148.247**
IR/CS Reconhecimento do Custo Atribuído	4.192	6.891	4.192	6.891
IR/CS Repactuação Risco Hidrológico (GSF)	-	42.565	-	42.565
IR/CS Termo de Acordo GSF DFESA	15.358	-	15.358	-
IR/CS Exclusão Temporária - Arrendamentos (IFRS 16)	-	948	-	948
Total do Passivo Fiscal Diferido (IR/CS Alíquota 34%)	**19.550**	**50.404**	**19.550**	**50.404**

13.1.3. ***Diferenças Temporárias Dedutíveis***

A Companhia, em consonância com o CPC 32 (IAS 12), contabiliza seu ativo fiscal diferido referente a Imposto de Renda e Contribuição Social calculado à alíquota de 34%. Esse ativo refere-se ao valor do tributo sobre o lucro, que será recuperado em período futuro, relacionado a diferenças temporárias entre a base de cálculo fiscal e a base de cálculo societária da CEEE-G. O valor do ativo fiscal diferido reconhecido pela CEEE-G totaliza, em 31 de dezembro de 2022, R$ 109.149 (R$ 94.628 em 31 de dezembro de 2021).

	Controladora		Consolidado	
Créditos Tributários	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para Contingências Trabalhistas	86.798	64.774	86.798	64.774
Provisão para Contingências Cíveis	233.051	199.776	233.051	199.776
Provisão para Contingências Fiscais	1.179	3.332	1.179	3.332
Outras Diferenças Temporárias	-	7.552	-	7.552
Direitos de Uso - IFRS 16/CPC 06	-	2.884	-	2.884
Total das Diferenças Temporárias	**321.028**	**278.318**	**321.028**	**278.318**
IR/CS Provisão para Contingências Trabalhistas	29.511	22.023	29.511	22.023
IR/CS Provisão para Contingências Cíveis	79.238	67.924	79.238	67.924
IR/CS Provisão para Contingências Fiscais	401	1.133	401	1.133
IR/CS Outras Diferenças Temporárias	-	2.568	-	2.568
IR/CS Direitos de Uso - IFRS 16 / CPC 06	-	980	-	980
Total Crédito Fiscal s/Diferenças Temporárias	**109.150**	**94.628**	**109.150**	**94.628**

13.1.4. ***Estimativas de Liquidação dos Tributos Diferidos***

A Administração estimou a realização do ativo fiscal diferido líquido nos exercícios futuros.

			Controladora		Consolidado	
Ano Calendário	**Ativo**	**Passivo**	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Exercício de 2022	-	-	-	(25.025)	-	(25.025)
Exercício de 2023	14.007	7.549	6.458	(1.607)	6.458	(1.607)
Exercício de 2024	12.216	6.343	5.873	7.273	5.873	7.273
Exercício de 2025	11.737	4.850	6.886	9.253	6.886	9.253
Exercício de 2026	8.801	808	7.994	9.320	7.994	9.320
Exercício de 2027	9.339	-	9.339	9.320	9.339	9.320
A partir de 2028	53.050	-	53.050	45.010	53.050	45.010
Total	**109.150**	**19.550**	**89.600**	**44.224**	**89.600**	**44.224**

14. INVESTIMENTOS

14.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial				
Controladas - incluídas no consolidado	(5.138)	(2.769)	-	-
Coligadas - não consolidadas	215.247	312.575	215.247	312.575
Outros investimentos	231	231	231	231
Total Investimentos e Participações Societárias	**210.340**	**310.037**	**215.478**	**312.806**

14.2. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial da CEEE-G estão classificados nos seguintes segmentos de negócio:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)
Controladas				
Ventos de Curupira	61.986	99,99%	61.986	99,99%
Ventos de Povo Novo	27.622	99,99%	27.622	99,99%
Ventos de Vera Cruz	69.223	99,99%	69.223	99,99%
Coligadas				
Chapecoense	254.509	9,00%	714.509	9,00%
Jaguari	17.680	10,50%	17.680	10,50%
Ceran	120.000	30,00%	120.000	30,00%
Enercan	-	-	200.787	6,51%
Palmares	114.116	10,00%	114.116	10,00%
Ventos da Lagoa	88.701	10,00%	88.701	10,00%
Ventos do Litoral	102.901	10,00%	102.901	10,00%
Ventos do Sul	964	10,00%	964	10,00%
Ventos dos Índios	63.641	10,00%	63.641	10,00%

14.3. Controladas

14.3.1. ***Complexo Eólico Povo Novo***

O Complexo Eólico Povo Novo está localizado no município de Rio Grande - RS, sendo formado por 3 Centrais Geradoras Eólicas (CGE), totalizando a potência instalada de 52,5 MW.

Em 05 de fevereiro de 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) publicou Despacho nº 276, habilitando as vencedoras do Leilão nº 09/2013, referente a empreendimentos de energia eólica. A cindida CEEE-GT participou dos 3 consórcios vencedores, relativos ao Complexo Eólico Povo Novo:

- Consórcio Curupira: formado pela CGE Curupira Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Curupira, cuja potência instalada é de 23,1 MW;
- Consórcio Povo Novo: formado pela CGE Povo Novo Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Povo Novo, cuja potência instalada é de 8,4 MW;
- Consórcio Fazenda Vera Cruz: formado pela CGE Fazenda Vera Cruz Ltda. (0,01%) e CEEE-GT (99,99%), responsável pela construção da Central Geradora Eólica Fazenda Vera Cruz, cuja potência instalada é de 21 MW;

Em 26 de fevereiro de 2014, foram constituídas as sociedades Ventos de Povo Novo S.A., Ventos de Curupira S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A. O capital social originalmente subscrito em cada empresa foi de R$ 10, representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas.

Em 2021, foram integralizados os adiantamentos para futuro aumento de capital nos montantes de R$ 1.392 em Ventos de Povo Novo, R$ 2.956 em Ventos de Curupira e R$ 2.786 em Ventos de Vera Cruz.

Em 2022, foram efetuados os adiantamentos para futuro aumento de capital nos montantes de R$ 561 em Ventos de Povo Novo, R$ 1.134 em Ventos de Curupira e R$ 731 em Ventos de Vera Cruz. Os valores não foram integralizados pois necessitam de aprovação da diretoria.

14.4. Coligadas

Os investimentos são avaliados por equivalência patrimonial, considerando que a Companhia possui membros no Conselho de Administração das investidas e participa dos processos de elaboração de políticas e das decisões sobre dividendos e distribuições. Em novembro de 2022 a CEEE-G alienou sua participação de 6,51% na Empresa Campos Novos Energia S.A. (ENERCAN), nos termos do Edital de Leilão nº 01/2022. O valor da operação foi efetivado pela importância de R$ 96.827, resultando em um ganho na alienação do investimento de R$ 49.432 (vide nota explicativa nº 33.1).

14.4.1. ***Chapecoense Geração S.A.***

Em 01 de março de 2007, a cindida Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT), a CPFL Geração de Energia S.A. e a Chapecoense Geração S.A. assinaram o Acordo de Acionistas da Foz do Chapecó Energia S.A. (FCE), sociedade de propósito específicas (SPE), com distrato do consórcio anteriormente formalizado entre as partes.

A Resolução Autorizativa ANEEL nº 879, de 17 de abril de 2007, autorizou a transferência da quota parte detida pela Chapecoense Geração S.A. na concessão da UHE Foz do Chapecó para a Foz do Chapecó Energia S.A., alterando-se a estrutura acionária, que passou a ter a seguinte composição: CPFL, 51%; CEEE-GT, 9%; e Chapecoense, 40%. Posteriormente ocorreram modificações no quadro societário da investida, todavia, mantendo-se o percentual de participação da Companhia em 9%.

A potência instalada da usina, localizada no rio Uruguai, entre os municípios de Águas de Chapecó, no Estado de Santa Catarina, e Alpestre, no Rio Grande do Sul, corresponde a 855 MW, distribuída em quatro grupos geradores. Em março de 2011, passou a operar com sua capacidade máxima.

14.4.2. ***Jaguari Energética S.A.***

Refere-se à participação da Companhia na Jaguari Energética S.A., para a construção da PCH Furnas do Segredo, localizada no rio Jaguari, no Estado do Rio Grande do Sul, cujo início das operações ocorreu em setembro de 2005.

Em 30 de agosto de 2004, a participação da cindida CEEE-GT reduziu de 30% para 14,19%. Em novembro de 2006, conforme Resolução de Diretoria nº 486, a cindida CEEE-GT não manifestou interesse em acompanhar os aportes deliberados pelos demais acionistas da Empresa, reduzindo sua participação para 10,5%, percentual atual de participação da CEEE-G.

14.4.3. ***Companhia Energética Rio das Antas (CERAN)***

Refere-se à participação de 30% na Companhia Energética Rio das Antas (CERAN), para implantação e exploração dos empreendimentos hidrelétricos nas usinas Castro Alves, Monte Claro e 14 de julho, todas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, que somam potência instalada corresponde a 360 MW.

A UHE Monte Claro iniciou a operação comercial de fornecimento de energia em 29 de dezembro de 2004 com a primeira unidade geradora e, em 29 de novembro de 2006, entrou em operação a segunda unidade geradora. A UHE Castro Alves iniciou a operação comercial em 04 de março de 2008 com a primeira unidade geradora, em 02 de abril de 2008, começou a operar a segunda unidade geradora e, em 06 de junho de 2008, a terceira. A UHE 14 de julho iniciou a operação comercial em 25 de dezembro de 2008 com a primeira unidade geradora e, em 12 de março de 2009, com a segunda unidade geradora.

14.4.4. ***Parques Eólicos Palmares S.A.***

Em 23 de abril de 2013, a cindida CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A. o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Parques Eólicos Palmares S.A. O objetivo era a entrada nessa sociedade, no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R$ 13.563 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando R$ 890.

A Empresa é composta por três parques eólicos situados no município de Palmares do Sul, RS: Parque Eólico Fazenda Rosário, Parque Eólico Fazenda Rosário 2 e Parque Eólico Fazenda Rosário 3, com capacidade total de geração de 50 MW. O Parque Eólico Fazenda Rosário e o Parque Eólico Fazenda Rosário 3 entraram em operação em 30 de junho de 2011, e o Parque Eólico Fazenda Rosário 2 iniciou a fase de teste em 6 de setembro de 2012.

A Companhia efetuou a alienação da totalidade de sua participação acionária na empresa Parques Eólicos Palmares S.A., conforme nota explicativa 39.2.

14.4.5. ***Ventos da Lagoa Energia S.A.***

Em 23 de abril de 2013, a cindida CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A. o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos da Lagoa Energia S.A. Assinalou, assim, a entrada nessa sociedade, no percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R$ 10.531 em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando R$ 687.

A Empresa é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório, RS: Parque Eólico Sangradouro 2 e Parque Eólico Sangradouro 3, com capacidade total de geração de 50 MW. O Parque Eólico Sangradouro 2 entrou em operação em 14 de setembro de 2012 e o Parque Eólico Sangradouro 3, em 22 de maio de 2012.

A Companhia efetuou a alienação da totalidade de sua participação acionária na empresa Ventos da Lagoa Energia S.A., conforme nota explicativa 39.2.

14.4.6. ***Ventos do Litoral Energia S.A.***

Em 23 de abril de 2013, a cindida CEEE-GT, assinou com a Elecnor S.A. o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico (SPE) Ventos do Litoral Energia S.A., para a entrada nessa sociedade, com percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R$ 11.516, em 08 de maio de 2013. As referidas ações foram negociadas com ágio, restando R$ 507.

A SPE é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório, RS: Parque Eólico Osório 2 e Parque Eólico Osório 3, com capacidade total de geração de 50 MW. O Parque Eólico Osório 2 entrou em fase de teste em 14 de novembro de 2012 e o Parque Eólico Osório 3, em 10 de novembro de 2012.

A Companhia efetuou a alienação da totalidade de sua participação acionária na empresa Ventos da Lagoa Energia S.A., conforme nota explicativa 39.2.

14.4.7. ***Ventos do Sul Energia S.A.***

Em 15 de dezembro de 2014, a cindida CEEE-GT assinou com a Enerfin Enervento Exterior S.L o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos do Sul S.A., para a entrada nessa sociedade, com percentual de 10% do capital social, com consequente aporte de R$ 35.000, em 15 de dezembro de 2014. A SPE é composta por três parques eólicos situados no município de Osório, RS: Parque Eólico Sangradouro, Parque Eólico Osório e Parque Eólico dos Índios, com capacidade total de geração de 150 MW.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) de R$ 18.174, foi mensurado como excesso de valor justo da contraprestação efetivamente transferida (R$ 35.000) sobre o valor justo líquido dos ativos identificáveis e dos passivos da entidade na aquisição (R$ 16.826). A recuperação do investimento, acrescido do ágio, foi devidamente testada, considerando as projeções do fluxo de caixa livre associado ao empreendimento, trazido ao valor presente pelo custo médio ponderado de capital (WACC), considerando os parâmetros regulatórios mínimos aplicáveis. As principais premissas para a mensuração do valor recuperável foram:

a) Método: Fluxo de caixa descontado;

b) Período: até 12/2040;

c) Receita Operacional Líquida: Com base nos contratos de venda de energia do empreendimento, reduzidos os encargos e tributos indiretos;

d) Taxa de desconto: WACC regulatório real do segmento de geração de 10,3%, acrescido do IPCA;

e) Saldos contábeis: Fluxo de caixa descontado, ajustando os saldos contábeis na data base de 09/2022.

14.4.8. ***Ventos dos Índios Energia S.A.***

Em 30 de junho de 2015, a cindida CEEE-GT assinou com a Elecnor S.A. o contrato de compra e venda de ações da Sociedade de Propósito Específico Ventos dos Índios Energia S.A., para a entrada nessa sociedade, com percentual é de 10% do capital social, com consequente aporte de R$ 7.243.

A SPE é composta por dois parques eólicos situados no município de Osório, RS, denominados Parque dos Índios 2 e Parque dos Índios 3, com capacidade total de geração de 52,9 MW.

A Companhia efetuou a alienação da totalidade de sua participação acionária na empresa Ventos dos Índios Energia S.A., conforme nota explicativa 39.2.

14.5. Informações Financeiras das Investidas

14.5.1. ***Demonstrações Financeiras Controladas e Coligadas***

	31/12/2022			31/12/2021		
	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) do período	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) do período
Controladas						
Ventos de Curupira	61.736	(1.969)	(1.145)	61.736	(824)	(666)
Ventos de Povo Novo	27.473	(1.226)	(543)	27.473	(683)	(374)
Ventos de Vera Cruz	69.044	(1.943)	(681)	69.044	(1.262)	(588)
	158.253	**(5.138)**	**(2.369)**	**158.253**	**(2.769)**	**(1.628)**
Coligadas						
Chapecoense	254.509	634.080	422.708	714.509	1.135.646	435.950
Jaguari	17.680	21.531	1.047	17.680	20.521	1.273
Ceran	120.000	283.808	58.412	120.000	324.550	141.504
Enercan*	200.787	742.123	483.431	200.787	660.378	517.407
Palmares	114.116	129.864	19.267	114.116	128.828	19.115
Ventos da Lagoa	88.701	106.537	14.831	88.701	118.346	15.991
Ventos do Litoral	102.901	111.748	11.139	102.901	119.495	13.578
Ventos do Sul	964	43.917	85.520	964	39.686	77.058
Ventos dos Índios	63.641	80.369	362	63.641	80.461	594
	963.299	**2.153.977**	**1.096.717**	**1.423.299**	**2.627.912**	**1.222.470**

14.6. Movimentação dos investimentos

Controladora	Saldos em 31/12/2021	Equivalência Patrimonial	Provisão Dividendos	Alienação Investimento	Resultado da Alienação	Saldos em 31/12/2022
Controladas						
Ventos de Curupira	(824)	(1.145)	-	-	-	(1.969)
Ventos de Povo Novo	(683)	(543)	-	-	-	(1.226)
Ventos de Vera Cruz	(1.262)	(681)	-	-	-	(1.943)
Coligadas						-
Chapecoense	102.208	38.044	(83.185)	-	-	57.067
Jaguari	2.156	110	-	-	-	2.266
Ceran	97.365	17.523	(25.365)	-	-	89.523
Enercan	43.017	22.671	(18.293)	(96.827)	49.432	-
Palmares	12.883	1.927	(1.823)	-	-	12.987
Ventos da Lagoa	11.834	1.483	(2.664)	-	-	10.653
Ventos do Litoral	11.949	1.114	(1.889)	-	-	11.174
Ventos do Sul	3.969	8.552	(8.129)	-	-	4.392
Ventos dos Índios	8.046	36	(45)	-	-	8.037
Ágio Parques Eólicos	974	-	-	-	-	974
Ágio Ventos do Sul	18.174	-	-	-	-	18.174
Outros Investimentos	231	-	-	-	-	231
	310.037	**89.091**	**(141.393)**	**(96.827)**	**49.432**	**210.340**

Controladora	Saldos em 31/12/2020	Acervo Cindido	Aumento de Capital	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldos em 31/12/2021
Controladas						
Ventos de Curupira	-	(3.331)	2.956	(523)	74	(824)
Ventos de Povo Novo	-	(1.804)	1.392	(314)	43	(683)
Ventos de Vera Cruz	-	(3.688)	2.786	(437)	77	(1.262)
Coligadas						
Chapecoense	-	89.266	-	34.061	(21.119)	102.208
Jaguari	-	1.783	-	186	187	2.156
Ceran	-	100.057	-	34.524	(37.216)	97.365
Enercan	-	38.708	-	27.821	(23.512)	43.017
Palmares	-	12.644	-	1.912	(1.673)	12.883
Ventos da Lagoa	-	11.831	-	1.599	(1.596)	11.834
Ventos do Litoral	-	12.046	-	1.358	(1.455)	11.949
Ventos do Sul	-	3.405	-	7.706	(7.142)	3.969
Ventos dos Índios	-	8.015	-	59	(28)	8.046
Ágio Parques Eólicos	-	974	-	-	-	974
Ágio Ventos do Sul	-	18.174	-	-	-	18.174
Outros Investimentos	-	1.370	-	-	(1.139)	231
	-	**289.450**	**7.134**	**107.952**	**(94.499)**	**310.037**

Consolidado	Saldos em 31/12/2021	Equivalência Patrimonal	Provisão Dividendos	Venda Investimento	Venda Investimento	Saldos em 31/12/2022
Coligadas						
Chapecoense	102.208	38.044	(83.185)	-	-	57.067
Jaguari	1.156	110	-	-	-	2.266
Ceran	97.365	17.523	(25.365)	-	-	89.523
Enercan	43.017	22.671	(18.293)	(96.827)	49.432	-
Palmares	12.883	1.927	(1.823)	-	-	12.987
Ventos da Lagoa	11.834	1.483	(2.664)	-	-	10.653
Ventos do Litoral	11.949	1.114	(1.889)	-	-	11.174
Ventos do Sul	3.969	8.552	(8.129)	-	-	4.392
Ventos dos Índios	8.046	36	(45)	-	-	8.037
Ágio Parque Eólicos	974	-	-	-	-	974
Ágio Ventos do Sul	18.174	-	-	-	-	18.174
Outros Investimentos	231	-	-	-	-	231
	312.806	91.460	(141.393)	(96.827)	49.432	215.478

Consolidado	Saldos em 31/12/2020	Acervo Cindido	Equivalência Patrimonal	Dividendos	Saldos em 31/12/2021
Coligadas					
Chapecoense	-	89.266	34.061	(21.119)	102.208
Jaguari	-	1.783	186	187	2.156
Ceran	-	100.057	34.524	(37.216)	97.365
Enercan	-	38.708	27.821	(23.512)	43.017
Palmares	-	12.644	1.912	(1.673)	12.883
Ventos da Lagoa	-	11.831	1.599	(1.596)	11.834
Ventos do Litoral	-	12.046	1.358	(1.455)	11.949
Ventos do Sul	-	3.405	7.706	(7.142)	3.969
Ventos dos Índios	-	8.015	59	(28)	8.046
Ágio Parque Eólicos	-	974	-	-	974
Ágio Ventos do Sul	-	18.174	-	-	18.174
Outros Investimentos	-	1.355	-	(1.124)	231
	-	**298.258**	**109.226**	**(94.678)**	**312.806**

14.7. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Ventos de Curupira S.A.	2.620	1.486
Ventos de Povo Novo S.A.	1.435	873
Ventos de Vera Cruz S.A.	1.912	1.181
	5.967	**3.540**

15. IMOBILIZADO

Controladora	Acervo Cindido	Adições	Baixas	Outras	31/12/2021
Custo					
Barragens	596.582	-	-	-	596.582
Terrenos	11.647	-	-	(7)	11.640
Edificações	98.837	965	(1.651)	-	98.151
Máquinas e Equipamentos	438.085	22	(55)	-	438.052
Veículos	1.306	-	-	-	1.306
Móveis e Utensílios	814	-	-	-	814
	1.147.271	987	(1.706)	(7)	1.146.545
Depreciação					
Barragens	(540.451)	(7.567)	-	-	(548.018)
Edificações	(96.005)	(109)	469	-	(95.645)
Máquinas e Equipamentos	(391.134)	(2.073)	53	-	(393.154)
Veículos	(1.291)	(8)	-	-	(1.300)
Móveis e Utensílios	(740)	(8)	-	-	(748)
	(1.029.621)	(9.766)	522	-	(1.038.865)
Total do Imobilizado em Serviço	**117.650**	**(8.779)**	**(1.184)**	**(7)**	**107.680**
Total do Imobilizado em Curso	**10.427**	**423**	**(478)**	**24.654**	**35.026**
Total do Ativo Imobilizado	**128.077**	**(8.356)**	**(1.662)**	**24.647**	**142.706**

Controladora	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Custo				
Barragens	596.582	-	-	596.582
Terrenos	11.640	2.480	-	14.120
Edificações	98.151	-	-	98.151
Máquinas e Equipamentos	438.051	-	-	438.051
Veículos	1.306	-	-	1.306
Móveis e Utensílios	814	-	-	814
	1.146.544	2.480	-	1.149.024
Depreciação				
Barragens	(548.019)	(10.090)	-	(558.109)
Edificações	(95.646)	(146)	-	(95.792)
Máquinas e Equipamentos	(393.155)	(2.725)	-	(395.880)
Veículos	(1.299)	(5)	-	(1.304)
Móveis e Utensílios	(745)	(10)	-	(755)
	(1.038.864)	(12.976)	-	(1.051.840)
Redução pelo valor da Indenização	**-**	**-**	**(79.264)**	**(79.264)**
Total do Imobilizado em Serviço	**107.680**	**(10.496)**	**(79.264)**	**17.920**
Total do Imobilizado em Curso	**35.026**	**466**	**(229)**	**35.263**
Total do Ativo Imobilizado	**142.706**	**(10.030)**	**(79.493)**	**53.183**

continua

continuação

	Acervo Cindido	Adições	Baixas	Outras	Consolidado 31/12/2021
Custo					
Barragens	596.582	-	-		596.582
Terrenos	11.647	-	-	(7)	11.640
Edificações	98.837	965	(1.651)	-	98.151
Máquinas e Equipamentos	438.085	22	(55)	-	438.052
Veículos	1.306	-	-	-	1.306
Móveis e Utensílios	814	-	-	-	814
	1.147.271	987	(1.706)	(7)	1.146.545
Depreciação					
Barragens	(540.451)	(7.567)	-	-	(548.019)
Edificações	(96.005)	(109)	469	-	(95.646)
Máquinas e Equipamentos	(391.134)	(2.703)	53	-	(393.154)
Veículos	(1.291)	(8)	-	-	(1.300)
Móveis e Utensílios	(740)	(8)	-	-	(748)
	(1.029.621)	**(9.766)**	**522**	**-**	**(1.038.865)**
Total do Imobilizados em Serviço	**117.650**	**(8.779)**	**(1.184)**	**(7)**	**107.680**
Total do Imobilizado em Curso	**10.461**	**438**	**(478)**	**24.654**	**35.075**
Total do Ativo Imobilizado	**128.111**	**(8.341)**	**(1.662)**	**24.647**	**142.755**

	31/12/2021	Adições	Baixas	Consolidado 31/12/2022
Custo				
Barragens	596.582	-	-	596.582
Terrenos	11.640	2.480	-	14.120
Edificações	98.151	-	-	98.151
Máquinas e Equipamentos	438.051	-	-	438.051
Veículos	1.306	-	-	1.306
Móveis e Utensílios	814	-	-	814
	1.146.544	2.480	-	1.149.024
Depreciação				
Barragens	(548.019)	(10.090)	-	(558.109)
Edificações	(95.646)	(146)	-	(95.792)
Máquinas e Equipamentos	(393.155)	(2.725)	-	(395.880)
Veículos	(1.299)	(5)	-	(1.305)
Móveis e Utensílios	(745)	(10)	-	(755)
	(1.038.864)	(12.976)	-	(1.051.840)
Redução pelo valor da indenização	**-**	**-**	**(79.264)**	**(79.264)**
Total do Imobilizado em Serviço	**107.680**	**(10.496)**	**(79.264)**	**17.920**
Total do Imobilizado em Curso	**35.075**	**466**	**(229)**	**35.312**
Total do Ativo Imobilizado	**142.755**	**(10.030)**	**(79.493)**	**53.232**

O Ativo Imobilizado da Companhia é composto por Usinas de Geração, bens administrativos, bens não vinculados à Concessão e outros fora do alcance da ITG 01 / NBC TG 47, e bens do ativo imobilizado em curso. Em setembro de 2021, R$ 24,6 milhões foram reclassificados da rubrica de outros créditos (transformação, fabricação e reparo) para ativo imobilizado em curso. Face ao novo Contrato de Concessão firmado, com base no disposto na Nota Técnica nº 39/2021/ASSEC do Ministério de Minas e Energia (MME) e no Relatório de Cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) nº EPE-DEE-RE-041/2020-R1 da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), em outubro de 2022 a Companhia reconheceu provisão para redução pelo valor da indenização, da Usina de Itaúba, no montante de R$79,3 milhões.

16. INTANGÍVEL

Controladora	31/12/2020	Acervo Cindido	Adições	Amortizações	31/12/2021	Adições	Amortizações	Baixas	31/12/2022
Softwares	-	578	-	(61)	517	-	(40)	-	477
Risco Hidrológico - GSF	-	-	150.285	(25.093)	125.192	-	(91.256)	(33.936)	-
Concessão Contratual	-	-	-	-	-	2.051.016	(5.697)	-	2.045.319
Uso do Bem Público - UBP	-	-	-	-	-	48.747	(127)	-	48.620
	-	**578**	**150.285**	**(25.154)**	**125.709**	**2.099.763**	**(97.120)**	**(33.936)**	**2.094.415**

Consolidado	31/12/2020	Acervo Cindido	Adições	Amortizações	31/12/2021	Adições	Amortizações	Baixas	31/12/2022
Servidões	-	378	-	-	378	-	-	-	378
Softwares	-	578	-	(61)	517	-	(40)	-	477
Risco Hidrológico - GSF	-	-	150.285	(25.093)	125.192	-	(91.256)	(33.936)	-
Concessão Contratual	-	-	-	-	-	2.051.016	(5.697)	-	2.045.319
Uso do Bem Público - UBP	-	-	-	-	-	48.747	(127)	-	48.620
	-	**956**	**150.285**	**(25.154)**	**126.087**	**2.099.763**	**(97.120)**	**(33.936)**	**2.094.793**

O Ativo Intangível da Companhia é composto preponderantemente pelos valores referentes ao direito de exploração da concessão, bem como pelas aquisições de softwares, licenças de uso e demais direitos dessa natureza.

(a) Adesão à Repactuação do Risco Hidrológico - Generation Scaling Factor - GSF - Lei nº 14.052/2020, Amortização e baixa de Saldo Residual:

Em setembro 2020, foi publicada a Lei nº 14.052, norma que disciplinou novas condições para repactuação do risco hidrológico referente à parcela dos custos incorridos com o GSF, valores assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

No que tange a valoração da extensão da outorga, a Companhia analisou e convalidou os números apresentados pela CCEE e ANEEL, conforme NBC TG 04 / IAS 38 - Ativo Intangível, tendo esgotado as aprovações pela adesão pelos seus órgãos de governança em agosto de 2021. Os valores atinentes ao cálculo da extensão das outorgas das Usinas, em função da adesão à repactuação do risco hidrológico, foram reconhecidos em setembro de 2021.

A amortização desses valores foi calculada usando o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado, com base no método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos e pelo prazo da concessão, até a assinatura do Contrato de Concessão nº 004/2022. Em novembro de 2022 o saldo residual a amortizar foi baixado, face ao encerramento do Contrato de Concessão nº 025/2000.

(b) Uso do Bem Público (UBP):

Os valores referentes ao Uso do Bem Público referem-se ao direito de exploração da geração de energia elétrica pela Companhia, outorgado nos termos do Contrato de Concessão nº 004/2022.

A amortização desses valores foi calculada usando o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado, com base no método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos e pelo prazo da concessão, que se encerra em novembro de 2052. Os valores de amortização do UBP estão contabilizados no resultado em 31 de dezembro de 2022, no montante de R$ 5.824.

17. FORNECEDORES

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Encargos de Uso da Rede	12.244	18.167	12.244	18.167
Suprimento de Energia Elétrica	13.062	1.120	13.062	1.120
Materiais e Serviços	2.135	152	2.135	152
Retenção Contratual	78	288	78	288
Outros	343	44	380	171
	27.862	**19.771**	**27.899**	**19.898**

18. DEBÊNTURES

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Série Única	1.900.000	-	1.900.000	-
Encargo da Dívida	19.477	-	19.477	-
(-) Custo de Transação a Amortizar	(16.824)	-	(16.824)	-
Total	1.902.653	-	1.902.653	-
Circulante	**11.065**	**-**	**11.065**	**-**
Não Circulante	**1.891.588**	**-**	**1.891.588**	**-**

Em 06 de Dezembro de 2022 a Companhia concluiu, após aprovação na AGE realizada em 24 de novembro de 2022, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no montante de R$1.900.000.000,00 (um bilhão e novecentos milhões de reais), na quantidade de 1.900.000 (um milhão e novecentas mil), com valor nominal unitário de R$1.000,00 (mil reais), as quais foram objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos, nos termos da regulamentação da CVM. As Debêntures terão prazo de vencimento de 02 (dois) anos, em uma única data, qual seja, na Data de Vencimento, vencendo-se, portanto, em 06 de dezembro de 2024, à taxa de remuneração de CDI + 2,35% a.a. base 252 DU. Os recursos ingressaram no caixa da Companhia em 7 de dezembro de 2022, sendo alocados no pagamento do valor do Bônus de Outorga, conforme detalhado nos documentos da emissão das debêntures.

· ***Covenants***

Os contratos de dívida da Companhia preveem o cumprimento de certas obrigações não financeiras, bem como a manutenção de certos parâmetros e indicadores de desempenho, tais como divulgação de suas demonstrações financeiras auditadas conforme prazos regulatórios ou pagamento de comissão por assunção de risco caso o indicador de dívida líquida sobre o EBITDA atinja os patamares previstos em referidos contratos.

Até o momento, a Companhia encontra-se adimplente em relação a todas as obrigações financeiras e não financeiras (covenants) de seus contratos vigentes.

19. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Folha de Pagamento Líquida	1.906	1.838	1.906	1.838
Provisão Férias e Encargos	5.264	5.677	5.274	5.702
Retenções sobre a Folha de Pagamento	3.735	1.552	3.735	1.552
Prêmio Assiduidade	46	23	46	23
	10.951	**9.090**	**10.961**	**9.115**

20. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Circulante				
Programas de Integração Social - PIS	599	507	599	479
Contribuição p/Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.471	2.092	2.471	2.096
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	11	24	11	24
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social - IR/CS	13.680	18	13.680	18
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	466	412	466	412
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	9.253	-	9.253	-
Outros	759	59	777	120
	27.239	**3.112**	**27.257**	**3.149**

21. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia Estadual de Transmissão e Geração de Energia Elétrica (CEEE-GT) era Patrocinadora dos Planos de Benefício CEEEPrev e Plano Único junto à Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE. Em abril de 2020, por decisão de seu acionista controlador, a CEEE-GT passou por um processo de cisão parcial, que resultou na criação da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G, e a Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T, restando as obrigações de benefício pós-emprego com característica de benefício definitivo alocadas substancialmente na CEEE-T.

A Companhia CEEE-G, considera como passivo o benefício pós-emprego à proporção dos participantes ativos da CEEE-G dos planos originalmente patrocinados pela cindida CEEE-GT até o momento da troca do controle acionário. Após esse marco, não há responsabilidade da CEEE-G pois não figura como patrocinadora dos planos de previdência complementar.

A PREVIC já reconheceu, inclusive, que a CEEE-G não é patrocinadora dos planos previdenciários administrados pela Fundação Família Previdência, o que está alinhado com a Lei nº 15.298/2019 e o edital de leilão da CEEE-G.

Sendo assim, a CEEE-G assumiu a parte do déficit (valores passados) dos planos de previdência decorrentes da cisão e incorporada na parcela cindida.

Adicionalmente, informa que a Fundação CEEE move ação judicial em face da CEEE-D e CEEE-GT (5106459-78.2020.8.21.0001) objetivando impor a obrigação de patrocínio e custeio dos planos de benefícios previdenciários administrados pela entidade de previdência privada complementar Fundação Família Previdência. Referida demanda está em seus estágios iniciais.

Abaixo é demonstrado os saldos reconhecidos no passivo da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Circulante				
Provisão Plano único	50	74	50	74
Provisão Plano CEEEPREV	230	749	230	749
	280	**823**	**280**	**823**
Não Circulante				
Provisão Plano Único	384	378	384	378
Provisão Plano CEEEPREV	11.196	10.210	11.196	10.210
	11.580	**10.588**	**11.580**	**10.588**

21.1. Dos planos - Plano CEEEPREV e Plano Único

Até 2002, os empregados do Grupo CEEE contavam apenas com o Plano de Benefícios Único, onde os benefícios programáveis têm seu valor ou nível previamente estabelecidos, sendo o custeio determinado de forma a garantir sua concessão e manutenção. Como o valor dos benefícios não guarda relação direta com o grau de capitalização de recursos, está sempre sujeito a revisões no valor das contribuições para fazer frente aos compromissos assumidos.

O Plano Único foi fechado para novas adesões e, alternativamente, foi criado o Plano CEEEPREV, cujo convênio de adesão é de 29/05/2001.

O plano CEEEPREV, por sua vez, tem características de contribuição definida, a prestação previdenciária futura será quantificada de acordo com o capital acumulado ao longo dos anos, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados. O benefício saldado é um benefício proporcionado a uma parcela de participantes que migraram do Plano Único, o valor foi calculado no momento da migração e atualizado pelo índice de reajuste do plano, viabilizado por uma contribuição suplementar, chamada reserva a amortizar.

A empresa CEEE oportunizou a migração dos colaboradores do Plano Único ao Plano CEEEPREV, sendo que atualmente, após a cisão da Empresa GT, há uma pequena parte dos funcionários ativos no Plano Único e a outra parte no plano CEEEPREV.

21.2. Resultado da Avaliação Atuarial

Para fins de valores, considera-se o laudo atuarial atualizado para 12/2022, conforme abaixo:

Conciliação dos Saldos do Valor Presente da Obrigação Atuarial	2022 Plano Único	2022 CEEEPREV BD	2022 Total	2021 Plano Único	2021 CEEEPREV BD	2021 Total
Valor presente da obrigação atuarial no início do período	2.421	27.407	**29.828**	43.558	14.504	**58.062**
Custo do serviço corrente	(15)	41	**26**	(15)	41	**26**
Custo de juros	2.962	994	**3.956**	2.962	994	**3.956**
Ganho/(perda) atuarial	-	-	**-**	(44.146)	11.606	**(32.540)**
Contribuições de participantes realizada no período	41	2.332	**2.373**	62	262	**324**
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	**5.409**	**30.774**	**36.183**	**2.421**	**27.407**	**29.828**

Análise da Obrigação Atuarial do Plano	2022 Plano Único	2022 CEEEPREV BD	2022 Total	2021 Plano Único	2021 CEEEPREV BD	2021 Total
Parcela do valor presente da obrigação atuarial com cobertura	1.510	20.977	**22.487**	1.538	16.841	**18.379**
Parcela do valor presente da obrigação atuarial sem cobertura (déficit)	3.899	9.797	**13.696**	883	10.566	**11.449**
Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	**5.409**	**30.774**	**36.183**	**2.421**	**27.407**	**29.828**
Status do Plano	**Parcialmente coberto**	**Parcialmente coberto**	**Parcialmente coberto**	**Parcialmente coberto**	**Parcialmente coberto**	**Parcialmente coberto**

Conciliação dos Saldos do Valor Justo dos Ativos	2022 Plano Único	2022 CEEEPREV BD	2022 Total	2021 Plano Único	2021 CEEEPREV BD	2021 Total
Valor justo dos ativos do plano no início do período	(29.796)	(8.684)	**(38.480)**	(29.796)	(8.684)	**(38.480)**
Retorno esperado dos ativos do plano	(2.008)	(593)	**(2.601)**	(2.008)	(593)	**(2.601)**
Ganhos/(perdas) atuariais	30.376	(7.036)	**23.340**	30.376	(7.036)	**23.340**
Contribuições do empregador	(41)	(2.332)	**(2.373)**	(48)	(266)	**(314)**
Contribuições de participantes do plano	(41)	(2.332)	**(2.373)**	(62)	(262)	**(324)**
Valor justos dos ativos do plano no final do exercício	**(1.510)**	**(20.977)**	**(22.487)**	**(1.538)**	**(16.841)**	**(18.379)**

Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço	2022 Plano Único	2022 CEEEPREV BD	2022 Total	2021 Plano Único	2021 CEEEPREV BD	2021 Total
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura/(déficit)	3.899	9.797	**13.696**	883	10.566	**11.449**
Montante não reconhecido como (ativo)/passivo	(1.950)	-	**(1.950)**	(442)	-	**(442)**
Passivo Atuarial líquido reconhecido no final do exercício	**1.950**	**9.797**	**11.747**	**442**	**10.566**	**11.008**

Movimentação do Passivo (Ativo) Líquido Reconhecido no Balanço	2022 Plano Único	2022 CEEEPREV BD	2022 Total	2021 Plano Único	2021 CEEEPREV BD	2021 Total
Passivo/(Ativo) reconhecido no início do exercício	442	10.566	**11.008**	6.881	5.821	**12.702**
Pagamentos para o plano	(41)	(2.332)	**(2.373)**	(48)	(266)	**(314)**
Total das remensurações, reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes	-	-	**-**	(6.854)	4.570	**(2.284)**
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	-	-	**-**	462	442	**904**
Passivo referente ao Benefício Definido	**402**	**8.233**	**8.635**	**442**	**10.566**	**11.008**

22. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista e cível, bem como em processos judiciais de natureza tributária e regulatória que, na avaliação da Administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante, atribuem riscos prováveis e possíveis. As contingências trabalhistas são atualizadas pela TR (taxa referencial) mais 1% de juros, os processos trabalhistas cadastrados a partir do início de 2021 e que entraram em liquidação a partir dessa data passaram também a ser atualizados pela Selic, enquanto as contingências cíveis, pelo IGPM mais 1% de juros, ao mês. Em relação às contingências de natureza tributária, os montantes são atualizados pela SELIC (taxa de juros do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia). Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

Controladora/Consolidado 31/12/2022	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Total
Riscos Prováveis	86.798	233.051	1.179	-	321.028
Riscos Possíveis	952	193.100	4.180	200.779	399.011
	87.750	**426.151**	**5.359**	**200.779**	**720.039**

Controladora/Consolidado 31/12/2021	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Regulatórias	Total
Riscos Prováveis	64.774	199.776	3.332	-	267.882
Riscos Possíveis	-	195.862	4.008	195.432	395.302
	64.774	**395.638**	**7.340**	**195.432**	**663.184**

22.1. Composição dos processos de riscos prováveis

Provisão e contas a pagar reconhecidas sobre a parte dos processos cujo risco de perda é considerado provável líquido dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

Controladora/Consolidado 31/12/2022	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante	11.135	824	3	11.962
Passivo não circulante	75.663	232.227	1.176	309.066
	86.798	**233.051**	**1.179**	**321.028**

Controladora/Consolidado 31/12/2021	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante	5.377	175	-	5.552
Passivo não circulante	59.397	199.601	3.332	262.330
	64.774	**199.776**	**3.332**	**267.882**

22.2. Movimentação da Provisão para Contingência

Controladora/Consolidado – Movimentação da Provisão para Contingências	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
(=) Saldo Final dezembro/2020	-	-	-	-
(=) Acervo Cindido	37.175	155.964	2.619	195.758
(+) Provisão	36.292	43.961	773	81.026
(-) Pagamentos	(8.693)	(149)	(60)	(8.902)
(=) Saldo Final dezembro/2021	**64.774**	**199.776**	**3.332**	**267.882**
(+) Novos Ingressos	54.040	1.140	123	55.303
(-) Pagamentos	(11.959)	(823)	(5)	(12.787)
(-) Montantes Revertidos	(28.028)	(2.662)	(2.559)	(33.248)
(+) Atualização Monetária	7.971	35.620	288	43.879
(=) Saldo Final dezembro/2022	**86.798**	**233.051**	**1.179**	**321.028**

22.3. Natureza das ações

22.3.1. Trabalhistas

A Companhia vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes, embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise das chances de êxito da Companhia envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e aos efeitos financeiros das contingências foram determinadas com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra a CEEE-G referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), prêmio assiduidade e outras.

22.3.2. Cíveis

A Companhia está sendo citada em processos judiciais de natureza cível, para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, a partir de análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se a danos morais e materiais, sustação de cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação e revisão de contratos. No que tange ao contencioso cível, classificado como risco de desembolso provável, destaque para o processo judicial nº 2440311-28.2007.8.21.0001, movido pela TERMOGAÚCHA, relativo ao inadimplemento de aportes de capital pela Companhia que supostamente seriam devidos em favor da autora. O valor provisionado para o processo é de R$ 214.920 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 183.245 em 31 de dezembro de 2021). Ainda, no que tange aos processos cuja classificação de risco foi avaliada como possível, destaque para o processo judicial nº 5006366-59.2010.8.21.0001, cujo autor é SACE SPA - SERVIZI ASSICURATIVA DEL COMMERCIO ESTERO, sustentando que teria se sub-rogado nos direitos de crédito havidos pela empresa italiana GIE - Gruppo Industrie Eletro Meccaniche per Impianti All' Estero, credora originária, de um suposto débito contraído pela então CEEE-GT e pela CEEE-D, decorrente de um contrato para execução da Usina Termelétrica Presidente Médici, firmado em 1969 pela então CEEE e a empresa italiana GIE, sendo que o valor estimado pelos assessores legais da Companhia para a lide é de aproximados R$ 192.212 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 191.667 em 31 de dezembro de 2021).

22.3.3. Tributárias

O saldo provisionado de R$ 1.179 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 3.332 em 31 de dezembro de 2021) constitui-se de valores relativos a encargos tributários incidentes em processos judiciais trabalhistas e cíveis, assim como lides envolvendo a cobrança de IPTU.

22.3.4. Regulatórias

A CEEE-G é parte em processos judiciais cíveis movidos pela COPEN - Companhia de Petróleo Gás e Energia relativo a danos materiais e lucros cessantes nos autos dos processos judiciais nº 5000098-76.2016.8.21.0001 e nº 5002217-39.2018.8.21.0001. A classificação de risco de desembolso para esses processos foi dada como possível pelos assessores legais da Companhia. O valor envolvido, em 31 de dezembro de 2022, foi estimado em R$ 200.779 (R$ 195.432 em 31 de dezembro de 2021) para ambos os processos.

23. OBRIGAÇÕES DA CONCESSÃO

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Circulante				
Quota da CDE	1.308	744	1.308	744
Recursos P&D (a)	10.621	9.623	10.621	9.623
Recursos FNDCT	277	263	277	263
Recursos MME	139	131	139	131
RGR	463	-	463	-
	12.808	**10.761**	**12.808**	**10.761**
Não Circulante				
Recursos P&D (a)	11.988	9.476	11.988	9.476
Provisão Comercialização Energia MAE/CCEE (b)	77.578	73.568	77.578	73.568
	89.566	**83.044**	**89.566**	**83.044**
Circulante	**12.808**	**10.761**	**12.808**	**10.761**
Não Circulante	**89.566**	**83.044**	**89.566**	**83.044**
	102.374	**93.805**	**102.374**	**93.805**

a) Programa Pesquisa e Desenvolvimento

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D é um mecanismo legal mandatório de investimento, estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para as concessionárias de energia elétrica. É calculado com base na receita operacional líquida das empresas e resulta na capacitação e desenvolvimento tecnológico.

Ao programa de Pesquisa e Desenvolvimento a Companhia destina anualmente 1% da receita operacional líquida. A aplicação dos recursos, registrada em 31 de dezembro de 2022 no ativo circulante, perfaz o montante de R$ 1.542 (vide nota explicativa nº 9.1) e o saldo a realizar é de R$ 10.621 no passivo circulante e R$ 11.988 no passivo não circulante.

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, dos recursos restantes, 40% são pagos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e 20% ao Ministério de Minas e Energia (MME).

b) Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Em setembro de 2021 foi reclassificado o valor de R$ 72.454 para o grupo de obrigações junto à concessão, migrando da conta de outros passivos não circulantes. Trata-se de provisão de energia comprada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), no período de setembro de 2000 a setembro de 2002. A Companhia mantém esta obrigação reconhecida neste grupo enquanto tramitam ações no intuito de suspender o andamento da liquidação das transações de energia elétrica, que inicialmente estava prevista para novembro de 2002, remanescendo suspensos tais valores até a decisão final.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), por solicitação da Companhia, efetuou a mensuração dos valores devidos e, considerando a avaliação do órgão competente, a provisão foi ajustada aos valores calculados pela CCEE, sendo atualizado conforme condições contratuais estipuladas há época. O montante atualizado perfaz a importância de R$ 77.578 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 73.568 em 31 de dezembro de 2021).

24. CONTAS A PAGAR

O saldo de R$ 6.431 (R$ 11.679, em 31 de dezembro de 2021) refere-se predominantemente a obrigações detidas em favor da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T, desestatizada em outubro de 2021, valores ainda oriundos das operações de cisão da então denominada CEEE-GT (vide nota explicativa nº 11).

25. USO DO BEM PÚBLICO

O encargo a título de Uso do Bem Público refere-se ao ônus da concessão, compromisso assumido com o Poder Concedente, decorrente do direito de exploração da geração de energia elétrica. O valor da obrigação será determinado com base na aplicação do percentual de 2,5% sobre a receita anual realizada da Companhia, conforme preconiza o Contrato de Concessão nº 004/2022-ANEEL-CEEE-G. Os pagamentos ao Poder Concedente terão início em dezembro de 2023, a liquidação será realizadas em parcelas mensais no prazo de 05 (cinco) anos.

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Uso do Bem Público	69.531	-	69.531	-
(-) Ajuste a Valor Presente	(20.784)	-	(20.784)	-
	48.747	**-**	**48.747**	**-**
Circulante	**831**	**-**	**831**	**-**
Não Circulante	**47.916**	**-**	**47.916**	**-**

26. OUTROS PASSIVOS

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos	112	102	112	102
Adiantamento de Clientes	2.102	4.050	2.102	4.050
Provisão de Obras	1.449	1.449	1.449	1.449
Custas Processos Judiciais	63	787	63	787
Outros Credores	3.417	3.015	3.454	3.015
	7.143	**9.403**	**7.180**	**9.403**
Provisão Auto de Infração	392	392	392	392
Guascor Serviços Ltda.	8.943	8.943	8.943	8.943
Outros Credores	50	50	433	433
	9.385	**9.385**	**9.768**	**9.768**
	16.528	**18.788**	**16.948**	**19.171**
Circulante	7.143	**9.403**	7.180	**9.403**
Não Circulante	9.385	**9.385**	9.768	**9.768**
	16.528	**18.788**	**16.948**	**19.171**

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

27.1. Composição

	Nota Explicativa	CEPN	DFESA
Ativo			
Outros Créditos a Receber	9	11	-
Termo de Acordo GSF Dfesa	9.2	-	45.170
AFAC	14.7	5.967	-
		5.978	**45.170**
Resultado			
Termo de Acordo GSF Dfesa	33	-	57.057
		-	**57.057**

As transações da Companhia com suas controladas, coligadas e sociedades de propósito específico são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, quando aplicável. As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores, especialmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, consoante os termos da Resolução Normativa nº 699/2016.

27.2. Controladas

27.2.1. Complexo Eólico Povo Novo

A CEEE-G detém o controle acionário das Sociedades de Propósito Específico (SPEs) Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., constituídas em fevereiro de 2014. A participação acionária da CEEE-G no empreendimento é de 99,99%, conforme nota explicativa nº 14.3.1.

27.3. Coligadas

Conforme divulgado na nota explicativa 10, a Companhia possui valores a receber que totalizam o montante de R$ 79.955 a título de dividendos declarados por suas coligadas.

27.4. Pessoal-Chave da Administração

O pessoal-chave da Administração, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores. Abaixo seguem as informações sobre remunerações e saldos existentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021
Benefícios de Curto Prazo para Administradores	1.161	410
	1.161	410

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

28.1. Capital Social

O capital social, totalmente subscrito, é de R$ 755.962 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 584.291 em 31 de dezembro de 2021), representado por 9.636.566 (nove milhões, seiscentos e trinta e seis mil, quinhentos e sessenta e seis) ações, sem valor nominal, sendo 9.491.023 (nove milhões, quatrocentos e noventa e um mil e vinte e três) ações ordinárias e 145.543 (cento e quarenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e três) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. O aumento de capital da Companhia, no valor de R$ 171.671, foi aprovado pelos acionistas em 30 de abril de 2022, sem alteração no número de ações.

Controladora 31/12/2022	Ordinárias Quantidade	Ordinárias %	Preferenciais Quantidade	Preferenciais %	Total Quantidade	Total %
Companhia Florestal do Brasil	9.447.856	99,55	88.726	60,96	9.536.582	98,96
Outros	43.167	0,45	56.817	39,04	99.984	1,04
	9.491.023	100,00	145.543	100,00	9.636.566	100,00

Controladora 31/12/2021	Ordinárias Quantidade	Ordinárias %	Preferenciais Quantidade	Preferenciais %	Total Quantidade	Total %
Estado RS	6.380.821	67,23	1.087	0,75	6.381.908	66,22
Eletrobras	3.067.035	32,32	87.639	60,22	3.154.674	32,74
Outros	43.167	0,45	56.817	39,04	99.984	1,04
	9.491.023	100,00	145.543	100,00	9.636.566	100,00

28.2. Ações em tesouraria - Cancelamento

Em novembro de 2021 foi finalizado o prazo de exercício do recesso oferecido aos acionistas da Companhia, gerando o cancelamento de 21.881 ações da Companhia, sem qualquer redução de capital social, com um desembolso de aproximadamente R$ 5.749 e autorizado o respectivo cancelamento das ações em tesouraria que aguardam a deliberação do Conselho de Administração da Companhia.

28.3. Reserva de Lucros

O montante de R$ 153.606 refere-se à reserva de retenção de lucros, devidamente aprovado pelos acionistas em sede de Assembleia Geral Ordinária.

28.4. Outros Resultados Abrangentes

O saldo de R$ 3.387 refere-se fundamentalmente ao custo atribuído (Deemed Cost) dos ativos de geração e aos ganhos e perdas atuarias inerentes à nota explicativa nº 20.

29. PREJUÍZO/LUCRO POR AÇÃO

O numerador utilizado para cálculo do lucro básico e diluído foi o lucro líquido após os tributos.

29.1. Prejuízo/Lucro Básico

Controladora 31/12/2022	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo Líquido do Exercício - R$ mil	(14.024)	(215)	(14.239)
Denominador Básico			
Quantidade das Ações	9.491.023	145.543	9.636.566
Prejuízo Líquido Básico e Diluído por Ação - R$	(1,47759)	(1,47759)	(1,47759)

31/12/2021	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro Líquido do Exercício - R$ mil	206.467	3.166	209.633
Denominador Básico			
Quantidade das Ações	9.491.023	145.543	9.636.566
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação - R$	21,75391	21,75391	21,75391

29.2. Prejuízo/Lucro Diluído

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021
Prejuízo/Lucro para as ações ordinárias	(14.024)	206.467
Prejuízo/Lucro para as ações preferenciais	(215)	3.166
	(14.239)	209.633

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021
Denominador Diluído		
Ações Ordinárias	9.491.023	9.491.023
Ações Preferenciais	145.543	145.543
	9.636.566	9.636.566
Prejuízo/Lucro Diluído por Ação - R$	**(1,47759)**	**21,75391**

30. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Suprimento de Energia Elétrica	474.424	345.700	474.427	345.895
Amortização Ativo Financeiro	(6.971)	(6.316)	(6.971)	(6.316)
Remuneração do Ativo Financeiro	3.840	2.093	3.840	2.093
Energia Elétrica de Curto Prazo	35.186	34.835	35.186	34.835
Outras Receitas Operacionais	-	150.285	-	150.285
Receita Operacional Bruta	506.479	526.597	506.482	526.792
Outros Tributos Municipais	(2.227)	-	(2.227)	-
ICMS/ISS	-	(607)	-	(607)
PASEP e COFINS	(44.426)	(32.634)	(44.426)	(32.634)
Quota RGR	(2.777)	-	(2.777)	-
Outros Encargos	(1.186)	-	(1.186)	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1.296)	(844)	(1.296)	(844)
Encargos do Consumidor - P&D/MME/FNDCT/PEE	(4.398)	(4.782)	(4.398)	(4.782)
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	(1.008)	(822)	(1.008)	(822)
Compensação Financeira pela Utilização Recursos Hídricos - CFURH	(17.430)	(10.180)	(17.430)	(10.180)
Deduções da Receita Operacional	(74.748)	(49.869)	(74.748)	(49.869)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**431.731**	**476.728**	**431.734**	**476.923**

A receita operacional líquida representa a diferença entre a receita bruta e as deduções da receita operacional.

A receita operacional bruta é o valor faturado pela empresa em suas operações, receitas provenientes dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs), Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre (CCEALs) e da disponibilização de Garantia Física de Energia e de Potência na forma de Cotas.

As deduções são compostas por tributos decorrentes da operação de comercialização de energia e encargos setoriais.

31. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Custo com Energia Elétrica				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(73.887)	(125.327)	(73.887)	(125.327)
Encargo de Uso do Sistema	(76.056)	(54.047)	(76.056)	(54.047)
	(149.943)	(179.374)	(149.943)	(179.374)

32. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

32.1. Controladora

	Custo de Operação 31/12/2022	Custo de Operação 31/12/2021	Despesas Gerais e Administrativas 31/12/2022	Despesas Gerais e Administrativas 31/12/2021	Outras Despesas Operacionais 31/12/2022	Outras Despesas Operacionais 31/12/2021	Total 31/12/2022	Total 31/1220/21
Pessoal e Administradores								
Remuneração e Encargos	(46.732)	(30.478)	(9.815)	(3.913)	-	-	(56.547)	(34.391)
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012	(2.554)	(2.391)	(269)	(176)	-	-	(2.823)	(2.567)
INSS - Empregador	(8.170)	(4.837)	(1.494)	(589)	-	-	(9.664)	(5.426)
Administradores	(275)	(98)	(1.289)	(487)	-	-	(1.564)	(585)
Total Pessoal e Administradores	(57.731)	(37.804)	(12.867)	(5.165)	-	-	(70.598)	(42.969)
Material	(9.788)	(1.418)	(468)	(404)	-	-	(10.256)	(1.822)
Serviço de Terceiros	(27.830)	(9.956)	(2.564)	(5.863)	-	-	(30.394)	(15.818)
Depreciação e Amortização	(12.823)	(9.710)	-	-	-	-	(12.823)	(9.710)
Depreciação do Ativo de Direito de Uso	2.590	(616)	-	-	-	-	2.590	(616)
Amortização UBP	(127)	-	-	-	-	-	(127)	-
Amortização GSF	(91.257)	(25.093)	-	-	-	-	(91.257)	(25.093)
Amortização Outorga	(5.697)	-	-	-	-	-	(5.697)	-
Despesas de Locação	(4.489)	(458)	(382)	(350)	-	-	(4.871)	(808)
Seguros	(2)	-	-	-	-	-	(2)	-
Tributos	(877)	(16)	-	(13)	-	-	(877)	(29)
Provisão p/Perda Estimada c/Crédito de Líquidação Duvidosa	-	-	-	-	(7.895)	(599)	(7.895)	(599)
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	(36.655)	(36.292)	(36.655)	(36.292)
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	(33.564)	(43.961)	(33.564)	(43.961)
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	2.119	(773)	2.119	(773)
Outras Provisões	-	-	-	-	(105)	17.207	(105)	17.207
Baixas e Custas Depósitos Judiciais	-	-	-	-	442	179	442	179
Outros	9.337	(2)	(2.175)	(17)	(3.632)	(279)	3.530	(297)
TOTAL	(198.694)	(85.073)	(18.456)	(11.812)	(79.290)	(64.518)	(296.441)	(161.403)

32.2. Consolidado

	Custo de Operação 31/12/2022	Custo de Operação 31/12/2021	Despesas Gerais e Administrativas 31/12/2022	Despesas Gerais e Administrativas 31/12/2021	Outras Despesas Operacionais 31/12/2022	Outras Despesas Operacionais 31/12/2021	Total 31/12/2022	Total 31/1220/21
Pessoal e Administradores								
Remuneração e Encargos	(46.732)	(30.478)	(10.109)	(4.157)	-	-	(56.841)	(34.635)
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012	(2.554)	(2.391)	(269)	(176)	-	-	(2.823)	(2.566)
INSS - Empregador	(8.170)	(4.837)	(1.494)	(589)	-	-	(9.664)	(5.426)
Administradores	(275)	(98)	(1.289)	(487)	-	-	(1.564)	(585)
Total Pessoal e Administradores	(57.731)	(37.804)	(13.161)	(5.409)	-	-	(70.892)	(43.213)
Material	(9.788)	(1.418)	(470)	(492)	-	-	(10.258)	(1.911)
Serviço de Terceiros	(27.830)	(9.956)	(4.644)	(7.196)	-	-	(32.474)	(17.151)
Depreciação e Amortização	(12.823)	(9.710)	-	-	-	-	(12.823)	(9.710)
Depreciação do Ativo de Direito de Uso	2.590	(616)	-	-	-	-	2.590	(616)
Amortização UBS	(127)	-	-	-	-	-	(127)	-
Amortização GSF	(91.257)	(25.093)	-	-	-	-	(91.257)	(25.093)
Amortização Outorga	(5.697)	-	-	-	-	-	(5.697)	-
Despesas de Locação	(4.489)	(458)	(382)	(350)	-	-	(4.871)	(808)
Seguros	(2)	-	(23)	-	-	-	(25)	-
Tributos	(877)	(16)	(3)	(13)	-	-	(880)	(29)
Provisão p/Perda Estimada c/Crédito de Líquidação Duvidosa	-	-	34	-	(7.895)	(599)	(7.861)	(599)
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	(21)	(36.655)	(36.292)	(36.655)	(36.313)
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	(3)	(33.564)	(43.961)	(33.564)	(43.964)
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	2.119	(773)	2.119	(773)
Outras Provisões	-	-	-	-	(105)	17.207	(105)	17.207
Baixas e Custas Depósitos Judiciais	-	-	-	-	442	179	442	179
Outros	9.337	(2)	(2.175)	(11)	(3.632)	(279)	3.530	(291)
TOTAL	(198.694)	(85.073)	(20.824)	(13.495)	(79.290)	(64.518)	(298.808)	(163.086)

33. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Termo de Acordo Defesa	57.057	-	57.057	-
Receita de Investimentos	49.432	-	49.432	-
Prestação de Serviço - O&M	4.743	-	4.743	-
Outros	2.223	55	2.223	55
	113.455	**55**	**113.455**	**55**

33.1. Termo de Acordo GSF DFESA - Repactuação Risco Hidrológico Usina de Dona Francisca

O valor de R$ 57.056 refere-se ao reconhecimento do montante do Termo de Acordo firmado entre a CEEE-G e Dona Francisca Energética S.A - DFESA, por ocasião da Repactuação Risco Hidrológico Usina de Dona Francisca, conforme nota explicativa nº 9.2.

33.2. Alienação de Participação Societária

O valor de R$ 49.432 refere-se ao reconhecimento do ganho na alienação de participação societária da Companhia na empresa Campos Novos Energia S.A - ENERCAN (vide nota explicativa nº 14.4).

continua

continuação

34. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Baixa Ativo Contratual	(100.702)	-	(100.702)	-
Provisão para Perda Imobilizado	(79.264)	-	(79.264)	-
Baixa GSF	(33.935)	-	(33.935)	-
Recuperação de Despesas	399	27	399	27
Outros	(122)	(39)	(122)	(39)
	(213.624)	**(12)**	**(213.624)**	**(12)**

34.1. Baixa de Saldo Residual Ativo Contratual
O valor de R$ 100.702 refere-se a baixa do saldo residual do “Ativo Contratual”, por ocasião do encerramento do Contrato de Concessão nº 025/2000 (vide nota explicativa nº 8).
34.2. Baixa de Saldo Residual GSF
O valor de R$ 33.935 refere-se a baixa do saldo residual a amortizar da Repactuação do Risco Hidrológico - GSF, face ao encerramento do Contrato de Concessão nº 025/2000 (vide nota explicativa nº 16.a).
34.3. Provisão para Perda de Ativo Imobilizado
Face ao novo Contrato de Concessão nº 004/222, a Companhia constituiu provisão para perda por redução pelo valor da indenização de seu ativo imobilizado referente à Usina de Itaúba, no montante de R$79.264 (vide nota explicativa nº 15).

35. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Receitas Financeiras				
Renda de Aplicações Financeiras	71.608	15.622	71.608	15.622
Atualização Monet. Depósitos Judiciais	8.143	1.717	8.143	1.717
Outras Receitas Financeiras	4.407	2.093	4.410	2.311
Total Receita Financeira	84.158	19.432	84.161	19.650
Despesas Financeiras				
Encargos Sobre Arrendamentos	114	(114)	114	(114)
Atualização Juros e Multa	(623)	(872)	(623)	(872)
Atualização Encargos Setoriais	(6.738)	(7.370)	(6.738)	(7.370)
Encargos Debêntures	(19.477)	-	(19.477)	-
Atualização Depósitos Judiciais Trabalhista	(5.197)	-	(5.197)	-
Outras Despesas Financeiras	(378)	(647)	(385)	(651)
Total Despesa Financeira	(32.299)	(9.003)	(32.306)	(9.007)
Resultado Financeiro, Líquido	**51.859**	**10.429**	**51.855**	**10.643**

36. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia é tributada com base no lucro real à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre o saldo do correspondente lucro tributável que exceder R$240 mil ao ano, a título de Imposto de Renda - IRPJ, e à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, a título de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. O lucro tributável corresponde ao lucro líquido do respectivo exercício social, ajustado pelas adições, exclusões ou compensações determinadas pela legislação tributária.
A reconciliação da despesa com IRPJ e CSLL demonstra os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	31/12/2022 IRPJ	31/12/2022 CSLL	31/12/2021 IRPJ	31/12/2021 CSLL
Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL	26.129	26.129	254.376	254.376
Alíquota aplicável	15%	9%	15%	9%
IRPJ (15%) e CSLL (9%)	3.919	2.352	38.156	22.894
Alíquota aplicável	10%	0%	10%	0%
IRPJ - Adicional de 10%	2.589	-	25.420	-
IRPJ e CSLL antes das Adições e Exclusões	**6.508**	**2.352**	**63.576**	**22.894**
Ajustes Decorrentes da Lei nº 12.973/14	758	273	1.048	377
Efeito líquido de provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas no exercício	78.604	28.297	(15.899)	(5.723)
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes	3.877	1.396	539	194
Receitas não tributáveis e outras exclusões permanentes	(28.296)	(10.187)	(27.481)	(9.894)
IRPJ e CSLL sobre Lucro Real e Base de Cálculo da CSLL antes das Compensações	**61.451**	**22.131**	**21.783**	**7.848**
Incentivo PAT	(526)	-	(357)	-
Salário Maternidade - Prorrogação	(11)	-	(18)	-
Total IRPJ e CSLL - Corrente	**60.914**	**22.131**	**21.408**	**7.848**
Total IRPJ e CSLL Diferido - Diferenças Temporárias	(31.304)	(11.305)	(19.919)	(7.171)
Total IRPJ e CSLL Diferido - Ajustes IFRS	24	8	31.306	11.270
Total IRPJ e CSLL IFRS Diferidos	**(31.380)**	**(11.297)**	**11.387**	**4.099**
Total IRPJ e CSLL	**29.534**	**10.834**	**32.795**	**11.947**
Alíquotas efetivas de IRPJ e CSLL	**113%**	**41%**	**13%**	**5%**

37. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

A CEEE-G mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia. Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado e, para os demais, os respectivos valores contábeis, devido a sua natureza de realização, como segue:

	Nota Explicativa	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Ativos Financeiros					
Mensurados a Custo Amortizado					
Caixa e Equivalentes de Caixa					
Numerário Disponível	4.1	14.592	1.138	14.971	1.588
Concessionárias e Permissionárias	5	43.199	27.897	43.199	27.897
Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado					
Aplicação CDI - BB	4.2	654.088	486.739	654.129	486.739
Ativo da Concessão Contratual	8	-	103.833	-	103.833
		711.879	619.607	712.299	620.057
Passivos Financeiros					
Mensurados ao Custo Amortizado					
Fornecedores	17	27.862	19.771	27.899	19.898
Debêntures	18	1.902.653	-	1.902.653	-
Uso do Bem Público	25	48.747	-	48.747	-
Arrendamentos		-	2.885	-	2.885
Total		1.979.262	19.771	1.979.299	19.898

37.1. Gerenciamento de Riscos Financeiros
A companhia possui alguma exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:
37.1.1. Risco de Crédito
Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, em consequência da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.
A Companhia possui Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs) e no Ambiente Livre (CCEALs). As receitas atreladas a esses contratos possuem, como forma de mitigação dos riscos de crédito, mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes, Cartas de Fiança Bancária, Cartas de Fiança Corporativa ou Certificados de Depósito Bancário (CDBs).
A receita proveniente de usinas prorrogadas e que disponibilizam energia na forma de Cotas de Garantia Física de Energia e Potência tem como garantia de pagamento os Contratos de Constituição de Garantia (CCGs) celebrados entre as distribuidoras e os órgãos reguladores.
No conjunto, a Administração entende que o risco de crédito ao qual a Companhia está exposta é baixo, devido às características das contrapartes, as garantias financeiras apresentadas e a diversificação de clientes. A Companhia não possui operações com derivativos. A sistemática de garantias é regulamentada pelos órgãos fiscalizadores, como ONS e CCEE.
O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota Explicativa	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	668.680	487.877	669.100	488.327
Concessionárias e Permissionárias	5	43.199	27.897	43.199	27.897
Ativo da Concessão Contratual	8	-	103.833	-	103.833
Total		711.879	619.607	712.299	620.057

37.1.2. Risco de Preço
A Companhia tem uma remuneração chamada de Custo da Gestão dos Ativos de Geração (GAG), referente à disponibilização de Garantia Física de Energia e de Potência na forma de Cotas. Essa variável é reajustada anualmente pela variação do IPCA e revisada a cada 05 anos, sendo uma das componentes da Receita Anual de Geração (RAG), que deve permitir, de acordo com o contrato de concessão, a adequada prestação dos serviços concedidos e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.
Outra parcela da remuneração, proveniente dos CCEARS e CCEALS, tem seus preços definidos a partir de leilões regulados ou chamadas/ofertas públicas, cujos contratos apresentam cláusulas de reajuste por índices de inflação como IPCA e IGPM.
A energia não comercializada fica sujeita às variações do preço de mercado e aquela não vendida em contrato é liquidada ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), valor calculado e divulgado semanalmente pela Câmara de Comercialização de Energia (CCEE), cujos limites máximos e mínimos são estabelecidos anualmente pela ANEEL.
37.1.3. Risco de Mercado
No Ambiente de Contratação Regulada (ACR) o risco de mercado é baixo por envolver agentes de distribuição que compram sua energia em leilões promovidos pelos órgãos reguladores do Setor Elétrico. Essas empresas têm contratos de concessão de longo prazo, portanto mais estáveis.
No Ambiente de Contratação Livre (ACL) os agentes negociam compra e venda em condições livremente acordadas entre as partes, à exceção de empresas estatais, cujos contratos são resultado de ofertas e chamadas públicas. Os contratos no ACL normalmente possuem menor duração se comparados com o ACR, sendo um mercado mais dinâmico, o que pode trazer inconsistências econômicas e contratuais provenientes da concorrência entre as empresas, tornando os agentes, no geral, mais instáveis.
As Cotas de Garantia Física de Energia e Potência são alocadas através de procedimentos estabelecidos pela ANEEL às distribuidoras do país, apresentando baixo risco de mercado.
37.1.4. Risco de Liquidez
Risco de liquidez é o risco potencial de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros. A CEEE-G utiliza do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo, visando à necessidade potencial de captação de recursos para assegurar a capacidade de pagamentos. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária.

Controladora	Nota	Valor Justo	Até 1 ano	2 - 5 anos
Ativos Financeiros				
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	668.680	668.680	-
Concessionárias e Permissionárias	5	43.199	43.199	-
		711.879	**711.879**	-
Passivos Financeiros				
Fornecedores	17	27.862	27.862	-
Debêntures	18	1.902.653	-	1.902.653
Uso do Bem Público	25	48.747	9.749	38.997
		1.979.262	**37.611**	**1.941.650**

Consolidado	Nota	Valor Justo	Até 1 ano	2 - 5 anos
Ativos Financeiros				
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	669.100	669.100	-
Concessionárias e Permissionárias	5	43.199	43.199	-
		712.299	**712.299**	-
Passivos Financeiros				
Fornecedores	17	27.899	27.899	-
Debêntures	18	1.902.653	-	1.902.653
Uso do Bem Público	25	48.747	9.749	38.997
		1.979.299	**37.648**	**1.941.650**

37.1.5. Gestão de Capital
Condizente com outras companhias do setor, a CEEE-G monitora a sua estrutura de capital por meio do índice de endividamento sobre o patrimônio líquido. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital próprio. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de circulante e não circulante), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e de investimentos em títulos do governo. O capital próprio corresponde ao patrimônio líquido.
O endividamento do Patrimônio Líquido é obtido pela divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido.

	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Endividamento					
Debêntures	18	1.902.653	-	1.902.653	-
Caixa e equivalentes de caixa	4	(668.680)	487.877	(669.100)	488.327
Dívida Líquida		1.233.973	487.877	1.233.553	488.327
Patrimônio Líquido		904.911	916.451	904.911	916.451
Endividamento do Patrimônio Líquido		1,36	-	1,36	-

37.1.6. Valor Justo
Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Nota	Controladora Valor Contábil	Controladora Valor Justo	Consolidado Valor Contábil	Consolidado Valor Justo
Ativos Financeiros					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	668.680	668.680	669.100	669.100
Concessionárias e Permissionárias	5	43.199	43.199	43.199	43.199
		711.879	711.879	712.299	712.299
Passivos Financeiros					
Fornecedores	17	27.862	27.862	27.899	27.899
Debêntures	18	1.902.653	1.902.653	1.902.653	1.902.653
Uso do Bem Público	25	48.747	48.747	48.747	48.747
		1.979.262	1.979.262	1.979.299	1.979.299

Assume-se que os instrumentos financeiros que a Companhia possui estão registrados com um valor próximo ao seu respectivo valor de mercado, em razão da sua natureza e do prazo de realização.
37.1.7. Hierarquia do Valor Justo
Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:
Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou para o passivo diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
Nível 3 - Premissas, para o ativo ou para o passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).
A Companhia não possui saldo de instrumentos financeiros qualificáveis nos níveis da hierarquia do valor justo.
37.2. Gerenciamento de Riscos Relacionados à Companhia e suas Operações
37.2.1. Riscos Hidrológicos
O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, a partir de usinas hidrelétricas, que estão sujeitas ao risco de escassez de água ao longo do tempo. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), cada usina hidrelétrica está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na sua região geográfica como em outras regiões do país.
O arranjo institucional estabelecido pelo Poder Concedente procura reduzir o risco hidrológico desses empreendimentos através da definição de uma garantia física e da instituição do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Esse mecanismo é um instrumento financeiro de compartilhamento do risco hidrológico entre todos os agentes de geração hidrelétrica, sendo compulsório para todas as usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente pelo ONS.
A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da Garantia Física, poderá resultar em exposições no Mercado de Curto Prazo (MCP), podendo impactar negativamente a Companhia, apesar dos mecanismos de mitigação de risco existentes.
O risco hidrológico associado às usinas que foram prorrogadas no âmbito da Lei nº 12.783/2013, que, no caso da CEEE-G, representa cerca de 47% de sua garantia física, são de responsabilidade das empresas distribuidoras que recebem as Cotas de Garantia Física de Energia e Potência.
37.2.2. Riscos Ambientais
A instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos voltados às concessões de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais relacionados à fauna e flora, emissões atmosféricas, água e solo. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas aos padrões de qualidade e de proteção ambiental estabelecido por diversas leis e regulamentos ambientais que, se violados, podem sujeitar os infratores a sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais na esfera cível.
A edição de novas leis e regulamentos ou a ocorrência de eventos não previstos que possam resultar em passivos ambientais pode ter um efeito adverso material sobre os negócios da CEEE-G, não apenas sob o aspecto financeiro, mas também operacional. Com base na legislação ambiental, a Companhia mapeou e monitora seus riscos ambientais. Os principais foram mapeados, descritos e classificados de acordo com sua probabilidade de materialização e impacto. Dessa forma, as ações de mitigação praticadas são avaliadas continuamente quanto a sua adequação/suficiência para a mitigação dos riscos à Companhia.

38. SEGUROS

A Companhia mantém, quando aplicável, coberturas de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são consideradas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. Não faz parte da revisão do Auditor Independente este julgamento da Administração.

39. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em consonância com as diretrizes do Pronunciamento Técnico CPC 24, eventos subsequentes, entre a data final das demonstrações financeiras (31/12/2022) e a data da ratificação de sua emissão pelos órgãos da Administração, reportamos os seguintes eventos subsequentes:
39.1. Valores de Impostos e Contribuições - VIC
Em 31 de janeiro de 2023, através do Despacho nº 239, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), determinou à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) o recálculo e recontabilização dos Valores de Impostos e Contribuições (VIC) a serem pagos pelas distribuidoras cotistas no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2022, referentes às Usinas Hidrelétricas comprometidas com Contratos de Cota de Garantia Física (CCGFs) outorgadas à Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G, face à alteração de comando regulatório quanto à inclusão das contribuições sociais do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) na Receita Anual de Geração - RAG.
Nesse sentido, no âmbito do processo regulatório nº 48500.003945/2022-92, a CCEE calculou os valores financeiros em razão da utilização da substituição da alíquota efetiva pela nominal referente às contribuições sociais PIS e COFINS, resultando no valor de R$ 41.842. Os valores calculados pela CCEE, com atualização pelo IPCA de outubro de 2022, indicam o montante de R$ 55.675 a ser creditado à CEEE-G. Esses valores ainda deverão ser atualizados monetariamente pela CCEE pelo último IPCA disponível até a data da recontabilização dos valores.
39.2. Alienação de Participações Societárias
Em 31 de janeiro de 2023, a Companhia firmou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a empresa Rio Sul 1 Energia Ltda, cujo objeto é alienação da totalidade de suas participações societárias nas companhias: i) Parques Eólicos Palmares S.A; ii) Ventos da Lagoa Energia S.A; iii) Ventos do Litoral Energia S.A; e iv) Ventos dos Índios Energia S.A.
Nos termos e condições do contrato avençado, a efetivação do Fechamento da operação foi condicionada ao cumprimento de Condição Precedente, ficando o Fechamento sujeito à obtenção, pelas Companhias, de consentimento prévio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para a realização da Operação. Tal condição está relacionada a contratos pré-existentes firmados pelas Companhias com a instituição financeira. O BNDES autorizou a reorganização societária de suas clientes em 23 de fevereiro de 2023. O fechamento e liquidação da operação ocorreram em 15 de março de 2023.
39.3. Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre coisa julgada em matéria tributária
Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, no sentido de que uma decisão definitiva individual sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos a partir de uma decisão da Corte em sentido contrário do STF, proferida em ação direta de inconstitucionalidade ou repercussão geral. Baseada no posicionamento do STF e no Ofício-Circular 1/2023, emitido pela CVM, a companhia e os assessores jurídicos externos avaliaram o tema e os impactos nas suas contingências e, baseada nas informações dos assessores, informa que neste momento não foram identificados processos que pudessem representar impactos em suas demonstrações financeiras.

Diretoria

MARCELO CUNHA RIBEIRO – Diretor Superintendente e de Relações com Investidores
DAVID MOISE SALAMA – Diretor
ROGÉRIO GONÇALVES PIZETA – Diretor

Contadora

RITA DE CASSIA PAULIN CORDEIRO – Contadora - CRC/RS-060.169/O-0

Declaração dos Diretores da Companhia sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G, declaramos, nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, alínea VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.
São Paulo, 31 de março de 2023.

Marcelo Cunha Ribeiro – Diretor Superintendente e de Relações com Investidores
David Moise Salama – Diretor
Rogério Gonçalves Pizeta – Diretor

Declaração dos Diretores da Companhia sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Na qualidade de Diretores da Companhia Estadual de Ger ação de Energia Elétrica - CEEE-G, declaramos, nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, alínea V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes relativo às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. São Paulo, 31 de março de 2023.

Marcelo Cunha Ribeiro – Diretor Superintendente e de Relações com Investidores
David Moise Salama – Diretor
Rogério Gonçalves Pizeta – Diretor

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica CEEE-G
Porto Alegre - RS
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica CEEE-G (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica CEEE-G em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *IFRS*, emitidas pelo *“International Accounting Standards Board (Iasb)*.
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto descrito a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.
Contrato de concessão: Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.3.1 - Concessão de geração, em 18 de novembro de 2022 foi assinado o Contrato de Concessão nº 004/2022 que perdurará por 30 anos contados da assinatura. A assunção deste novo contrato ensejou na obrigação de pagamento do Bônus de Outorga à União, assim como em pagamentos futuros de encargos pelo Uso do Bem Público. Juntamente com a assinatura do contrato de concessão citado, houve a rescisão do contrato anterior e a renúncia de qualquer direito que estivesse a ele vinculado, como o recebimento por obrigações de desempenho vinculadas ao contrato, a extensão do prazo da concessão em virtude dos custos incorridos de GSF (Generation Scaling Factor) ou indenização por ativos ainda não depreciados, conforme mencionado nas notas explicativas nºs 8, 15 e 16, respectivamente. Em função desses aspectos, consideramos os impactos relacionados ao novo contrato de concessão como um principal assunto de auditoria. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas e aos potenciais impactos ao resultado do exercício.
Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: **(a)** leitura do novo contrato de concessão e demais documentos relacionados; **(b)** revisão, avaliação e recálculo dos valores registrados a título de Bônus de Outorga e Uso do Bem público; e **(c)** revisão e avaliação dos montantes registrados como baixas relacionadas ao contrato de concessão encerrado (ativo de concessão contratual, GSF e ativos indenizáveis). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que são razoáveis os montantes registrados em decorrência da assinatura do novo contrato de concessão e suas implicações, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se estas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (Iasb), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 31 de março de 2023.
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP-025.583/O-1
Romeu Sabino da Silva - Contador CRC 1RS-071.263/O-0

‘Não fazer nada leva a profecia autorrealizável na Argentina’

Pobreza de 60% entre jovens compromete recuperação futura, diz pesquisadora

ENTREVISTA
GALA DÍAZ LANGOU

Fernando Canzian

BUENOS AIRES Para Gala Díaz Langou, 38, diretora-executiva do Cippec (Centro de Políticas Públicas para a Equidade e o Crescimento) na Argentina, há uma sensação de que não se pode fazer nada em um contexto de tanta incerteza.

“Mas é nesses momentos que precisamos projetar o futuro e tomar ações. Senão, acabamos por validar essa ideia de que há uma profecia autorrealizável. Não se pode fazer nada, não fazemos nada e nada acontece”, afirma.

*

Como avalia o aumento da pobreza, sobretudo entre os mais jovens, e seu impacto sobre o futuro da economia argentina? Há problemas estruturais de várias dimensões: social, econômica e institucional. No social, a crise é anterior à pandemia, quando os níveis de pobreza e indigência começaram a aumentar em resposta a uma crise estrutural na economia.

A Argentina não cresce de maneira sustentável há mais de dez anos, e a pandemia só agravou o quadro, ampliando as desigualdades sociais. Os mais afetados nesse processo foram os lares que têm filhos pequenos e adolescentes.

Entre os 20% mais pobres, há grande quantidade de mães solteiras e de famílias desmembradas. Para elas, é uma dificuldade enorme conciliar a vida produtiva, no mercado de trabalho, com a familiar, sobretudo por causa das crianças.

Isso interfere não apenas na qualidade de vida dessas famílias mas no potencial de crescimento econômico da Argentina em nível agregado.

Temos mais de 60% dos jovens vivendo em situação de pobreza e apenas 2 em cada 10 deles terminam a educação secundária no tempo normal e com os conhecimentos básicos em provas do Pisa [Programa Internacional de Avaliação de Estudantes]. Isso tem implicações graves sobre o nível de produtividade que temos hoje e que teremos no futuro.

Isso afeta as possibilidades de a Argentina estabelecer uma estratégia de desenvolvimento, de conquistar a estabilidade macroeconômica e de participar da economia global.

Quase a maioria das crianças recebe algum tipo de subsídio do Estado. Isso é sustentável do ponto de vista orçamentário, já que o país convive há décadas com déficits fiscais? Cerca de 95% das crianças e adolescentes recebem algum tipo de benefício, direta ou indiretamente, como nos casos da isenção de impostos por filho. Outros 5%, que são justamente as famílias mais vulneráveis, ainda estão de fora de qualquer tipo de programa. Falta chegar até eles.

Gala Días Langou, 38
É diretora-executiva do Cippec (Centro de Políticas Públicas para a Equidade e o Crescimento). Tem mestrado em políticas públicas pela Universidade de Georgetown (EUA) e formação em estudos internacionais pela Universidade de Torcuato Di Tella (Argentina).

Há, porém, famílias mais ricas que acabam tendo grandes isenções de impostos, e faz-se necessário, usando os mesmos recursos atuais, melhorar sua distribuição de forma mais progressiva.

No total, todos esses programas sociais representam entre 1% e 1,5% do PIB, dependendo do ano. É um volume adequado, sobretudo se o compararmos com os de outros países. Mas é preciso levar em conta que o sistema previdenciário na Argentina custa 12 pontos do PIB, sendo que, desses 12 pontos, 7 são para aposentadorias de fora do sistema geral.

São o que chamamos de aposentadorias privilegiadas, em regimes especiais e de exceção. Entre eles, há de militares e medalhistas olímpicos a cantores líricos do teatro Colón e trabalhadores de minas, entre outros em regimes que possibilitam aposentadorias aos 45 anos.

Os subsídios à energia, na luz e no gás, proliferaram na Argentina nos últimos anos para amortecer as crises econômicas. Como equacionar essas transferências com um programa de estabilização? O problema é que esses subsídios chegam a todas as pessoas que estão conectadas às redes [de gás e energia], sem diferenciação ou critério de progressividade. Foi planejado algo no ano passado para favorecer só mais os vulneráveis, mas não foi implementado.

Em 2022, os subsídios para a energia representaram 82% do déficit fiscal. O Estado pagou 79% do custo da luz e 71% do gás para todos os que estão conectados à rede. A maioria está nas camadas mais ricas. Significa que estamos financiando a climatização de piscinas em bairros ricos.

A Argentina parece precisar de medidas duras, como escalonar subsídios e mexer em privilégios de aposentados e no setor público. É possível? Certamente estamos em uma situação que demanda mudanças e a implementação de medidas urgentes, em várias dimensões. Isso tudo em um contexto de altíssima incerteza e desconfiança. Isso tem nos levado à imobilidade, com ninguém querendo tomar decisões e enfrentar os custos que serão assumidos, sem que os benefícios apareçam a curto prazo.

É um problema que enfrentamos como país: há uma sensação de que não se pode fazer nada em um contexto de tanta incerteza. Mas é nesses momentos que precisamos projetar o futuro e tomar ações. Senão, acabamos por validar essa ideia de que há uma profecia autorrealizável. Não se pode fazer nada, não fazemos nada e nada acontece.

Governo estuda programa para tirar carro velho de circulação após indenização

Nathalia Garcia
e Renato Machado

BRASÍLIA O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta segunda (3) que o governo federal estuda lançar um programa para renovar a frota de automóveis no Brasil, que seria financiado com um fundo das empresas petroleiras.

Haddad falou da possibilidade após encontro com o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin.

"Vim tratar com o vice [Alckmin] da possibilidade de estabelecer um programa que usa um fundo das petroleiras e dedicar esse fundo à transição ecológica por meio da renovação de frota de carros muito velhos que precisam ser retirados de circulação mediante indenização para que a frota seja renovada em proveito do meio ambiente", afirmou o ministro. Ele não detalhou como funcionaria este modelo de indenização.

O ministro da Fazenda indicou que o programa foi uma solicitação de Alckmin. Haddad também disse que não haveria necessidade de encontrar uma fonte de recursos para financiar o programa.

"Vim pegar a encomenda, vou montar uma equipe para estudar e vamos dar uma devolutiva para Alckmin", afirmou. "É rápido. É um recurso que já está segregado para isso. Recurso de um fundo que já existe, não é recurso novo."

O programa é uma demanda do setor automotivo, que busca estender para os carros leves o mesmo tipo de incentivo já existente para a renovação da frota de caminhões e outros veículos pesados.

No ano passado, o governo Bolsonaro criou por medida provisória um programa de retirada voluntária de circulação de veículos que não atendam aos parâmetros técnicos de rodagem ou que tenham mais de 30 anos de fabricação.

Os benefícios existentes hoje se aplicam a caminhões, implementos rodoviários, ônibus, micro-ônibus, vans e furgões. A medida foi planejada especialmente para autônomos, com frota mais antiga.

A MP deu origem a uma lei, aprovada pelo Congresso. Essa lei tem um dispositivo polêmico que permite a empresas de exploração e produção de petróleo e gás retirar dinheiro de pesquisa e inovação para aplicar na renovação da frota de caminhões e ônibus.

Bolsonaro sancionou o texto com alguns vetos, mas manteve o polêmico dispositivo.

Reajuste de 5,5% em tarifas dos Correios entra em vigor

SÃO PAULO O Ministério das Comunicações autorizou os Correios a aumentar em 5,5% as tarifas para envio de cartas e telegramas nacionais e internacionais. A autorização foi publicada no Diário Oficial da União desta segunda (3), e o reajuste já está em vigor.

Segundo o governo, o aumento seguiu a inflação medida pelo IPCA de janeiro a dezembro de 2022, descontado o fator de produtividade.

O envio de uma carta nacional até 20 g subiu de R$ 2,35 para R$ 2,45. Já a carta que pesa entre 450 g e 500 g foi de R$ 12,55 para R$ 13,25.

Um telegrama nacional pela agência dos Correios subiu de R$ 14,13 para R$ 14,90.

Nas cartas para o exterior, o preço do pacote que pesa até 20 g varia de R$ 2 a R$ 3.

Fernando Narazaki

FUNCAMP
FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP - FUNCAMP
CNPJ.: 49.607.336

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa-Sem Restrição	3	98.143	79.687
Ativo Financeiro Vinculados	4	255.701	213.893
Contas a Receber	5	5.669	4.710
Impostos e Contribuições a Recuperar	-	64	161
Outros Ativos	-	181	56
Total do Ativo Circulante		**359.758**	**298.507**
Ativo Não Circulante			
Depósitos Judiciais	10	20.607	19.385
Tributos "sub judice"	-	234	234
Imobilizado	6	22.366	23.489
Intangível	7	5.897	7.361
Total do Ativo Não Circulante		**49.104**	**50.469**
Total do Ativo		**408.862**	**348.976**

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Passivo Circulante			
Recursos de Convênios	8	244.273	204.470
Salários e Encargos Sociais	9	11.818	10.058
Outros Passivos	-	11.227	9.717
Total do Passivo Circulante		**267.318**	**224.245**
Passivo não circulante			
Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	10	28.899	27.775
Repasses Antecipados	11	1.000	2.200
Total do Passivo Não Circulante		**29.899**	**29.975**
Patrimônio social	12	111.645	94.756
Total do Passivo e Patrimônio Social		**408.862**	**348.976**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do superávit para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Atividades Institucionais de Apoio à Universidade	13	48.622	40.619
(Despesas) Receitas Operacionais			
Salários e Encargos	-	(40.856)	(34.313)
Gerais e Administrativas	14	(8.520)	(6.220)
Outras Receitas Operacionais Líquidas	15	2.208	(1.125)
Voluntariado			
Despesas Serviços Prestados	16	(120)	(84)
Receitas de Voluntariado	16	120	84
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		**1.454**	**(1.039)**
Resultado Financeiro			
Receitas Financeiras	17	15.566	5.065
Despesas Financeiras	17	(131)	(13)
Total do Resultado Financeiro		**15.453**	**5.052**
Superávit		**16.889**	**4.013**

Demonstrações do superávit abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Superávit do exercício	16.889	4.013
Superávit abrangente do exercício	**16.889**	**4.013**

Demonstrações das mutações do patrimônio social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	90.743	90.743
Superávit do exercício	4.013	4.013
Saldos em 31 de dezembro de 2021	94.756	94.756
Superávit do exercício	16.889	16.889
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**111.645**	**111.645**

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício		16.889	4.013
Ajustes para conciliar o superávit do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	6 e 7	2.965	3.074
Baixas dos ativos imobilizado baixado e intangível	6 e 7	14	16
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	10	1.124	3.715
		20.992	10.818
Decréscimo (acréscimo) de ativos operacionais			
Ativos financeiros	-	(41.808)	(17.788)
Contas a receber	-	(959)	(241)
Depósitos judiciais	-	(1.222)	(898)
Outros ativos (circulante e não circulante)		(28)	55
Acréscimo (decréscimo) de passivos operacionais			
Recursos de convênios	-	39.803	17.212
Salários e encargos sociais	-	1.760	(216)
Outros passivos		310	(329)
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais		18.848	8.613
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação de recursos em imobilizado	6	(386)	(214)
Aplicação de recursos em intangível	7	(6)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(392)	(214)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		**18.456**	**8.399**
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício		79.687	71.288
Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício		98.143	79.687
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		**18.456**	**8.399**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional - A Fundação de Desenvolvimento da Unicamp - FUNCAMP ("Fundação"), tem a finalidade institucional de (a) proporcionar à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) recursos humanos e materiais para o atendimento de necessidades e objetivos econômicos, sociais, pedagógicos, assistenciais, previdenciários e culturais da comunidade e colaborar na realização de pesquisa científica, de ensino e no desenvolvimento institucional desta Universidade ("instituição apoiada"); (b) colaborar com o desenvolvimento tecnológico, a proteção e a preservação do meio ambiente; (c) desenvolver atividades dirigidas à saúde no interesse de Hospitais Públicos, Universitários ou não, ao ensino, à pesquisa, tecnologia e assistência social; e (d) instituir, gerir e administrar o Fundo Patrimonial da Unicamp, na qualidade de Organização Gestora de Fundo Patrimonial, em benefício exclusivo da UNICAMP (Estatuto Social, art. 2º, CNAE 85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares.

A Fundação é credenciada como fundação de apoio (Res. SDECTI/SP nº 41/2018(1)) da Universidade Estadual de Campinas ("instituição apoiada"), é certificada pelo Governo do Estado de São Paulo como entidade da sociedade civil autorizada a firmar convênios com órgãos de Administração Pública Direta e Indireta do Estado (CRCE 1595/2012), é fundação de direito privado (Código Civil, art. 44, inc. III), é integrante do 3º Setor da Economia (instituição privada sem fins lucrativos), foi instituída por escritura pública datada de 31/05/1977 (4º Tabelião de Notas da Comarca de Campinas), cujos Estatutos foram registrados no 1º Oficial de Registro de Pessoa Jurídica de Campinas/SP, com sede no município de Campinas/SP.

As fundações de apoio credenciadas estão sujeitas ao Código Civil e à legislação trabalhista (regime jurídico de direito privado; Lei 8.958/1994, art. 2º).

A Fundação deve observar em suas atividades, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade (Estatuto Social, art. 3º, inc. V). Como decorrência, a Fundação recruta pessoal e seleciona fornecedores e prestadores de serviços segundo políticas próprias (de contratação de pessoal e de aquisições e contratações) e os contrata de acordo com o regime jurídico de direito privado (CLT e Código Civil).

A Fundação gerencia recursos financeiros, físicos e humanos em favor de convênios administrativos e contratos entre terceiros (públicos e privados, nacionais e estrangeiros) e a UNICAMP ("projetos"). Nessa atividade inclui-se a seleção, a contratação e as contas a pagar de empregados, autônomos, prestadores de serviços e fornecedores de bens que prestam serviços ou fornecem bens para projetos de pesquisa e extensão da UNICAMP, zelando pelo controle contábil e fiscal, segurança jurídica e prestação de contas, tendo como referência o plano de aplicação convencionado entre os participantes de cada projeto.

Ao apoiar projetos de pesquisa, ensino, extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições de ensino superior, a Fundação viabiliza a concessão e pagamento das bolsas de ensino, pesquisa e iniciação científica, o que promove a qualificação para o mercado de trabalho (Constituição Federal, arts. 203, inc. III e 205) e justifica a imunidade tributária da Fundação.

A Fundação garante a segregação e rastreabilidade de recursos financeiros de cada "projeto" (Dec. SP nº 62.817/2017, art. 14, III) por meio da movimentação de despesas e receitas, mediante lançamentos em seus livros contábeis, através de centro de custo específico, o que permite o controle da sua movimentação individual, além de serem movimentados em contas correntes segregadas das contas da Fundação.

Adicionalmente, a Fundação presta serviços de apoio à UNICAMP como a administração de almoxarifados e distribuição de refeição; de hospedagem ("CPV - Casa do Professor Visitante") à pesquisadores e professores palestrantes de outras universidades e respectiva alimentação (restaurante e acomodações para até 200 pessoas); e comercializa, com exclusividade, produtos da marca "Unicamp", licenciada à Fundação mediante o pagamento de royalties à Universidade ("Loja da Casa").

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis e sumário das principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com a Interpretação Técnica Geral NBC ITG 2002 (R1) - Entidade Sem Finalidade de Lucros, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC, através da resolução 1.409/12).

2.2. Bases para elaboração das demonstrações contábeis - As demonstrações contábeis foram preparadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Fundação e estão apresentadas em reais (R$). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme políticas contábeis descritas a seguir:

a) Ativos financeiros - Caixa e equivalentes de caixa - Compreendem recursos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **Ativos financeiros vinculados** - Representados basicamente por aplicações financeiras vinculadas a repasses financeiros de convênios administrados pela Fundação. Estas aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **Contas a receber** - Registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustadas a valor presente, quando necessário. A Fundação não registra provisão para créditos de liquidação duvidosa, tendo em vista que os saldos a receber referem-se em sua maioria a reembolsos a serem realizados pela UNICAMP. **b) Ativos não circulantes - Imobilizado** - Demonstrado ao custo, deduzido de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. As imobilizações em andamento são transferidas às categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada dos bens, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é registrado prospectivamente. As taxas utilizadas estão apresentadas na Nota Explicativa nº 6. **Intangíveis** - Avaliados ao custo histórico de aquisição ou formação e reduzidos ao seu valor de recuperação, quando necessário. As amortizações são calculadas com base na vida útil estimada, utilizando o método linear. As taxas anuais de amortização dos intangíveis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 7. **Tributos sub-judice** - Ação de restituição de valores referentes ao ISSQN recolhidos para a Prefeitura Municipal de Santos, em decorrência de imunidade tributária da Fundação. As discussões sobre o direito ao crédito e o seu valor correto já estão encerradas, bem como o precatório já foi emitido, mas está pendente de pagamento. **c) Passivos financeiros** - Instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros de acordo com a essência do acordo contratual. **d) Recursos de convênios** - Os recursos de convênios (passivo circulante) estão demonstrados pelos valores recebidos das entidades conveniadas, deduzidos dos custos, das despesas e custeios administrativos auferidos pela Fundação. **e) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes** - Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **f) Apuração do superávit** - A Fundação reconhece como receita os valores provenientes: **1)** da atividade de administração de convênios, representados pelo valor definido à título de ressarcimento dos custos administrativos sobre as liberações ocorridas nos convênios; **2)** Atividades de alojamentos e alimentação, prestados pela CPV; **3)** Contratos de atividades de apoio à UNICAMP; e **4)** Atividades de oferecimento de produtos exclusivos da marca "UNICAMP". As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência como resultado financeiro. **g) Provisões** - Reconhecidas quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. **h) Uso de estimativas** - A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos requer da Administração da Fundação o uso de estimativas para o registro de certas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas registrados e divulgados nas demonstrações financeiras. Os resultados efetivos dessas transações poderão divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro da depreciação, amortização e provisão para tributos sub-judice, riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2022	2021
Conta corrente	76	16
Aplicações financeiras	98.067	79.671
Total	**98.143**	**79.687**

Referem-se a recursos da Fundação obtidos da execução de suas atividades de apoio a Universidade.
As aplicações financeiras estão atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), letras financeiras do tesouro, registradas a preços e taxas de mercado, e estão atualizadas pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras, não excedendo os seus respectivos valores de mercado. As aplicações financeiras possuem rendimento entre 95% e 105% sobre o CDI.

4. Ativos financeiros vinculados

	2022	2021
Conta corrente	2.257	5.267
Aplicações financeiras (a)	253.444	208.626
Total	**255.701**	**213.893**

Referem-se a recursos vinculados aos convênios administrados pela FUNCAMP. As aplicações financeiras estão atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), letras financeiras do tesouro, registradas a preços e taxas de mercado, e estão atualizadas pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras, não excedendo os seus respectivos valores de mercado. As aplicações financeiras possuem rendimento entre 95% e 105% sobre o CDI.

(a) Os valores dos ativos financeiros vinculados correspondentes aos convênios com a secretaria da saúde, onde a Funcamp figura como interveniente administrativa, são apresentados da forma individualizada, conforme demonstrativo abaixo:

	2022	2021
AME - Rio Claro	322	1.291
AME - Piracicaba	691	858
AME - Limeira	239	654
AME - Mogi Guaçu	1.032	846
AME - São João da Boa Vista	1.011	891
AME - Santa Bárbara D'Oeste	1.025	668
HES - Hospital Estadual de Sumaré	9.616	6.829
Demais convênios vinculados	241.765	201.856
Total de Ativos Vinculados	**255.701**	**213.893**

5. Contas a receber

	2022	2021
Contas a receber (a)	714	1.576
Adiantamento de férias (b)	1.934	1.818
Suprimentos de fundos para despesas de convênios (c)	1.496	703
Outras contas a receber	1.525	613
Total de Contas a receber	**5.669**	**4.710**

(a) As contas a receber, em sua maioria, referem-se aos serviços de apoio operacional prestados à UNICAMP;
(b) Os adiantamentos de férias referem-se a eventos pagos antecipadamente, a serem apropriados no mês subsequente;
(c) A Fundação antecipa aos convênios valores a serem utilizados em despesas de pequena monta, como suprimentos emergenciais e gastos com viagens, regularizados mediante prestação de contas no prazo de até 30 dias. As ocorrências destas despesas são previstas nos planos de aplicação dos recursos dos convênios.

6. Imobilizado

6. Imobilizado	Vida útil anos	Saldo inicial em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final em 31/12/2022
Custo						
Terrenos	-	3.058				3.058
Edificações	25	23.667				23.667
Móveis e utensílios	10	3.047	49	(58)		3.038
Equipamentos de informática	5	2.707	111	(318)	-	2.500
Instalações	10	804		-		804
Veículos	5	402				402
Construções em andamento	-	-	226	-		226
Total		**33.685**	**386**	**(376)**	-	**33.695**
Depreciação						
Edificações	-	(5.572)	(945)		-	(6.517)
Móveis e utensílios	-	(1.960)	(186)	51	-	(2.095)
Equipamentos de informática	-	(2.015)	(259)	311	-	(1.963)
Instalações	-	(334)	(72)			(406)
Veículos		(315)	(33)			(348)
Total		**(10.196)**	**(1.495)**	**362**	-	**(11.329)**
Saldo líquido		**23.489**	**(1.109)**	**(14)**		**22.366**

7. Intangível

7. Intangível	Vida útil anos	Saldo inicial em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final em 31/12/2022
Custo						
Marcas e patentes	10	22		-	-	22
Software	5	322	6		-	328
Software próprio em uso	10	15.402		(1)		15.401
Total		**15.746**	**6**	**(1)**	-	**15.751**
Amortização	-					
Marcas e patentes	-	(12)	(1)			(13)
Software	-	(186)	(45)			(231)
Software próprio em uso	-	(8.187)	(1.423)		-	(9.610)
Total		(8.385)	(1.469)			(9.854)
Saldo líquido		**7.361**	**(1.463)**	**(1)**	-	**5.897**

Software próprio em uso: A FUNCAMP, através de sua equipe interna de Tecnologia da Informação, desenvolveu o sistema operacional informatizado próprio, denominado NEO, que integra a administração das áreas envolvidas na gestão dos convênios e atividades de apoio a UNICAMP.

8. Recursos de convênios

	2022	2021
Saldo de convênios e contratos em andamento (a)	234.806	196.765
Fundo de reserva trabalhista (b)	9.467	7.705
Total	**244.273**	**204.470**

(a) A Fundação realiza atividades de apoio à UNICAMP, como interveniente na administração de recursos financeiros de convênios e contratos firmados pela Universidade com diversas instituições públicas e privadas, atuando nas gestões administrativa e financeira, exercendo atividades como aquisições de bens e serviços, administração financeira e contratação de profissionais necessários ao desenvolvimento das pesquisas e serviços. O saldo líquido desta rubrica representa o montante disponível de recursos recebidos das entidades financiadoras, deduzido dos dispêndios incorridos. No final de cada período, a Fundação efetua o encontro de contas entre valores de liberação e dispêndios ocorridos e, ao final dos contratos e convênios, os recursos eventualmente excedentes são devolvidos aos financiadores e os ativos imobilizados utilizados pelo convênio ou contrato são doados; **(b)** Fundação constitui fundo de reserva trabalhista, por meio dos recursos repassados pelas entidades financiadoras, a fim de assegurar recursos para pagamentos de verbas indenizatórias. Este saldo fica vinculado às entidades financiadoras e, ao final do contrato, o recurso, se não utilizado, é devolvido.

9. Salários e encargos sociais

	2022	2021
Vinculados à Administração (a)	4.801	4.410
Vinculados a convênios (b)	7.017	5.648
Total	**11.818**	**10.058**

(a) Os valores vinculados à Administração compreendem saldos a serem pagos ao pessoal diretamente ligado à Fundação e ao desenvolvimento de suas atividades de administração de convênios e demais atividades de apoio prestados exclusivamente à UNICAMP; **(b)** Os valores vinculados a convênios referem-se a saldos a serem pagos aos empregados contratados pela Fundação para a execução nos convênios e contratos firmados entre a UNICAMP e as entidades financiadoras. Desse modo, o pagamento de salários e outros dispêndios ficam inteiramente vinculados ao repasse de recursos das entidades financiadoras.

10. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas - A Fundação é parte em processos de natureza tributária, cível e trabalhista, os quais são revistos periodicamente pela sua Assessoria Jurídica, a fim de refletir a melhor estimativa corrente. Boa parte dos processos de natureza trabalhista em andamento refere-se a pessoal destinado aos convênios administrativos de interesse da Unicamp ("projetos"). Em caso de perda, as despesas serão custeadas pelos respectivos convênios. Os processos tributários encontram-se em discussão em sede administrativa, em sua maioria no âmbito da administração pública federal, e perante o Poder Judiciário. Encontra-se aguardando decisão de recurso à 2ª Instância Administrativa (TCE/SP) a glosa de ressarcimento do rateio de despesas indiretas (operacionais e administrativas) para gestão de pessoal, bens e serviços em favor do AME de Limeira, exercício de 2013 e 01 a 07/2014.

As contingências são classificadas pela Assessoria Jurídica da Funcamp de acordo com sua natureza financeira e prognóstico segundo os critérios abaixo:

Natureza Financeira	
Passivo	Casos em que a FUNCAMP/Convênio está sofrendo uma cobrança financeira. Em caso de derrota, haverá desembolso financeiro.
Neutro	Casos em que a FUNCAMP/Convênio está em litígio, mas não há valor financeiro devido ou a receber.
Ativo	Caso em que a FUNCAMP/Convênio está pleiteando o recebimento de valor financeiro. Em caso de vitória, haverá crédito a receber.

Prognóstico	
Provável	Contingência passiva com grande probabilidade de gerar desembolso financeiro pela FUNCAMP/Convênio. Casos em que há decisão judicial ou administrativa contrária à FUNCAMP/Convênio ou em que a ação ou omissão da FUNCAMP/Convênio não tenha suporte jurídico robusto ou é contrária à jurisprudência dominante na matéria. Os Processos cujo prognóstico seja "provável" deverão ser provisionados.
Possível	Não há elementos suficientes para avaliar probabilidade de risco em "provável" ou "remoto".
Remoto	Contingência passiva com pequena probabilidade de gerar desembolso financeiro pela FUNCAMP/Convênio. Casos em que há decisão judicial ou administrativa favorável à FUNCAMP/Convênio ou em que a ação ou omissão da FUNCAMP/Convênio tenha suporte jurídico robusto ou está de acordo com a jurisprudência dominante na matéria.

As garantias são depósitos judiciais e/ou administrativos ou penhora de bem imóvel em garantia de Juízo ou de cobrança administrativa.

A provisão para riscos tributários, administrativos, cíveis e trabalhistas, cuja probabilidade de perda é classificada como risco provável, é como segue:

	2022	2021
Contingências Prováveis		
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (a)	13.218	12.960
Processos trabalhistas (b)	9.760	7.359
Processo TCE - AME Mogi Guaçu (c)		1.853
Processo TCE - AME Limeira (d)	3.061	3.027
COFINS (e)	2.854	2.558
Demais processos	6	18
Total contingências	**28.899**	**27.775**
Depósitos administrativos e judiciais		
Processos trabalhistas (b)	4.005	4.092
Auto de infração COFINS (d)	4.706	4.524
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (RFB) (a)	11.887	10.764
Demais processos	9	5
Total de Depósitos	**20.607**	**19.385**

a) Auto de Infração. Autônomos. Imunidade. Não Subordinação e Eventualidade. Contribuição Previdenciária 06/1996-03/2001. Aguardando julgamento da Ação Anulatória. Exigibilidade suspensa por depósito integral do crédito tributário. Contingência passiva provável, conforme Assessoria Jurídica da FUNCAMP. Obrigação Acessória aguardando julgamento administrativo.
b) Referem-se a causas trabalhistas classificadas pela Assessoria Jurídica interna da Fundação como risco de perda provável. Sendo empregados da administração e convênios. Em casos de perdas, as despesas serão cobertas, pelos respectivos convênios responsáveis pela contratação (nas hipóteses de empregados vinculados a convênios). Desta forma, as contrapartidas destas reversões são registradas no passivo circulante.
c) Decisão favorável de recurso em 2ª Instância Administrativa cancelando a condenação referente ao ressarcimento de custeio administrativo do Ambulatório Médico de Especialidades de Mogi Guaçu, que não possuem característica de obtenção de proveito econômico, que se fundamentam na necessidade de cobrir despesas necessárias para manter o desenvolvimento do convênio.
d) TCE - Discussão mantida entre o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE, referente ao Ressarcimento de Custeio Administrativo, do Ambulatório Médico de Especialidades de Limeira que não possuem característica de obtenção de proveito econômico, que se fundamentam na necessidade de cobrir despesas necessárias para manter o desenvolvimento do convênio. Aguardando decisão de recurso à 2ª Instância Administrativa.
e) Auto de Infração. Receita de Administração de Convênios. Imunidade e Isenção. COFINS. 01/1995-12/1999. Processo 10830.004071/00-08.

A Fundação é parte em outros processos que foram classificados pela sua Assessoria Jurídica, como "possível risco de contingência passiva", portanto, nenhuma provisão foi constituída para tais processos, cujas naturezas e valores são os seguintes:

Causas de natureza trabalhista 72.219
Causas de natureza tributária e administrativa 50.226
Causas de natureza cível 919

11. Repasses antecipados - A Fundação firmou, em 2019, contrato com instituição financeira referente à exclusividade de administração das contas-correntes de recursos financeiros próprios e de convênios administrados pela Fundação, quando assim permitido pela entidade financiadora, para aplicações e movimentações financeiras desses recursos pelo período de cinco anos. Os valores são apropriados de acordo com a competência conforme a vigência do contrato.

	2022	2021
Repasses antecipados	1.000	2.200
Total	**1.000**	**2.200**

12. Patrimônio social - O estatuto da Fundação determina que, em caso de extinção de suas atividades, o patrimônio social remanescente seja destinado à UNICAMP e, no caso de recusa por parte dessa Universidade, a uma fundação registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) ou, ainda, a uma fundação qualificada como organização da sociedade civil de interesse público, sempre de acordo com decisão tomada pelo voto da maioria simples dos membros do conselho de curadores. As receitas da Fundação são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais.

13. Receita operacional – atividades institucionais de apoio à Universidade

	2022	2021
Administração dos convênios	23.063	19.497
Casa do Professor Visitante (CPV) (a)	2.780	-
Atividades administrativas operacionais	22.686	21.073
Loja da Casa	93	49
Total	**48.622**	**40.619**

a) A Casa do Professor Visitante - CPV, foi a atividade mais prejudicada com a pandemia do Covid-19, diante das medidas de isolamento social. As atividades foram suspensas em março de 2020 e retomadas em abril de 2022.

14. Despesas gerais e Administrativas – atividades institucionais de apoio à Universidade

	2022	2021
Serviços prestados pessoa jurídica	3.188	1.741
Despesa de Amortização	1.469	1.558
Despesa de Depreciação	1.496	1.517
Material de Consumo	647	387
Abastecimento	386	
Utilidades e Serviços	645	548
Outros	689	469
Total	**8.520**	**6.220**

15. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2022	2021
TCE- AME Mogi Guaçu (a)	1.853	554
TCE- AME Limeira (b)	(33)	(3.027)
Parceria com Instituição Financeira (c)	1.200	1.200
Atualização processos trabalhistas (d)	(2.398)	(604)
Correção ativa de depósitos judiciais (e)	1.311	429
COFINS (f)	(297)	(1.044)
Contribuição Previdenciária-Auto de Infração RFB (g)	(258)	(480)
Outros	830	887
Total	**2.208**	**(1.125)**

(a) Decisão favorável de recurso em 2ª Instância Administrativa, cancelando a condenação referente ao ressarcimento de custeio administrativo, do Ambulatório Médico de Especialidades de Mogi Guaçu, que não possuem característica de obtenção de proveito econômico, que se fundamentam na necessidade de cobrir despesas necessárias para manter o desenvolvimento do convênio.
(b) Discussão mantida entre o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE, referente ao ressarcimento de custeio administrativo, do Ambulatório Médico de Especialidades de Limeira, que não possuem característica de obtenção de proveito econômico, que se fundamentam na necessidade de cobrir despesas necessárias para manter o desenvolvimento do convênio. Aguardando decisão de recurso à 2ª Instância Administrativa.
(c) Em 2019, a Fundação firmou contrato com instituição financeira referente à exclusividade de administração das contas correntes de recursos financeiros próprios e de convênios administrados pela Fundação, quando assim permitido pela entidade financiadora, para aplicações e movimentações financeiras desses recursos pelo período de cinco anos. O valor proveniente deste contrato foi liberado naquele exercício e está apresentado no Passivo Circulante e Não Circulante, a serem apropriados como Receita durante o período restante do contrato;
(d) Atualização de provisão para contingências de processos trabalhistas por conta de alterações do risco nos processos judiciais, passando a representar provável perda para a Fundação;
(e) Correção ativa aplicada sobre os depósitos judiciais efetuados para garantir o andamento e continuidade das discussões que envolvem os processos judiciais;
(f) Atualização de provisão de contingências referente aos honorários aplicados ao Processo 10830.004071/00-08. Receita de Administração de Convênios. Imunidade e Isenção. COFINS. 01/1995-12/1999.
(g) Variação. Auto de Infração RFB Autônomos- Contribuição Previdenciária.

16. Serviço voluntário - Em atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade, ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros, a Fundação reconhece o trabalho de voluntariado de seus Conselheiros e Diretores, referente aos serviços prestados à Fundação, no desempenho das atividades estatutárias.

Ano	Função	Horas Voluntárias	Valor Voluntariado
2021	Diretores	557	45
2021	Conselheiros	502	39
Total 2021			**84**
2022	Diretores	632	63
2022	Conselheiros	592	57
Total 2022			**120**

17. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	15.566	5.065
Total	**15.566**	**5.065**
Despesas financeiras		
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	(110)	(13)
Outras	(21)	
Total	**(131)**	**(13)**

Mantendo as características de seus investimentos de baixo risco, e liquidez imediata, a Fundação direcionou seus investimentos durante o exercício a produtos vinculados ao CDI e a taxa Selic, atingindo melhores resultados financeiros.

18. Instrumentos financeiros - a) Considerações gerais - A Fundação mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados: **Ativos líquidos**: reconhecidos pelo custo amortizado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam do seu valor de mercado. Os saldos são aplicados em instituições de primeira linha com baixo risco de crédito. **Ativos financeiros vinculados - Recursos de convênios**: comentados e apresentados na Nota Explicativa nº 8. A Fundação não opera com instrumentos financeiros derivativos. **b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Fundação. Risco de taxas de juros:** proveniente da possibilidade de a Fundação vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos), por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre ativos aplicados no mercado. **Risco de crédito:** todas as despesas necessárias à execução do objetivo dos convênios são custeadas pelos órgãos financiadores, minimizando o risco de inadimplência para a Fundação com seus fornecedores. Dessa forma, nenhuma despesa relativa ao convênio transita no resultado da Fundação. A Administração da Fundação monitora os fatores de risco através de acompanhamento das tendências de mercado e revisões periódicas dos ativos financeiros.

19. Divulgação - relatório circunstanciado - A Fundação entrega, anualmente, o relatório circunstanciado das atividades ao Ministério Público do Estado de São Paulo, por meio do Sistema de Cadastro e Prestação de Contas (SICAP), conforme dispositivo legal previsto no artigo 66 do Código Civil Brasileiro – Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2003, na data estabelecida pelo Promotor de Justiça das Fundações, conforme previsto no Ato Normativo nº 257 – PGJ, de 23 de maio de 2001.

20. Aprovação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 21 de março de 2023 e serão submetidas à análise do Conselho Fiscal e encaminhadas para apreciação e aprovação do Conselho Deliberativo da Fundação em 29 de março de 2023.

21. Seguros - A Fundação mantém cobertura de seguros que a administração estima que sejam suficientes para cobertura de eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, determinados e contratados com bases técnicas por especialistas.

22. Fundo Patrimonial da Unicamp - FPU A Fundação foi autorizada pela Unicamp (Deliberação CONSU-A/Unicamp nº 29/2019) a ser a "Organização Gestora do Fundo Patrimonial" (OGFP) destinado a constituir fonte de recursos de longo prazo a partir da preservação do principal e da aplicação de seus rendimentos em projetos de interesse da Universidade (Lei nº 13.800/2019, art. 2º inc. IV, art. 4º, e art. 16º). Fundo patrimonial é um instituto jurídico criado pela Lei nº 13.800/2019 que designa um conjunto de ativos de natureza privada, instituído, gerido e administrado por uma pessoa jurídica denominada "organização gestora de fundo patrimonial". Apesar de tal conjunto não ser dotado de personalidade jurídica (não é pessoa natural/física, nem jurídica; Lei nº 13.800/2019, art.2º inc. IV), é possível que seja inscrito no cadastro fiscal (CNPJ) junto à Administração Tributária Federal (Receita Federal), o que lhe permite segregar/separar o patrimônio do fundo, do patrimônio da sua organização gestora. A Fundação realiza a movimentação financeira do Fundo Patrimonial da Unicamp, sob CNPJ 40.950.410/0001-18. As obrigações e responsabilidades da Fundação e da UNICAMP estão disciplinadas no "Instrumento de Parceria" datado de 30/11/2020. A Fundação regulamentou suas atividades de gestão do Fundo Patrimonial por meio do "Regulamento Fundo Patrimonial da Unicamp" (FPU) de 24/09/2020.

23. Reavaliação do Imobilizado - (Teste de Impairment) A reavaliação de ativos está vedada pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, desde dezembro de 2007, com base na Lei nº 11.638 de 2007, que alterou a Lei nº 6.404/76 e pelas Normas Contábeis, na Resolução CFC nº 1.157/09 - que aprova o comunicado. A administração da Fundação, apesar de não ser requerida, contratou em outubro de 2021, serviços de perícia técnica para a emissão de laudo de avaliação e apuração do valor real e atual do imóvel, obtendo o seguinte resultado:

	Valor Contábil	Valor Atual
Terreno	3.058	11.059
Imóveis/Benfeitorias	17.151	34.076
Total	**20.209**	**45.135**

Comparando os valores registrados na contabilidade e destacados na Nota 6 Imobilizado com os laudos apresentados, verifica-se que os valores atuais de mercado são muito superiores aos valores registrados na contabilidade, não havendo necessidade de realizar qualquer ajuste para adequação dos saldos contábeis.

Felipe Marton Moretti
Gerente Contábil e Financeiro
CRC-SP 1SP 341.860/O-3 CPF 333.175.068-90

Prof. Dr. Edson Tomaz
Diretor Financeiro
CPF 041.070.538-14

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Diretores e Conselheiros da Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (FUNCAMP) Campinas - SP

Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (FUNCAMP), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do superávit, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e contábil da Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (FUNCAMP), em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** As demonstrações contábeis da Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (FUNCAMP) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram opinião, em 15 de março de 2022, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2023

Lopes, Machado | BKR

Fernando Luís de Barros
Sócio-Diretor
Contador CRC SP: 1SP292087/O-3
CNAI 5966

VAIVÉM DAS COMMODITIES

Mauro Zafalon
mauro.zafalon@uol.com.br

Soja e carne bovina seguram o ritmo das exportações do agronegócio no 1º trimestre

Atraso na colheita de soja, preços menores das commodities e uma melhora na oferta internacional fizeram a balança comercial brasileira da agropecuária ter evolução de apenas 2,4% no primeiro trimestre deste ano, em relação ao mesmo período anterior.

Pesou também nessa conta a saída da China do mercado de carne bovina por quase um mês, devido a um caso atípico de vaca louca no Pará. Por um acordo sanitário, o Brasil suspendeu as exportações ao país asiático, que já voltou ao mercado brasileiro.

A Ásia, mesmo com as compras menores de carne do Brasil pela China, continua sendo o grande destino dos produtos brasileiros. O Japão importou 38% a mais neste ano, e a Tailândia, 23%.

No ano passado, o agronegócio trouxe perto de US$ 160 bilhões para o país, com uma boa evolução em relação a 2021, devido aos preços elevado das commodities e da demanda.

Neste ano, o país mantém um ritmo de crescimento, mas, apesar de ter um volume maior para exportar, os preços recuaram. Juros elevados e inflação externa e interna não dão muita margem para aumento da demanda.

Além disso, a valorização do real, embora pequena, torna os produtos brasileiros menos competitivos.

A Argentina teve uma grande quebra de safra, mas os Estados Unidos prometem elevar a área de plantio de produtos que competem com o Brasil no mercado internacional.

A Ucrânia, após uma redução intensa na oferta de alimentos para o mercado externo, vem conseguindo elevar o volume exportado devido às renovações do acordo de exportação com a Rússia, com mediação da ONU.

Enquanto a guerra provocada pela Rússia perdurar, no entanto, o potencial de produção agrícola da Ucrânia ficará limitado.

As exportações brasileiras deste ano estão com ritmo menos intenso devido a dois dos principais produtos da balança comercial: soja e carne bovina. As exportações de soja, devido ao excesso de chuva e atraso na colheita deste ano, estão 8% menores do que nos três primeiros meses de 2022.

Saíram pelos portos brasileiros 19,3 milhões de toneladas da oleaginosa, com receitas de US$ 10,7 bilhões.

O ritmo das exportações acelerou a partir de março, no entanto, e deve aumentar a partir de agora, uma vez que o país poderá produzir 155 milhões de toneladas de soja.

O milho também terá forte participação na balança deste ano. As vendas externas do primeiro trimestre somam 9,8 milhões de toneladas e superam em 178% as de igual período de 2022. O país poderá, pela segunda vez, liderar as exportações mundiais do cereal nesta safra. As estimativas mais otimistas indicam vendas externas de até 52 milhões de toneladas.

O volume total de carnes "in natura" exportadas até março soma 1,93 milhão de toneladas, 6% a mais do que em 2022. As receitas, no entanto, devido a um recuo internacional dos preços médios, ficaram estáveis.

O setor de carne bovina sentiu a ausência da China no mês passado. O volume "in natura" exportado recuou 12% no trimestre, e as receitas, 24%, segundo dados da Secex (Secretaria de Comércio Exterior). O retorno da China ao mercado brasileiro vai reanimar as exportações, uma vez que o país asiático é o principal importador da proteína nacional.

Se a carne bovina teve menos espaço na China, o mesmo não ocorreu com a suína. O retorno de focos da peste suína africana ao país asiático deverá forçar os chineses a elevar as importações, beneficiando o Brasil, um dos principais fornecedores dessa proteína a eles.

Neste ano, o Brasil elevou em 15% o volume de carne suína "in natura" exportada, com aumento de 30% nas receitas, de acordo com dados da Secex. O mercado está favorável também para a carne de frango, cujas vendas tiveram elevação de 18% em volume e de 28% em receitas.

Do lado das importações, o cenário melhorou, com a redução dos preços internacionais dos insumos, embora ainda estejam acima dos do período anterior à Guerra da Ucrânia.

A compra de fertilizantes recuou para 7,4 milhões de toneladas no trimestre, um volume 25% menor do que em 2022; a de agroquímicos caiu para 53 mil toneladas (-53%).

Alta do petróleo no exterior joga pressão na Petrobras

Aliados reforçam cobrança por mudanças prometidas na política de preços

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A escalada das cotações do petróleo após o anúncio de corte na produção por países exportadores eleva a pressão sobre a diretoria da Petrobras, que tomou posse na sexta-feira (31) tendo como uma de suas missões alterar a política de preços da companhia.

Ante o risco de novos aumentos, sindicatos e aliados do governo reforçaram o pleito por mudanças nessa política, que é baseada no conceito de paridade de importação, que simula quanto custaria para importar os produtos.

Mantido o modelo atual, a expectativa do mercado é que a estatal se veja forçada a repassar a alta nas cotações em um momento já de pressão nos preços pela alta dos impostos estaduais. Nesta segunda (3), as ações da empresa subiram nas Bolsas, diante da perspectiva de ganhos com o petróleo mais caro.

De acordo com dados da Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis), as refinarias brasileiras já operam com defasagem na gasolina desde 23 de março, logo após corte promovido pela Petrobras.

No fim do pregão de sexta (3), ainda antes do anúncio do corte de produção feito pela Opep+, a diferença era de R$ 0,10 por litro. Para o CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura), era de R$ 0,32.

No domingo (2), a Opep+, grupo de países exportadores que inclui Arábia Saudita e Rússia, anunciou corte de 1 milhão de barris por dia, o que levou o Brent a superar os US$ 80 por barril pela primeira vez desde 12 de março.

Após o anúncio, analistas chegaram a projetar que o barril volte a se aproximar dos US$ 100. O Goldman Sachs elevou sua projeção para o fim do ano de US$ 90 para US$ 95 por barril.

Por volta das 17h desta segunda-feira, o barril tipo Brent subia 6,33%, para US$ 84,82. O petróleo havia aberto em alta superior a 8% nos mercados asiáticos.

O pesquisador do Ineep (Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) Adhemar Mineiro defendeu nesta segunda que o cenário demanda revisão da política de preços da estatal.

"Deixar os preços praticados no Brasil flutuarem ao sabor dos movimentos internacionais é perder o papel de protagonista e ficar à mercê da estratégia de outros países."

O Ineep é ligado à FUP (Federação Única dos Petroleiros). Dois de seus ex-pesquisadores ocupam hoje cargos na cúpula da Petrobras, como assessores do presidente da companhia, Jean Paul Prates.

"A conjuntura torna ainda mais urgente a mudança da política de preços", reforçou o Sindicato dos Petroleiros do Espírito Santo.

Partes já afirmou que a política será alterada, deixando de considerar a paridade de importação, mas ainda assim com algum nível de acompanhamento das cotações internacionais. Ele argumenta que o modelo atual favorece os concorrentes da estatal, ao praticar o preço deles.

Procurada, a Petrobras ainda não havia se pronunciado até a publicação deste texto. A empresa costuma esperar para repassar momentos de alta volatilidade de preços, e a **Folha** apurou que a direção atual manterá a estratégia. Por enquanto, a empresa vai monitora a situação, dizem fontes.

O cenário é ruim para reajustes, já que gasolina e diesel serão pressionados pela mudança no modelo de cobrança do ICMS, que passará a ter alíquotas maiores que as atuais.

No caso da gasolina, a mudança ocorre em 1º de junho. A nova alíquota, de R$ 1,22 por litro, é maior do que a cobrada em quase todos os estados, à exceção do Piauí. Com relação a São Paulo, por exemplo, representa um aumento de R$ 0,32 por litro.

Colaborou Renato Carvalho, de São Paulo

Mulheres relatam casos de assédio na petrolífera após denúncia de Promotoria

RIO DE JANEIRO A denúncia de um empregado da Petrobras por assédio sexual no fim de março trouxe à tona uma série de relatos de petroleiras que afirmam terem sido assediadas, levando a direção da estatal a anunciar um grupo de trabalho para rever a maneira como lida com o tema.

Nos relatos, divulgados inicialmente pela GloboNews, as mulheres dizem ter passado por situações de assédio por superiores ou outros colegas de trabalho, em alguns casos durante os períodos embarcados em plataformas.

Em um deles, uma empregada diz que tinha de fechar a porta com uma cadeira para evitar a entrada de homens nos quartos. Ela afirma também que uma amiga encontrou um colega mexendo em suas calcinhas.

Outra diz ter sido agarrada por um gerente quando voltavam juntos de uma festa. Em outro relato, uma mulher afirma que a chefia deixou de agir quando uma recepcionista teve o seio apalpado por um funcionário.

Os casos vieram à tona depois que o Ministério Público do Rio denunciou um empregado do Cenpes (Centro de Pesquisas da Petrobras) por assédio e importunação sexual contra uma mulher que prestava serviços à estatal.

De acordo com a denúncia, ele se aproveitava de ter cargo hierárquico superior ao da vítima e costumava exibir seu crachá e "passava a constrangê-la de forma insistente, mesmo com a sua recusa". Por três vezes, teria esfregado seu pênis nas nádegas da vítima, diz a Promotoria.

A denúncia foi feita no dia 22 de março. No sábado (1º), após o surgimento de novos relatos, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, convocou reunião com gerentes para debater o problema. Ele prometeu que denúncias internas "terão garantias de não retaliação, proteção da privacidade das vítimas, investigação rigorosa e aplicação de sanções quando for o caso". "Não toleraremos nenhum tipo de violência", disse, em carta aos empregados.

A FUP (Federação Única dos Petroleiros) divulgou nesta segunda (3) comunicado cobrando a direção da estatal. "Não adianta a empresa fazer campanha para incentivar a denúncia se ela própria não lida de forma sensata com a situação", diz Cibele Vieira, diretora da federação.

"Quando uma mulher denuncia um abuso, seja físico, seja emocional, ela tende a ser desacreditada pelas pessoas a sua volta", acrescenta, no comunicado, a diretora do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense, Bárbara Bezerra.

"Eu mesma já passei por situações do tipo dentro da plataforma, e a primeira pergunta que fizeram é se eu estava 'paquerando' alguém. É um desrespeito absurdo! Nós só queremos trabalhar em paz."

Nesta segunda, a empresa anunciou a criação de um grupo para "rever os procedimentos internos de recebimento e tratamento das denúncias de assédio e importunação sexual contra mulheres".

O trabalho será coordenado pela gerente-executiva de SMS (Saúde Meio Ambiente e Segurança), Daniele Lomba, e terá que apresentar um diagnóstico até o dia 20.

Em nota, a Petrobras diz que o empregado denunciado foi desligado. "Imediatamente após receber as denúncias, a Petrobras abriu apuração interna e adotou as medidas cabíveis dentro do âmbito administrativo." **NP**

PGR pede ao STF que declare trabalho análogo à escravidão crime imprescritível

A PGR (Procuradoria-Geral da República) pediu ao Supremo que reconheça como imprescritível o crime de trabalho análogo à escravidão. Caso isso ocorra, não haverá limite de tempo para a punição a esse tipo de prática ilícita. Na ação, o procurador-geral da República, Augusto Aras, também pede que o STF determine por liminar que, até o julgamento do processo, juízes e tribunais se abstenham de declarar a prescrição desse tipo de crime. O Código Penal prevê pena de 2 a 8 anos a quem reduzir alguém à condição análoga à escravidão, seja submetendo a pessoa a trabalhos forçados, seja a jornada exaustiva, sujeitando-o a condições degradantes de trabalho ou, ainda, restringindo a sua locomoção em razão de dívida.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

SEC OBRAS

AVISO DE RERRATIFICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023 - PROCESSO Nº 044/2023

OBJETO: Contratação de empresa, com empreitada global de materiais, mão de obra e equipamentos para extensão de rede elétrica primária com linha viva, secundária e instalação de iluminação pública de LED, em diversas vias públicas, neste município de Votuporanga/SP. VISITA TÉCNICA: A Visita Técnica será efetuada até o dia 19 de abril de 2023, por Representante, devidamente credenciado. Agendar pelo telefone (17) 3405-9700 - Ramal 9814, no horário das 09h00 às 15h00. RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Os envelopes serão recebidos até as 13h30 do dia 20 de abril de 2023, na Secretaria Municipal da Administração - Divisão de Licitações, na Rua Pará nº 3227 - Patrimônio Velho. INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO: Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria Municipal da Administração – Divisão de Licitações, no Paço Municipal, localizado na Rua Pará nº 3227 – Patrimônio Velho, Votuporanga/SP, horário das 09h00 às 15h00, dias úteis, ou ainda pelo site: www.votuporanga.sp.gov.br. Maiores informações e/ou esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone (17) 3405-9700 – ramais 9843 e 9841.

ANDREA ISABEL DA SILVA THOMÉ - Secretária Municipal da Administração – 03/04/2023.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 33/2023. Objeto: Prestação de serviço de empresa especializada em transporte intramunicipal, incluindo veículos e motoristas, destinados aos agentes públicos da Penitenciária Doutor Manoel Martins Lisboa Junior, em Muriaé-MG, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência. Foi necessária a republicação do aviso de licitação, tendo em vista erro material no número do pregão eletrônico. Onde se lê: Pregão Eletrônico 33/2022, leia-se: Pregão Eletrônico 33/2023. Desta forma, a abertura da sessão será reagendada para o dia 18/04/2023, às 10:00 horas, no sítio eletrônico www.compras.mg.gov.br. O edital poderá ser obtido no referido site. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras do Estado de Minas Gerais e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143, Edifício Minas, 5º andar, Serra Verde, Cidade Administrativa. Tiago Maduro de Azevedo – Superintendente de Infraestrutura e Logística Belo Horizonte, 03 de abril de 2023.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CONJUNTA DA

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sertão de Minas Gerais Ltda. – SICOOB SERTÃO MINAS, Rua Antônio Nascimento, nº 179 – Centro – Pirapora – MG, CEP 39.270-082, CNPJ 01.667.352/0001-68, Nire 314.000.2023-3 e Cooperativa de Crédito Mútuo de Servidores Públicos do Estado de São Paulo Ltda. - CREDIFISCO – Av. Rangel Pestana, nº 271, 8º andar, sala 81 – Centro – São Paulo - SP, CEP 01.017-000, CNPJ nº 04.546.162/0001-80, Nire 354.000.6789-6.

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sertão de Minas Gerais Ltda – SICOOB SERTÃO MINAS, com 29.350 (vinte e nove mil, trezentos e cinquenta) associados e o Diretor Presidente da Cooperativa de Crédito Mútuo de Servidores Públicos do Estado de São Paulo Ltda. – CREDIFISCO, com 832 (oitocentos e trinta e dois) associados, no uso das suas atribuições legais e estatutárias, convocam os associados dessas cooperativas, em pleno gozo de seus direitos sociais, para a Assembleia Geral Extraordinária Conjunta a ser realizada no **dia 14 de abril de 2023**, às 16:00 horas, em primeira convocação, com a presença de 2/3(dois terços) do número total de associados; às 17:00 horas, em segunda convocação, com a presença de metade dos associados mais um; ou às 18:00 horas, em terceira e última convocação, com a presença mínima de 10(dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1 - Aprovar o Relatório da Comissão Mista;

2 - Ratificar a deliberação sobre a incorporação da Cooperativa de Crédito Mútuo de Servidores Públicos do Estado de São Paulo Ltda. – CREDIFISCO, CNPJ nº 04.546.162/0001-80, Nire 354.000.6789-6, pela Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sertão de Minas Gerais Ltda. – SICOOB SERTÃO MINAS, CNPJ nº 01.667.352/0001-68, Nire 314.000.2023-3, conforme deliberado nas assembleias individuais realizadas em 30 de dezembro de 2022;

3 - Reforma integral do Estatuto Social do artigo 1º ao artigo 56º, com alteração da denominação social da cooperativa;

4 – Assuntos gerais sem caráter deliberativo.

A Assembleia Geral ocorrerá de forma **SEMIPRESENCIAL**, na sede do SICOOB SERTÃO MINAS, situada à Rua Antônio Nascimento, nº 179, Centro, Pirapora/MG, CEP 39.270-082, assim como na sede da CREFISCO, sito a Av. Rangel Pestana, nº 271, 8º andar, sala 81 – Centro – São Paulo – SP, CEP 01.017-000 e também por meio do site https://www.youtube.com/live/3S6f29j2Otw?feature=share, acessível a todos os associados, que poderão participar e votar.

Essa e outras informações podem ser obtidas detalhadamente nos sites http://www.sicoobsertaominas.com.br e http://www.credifisco.com.br/AGE2023_01

Pirapora, 04 de abril de 2023

Rui Rezende Souza,	Felipe da Silva Muñoz
Presidente do Conselho de Administração	Diretor Presidente da
do SICOOB SERTÃO MINAS	CREDIFISCO

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA - SEMOBI
DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E DE RODOVIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO DER-ES

AVISO ESPECÍFICO DE AQUISIÇÃO – SOLICITAÇÃO DE OFERTAS (SO) – BRASIL
PROGRAMA EFICIÊNCIA LOGÍSTICA DO ESPÍRITO SANTO
OBRAS DE REABILITAÇÃO DA ES-010 NO SEGMENTO DO FINAL DA PONTE SOBRE O RIO PIRAQUEAÇU - INÍCIO DA PONTE DA BARRA DO SAHY (2ª PONTE) COM EXTENSÃO DE 13,61KM
Empréstimo Nº 4933/OC-BR – Licitação Nº 002/2023 – Processo DER-ES Nº 2022-DFSVX ID TCE-ES 2023.500E0100014.08.0003

Este edital de licitação segue a notificação de aquisição geral para este projeto publicada no Development Business Nº IDB–P951272-03/22 de 31 de março de 2022.

O Estado do Espírito Santo recebeu um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para cobrir o custo do Programa Eficiência Logística do Espírito Santo, e pretende aplicar parte dos recursos desse empréstimo a pagamentos de acordo com o contrato Nº4933-OC/BR. O Departamento de Edificações e Rodovias do Espírito Santo – DER-ES convidará a apresentação de Ofertas seladas de licitantes elegíveis para Obras de Reabilitação da ES-010 no segmento do final da Ponte sobre o rio Piraqueaçu - Início da Ponte da Barra do Sahy (2ª ponte) com extensão de 13,61km. O período de entrega/construção é de 24 (vinte e quatro) meses, contados da emissão da ordem de serviço.

O orçamento referencial do DER-ES está estimado em R$ 75.937.074,65 (setenta e cinco milhões, novecentos e trinta e sete mil e setenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos). Os requisitos de qualificação incluem: comprovação de faturamento anual com obras civis, de experiência em desenho e construção, declaração de disponibilidade de equipamentos, indicação de pessoal técnico qualificado para os desenhos e as obras, comprovação de possuir capital de giro líquido, de solidez da situação financeira, e de não incorrência em descumprimento de contratos. Não se aplicará margem de preferência a Empreiteiros ou a parcerias, consórcios ou associações (ACS) nacionais.

A licitação será realizada mediante os procedimentos de licitação internacional competitiva especificados nas Políticas para Aquisição de Obras e Bens Financiados pelo BID GN-2349-15, de janeiro de 2020, e está aberta a licitantes de todos os países conforme definido nas diretrizes.

Os licitantes elegíveis interessados podem obter informação adicional e inspecionar os documentos de licitação no DER-ES na sala da UGP – Unidade Gerenciadora do Programa, Telefone: (55) (0**27) 3222-0082 e (55) (0**27) 3636-4501 endereço abaixo (1) a partir das 13:30 h às 17:30 h, nos dias úteis. Um conjunto completo dos documentos de licitação poderá ser acessado pelos licitantes interessados por meio do endereço eletrônico https://der.es.gov.br/licitacoes-2.

As Ofertas devem ser entregues no endereço abaixo (2) até 30 de maio das 2023 às 14:00h. Todas as Ofertas devem ser acompanhadas de uma garantia de Oferta de R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) ou um valor equivalente em uma moeda livremente conversível. As Ofertas atrasadas serão rejeitadas. As Ofertas serão abertas na presença de representantes dos licitantes e de qualquer pessoa que decidir comparecer ao endereço abaixo (3) às 30 de maio de 2023 às 14:00 horas.

Departamento de Edificações e Rodovias do Espírito Santo – Comissão Permanente de Licitação (CPL-BID)

Vitor Santos Martins – Presidente da CPL

(1) Endereço: Av. Marechal Mascarenhas de Moraes nº 1501 - Ilha de Santa Maria – Cidade: Vitória – CEP: 29.051-015 – Estado: Espírito Santo – Tel.: (55) (0**27) 3222-0082 – E-mail: licitacoesbid@der.es.gov.br

(2) Endereço: Av. Marechal Mascarenhas de Moraes nº 1501 - Ilha de Santa Maria – Cidade: Vitória – Estado: Espírito Santo – País: Brasil – CEP 29.051-015

Abertura das propostas será no Auditório localizado no andar térreo da sede do DER-ES, no mesmo endereço acima

Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 39.881.421/0001-04 - NIRE 43 3 0006550 2

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Convocamos os Senhores Acionistas da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G ("Companhia"), para a Assembleia Geral Ordinária ("AGO" ou "Assembleia"), que se realizará no **dia 04 de maio de 2023, às 11 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma denominada "microsoft teams" ("Sistema Eletrônico"), cujo link será disponibilizado pela Companhia aos acionistas que se habilitarem para participar da AGO, conforme abaixo descrito, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório Anual da Administração, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) Destinação do prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (iii) Fixar a remuneração global dos administradores para o exercício social de 2023.** *Participação por meio do Sistema Eletrônico:* A AGO será realizada de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81/22"), sendo que os acionistas poderão participar e votar por meio do Sistema Eletrônico, nos termos indicados abaixo. A participação via Sistema Eletrônico será restrita aos acionistas, seus representantes ou procuradores ("Participante"). O Participante que desejar participar da AGE deverá enviar os documentos listados abaixo para habilitação de sua participação na AGE até o dia **02 de maio de 2022**, para o e-mail invrel@csn.com.br com o seguinte título: "*Cadastro para participação na AGE em 04 de maio de 2023 da CEEE-G*". Através do referido e-mail, o Participante deverá informar: (i) se é o próprio acionista; (ii) se é representante legal do acionista; ou (iii) se é procurador do acionista, bem como anexar todos os documentos necessários para a participação na AGE, conforme lista abaixo. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá o link para acessar o Sistema Eletrônico por meio do e-mail utilizado para o cadastro. *Documentos necessários para o cadastro:* (i) Extrato atualizado, contendo a respectiva participação acionária, expedido pelo órgão custodiante com, no máximo, 3 (três) dias de antecedência da AGE. (ii) Para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista; (iii) Para pessoas jurídicas: (i) estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto do representante legal; (iv) Para fundos de investimento: (i) regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto do representante legal; e (v) Caso qualquer dos acionistas acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar: (i) procuração com poderes específicos para sua representação na AGE, que deverá ser sido outorgada há menos de 1 (um) ano; (ii) documentos de identificação do procurador presente; bem como, no caso de pessoa jurídica ou fundo, cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação. Para esta AGE, a Companhia aceitará procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, assinadas com uso da certificação ICP-Brasil. *Participação por Voto a Distância:* Nos termos do artigo 27 RCVM 81/22, conforme detalhado na Proposta da Administração e Manual para Participação, os acionistas da Companhia poderão encaminhar por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, no prazo de 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, suas instruções de voto em relação às matérias da ordem do dia da AGO, mediante o preenchimento e envio do Boletim de Voto a Distância, cujo modelo foi disponibilizado nos websites de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.ceeegeracao.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/). Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na AGO, inclusive "Proposta da Administração e Manual para Participação", contendo as propostas dos administradores para a AGO, encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia e nos websites de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.ceeegeracao.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/). Tendo em vista a realização de modo exclusivamente digital, a AGO será considerada como realizada na sede social da Companhia, nos termos da RCVM 81/22. Os acionistas da Companhia interessados em acessar as informações ou esclarecer dúvidas sobre as matérias acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail: invrel@csn.com.br.

Porto Alegre, 04 de abril de 2023.

Benjamin Steinbruch,

Presidente do Conselho de Administração CEEE-G.

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

DATAS: 1º Público Leilão – 14/04/2023, às 10h30 | 2º Público Leilão – 18/04/2023, às 10h30

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial – mat. Jucesp nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **NOVA AMÉRICA FRANCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, CNPJ nº 09.263.208/0001-78, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, conforme os arts. 26 e 27 da Lei nº 9.514/97, c/c Leis nº 10.931/04, 13.043/14 e 13.465/17, o **IMÓVEL: LOTE 03 da QUADRA 08, do LOT. fechado "VILA PIEMONTE II"**, à Rua Amélio Dias de Oliveira, antiga Rua 04 do loteamento, na cidade de Franca/SP. **Área total de 405,00m²**, melhor descrito na Matrícula nº 108.878 - 1º CRI de Franca/SP. Inscrição Cadastral nº 2.32.16.001.03.00. **1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 395.465,15. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 368.736,27.** Encargos do Arrematante: **i)** pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** despesas e impostos para lavratura e registro da escritura; **iii)** despesas a partir das datas dos leilões; **iv)** observar as restrições urbanísticas e construtivas do loteamento; **v)** custas/despesas para regularizar eventual desocupação; **vi)** venda AD CORPUS. Imóvel entregue no estado em que se encontra. Ficam os Fiduciantes **ALLISON ELON DE ARAUJO ROCHA** - CPF nº 553.724.813-15 e **NAIR DE BRITO MAGALHÃES COSTA NETO** - CPF nº 796.124.153-15, comunicados das datas dos leilões para o exercício do direito de preferência. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras Para Participação, disponíveis no portal: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO DE N. 28/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO. **CONTRATADA: NOROMIX CONCRETO S/A**, inscrita no CNPJ: 10.558.895/0001-38, Inscrição Estadual n.º 130.998.748.119, estabelecida a Rua: Joaquim Floriano, nº 888 conj..605, Bairro de Itain Bibi, Cidade de São Paulo-CEP 04.534-003 SP, neste ato representada pelo Sr. Marcelo Tavares. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, POR EMPREITADA GLOBAL, PARA EXECUÇÃO DE 4.608,50 M² DERECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM CBUQ EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE ÓLEO, CONFORME CONVÊNIO 102782/2022CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O MUNICÍPIO DE ÓLEO. **FUNDAMENTO LEGAL:** Tomada de Preço n°03/2023- Proc. 04/2023. **VALOR:** R$ 289.211,55 (Duzentos e Oitenta e Nove Mil Duzentos e Onze Reais e Cinquenta e Cinco Centavos). **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 27 de março de 2023.

Óleo 03 de abril de 2023

Jordão Antônio Vidotto - PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura da Estância Turística de Salto

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9056/2022 – EXCLUSIVO ME/EPP
REPUBLICAÇÃO – LOTES REMANESCENTES

Encontra-se aberta licitação visando a contratação de pessoa jurídica, com exclusividade para ME/EPP, para fornecimento de material médico e de enfermagem para consumo nas Unidades Básicas e Especializadas da rede municipal de saúde, conforme quantidades e especificações relacionadas no Anexo I do edital, a cargo da Secretaria de Saúde. O Pregão se realizará de forma ELETRÔNICA, através da BBM – Bolsa Brasileira de Mercadoria, **na data de 18 de abril de 2023. Cadastro de Propostas Iniciais: das 08hs do dia 04/04/2023 até as 08h30min do dia 18/04/2023. Abertura de Propostas Iniciais: 18/04/2023 às 08h35min. Início da Sessão Pública (Fase Competitiva): 18/04/2023 às 09hs.** O edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão, através dos sítios: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.salto.sp.gov.br – Licitação. Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br.

Estância Turística de Salto, 03 de abril de 2023.

Marcio Conrado - Secretário de Saúde

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2023-PROCESSO Nº 025/2023 – Ficam Retificados a data de abertura da sessão pública publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo (08/03/2023 – Seção I- página 293) Jornal Folha de São Paulo (08/03/2023 – Página A18) e Diário Oficial Município de Laranjal Paulista (07/03/2023 – Edição nº 311) do Edital de Chamamento Público nº 001/2023-- de Contratação de empresa especializada na administração, e gerenciamento de cartão magnético e/ou eletrônico com taxa 0%, assim como as respectivas cargas de créditos mensais, munidos de senha de acesso, para aquisição de gêneros de alimentícios em estabelecimentos comerciais (supermercados, hipermercados, minimercados, padarias, açougues e similares) e demais estabelecimentos que comercializem alimentos, obrigatoriamente dentro do Município de Laranjal Paulista, bem como também em outros municípios da região, que serão destinados aos servidores públicos municipais da Prefeitura do Município de Laranjal Paulista, pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado a critério da administração, pelo prazo legal, em conformidade com a legislação de programa de alimentação do trabalhador -PAT, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência, que faz parte integrante do edital. O edita prevê a data da sessão pública para 24/04/2023 às 09:00 horas, quando se iniciará a sessão pública. Assim sendo: ONDE SE LÊ: Data de abertura da sessão pública: Às 09:00 horas do dia 10/04/2023. LEIA-SE: Data de abertura da sessão pública: Às 09:00 horas do dia 24/04/2023. Maiores informações no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, situada na Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 - Centro. O referido Edital de chamamento e seus anexos encontram-se disponíveis no site www.laranjalpaulista.sp.gov.br-LINK: LICITAÇÕES/OUTROS e através dos telefones (15) 3283-8331 ou 3283-8338 ou e-mail – licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br.-Laranjal Paulista, 03 de Abril de 2.023-Alcides de Moura Campos Junior – Prefeito Municipal

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

As pessoas físicas e jurídicas abaixo identificadas, por intermédio do presente instrumento, DECLARAM sua intenção de constituir uma administradora de consórcio com as características abaixo especificadas:

Denominação social: UNIMARCA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO NACIONAL LTDA

Local da sede: Avenida Omega, 171 – ap. 52 – Melville Empresarial – Barueri – SP – Cep. 06472-005

Capital inicial: R$ 1.000.000,00

Composição societária:

-controladores:

- Marcos Antonio Giacomazzi – CPF. 053.561.878-66 – com 50% de participação no Capital Social
- Caio Marcelo Carlos da Silva – CPF. 118.708.438-78 – com 50% de participação no Capital Social

As pessoas físicas abaixo identificadas, por intermédio do presente instrumento, DECLARAM, nos termos do art. 21, inciso II, da Circular nº 3.433, de 3 de fevereiro de 2009, sua intenção de exercer cargos de administração na UNIMARCA CONSÓRCIO NACIONAL LTDA.

- Marcos Antonio Giacomazzi – CPF. 053.561.878-66 - Diretor Administrativo/Financeiro
- Caio Marcelo Carlos da Silva – CPF. 118.708.438-78 – Diretor Comercial

As pessoas físicas e jurídicas signatárias deste instrumento ESCLARECEM que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de trinta dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo.

Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet)

Preencher o campo "Número do Processo Administrativo Eletrônico – PE" com o número do processo mencionado abaixo

Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB

Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf mencionado abaixo

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Gerência Técnica em Curitiba - GTCUR

Processo nº 226277

Barueri (SP), 13 de fevereiro de 2023

Marcos Antonio Giacomazzi — Caio Marcelo Carlos da Silva

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALESÓPOLIS - ESTADO DE SÃO PAULO
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura da Estância Turística de Salesópolis informa a abertura do PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2023 cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS LOCAÇÕES DE ESTRUTURAS PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS, EM CONFORMIDADE AO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DA ESTÂNCIA TURÍSCA DE SALESÓPOLIS-SP. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ATÉ as 14h:00min. do dia 17/04/2023, ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS: 17/04/2023 – Horas 14h:-01min. A sessão pública realizar-se-á no Departamento de Licitações, sito à Praça Padre João Menendes, nº 64 - Centro - Salesópolis - SP. Maiores informações (11) 4696-1221. O Edital está disponível no endereço: www.salesopolis.sp.gov.br/ portaltransparencia.

Vanderlon Oliveira Gomes - Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOBRADA

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA - O Município de Dobrada/SP torna público a abertura da **Chamada Pública nº 001/2023**, cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. Recebimento dos envelopes até o dia 25/04/2023 às 10:00. O edital poderá ser obtido no Setor de Licitações da Prefeitura de Dobrada ou no Portal da Transparência em http://transparencia.dobrada.sp.gov.br:8079/transparencia. Dobrada, 3/4/2023. **Antonio Carlos de Mattos Santos -** Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - A Prefeitura de Dobrada–SP torna público a abertura do **Pregão Presencial nº 009/2023**. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de vale alimentação por meio de cartão eletrônico com chip. Sessão: 18/04/2023 às 09:00 horas. O edital e seus anexos estarão disponíveis no Portal da Transparência da Prefeitura de Dobrada em http://transparencia.dobrada.sp.gov.br:8079/transparencia. Dobrada, 3/4/2023. **Antonio Carlos de Mattos Santos -** Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO
PENITENCIÁRIA "NILTON SILVA" FRANCO DA ROCHA II

"Encontra-se aberta na **PENITENCIÁRIA "NILTON SILVA" DE FRANCO DA ROCHA**, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO de nº 003, Processo nº 2023/09053**, tipo MENOR PREÇO, referente à **Oferta de Compras nº 38015400001 2023OC00044**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE "GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECIVEIS"**, para o período de 01 de maio a 30 de agosto de 2023. A realização da sessão pública ocorrerá no dia **18/04/2023**, às 09h30 horas, no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, e os interessados em participar do certame deverão acessar os citados endereços eletrônicos a partir do dia **04/04/2023**, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital será disponibilizado para consulta e cópia na internet através do endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br e www.e-negociospublicos.com.br, e ainda poderá ser consultado e ou retirado no Centro Administrativo da Penitenciária "Nilton Silva", de Franco da Rocha, sito à Estrada Edgard Máximo Zambotto – km 44,5 – Serra dos Cristais – Franco da Rocha - SP, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 as 17:00 horas, e as informações suplementares poderão ser obtidas através do telefone: (11) 4447-4881 – Eliana/Franciany."

SAAE — Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Amparo/SP

LICITAÇÃO: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002045/2023 – ÓRGÃO: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE AMPARO/SP – MODALIDADE: PREGÃO Nº 15/2023 (ELETRÔNICO). **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS GROSSEIROS E AREIA REMOVIDOS DAS UNIDADES DE GRADEAMENTO E DE DESARENAÇÃO PROVENIENTES DA "ETE PIERO FIORAVANTE" E "ETE JAGUARI" PELO PERÍODO ESTIMADO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME EDITAL E ANEXOS. DATA DA REALIZAÇÃO: 17/03/2023 ÀS 08:30 HORAS. PRAZO PARA CREDENCIAMENTO E CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09H00MIN DO DIA 04 DE ABRIL DE 2.023 ATÉ ÀS 08H15MIN DO DIA 17 DE ABRIL DE 2.023** EDITAL DISPONÍVEL A PARTIR DO DIA 04/ 03 /2023 NA DIVISÃO DE SUPRIMENTOS DO SAAE AMPARO, DAS 9H00 ÀS 16H00 OU ATRAVÉS DOS SEGUINTES ENDEREÇOS: https://saaeamparo.sp.gov.br/categoria/pregao. https://egov.paradigmabs.com.br/cebi/Default.aspx. INFORMAÇÕES: Tel (19) 3808-8400, ramais 237 / 261, com Tauan/Felipe ou Nicola. Amparo, 03 de abril de 2023. **ACHILLE NICOLA FOSCO -** Gerente de Suprimentos -

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE VITERBO
AVISO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO nº 20/2023-Registro de Preços para aquisição de mudas para o viveiro do Bosque Municipal, conforme condições, quantidade e demais exigências constantes nesse Edital, Termo de Referência e demais anexos pelo período de 12 (doze) meses.

Abertura da sessão no dia 25/04/2023 às 09h - Horário de Brasília.

Endereço Eletrônico: www.comprasbr.com.br

O Edital na íntegra, está disponível na página da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo-SP, www.santarosa.sp.gov.br, no link Licitação.

Informações pelo telefone (16) 3954 8802/ 39548827.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 22/2023 - Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de transporte de passageiros, na modalidade registro de preços, conforme condições, quantidade e demais exigências constantes nesse Edital, Termo de Referência e demais anexos pelo período de 12 (doze) meses. **Abertura da sessão** no dia 24/04/2023 às 09h - Horário de Brasília

Endereço Eletrônico: www.comprasbr.com.br

O Edital na íntegra, está disponível na página da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo-SP, www.santarosa.sp.gov.br, no link Licitação.

Informações pelo telefone (16) 3954 8802/ 39548827.

Santa Rosa de Viterbo/SP, 03/04/2023
Omar Nagib Moussa-Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO
PENITENCIÁRIA "NILTON SILVA" FRANCO DA ROCHA II

"Encontra-se aberta na **PENITENCIÁRIA "NILTON SILVA" DE FRANCO DA ROCHA**, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO de nº 004/2023, Processo nº 2023/09061**, tipo MENOR PREÇO, referente à **Oferta de Compras nº 38015400001 2023OC00055**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE "GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCAVEIS"**, para o período de 03 de maio a 31 de maio de 2023. A realização da sessão pública ocorrerá no dia **19/04/2023**, às 09:30 horas, no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, e os interessados em participar do certame deverão acessar os citados endereços eletrônicos a partir do dia **04/04/2022**, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital será disponibilizado para consulta e cópia na internet através do endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br e www.e-negociospublicos.com.br, e ainda poderá ser consultado e ou retirado no Centro Administrativo da Penitenciária "Nilton Silva", de Franco da Rocha, sito à Estrada Edgard Máximo Zambotto – km 44,5 – Serra dos Cristais – Franco da Rocha - SP, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 as 17:00 horas, e as informações suplementares poderão ser obtidas através do telefone: (11) 4447-4881 – Eliana/Franciany."

Prefeitura Municipal de São Carlos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2023
PROCESSO Nº 15400/2022 ID 995563
COMUNICADO DE ABERTURA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO EM VIAS PÚBLICAS COM SERVIÇOS AGREGADOS PARA FORTALECER O MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS JUNTAMENTE COM A GUARDA MUNICIPAL. Encontra-se aberta, nesta Administração, a licitação supra. O edital, na íntegra, poderá ser obtido nos sites www.licitacoes-e.com.br e http://servico.saocarlos.sp.gov.br/licitacao. O limite para o acolhimento das propostas dar-se-á até às 08h00 do dia 18/04/2023, a abertura das propostas será às 08h00 do dia 18/04/2023 e o início da sessão de disputa de preços será às **09h30** do dia **18/04/2023**. Maiores informações pelo telefone (16) 3362-1162. São Carlos, 03 de abril de 2023. **Letícia Paschoalino -** *Pregoeira*

PREGÃO PRESENCIAL 05/2023
PROCESSO 2438/2023
COMUNICADO DE ABERTURA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM REPUGN NCIA DE COLUMBÍDEOS COMINTERAÇÃO NEUROSSENSORIAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃODE SÃO CARLOS. Encontra-se aberta, nesta Administração, a licitação supra. O edital, na íntegra, poderá ser obtido no site http://servicos.saocarlos.sp.gov.br/licitacao. Os envelopes contendo a documentação e a proposta serão recebidos e protocolados no Departamento de Procedimento Licitatórios impreterivelmente até às 09h00 do dia 19/04/2023 quando serão abertos em sessão pública às 09h30 do mesmo dia. Maiores informações pelo telefone (16) 3362-1162. São Carlos, 03 de abril de 2023. **Hicaro Alonso -** *Pregoeiro*

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO
HOMOLOGAÇÃO

Pelo presente, e na melhor de direito, considerando a regularidade do presente processo, ratifico todos os atos da Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio e HOMOLOGO o(a) presente PREGÃO, n° 04/2023, para que surta seus regulares efeitos de direito com os seguintes valores: DU VALLE EVENTOS LTDA, com o valor de R$ 74.800,00 (setenta e quatro mil, oitocentos reais) - Item: 1. **Valor Total da Licitação:** 74.800,00.

Óleo, 03de abril de 2023

JORDÃO ANTONIO VIDOTTO - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

1º Termo de Prorrogação do Contrato Nº 013/2022
TOMADA DE PREÇOS nº 004/2022

Contratante - Município de Holambra – Contratada - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO DA CRECHE PALMEIRAS (ABELHINHA) - CONVÊNIO SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO Nº 101725/2021. Fica prorrogado o presente contrato para 12 (doze) meses a partir de 24/03/2023 a 23/04/2024, e ficam mantidas as demais cláusulas e condições estabelecidas no termo original nº 013/2022 - Assinatura – 24/03/2023- Modalidade – Tomada de Preços. Holambra, 03 de abril de 2023. Fernando Henrique Capato - Prefeito Municipal.

SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLIC ESTADUAL - à Av. Ibirapuera nº 981 - 6º andar, o **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 204/2023 - PROCESSO IAMSPE Nº 202207442/2022 - OFERTA DECOMPRA Nº 5321015305520230C00246 - PARA AQUISIÇÃO DE: GERADORES DE PULSO DE MARCAPASSO VVIR E MARCAPASSO IMPLANTAVÉLDDDR.** O encerramento e abertura dar-se-ão no **dia 17/04/2023 às 09:00 hrs.** Os interessados deverão acessar, a partir de **04/04/2023**, o endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br**, mediante a obstenção de senha deacesso ao sistema e de credenciamento de seus representantes. O Edital de presente licitação encontra-se disponível também no site **www.e-negociospublicos.com.br.**

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA ENERGIA ELÉTRICA DE SÃO PAULO (SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE SÃO PAULO) - CNPJ 62.194.683/0001-12 - EDITAL - Convocamos todos trabalhadores da empresa **ENERGY ASSETS DO BRASIL LTDA. - Projeto Vesta Braskem** (CNPJ: 01.676.897/0025-08), a participarem da Assembleia Extraordinária, que será realizada no próximo dia **05 de Abril de 2023,** às **16h,** a assembleia será na Av. Pres. Artur da Costa e Silva, 1178 - Parque Capuava - Mauá - SP, para deliberar sobre a seguinte **" ORDEM DO DIA": 1)** Leitura, discussão e votação da proposta final apresentada pela empresa para renovação do Acordo Coletivo de Trabalho/2023; **2)** Outros assuntos de interesse da categoria. **São Paulo, 03 de Abril de 2023. Eduardo de Vasconcellos Correia Annunciato (Chicão), Presidente.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR DO SUL - Estado de São Paulo

A Prefeitura Municipal de Pilar do Sul, Estado de São Paulo, com sede na Rua Tenente Almeida, nº 265 – Centro, faz saber que se acha disponível:

- Tomada de Preços n.º 07/2023, DESTINADA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS CONVENCIONAIS POR LUMINÁRIAS LED EM RUAS DOS BAIRROS JARDIM MARAJOARA E JARDIM PRIMAVERA, NO MUNICIPIO DE PILAR DO SUL/SP. Entrega dos envelopes até às 08h30min do dia 20 de abril de 2023;

- Tomada de Preços n.º 08/2023, DESTINADA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS CONVENCIONAIS POR LUMINÁRIAS LED EM RUAS DO BAIRRO SÃO MANOEL, NO MUNICIPIO DE PILAR DO SUL/SP. Entrega dos envelopes até às 10h30min do dia 20 de abril de 2023.

Informações no site http://www.pilardosul.sp.gov.br ou pelo telefone: (15) 3278-9700 – Licitações.

Pilar do Sul - SP, 03 de abril de 2023. Marco Aurélio Soares - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

Aviso de DISPENSA ELETRÔNICA Nº 014/2023
CONTRATANTE (UASG):
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS (986411)

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FILTROS DE PURIFICAÇÃO DE ÁGUA QUE SERÃO UTILIZADOS NOS BEBEDOUROS INDUSTRIAIS ESPALHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos). PERÍODO DE PROPOSTAS: De 04/04/2023 às 8h - Até 10/04/2023 às 17h. PERÍODO DE LANCES: De 11/04/2023 às 8h - Até 11/04/2023 às 14h. PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA - 002/2023 Nº PROC. ADM. 031/2023

Extrato de licitação gerado automáticamente pelo sistema BLLCOMPRAS torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE LARANJAL PAULISTA, de acordo com a regulamentação Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 REALIZARÁ dispensa eletrônica sendo conduzido pelo condutor CLAUDIA TEREZA PESSIN e tendo como autoridade ALCIDES DE MOURA CAMPOS JÚNIOR. **PUBLICAÇÃO:** 03/04/2023 14:11. **INICIO REC. PROPOSTA:** 04/04/2023 09:00. **FIM REC. PROPOSTA:** 11/04/2023 08:59 INÍCIO DISPUTA: 11/04/2023 09:00 TIPO DE LANCE: MENOR LANCE. **TIPO ENCERRAMENTO:** ABERTO. **EXCLUSIVO ME:** NÃO. **OBJETO –** DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE TESTES NS1 PARA IDENTIFICAÇÃO DE DENGUE, ATENDENDO A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE. Para demais informações contato via e-mail: licitacao@ laranjalpaulista.sp.gov.br, telefone: 015-3283.8338 ou acesso pelo Link: https://bllcompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DyZhqcl_M7qopAqVIX02q7rQlvZzMUw9rwdK88CUXZhwv0qwnn8kT4B4dVKc5RjsEYKD2AJ7U6XbpRqXXbsLw_dLTUHwYL2eZoVHp6VMn0r0%3D

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Cotia torna público p/ conhecimento dos interessados que na sala de Licitações do Depto de Compras e Licitações, sito à Estrada Boa Vista, 575 Condomínio Boa Vista – Galpão 11 e 12 - Jd. Atalaia – Cotia/SP, Rod. Raposo Tavares nº 36.720, que será realizada em ato público a licitação descrita abaixo:

1) PA nº 9.730/2023. PPnº16/2023. Às 09:00horas do dia 20/04/2023. Objeto: Fornecimento de medicamento para atendimento do paciente B.P. (Processo Judicial nº 1001208-31.2023.8.26.0152).

O edital já está disponível para a retirada dos interessados, através do sitio da Prefeitura Municipal de Cotia, www.cotia.sp.gov.br/editais-cotia/ ou pessoalmente no prédio da Secretaria Municipal de Licitações e Logística, no mesmo endereço acima.

a) Magno Sauter - Secretário Municipal de Saúde.

MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2023 - EDITAL Nº 011/2023
"ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO"

O MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA, por meio do Departamento de Suprimentos, no uso de suas atribuições legais; FAZ SABER, para conhecimento dos interessados que **ALTERA o MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA E PLANILHA DE ORÇAMENTO E QUANTITATIVO, e PRORROGA** para às **09:00 horas do dia 19 (dezenove) de abril de 2.023**, o Recebimento dos envelopes e Abertura às 09:30 horas, do processo licitatório Tomada de Preços nº 005/2023 noticiada pelo Edital nº 011/2023, que tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para Execução de Acessibilidade do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – SAICA, localizado na Av. das Nações Unidas, 105 - Bairro Olaria – Itapecerica da Serra**.

A Cópia completa do Edital poderá ser adquirida no site da Prefeitura https://www.itapecerica.sp.gov.br/ no Portal da Transparência. O mesmo também poderá ser adquirido, mediante apresentação de mídia no Departamento de Suprimentos, sito à Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – Itapecerica da Serra, no horário das 08:30 às 16:30 horas, nos dias úteis, ou mediante solicitação através do endereço eletrônico licitacoes@itapecerica.sp.gov.br, contendo os dados cadastrais do interessado. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone 4668.9000 ramais 9100 ou 9110, com código de acesso (DDD) 0XX11.

Itapecerica da Serra, 03 de abril de 2.023.

EDNÉIA P. OLIVEIRA - **Assessor Especial - Secretaria de Assuntos Jurídicos**

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 42/2023. Objeto: Preparação, produção e fornecimento contínuo de refeições e lanches prontos, na forma transportada, às Unidades Prisionais do Lote 298: Presídio de Muriaé, Penitenciária Doutor Manoel Martins Lisboa Júnior e Presídio de Eugenópolis, em lote único, assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas a presos e servidores públicos a serviço nas unidades prisionais em epígrafe, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência. Foi necessária a republicação do aviso de licitação, tendo em vista erro material no número do pregão eletrônico. Onde se lê: Pregão Eletrônico 42/2022, leia-se: Pregão Eletrônico 42/2023. Desta forma, a abertura da sessão será reagendada para o dia 19/04/2023, às 10:00 horas, no sítio eletrônico www.compras.mg.gov.br. O edital poderá ser obtido no referido site. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras do Estado de Minas Gerais e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143, Edifício Minas, 5º andar, Serra Verde, Cidade Administrativa. Tiago Maduro de Azevedo – Superintendente de Infraestrutura e Logística. Belo Horizonte, 03 de abril de 2023.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2023 – S.R.P.

Torna-se público e para conhecimento dos interessados que o Pregão Eletrônico acima mencionado, que tem como objeto o "Registro de Preços de Insumos de Enfermagem", cuja sessão ocorreria dia 10 de abril de 2023, às 09:00 horas, encontra-se SUSPENSO, por motivos insertos no procedimento licitatório. Maiores informações poderão ser obtidas pelos telefones: (19) 3867-9780, com Antônia, (19) 3867-9801, com Aline, (19) 3867-9707, com Luciano, (19) 3867-9792, com Ricardo, (19) 3867-9757, com Carla, ou pelo endereço eletrônico: luciano_licitacoes@jaguariuna.sp.gov.br.

Jaguariúna, 03 de abril de 2023.
Antonia M. S. X. Brasilino
Departamento de Licitações e Contratos

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 039/2023

Torna-se público e para conhecimento dos interessados que o Pregão Eletrônico acima mencionado, que tem como objeto é a prestação de serviço de hospedagem (GRAU I, II e III), para idosos dependentes e com necessidades diversificadas e dificuldades familiares, cuja sessão pública ocorreria dia 05 de abril de 2023, às 09:00 horas, encontra-se SUSPENSO, por motivos insertos no procedimento licitatório. Maiores informações poderão ser obtidas pelos telefones: (19) 3867-9780, com Antônia, (19) 3867-9801, com Aline, (19) 3867-9707, com Luciano, (19) 3867-9792, com Ricardo, (19) 3867-9757, com Carla, ou pelo endereço eletrônico: luciano_licitacoes@jaguariuna.sp.gov.br.

Jaguariúna, 03 de abril de 2023.
Antonia M. S. X. Brasilino
Departamento de Licitações e Contratos

AVISO DE JULGAMENTO DE INABILITAÇÃO E ABERTURA DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE NOVA DOCUMENTAÇÃO
Concorrência nº 003/2023

Objeto: Permissão de uso de espaço público para estabelecimento de produção, venda e consumo de produtos alimentícios – Espaço 01 – Cafeteria / lanchonete – área privativa: 31,97m² - área externa: 29,84m², localizado na Praça Umbelina Bueno, s/nº, Centro – Jaguariúna/SP

No terceiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três às 09:30 horas, no auditório da Secretaria de Educação, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações com a presença dos seus membros para julgamento de habilitação da Concorrência acima mencionada. Realizadas as análises de acordo com os parâmetros previstos no Edital os participantes ANTONIO CARLOS MEGDA – CPF 137.637.038-70; BAR LANCHONETE GONÇALVES JAGUARIÚNA LTDA – CNPJ 01.528.644/0001-10 e CARLOS AGUINALDO PEREIRA 33630766811 – CNPJ 40.513.415/0001-83 foram INABILITADOS, tudo conforme a Ata da Sessão Pública ocorrida. Diante deste cenário fica aberto prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, de acordo com §3º do artigo 48 da Lei 8.666/93, começando ele a correr do primeiro dia útil subsequente à data da última publicação.

Comissão Permanente de Licitação, 03 de abril de 2023.
Ariana Aparecida de Almeida – Presidente C.P.L.

FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA - FUNBEPE

CNPJ 59.006.460/0001-70

COMUNICADO DE ADIAMENTO DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023

A Fundação Beneficente de Pedreira – FUNBEPE informa a quem possa interessar que o Pregão Eletrônico 04/2023, Oferta de Compra nº. 851901801002023OC00006, que trata do registro de preços para fornecimento parcelado de materiais de limpeza e cozinha descartáveis par atendimento das necessidades desta Fundação, teve a sessão adiada, em decorrência da Portaria nº 203/2023 do Município de Pedreira/SP, publicada em 03 de abril de 2023, que declarou ponto facultativo nas repartições públicas municipais, sem prejuízo dos serviços considerados essenciais, no dia 06 de abril de 2023. Sendo assim, devem ser consideradas as seguintes datas: **DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 05/04/2023. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 19/04/2023 – às 09:00.** O edital contendo as datas retificadas encontra-se disponível no site da Fundação (www.funbepe.org.br) e no sistema BEC (www.bec.sp.gov.br). Publique-se.

Pedreira (SP), 03 de abril de 2023. Sergio Aparecido de Santi - PRESIDENTE DA FUNBEPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE, torna público, para conhecimento dos interessados, que se acha aberta a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2023, nos termos do Processo nº 008/2023, destinada a AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO COLETOR COMPACTADOR DE LIXO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA – ANEXO I. A licitação é do tipo MENOR PREÇO GLOBAL. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº 1 - "PROPOSTA" e nº 2 - "DOCUMENTAÇÃO", serão recebidos pelo Pregoeiro, no Setor de Licitações, localizado na Prefeitura do Município de Campina do Monte Alegre às 10:00 horas do dia 18 de abril de 2023. A sessão pública dirigida pelo Pregoeiro se dará a seguir, no mesmo dia e local nos termos das legislações supracitadas, deste edital e dos seus anexos. Campina do Monte Alegre, 31 de março de 2023.

TIAGO RICARDO FERREIRA. PREFEITO MUNICIPAL.

MUNICÍPIO DE SANDOVALINA

Extrato de Aviso de Licitação

O Município de Sandovalina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberta a presente licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 10/2023, do tipo Menor Preço, objetivando o Registro de Preços para futura e provável Contratação de Empresa Especializada para fornecimento de Serviços, materiais e equipamentos para suprir as necessidades nos eventos e festividades promovidos pelo Município de Sandovalina – SP, conforme Edital e seus Anexos, que será realizada no dia 18/04/2023 a partir das 9hs00. O Edital em seu inteiro teor poderá ser retirado pelos interessados diretamente no prédio do Paço Municipal na Av. João Borges Frias, 435 Centro de segunda a sexta-feira no horário das 8hs00 às 11hs0 e das 13hs00 às 17hs00, ou ainda site www.sandovalina.sp.gov.br e também através de solicitação enviada para o e-mail: sandovalina.licitacao@gmail.com. Sandovalina – SP, 03 de abril de 2023. Marcos Mendes da Silva Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA

EDITAL DE REABERTURA DA TOMADA PREÇOS Nº 001/2023 – PROCESSO Nº 012/2023.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para FINALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE UMA COZINHA PILOTO, NO LOTEAMENTO JARDIM DOMINGOS ORSI, SITUADO À RUA TENENTE JOSÉ MARCO DE ALBUQUERQUE, ANGATUBA/SP, com fornecimento de toda a mão de obra, materiais, equipamentos, maquinários e ferramentas necessárias para a execução, CONFORME CONVÊNIO 205/2020, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONTIDOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Menor Preço Global. Encerramento: 20 de abril de 2023 às 09.00 horas. LOCAL: Sala de Reuniões do Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Angatuba – térreo, Rua João Lopes Filho, nº 120. Maiores informações através do telefone: (15) 3255-9500. O Edital completo está disponível no site: www.angatuba.sp.gov.br. Angatuba, 03 de abril de 2023. NICOLAS BASILE ROCHEL. PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE SANTO ANASTÁCIO

Chamamento – Súmula – Tomada de Preços nº 05/2023

RETIFICAÇÃO

OBJETO: INFRAESTRUTURA URBANA – RECAPEAMENTO ASFÁLTICO TIPO CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE), EM DIVERSAS RUAS DO JARDIM SANTA HELENA. CADASTRAMENTO DAS EMPRESAS: Deverá ser efetuado até às 10h30min horas do dia 18 de abril de 2023. ENCERRAMENTO: 19/04/2023, às 08h30min. ABERTURA DOS ENVELOPES: 19/04/2023 às 08h40min. O Edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.santoanastacio.sp.gov.br, no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Barão do Rio Branco, 220, centro, ou solicitar pelo e-mail: licitacaosantoanastacio@gmail.com. Informações pelo tel.(18) 3263-9425. Santo Anastácio, 03 de abril de 2023. **JOSÉ BONILHA SANCHES – Prefeito Municipal.**

Sindicato da Categoria Profissional Diferenciada, dos Empregados e Trabalhadores do Ramo de Atividade de Vigilância e Segurança Privada de Campinas e Região - "Sindivigilância Campinas". CNPJ 52.366.051/0001-35. Rua Jorge Miranda, 97, Botafogo, Campinas/SP. **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO QUADRO ASSOCIATIVO - EDITAL DE CONVOCAÇÃO.** Ficam convocados por este edital, os associados em dia com suas obrigações sindicais, para se reunirem em assembleia geral ordinária na sede em Campinas/SP, no dia 26/04/2023 às 9:30h em 1ª convocação, com quorum qualificado ou, 10h em 2ª convocação com qualquer número presente, para deliberação e aprovação da seguinte ordem do dia: **1)** ata anterior, leitura e votação; **2)** prestação de contas da diretoria do exercício 2022, balanço financeiro patrimonial / suplementação de verbas e relatório das atividades do exercício, sob parecer do Conselho Fiscal. Campinas, 04/04/2023. **Geizo Araújo de Souza** - Presidente.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE PAULISTA /SP

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Vargem Grande Paulista, através do Departamento de Licitações e Contratos Administrativos, TORNA PÚBLICO aos interessados que encontra-se aberto processo licitatório, na modalidade, **TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2023 EDITAL Nº. 019/2023, PROCESSO Nº. 119/2023**, tendo por objeto a Contratação de empresa para operacionalizar o programa de formação municipal, com cursos de formação continuada e tutoria educacional para a Rede Municipal de Ensino, com serviços de produção de conteúdo educativo e instrutivo, com estrutura operacional para gravações audiovisuais; compreendendo aplicação, fornecimento de materiais, equipamentos e demais itens necessários para o desenvolvimento das atividades, em conformidade com o termo de referência e demais condições deste Edital. Data de entrega e abertura dos envelopes: 24/04/2023 às 09h00min horas. Local: Paço Municipal Ari Bigarelli, sito a Praça da Matriz, 75, Centro, Vargem Grande Paulista. O edital completo poderá ser obtido através de download pelo endereço eletrônico www.vargemgrandepta.sp.gov.br. mediante o cadastro do interessado no Portal do Cidadão. Mais informações através do fone: 11 4158-8800 RAMAL 258/ 261. Em, 03 de abril de 2023 – Luís Henrique Laroca – Departamento de Licitações e Contratos Administrativos.

Prefeitura do Município de Caieiras

Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2023

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL:** 032/2023. **OBJETO:** Registro de Preços para eventual aquisição de coletes balísticos para a Guarda Civil Municipal, conforme as especificações mínimas exigidas no Termo de Referência. **MODALIDADE:** Pregão Presencial. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES:** dia 17/04/2023 às 08h30min e **ABERTURA DOS ENVELOPES:** na mesma data e horário. As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível no Site do Município de Caieiras www.caieiras.sp.gov.br. Os e-mails para envio do Edital são: licitacao@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 03 de Abril de 2.023.

SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA

Diretor de Compras e Licitações

Processo Digital nº: 1017744-69.2016.8.26.0506 **Classe: Assunto:** Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários **Requerente:** Banco Bradesco S/A **Requerido:** Euripedes Garcia Filho Ribeirão Preto – Me **EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1017744-69.2016.8.26.0506** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Dr(a). Carina Roselino Biagi, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **EURIPEDES GARCIA FILHO RIBEIRÃO PRETO - ME**, CNPJ 01.838.976/0001-09, que por este Juízo, tramita de uma ação de **Procedimento Comum Cível**, movida por **Banco Bradesco S/A.** Objetivando a cobrança da quantia de R$ 10.386,27, alegando o autor em sua inicial que celebrou com a ré "Contrato de Prestação de Serviços de Correspondente no País", sob o nº 267860, em 29/11/2013, tendo a mesma deixado de cumprir com suas obrigações Contratuais. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO, por EDITAL**, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de Ribeirão Preto, aos 15 de março de 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS

Aviso de Reabertura da sessão de Julgamento de Habilitação da Concorrência nº 01/2023 (aplicação do art. 48, §3º da Lei nº 8.666/93)

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE-SES/GO, por meio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, torna público que, diante da aplicação do art. 48, §3º da Lei nº8.666/93, a reabertura da sessão de Julgamento de Habilitação da CONCORRÊNCIA Nº 01/2023 – SES/GO, para a apresentação de nova documentação de Habilitação das empresas: PRIMECON CONSTRUTORA (CNPJ: 07.945.776/0001-23) e RICCO CONSTRUTORA LTDA (CNPJ:12.350.844/0001-41) escoimadas das causas que culminaram em suas inabilitações, conforme constante em Ata, será realizada em 25/04/2023, às 09:00hs na sede da SES/GO, situada na Av. SC 1, nº 299 – Parque Santa Cruz, Goiânia-GO, 74860-260, Telefones: (62) 3201-3800 / 3459. Objeto: contratação de empresa especializada na área de engenharia e arquitetura para reforma e adequação da Escola Estadual de Saúde Pública Cândido Santiago - processo nº 202100010036409, sob o regime de execução de empreitada por preço unitário, do tipo menor preço.

Data de reabertura da sessão de Julgamento de Habilitação: às 09:00 horas do dia 25 de abril de 2023. Demais informações estão disponíveis aos interessados no site da SES/GO - **https://www.saude.go.gov.br/prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos**

Goiânia/GO, 03 de abril de 2023.

Natal de Castro

Gerente de Licitações/SES-GO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE GOIÁS

Aviso de Abertura de Proposta de Preços da Tomada de Preços nº 01/2023

O Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Goiás, com sede na Av. SC 1, nº 299 - Parque Santa Cruz, Goiânia - GO, 74860-260, após cumprimento do § 4º, art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93, torna público aos interessados que fará realizar, em sessão pública, a abertura das propostas de preços, referente a Tomada de Preços nº 001/2023; Processo: 202200010021802, da empresa **HABILITADA: 1-EMPRESA BRASILEIRA DE ELEVADORES LTDA. Abertura: 05 de abril 2023, às 09:00h;** Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de elevador de passageiros, prestação de serviços de manutenção corretiva no monta-carga, manutenção preventiva dos equipamentos, bem como adequações necessárias no espaço físico para instalações dos equipamentos na Central Estadual de Medicamentos de Alto Custo Juarez Barbosa (CEMAC) e Contratação de empresa para fornecimento e instalação de elevador PCD e monta-carga, prestação de serviços de manutenção preventiva nos equipamentos, bem como adequações necessárias no espaço físico para instalações dos equipamentos na Central de Odontologia do Estado de Goiás (COEG), sob o regime de empreitada por preço unitário, tipo menor preço, para atender às necessidades da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES), conforme Termo de Referência, Projetos Básicos, Orçamento Resumo e Detalhado da Obra, Cronograma Físico Financeiro e Memorial Descritivo da Obra e Especificações técnicas, que integram este Edital, independentemente de transcrição, que integram este edital, independente de transcrição. Informações adicionais poderão ser obtidas junto à Gerência de Licitações, no endereço anteriormente mencionado. E-mail: **gcg.saude@goias.gov.br**

Goiânia, 03 de abril de 2023.

Natal de Castro

Gerente de Licitações

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230426

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230426 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material odontológico, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 4262023, até o dia 19/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 31 de Março de 2023. ALEXANDRE FONTENELE BIZERRIL - PREGOEIRO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - Pelo presente edital, a Diretoria do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS, FARMACÊUTICAS E DA FABRICAÇÃO DE ÁLCOOL, ETANOL, BIOETANOL E BIOCOMBUSTÍVEL DE ARAÇATUBA E REGIÃO-SP, convoca os trabalhadores, associados ou não, das **EMPRESAS FARMACÊUTICAS** sediadas nos seguintes municípios do Estado de São Paulo: Alto Alegre, Andradina, Aparecida D'Oeste, Araçatuba, Auriflama, Avanhandava, Barbosa, Bento de Abreu, Bilac, Birigui, Braúna, Brejo Alegre, Buritama, Cafelândia, Castilho, Clementina, Coroados, Gabriel Monteiro, Gastão Vidigal, General Salgado, Getulina, Glicério, Guaiçara, Guaraçai, Guararapes, Guzolândia, Ilha Solteira, Itapura, Lavínia, Lins, Lourdes, Luiziânia, Magda, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Castilho, Nova Independência, Nova Luzitânia, Penápolis, Pereira Barreto, Piacatu, Planalto, Promissão, Queiroz, Rubiácea, Sabino, Santo Antônio do Aracanguá, Santópolis do Aguapei, São João de Iracema, Sud-Mennucci, Suzanápolis, Valparaíso e Zacarias, para se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, que se realizará as 16h00min do dia 06 de abril de 2.023 (quinta-feira), em sua sede social, sita a Rua Prof.ª Chiquita Fernandes nº 09, Vila São Paulo, na cidade de Araçatuba-SP**, para deliberarem a seguinte ordem do dia: A) Apreciação e deliberação sobre a proposta das empresas relativas a Convenção Coletiva de Trabalho do Setor Farmacêutico para o período 2023/2024; B) Outorga de poderes à entidade sindical, por seus representantes legais em exercício a assinar à respectiva Convenção Coletiva de Trabalho, ou a quem a mesma delegar poderes; C) Posicionamento da categoria sobre greve geral, no caso de as negociações não chegarem a entendimentos amigáveis. Não havendo número suficiente e estatutário para a realização da Assembleia em primeira convocação, no horário supra mencionado, a mesma será realizada uma hora após, no mesmo dia e local, com qualquer número de trabalhadores presentes, para os efeitos de direito. Araçatuba-SP, 03 de abril de 2.023. **José Roberto da Cunha -** Diretor Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230453

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230453 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Equipamento Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 4532023, até o dia 19/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 30 de Março de 2023. MURILO LOBO DE QUEIROZ - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230284

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230284 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de gêneros alimentícios, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2842023, até o dia 19/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 30 de Março de 2023. JANES VALTER NOBRE RABELO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220691

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220691, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuros e eventuais Serviços Especializados (hora/ano, Dentista Clínico e Cirurgião Dentista Especialista), conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 6912022, até o dia 19/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 29 de Março de 2023. MARCOS ALEXANDRINO ALVES GONDIM - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230371

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230371 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Equipamento Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3712023, até o dia 19/04/2023, às 8h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 30 de Março de 2023. FRANCISCO CLÁUDIO REIS DA SILVA - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220751

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220751 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuros e eventuais Serviços em Horas/Ano, Médico Clínico Generalista e Médico Clínico Especialista, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 7512022, até o dia 19/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 30 de Março de 2023. CIRÍACO BARBOSA DAMASCENO NETO - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230389

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230389 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3892023, até o dia 19/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 30 de Março de 2023 - JOSÉ EDSON BEZERRA - PREGOEIRO

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE BARRA BONITA/SP

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº 02/2023 – PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 02/2023

OBJETO: Aquisição de 01 conjunto motobomba submersível para esgoto DM 100, destinado ao bombeamento de esgoto da Estação Elevatória do bairro Sonho Nosso II. Entrega dos envelopes de documentos, propostas e credenciamento: Dia 18 de Abril de 2023, as 08h00 horas, no Departamento de Compras e Licitações da Autarquia. O Edital na integra e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Departamento de Compras da Autarquia, localizada na Rua Winifrida nº 339, Centro, na cidade de Barra Bonita/SP, no horário das 08h00 às 11h30min e das 13h00 às 16h00 ou podem ser obtidos na integra através do site www.saaebarrabonita.com.br. Para maiores informações e dúvidas, entrar em contato pelo telefone (14) 3604-3607 ou através dos e-mails: saaebarrabonita@terra.com.br ou saaecompras@terra.com.br. Barra Bonita/SP, 03 de Abril de 2023. José Arlindo Reginato Dias – Superintendente do SAAE.

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS

PC.696/2023 – CP.10.013/2023 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A URBANIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS COM SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA URBANA, CONSTRUÇÃO DE UNIDADES NÃO RESIDENCIAIS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DO PROJETO PARQUE IMIGRANTES – LOTE 2, CT 0527.411-37/2020 (FGTS/PRÓMORADIA) VINCULADO À SECRETARIA DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. – O edital estará disponível para realização de download no site **www.saobernardo.sp.gov.br/licitacao**, bem como para consulta e obtenção no Serviço de Licitações e Operações – SA.213.1, na Av. Kennedy nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Bairro Anchieta, nesta cidade, das 8h30 às 17h00, devendo o interessado estar munido de CD (Compact Disc) gravável. - **ENTREGA DOS ENVELOPES: 12/05/2023 às 10h00**. – S. B. Campo, 03 de abril de 2023.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230245

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230245 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material Médico Hospitalar com equipamento em comodato, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2452023, até o dia 19/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 29 de Março de 2023. ÊNIO JOSÉ GONDIM GUIMARÃES - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220988

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20220988 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de equipamento hospitalar. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 9882022, até o dia 19/04/2023, às 09h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 29 de Março de 2023. AURÉLIA FIGUEIREDO GURGEL - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20220719

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20220719, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuros e eventuais serviços em horas/ano de profissionais de saúde na categoria Médico Intensivista, para atender as necessidades da Rede SESA, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 7192022, até o dia 19/04/2023, às 8h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 29 de Março de 2023. RAIMUNDO LIMA DE SOUZA - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230301

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230301 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Insumos de Laboratório (Reagentes para realização de exames para diagnóstico laboratorial), conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3012023, até o dia 19/04/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 30 de Março de 2023. FRANCISCO CLÁUDIO REIS DA SILVA - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230005 - IG No 1219344000

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230005 de interesse da Procuradoria Geral do Estado do Ceará – PGE, cujo OBJETO é: Contratação de empresa na prestação de serviços de mão de obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, para atender as necessidades da área de apoio administrativo da Procuradoria Geral do Estado do Ceará, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 5312023, até o dia 19/04/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 30 de Março de 2023. CARLOS ALBERTO COELHO LEITÃO - PREGOEIRO

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob n° 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n° 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de bem imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10150406107, firmado em 19/08/2020, no qual figura como Fiduciante **CRISTIAN CLAUDINO DA SILVA,** CPF/MF nº 408.150.888-76, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line,** nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 20/04/2023, às 15h30min, à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 358.840,08** (Trezentos e cinquenta e oito mil oitocentos e quarenta reais e oito centavos)**, o imóvel objeto da matrícula nº 19.770 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Ribeirão Preto/SP**, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário constituído por: *"Um prédio residencial, situado na cidade de Ribeirão Preto, na rua Vila Bela, nº 955, construído de tijolos, coberto de telhas, contendo dois cômodos, com piso de cimento e sem forro, com o seu respectivo terreno que é constituído de parte do lote 08, da quadra 21, da Vila Recreio, medindo 7,00m de frente, por 22,00m da frente aos fundos, confrontando em ambos os lados e fundos com Elisa Del Santo Zanardo, sendo que a construção possui a área de 22,57m² e o terreno a área total de 154,00m²; localizado entre as ruas Tabatinga e General Câmara, distante 7,00m da rua Tabatinga".* **Obs. Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 02/05/2023, às 15h30min,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 194.575,99** (Cento e noventa e quatro mil quinhentos e setenta e cinco reais e noventa e nove centavos). Todos os horários estipulados neste edital, no *site* do leiloeiro (www.FrazaoLeiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.FrazaoLeiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

PREFEITURA DE BOITUVA

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO PE 16/2023

ÓRGÃO: PREFEITURA DE BOITUVA; PREGÃO ELETRÔNICO 16/2023. **REGISTRO DE PREÇO AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE PISCINA**; MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO: ENCERRAMENTO: 14.04.2023 AS 09H00MIN. O EDITAL COMPLETO PODERÁ SER ACESSADO WWW.BBMNETLICITACOES.COM.BR OU ATRAVÉS DO SITE WWW.BOITUVA.SP.GOV.BR. PREFEITURA DE BOITUVA, EM 03 DE ABRIL DE 2023. **RAFAEL ALVES CORREA – SECRETÁRIO DE ESPORTES**.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – DTIC

AVISO DE LICITAÇÃO – A Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC comunica às empresas interessadas a abertura da seguinte licitação: PREGÃO ELETRÔNICO DTIC nº PR-183/0008/23, do tipo menor preço, PROCESSO DTIC nº 2023013051-3, objetivando a contratação de serviços técnicos de Renovação de Suporte, Garantia da fabricante e licenças, do tipo SmartNet Total Care, para Solução wireless por 18 meses para o ambiente computacional e de telecomunicações da polícia militar do estado de São Paulo. A sessão pública da licitação será realizada às 09h10 do dia 19/04/23, o edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados, sem custo, nos sites: www.imprensaoficial.com.br, opção: negócios públicos e pelo site www.bec.sp.gov.br, e-mail: dticslic@policiamilitar.sp.gov.br; Telefone: (11) 3327-7612. O referido Pregão Eletrônico nº DTIC nº PR-183/0008/23, refere-se a seguinte Oferta de Compras 180183000012023OC00061.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Acha-se aberta no **Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS** a licitação na modalidade Concorrência nº 005/2023, Processo CEETEPS-PRC-2022/33209, cujo objeto refere-se às **CONSTRUÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DA ETEC DE ITAIM PAULISTA, SITUADA NA RUA FRANCISCO SÁ PEIXOTO, Nº 140 – VL AIMORÉ – ITAIM PAULISTA-SÃO PAULO/SP**. Os interessados poderão consultar o edital e seus anexos no site do Diário Oficial do Estado de São Paulo, endereço eletrônico: **www.imprensaoficial.com.br**, no sitio do CEETEPS, endereço eletrônico - **www.cps.sp.gov.br – Licitações – Concorrência**, onde, inclusive, **todos os arquivos da pasta técnica estarão disponíveis para download**, ou consultá-lo, mediante agendamento pelo e-mail nc.licita@cps.sp.gov.br, em dias de expediente, na sede da Administração Central do CEETEPS - 4º Andar, Núcleo de Licitações, situada à Rua dos Andradas, nº 140, Santa Ifigênia, São Paulo/SP, pelo período de **05/04/2023** a **08/05/2023**, **observando-se os demais prazos dispostos no ato convocatório para pedido de esclarecimento e impugnação ao edital**. Os envelopes PROPOSTA e HABILITAÇÃO, assim como as declarações e documentos pertinentes, que deverão vir FORA deles nos termos do item 3 do edital, deverão ser entregues no dia **11/05/2023**, em sessão pública conduzida pela Comissão Julgadora de Licitação, das **8h30min às 10h, durante 1h30min, na Portaria** da Administração Central do CEETEPS, situada à Rua dos Andradas, nº 140, Santa Ifigênia, São Paulo/SP, sendo que na sequência no **Auditório Profº Lupércio de Oliveira Terra (Verde)**, serão abertos os Envelopes 1 – Propostas, apresentados pelas empresas licitantes. A Comissão receberá os documentos, conforme informações indicadas.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SUZANO

Encontra-se aberta na **DIRETORIA DE ENSINO-REGIÃO SUZANO, PREGÃO ELETRÔNICO número 003/23** destinada à contratação de serviços não contínuos de transporte de passageiros, mediante fretamento, em caráter eventual, através do Sistema de Registro de Preços, do tipo MENOR PREÇO. A realização da sessão será na data de 18/04/23 às 9h30min, sendo as propostas enviadas eletronicamente através dos sites www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, na opção Pregão – Entregar Proposta. O Edital na integra encontra-se no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br. Jessica Camila de Oliveira - Diretor I - NCS

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SUZANO

Encontra-se aberta na **DIRETORIA DE ENSINO-REGIAO SUZANO, PREGÃO ELETRÔNICO número 005/2021**, destinada à contratação de prestação de serviços limpeza em ambiente escolar, para fins de anulação do certame. A reativação da sessão será na data de 18/04/2023 às 09:00 horas, sendo as propostas enviadas eletronicamente através dos sites www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, na opção Pregão – Entregar Proposta. O Edital na integra encontra-se no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 12/04/2023 às 15h 2º Leilão: dia 24/04/2023 às 14h

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10140961005, firmado em 13/04/2018, no qual figura como Fiduciante **LUCILENE GONZAGA DIAS**, brasileira, funcionária pública, solteira, maior, portadora da carteira de identidade nº 38595275, expedida pelo DETRAN/RJ, em 23/06/2015, inscrita no CPF/MF sob nº 600.622.077-68, residente e domiciliada na cidade do Rio de [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 13/04/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 24/04/2023 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10175715201, firmado em 05/07/2022, no qual figura como Fiduciante **BRUNO DA SILVA ALVES TEIXEIRA**, brasileiro, solteiro, que não mantém união estável, maior, autônomo, RG 475028764-SS-P/SP, CPF/MF 389.434.528-45, residente e domiciliado na cidade de Praia Grande/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e** [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 13/04/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 24/04/2023 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10115091903, firmado em 12/12/2007, no qual figura como Fiduciante **NEWTON KEHRWALD**, brasileiro, solteiro, maior, comerciário, portador da cédula de identidade RG 1076083715-SSP/MT, inscrito no CPF sob nº 916.833.431-15, residente e domiciliado na cidade de Cuiabá/MT, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 13 de abril de 2023, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, [illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 13/04/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 24/04/2023 às 14h30

[illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 13/04/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 24/04/2023 às 14h30

[illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 12/04/2023 às 15h 2º Leilão: dia 24/04/2023 às 14h

[illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 13/04/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 24/04/2023 às 14h30

[illegible]

... condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 13/04/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 24/04/2023 às 14h30

[illegible]

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 13/04/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 24/04/2023 às 14h30

[illegible]

... exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Presencial e Online

Prestador de Serviço Autorizado Itaú

1º Leilão: 13/04/2023 às 10h30 | 2º Leilão: 25/04/2023 às 10h30

Credor Fiduciário: ITAÚ UNIBANCO S/A • Fiduciante: CASSIA ROBERTA COELHO DE OLIVEIRA

LOTE 01 - SÃO PAULO/SP

Apartamento nº 223, localizado no 22º pavimento, da Torre 1 (Uno) - Bloco Acqua, integrante do "Condomínio Vitalle Home Club", situado na Rua Luis Scott, nº 111, Aldeia de Barueri, do desmembramento denominado "Vila das Flores", no Distrito de Aldeia, Município e Comarca de Barueri, Estado de São Paulo, que assim se descreve: possui a área privativa de 57,000m2; a área comum de 40,067m2; área total de 97,067m2; correspondendo-lhe a fração ideal de 0,2266% no terreno e nas coisas comuns do condomínio; cabendo-lhe o direito de uso de 01 vaga de garagem, indeterminada, sujeita ao uso de manobrista. **Imóvel objeto da matrícula nº 171.417 do Oficial de Registro de Imóveis de Barueri/SP. Observação**: Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.

Lance Mínimo 1º Leilão: R$ 360.735,81
Lance Mínimo 2º Leilão: R$ 228.042,52

O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Presencial e Online

Prestador de Serviço Autorizado Itaú

1º Leilão: 18/04/2023 às 11h00 | 2º Leilão: 25/04/2023 às 11h00

Credor Fiduciário: ITAÚ UNIBANCO S/A • Fiduciante: RENATA ARRUDA DOS REIS e seu marido EDUARDO DOS REIS

LOTE 03 - SÃO PAULO/SP

Um prédio e seu terreno, situados à Rua Mariano de Souza, nº.288, Vila Califórnia, Tatuapé, medindo 5,10ms.de frente; por 22,00ms. da frente aos fundos, em ambos os lados; confrontando pelo lado direito, de quem da rua olha, com o prédio nº.284, pelo lado esquerdo com o prédio nº.294, ambos da Rua Mariano de Souza e pelos fundos com Miguel Emilio Jurado Lara. **Imóvel objeto da matrícula nº 86.420 do 9º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Observação**: Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.

Lance Mínimo 1º Leilão: R$ 1.767.952,69
Lance Mínimo 2º Leilão: R$ 1.452.087,82

O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Presencial e Online

Prestador de Serviço Autorizado Itaú

1º Leilão: 18/04/2023 às 11h00 | 2º Leilão: 25/04/2023 às 11h00

DORA PLAT, leiloeira oficial, inscrita na JUCESP nº 744, com escritório Av. Angélica nº 1.996, 6º andar, Higienópolis – 01228-200 – São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário ***ITAÚ UNIBANCO S/A***, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular com Força de Escritura Pública, nº 10133600107, firmado em 04/09/2015, no qual figuram como Fiduciantes ***RAQUEL MOREIRA GRANZOTTE,*** brasileira, solteira, maior, advogada, portadora da OAB nº 217259-SP, inscrita no CPF/MF nº 264.382.968-99, e ***ANA CLAUDIA BALDI,*** brasileira, solteira, maior, professora, portadora do RG nº 18.432.061-6-SP, inscrita no CPF/MF nº 113.034.518-16, residentes em São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 18/04/2023, às 11:00 horas,** à Av. Angélica nº 1.996, 6º andar, Higienópolis – 01228-200 – São Paulo/SP, em **PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 612.976,48 (seiscentos e doze mil, novecentos e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos)**, o imóvel abaixo descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por **Apartamento nº 74,** localizado no 7º andar do Bloco 2, do condomínio La Piazza, situado na Avenida Nossa Senhora do Ó, 423, no 44º Subdistrito - Limão, contendo a área privativa de 49,7487m² e área comum de 37,9103m² (inclui garagem), com a área real total de 87,6590m², correspondendo-lhe uma fração ideal de 0,401384% no terreno condominial, matriculado sob nº 132.157, com direito a uma vaga na garagem coletiva, localizada nos subsolos e no térreo, para estacionamento de um veículo de passeio, de forma indeterminada. **Imóvel objeto da matrícula nº 155.293 do 8º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Observação**: Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **25/04/2023,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO PÚBLICO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 306.488,24 (trezentos e seis mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e vinte e quatro centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no *site* do leiloeiro www.portalzuk.com.br em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.portalzuk.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/17, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício do direito de preferência, antes da arrematação do respectivo imóvel, que pode ocorrer durante a realização do 1º /ou 2º leilão, com firma reconhecida, juntamente com documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. No caso do não cumprimento da obrigação assumida de pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, no prazo estabelecido, a critério do **VENDEDOR**, o segundo maior lance será considerado o vencedor, condicionado ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante. Caso haja arrematante quer em primeiro ou segundo leilão a escritura de venda e compra será lavrada nos termos da Cláusula 3.10. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à transferência do imóvel arrematado, tais como, taxas, alvarás, certidões, ITBI - Imposto de transmissão de bens imóveis, escritura, emolumentos cartorários, registros, etc. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

Posição social pode ficar intolerável à medida que avançamos

Se os padrões de vida não acompanham as mudanças nas aspirações, as tensões sociais podem se ampliar

Michael França
Ciclista, doutor em teoria econômica pela Universidade de São Paulo; foi pesquisador visitante na Universidade Columbia e é pesquisador do Insper

Até onde vai o poder dos outros em nós é uma grande incógnita. Ainda mais quando consideramos que expressiva parte dessa influência começou antes de termos nascido. Nossos antepassados moldaram uma construção de mundo. Nela, colocaram suas crenças e valores. Ao nascer, herdamos a influência dessa obra inacabada com suas belezas e fragilidades. E, a cada dia, nos é dada a oportunidade de transformá-la em nossa breve passagem por aqui.

Esse contínuo processo de transformação tem como uma de suas forças motrizes as aspirações. Entender como nossas vontades são forjadas possibilita ampliar a compreensão não somente em relação àqueles que nos rodeiam mas também a nós mesmos. Além disso, é um conhecimento relevante para avançarmos na direção de políticas públicas que impactem positivamente a vida dos mais desfavorecidos. Felizmente, já faz algum tempo que pesquisadores de várias áreas do conhecimento têm se debruçado sobre essa temática.

No livro "Understanding Poverty", organizado por Abhijit Banerjee, Prêmio Nobel em Economia em 2019, há um interessante capítulo voltado para discutir a formação de aspirações e o seu papel no comportamento humano. Escrito por Debraj Ray, professor da Universidade de Nova York, o economista se apoia no trabalho do antropólogo Arjun Appadurai para descrever um conjunto de fatores que moldam nossas vontades. Dentre eles, destacam-se as vidas, as realizações e os ideais daqueles com quem temos algum contato.

Isso faz com que considerável parte de nossas aspirações seja socialmente determinada. Os desejos individuais surgem por meio da experiência e da observação. Usamos nossos pares para fazer comparações. Nesse cenário, é natural aspirarmos por melhores condições de vida. Porém, dependendo do momento de nossas trajetórias e posição social, as vontades mudam ou são complementares.

Os mais desfavorecidos costumam aspirar por maior dignidade. Já aqueles que se encontram confortáveis em relação às necessidades materiais básicas tendem a procurar ampliar o reconhecimento, a visibilidade e, em determinados casos, o poder político. E, não raramente, também há aqueles que desejam dominar os outros com motivação religiosa ou étnica.

Nesse contexto, o que orientaria o comportamento voltado para o futuro? Debraj Ray argumenta que não são as aspirações em si, mas a lacuna de aspirações, ou seja, a diferença entre o padrão de vida a que se aspira e aquele que o indivíduo já tem. Essa lacuna seria uma espécie de medida do quão longe queremos ir.

Entretanto, uma lacuna de aspirações muito grande ou baixa pode afetar negativamente os esforços individuais. A explicação é simples. Quando nosso padrão de vida está próximo do que aspiramos, temos pouco incentivo para elevar o padrão. O comportamento de parcela da elite brasileira, por exemplo, ajuda a ilustrar esse caso. Entretanto, quando o padrão está muito distante, qualquer investimento individual fará com que percorramos apenas uma parte do caminho.

Esse cenário teórico traz uma importante implicação econômica. Trabalhar as aspirações de cada segmento da sociedade pode levar a um impulso nos desenvolvimentos individuais. Contudo, existe um outro potencial efeito negativo. Quando ampliamos demais as aspirações da população, também cometemos o risco de gerar frustração generalizada.

Se os padrões de vida não acompanharem as mudanças nas aspirações, as tensões sociais podem ampliar-se e ter desdobramentos políticos disruptivos e, eventualmente, violentos. A Revolução Francesa é um exemplo. Segundo o pensador Alexis de Tocqueville: "Os franceses acharam sua posição ainda mais intolerável à medida que se tornava melhor".

*

O texto é uma homenagem à música "Meus Filhos, Meu Tesouro", de Jorge Ben Jor.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | **QUA. Bernardo Guimarães** | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Trio de bilionários agora propõe injetar R$ 12 bi na Americanas

Alexandre de Moraes autoriza Bradesco a ter acesso a emails trocados entre a diretoria da varejista nos últimos anos

Daniele Madureira

SÃO PAULO O trio de bilionários brasileiros Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira, donos da empresa de private equity 3G, acenou com um aporte de R$ 12 bilhões na Americanas para tentar contornar a crise da varejista.

Em fato relevante divulgado nesta segunda-feira (3), a empresa afirma que a mais recente proposta apresentada aos credores financeiros indica um aumento de capital de curto prazo, em dinheiro, no valor de R$ 10 bilhões, acompanhado de dois aumentos de capital adicionais de até R$ 1 bilhão cada um, em datas futuras a serem acordadas.

O anúncio dos possíveis R$ 12 bilhões vem após uma sinalização de R$ 2 bilhões, R$ 6 bilhões (quando o ex-CEO da Americanas Sergio Rial ainda era o interlocutor do trio de bilionários), R$ 7 bilhões e R$ 10 bilhões, em conversas anteriores.

Dentro dos R$ 12 bilhões desta segunda, está o aporte, já realizado, de R$ 2 bilhões, por meio do empréstimo DIP (do inglês debtor-in-possesion financing, ou "financiamento do devedor em posse"), usado apenas em recuperações judiciais, que não demanda uma assembleia-geral de credores para ser aprovado e pode ser solicitado já no início do processo, mediante autorização judicial.

"Em caso de falência, é considerado crédito supre prioritário: vai ser o primeiro a receber antes de qualquer outro tipo de crédito, até mesmo do trabalhista", informa o especialista em recuperação judicial Filipe Denki, da Lara Martins Advogados.

"Os dois aumentos de capital adicionais poderão ser acionados caso a companhia esteja, nas datas futuras a serem acordadas, acima de determinados limites máximos de alavancagem ou abaixo de um nível mínimo de liquidez, ambos a serem detalhados oportunamente", diz o fator relevante divulgado nesta segunda pela Americanas.

"A companhia segue empenhada nas negociações desses termos com seus credores financeiros,não havendo, até o momento, acordo com relação à proposta apresentada", informou a empresa, que vem sendo assessorada pelo banco Rothschild&Co nas negociações.

Para os bancos, houve fraude contábil para inflar os balanços da Americanas ao longo dos últimos anos. Desde que o escândalo veio à tona, na primeira reunião com Rial, os credores financeiros exigiam um aporte significativo para tentar cobrir o rombo. Começaram exigindo um aporte de R$ 16 bilhões, mas alguns já estavam aceitando R$ 12 bilhões.

A **Folha** apurou com interlocutores das negociações que ainda não se pode falar em "consenso". Mas a varejista parece estar reconquistando, aos poucos, a confiança das instituições financeiras, suas maiores credoras. Prova disso é o armistício fechado com o BTG, um dos seus credores mais implacáveis.

Conforme interlocutores, o banco de André Esteves aceitou suspender as ações judiciais por 30 dias, na esperança de que os bilionários da Americanas injetem mais dinheiro na varejista.

Ainda assim, a mágoa persiste em alguns casos. No Bradesco, por exemplo, a **Folha** apurou que era comum Beto Sicupira, atual conselheiro da Americanas, ligar diretamente para o comando da instituição pedindo novas linhas de crédito, ao que era prontamente atendido.

Talvez por isso o banco se mostre mais reticente em levantar bandeira branca e trabalhe, neste momento, para ter acesso aos emails trocados entre a diretoria da Americanas nos últimos anos —meta conquistada também nesta segunda-feira, com o aval concedido pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Alexandre de Moraes.

"Faces de jogadores de pôquer." É assim que a jornalista Cristiane Correa, autora do livro "Sonho Grande" (editora Sextante, 2013), sobre a história do Lemann, Telles e Sicupira, descreve a postura impassível dos donos da empresa de private equity 3G diante de uma negociação tensa.

A postura, diante do rombo contábil de R$ 20 bilhões nos balanços da Americanas —controlada pelo trio até o final de 2021, da qual são hoje os principais acionistas—, parece estar prevalecendo na negociação para lidar com uma das maiores crises corporativas da história brasileira.

Os bilionários começaram sinalizando um aporte de R$ 2 bilhões na empresa, no início de fevereiro. Uma cifra "risível", segundo uma fonte ouvida pela **Folha**, que acompanha as negociações do lado dos credores, diante da dívida de R$ 43 bilhões declarada pela Americanas em 19 de janeiro, quando entrou em recuperação judicial.

O consultor e escritor americano Jim Collins, que assina o prefácio de "Sonho Grande", disse que se surpreendeu com a calma do trio em situações de elevado estresse, como a crise mundial de 2008.

"Em momento algum observei pânico, apenas um espírito de avaliação cuidadosa de opções, seguida de decisões calculadas. Em épocas de incerteza e caos, as pessoas muitas vezes querem agir o mais rápido possível, como se isso fizesse a crise ir embora", escreveu.

CINEASTA USA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA CRIAR RETRATOS HISTÓRICOS
Jesus cercado por apóstolos em simulação de selfie feita pelo cineasta britânico Duncan Thomsen na plataforma Midjourney Reprodução/Twitter

Natura acerta venda da Aesop para a L'Oréal em negócio de US$ 2,5 bi

SÃO PAULO A Natura&Co assinou acordo para a venda da Aesop para a L'Oréal em um negócio avaliado em US$ 2,53 bilhões (R$ 12,7 bilhões), disseram as empresas nesta segunda-feira (3).

A expectativa é que a transação, sujeita a aprovações regulatórias, seja fechada no terceiro trimestre.

Em comunicado, a Natura afirma que o negócio permitirá que a empresa se concentre na integração com a América Latina, considerada uma prioridade estratégica, e na otimização geográfica da Avon Internacional, marca adquirida em janeiro de 2020.

A inflação nos principais mercados do grupo —Europa e América Latina—, acompanhada do impacto cambial, do aumento do preço de matérias-primas e commodities, como óleo de palma, resinas e plásticos, os desdobramentos da Guerra da Ucrânia (que aumentaram os custos com energia, por exemplo), além da queda no poder de compra da população, têm comprometido as margens da multinacional brasileira, que segurou o nível de promoções.

Como resultado, começaram a faltar produtos com preços atrativos para os consumidores, levando à queda nas vendas.

Lidar com essas pressões tem sido o desafio do presidente Fabio Barbosa, ex-Santander e Febraban, chamado na metade do ano passado para fazer a fabricante de cosméticos voltar ao lucro.

Após comprar a australiana Aesop em 2013, a Natura adquiriu a britânica The Body Shop em 2017 e a americana Avon, em 2019. Com isso, tornou-se a Natura &Co., com a proposta de virar uma plataforma global de marcas de beleza, no estilo L'Oréal.

Mas a companhia ficou grande e complexa demais para lidar com rapidez com problemas distintos em diferentes regiões geográficas. Foi obrigada a descentralizar as tomadas de decisão. **Daniele Madureira e Marcelo Azevedo**

Com Reuters

Estudantes protestam contra o novo ensino médio na avenida Paulista, em São Paulo Bruno Santos - 15.mar.23/Folhapress

Pressionado, governo decide suspender novo ensino médio

Portaria com alterações também vai sustar reforma do Enem prevista para 2024

Paulo Saldaña e Isabela Palhares

BRASÍLIA E SÃO PAULO Pressionado por críticas crescentes de educadores e estudantes, o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai suspender a implementação do novo ensino médio. Uma portaria deve ser publicada nos próximos dias com a alteração do cronograma para as mudanças.

O texto também vai sustar a reforma do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) prevista para 2024, que adequaria o exame ao novo formato da etapa final da educação básica. O Enem é a principal porta de entrada para o ensino superior público no país.

Essa suspensão ocorrerá, inicialmente, no período previsto para a consulta pública sobre o tema. Iniciada em março, a consulta tem 90 dias de duração, com possibilidade de prorrogação, e mais 30 dias para o MEC (Ministério da Educação) elaborar um relatório que vai definir o futuro da política.

A alteração do cronograma não anula a reforma, mas tira a obrigatoriedade das redes de ensino de continuarem processo de implementação durante esse tempo, na avaliação de integrantes da equipe do MEC. Na prática, as aulas para os estudantes que já estão sob as novas regras não devem sofrer mudanças, mas as escolas terão autonomia para avançar ou não com as adaptações, que vêm sendo alvo de críticas e de protestos.

O novo modelo de ensino médio começou para os alunos do 1º ano em 2022, e o calendário atual, que deve ser anulado, prevê a implantação para o 2º ano em 2023 até chegar no 3º em 2024.

A mudança no prazo foi a saída encontrada pelo governo para acalmar os ânimos dos críticos e evitar maiores impactos à imagem do governo e do presidente Lula. Uma revogação total da medida dependeria de atuação do Congresso, por ter ocorrido por lei, mas a alteração no prazo é possível porque o cronograma foi definido por outra portaria, de julho de 2021.

A principal consequência imediata da decisão recai sobre o Enem. O exame continuará em 2024 com o formato atual, e não será reformulado como estava previsto.

Em entrevista ao jornal Diário do Nordeste, o ministro da Educação, Camilo Santana, disse que será suspensa "qualquer mudança no Enem em relação a 2024 por conta dessa questão do novo ensino médio". Questionado sobre detalhes da medida, o MEC não respondeu.

> Suspender ou revogar a lei do novo ensino médio significa que é preciso ter alguma proposta para colocar no lugar do que temos. E até agora não há nada. Então, vamos voltar ao que tínhamos antes? Para um passado que não funcionava?
>
> **Vitor de Angelo**
> presidente do Consed

Apesar da pressão, Camilo se opõe à revogação do novo ensino médio. Ele defende ajustes no modelo e que a demolição da medida seria um retrocesso.

A portaria com a suspensão tem anuência da equipe próxima ao presidente Lula. A avaliação do Palácio do Planalto é de que o governo tem sofrido desgastes exagerados ao manter a reforma, sobretudo entre estudantes —os jovens não representariam uma base consolidada de apoio ao presidente porque não viveram os anos dos dois mandatos de Lula.

O novo ensino médio foi aprovado em 2017, a partir de medida provisória (que acelera a tramitação legislativa), e prevê a organização da grade horária em duas partes.

Pelas novas regras, 60% da carga horária dos três anos do ensino médio são compostos por disciplinas regulares, comuns a todos os estudantes. Os outros 40% são destinados às disciplinas optativas dentro de grandes áreas do conhecimento, os chamados itinerários formativos.

A implementação do novo formato se tornou obrigatória em 2022 e tem registrado uma série de problemas. Os estudantes reclamam, principalmente, de terem perdido tempo de aula de disciplinas tradicionais. Há casos de conteúdos desconectados do currículo e de falta de opções para os estudantes.

A suspensão não agrada a secretários estaduais de Educação, que argumentam ter realizado trabalho importante para estruturar o novo modelo. Mais de 80% das matrículas do ensino médio estão nas redes estaduais.

Vitor de Angelo, presidente do Consed (órgão que reúne os dirigentes estaduais de Educação), disse que a entidade se mantém favorável à continuidade da política. Para ele, a suspensão é uma medida radical, que pode desperdiçar o investimento de recursos financeiros, humanos e de tempo empenhados pelas redes para colocar o modelo em prática.

"Suspender ou revogar a lei do novo ensino médio significa que é preciso ter alguma proposta para colocar no lugar do que temos. E até agora não há nada. Então, vamos voltar ao que tínhamos antes? Para um passado que não funcionava? Não existe vazio na educação, suspender, sem ter proposta, significa voltar ao modelo antigo que não funcionava", diz.

Desde o início deste ano, estudantes, professores e especialistas da área cobram do governo Lula a revogação do novo ensino médio. A reivindicação motivou um protesto em 15 de março, em uma primeira rusga de entidades estudantis com a gestão petista.

Criados com o objetivo de dar aos jovens a opção de escolher uma área para aprofundar os estudos, os itinerários do novo ensino médio estão, na prática, sendo impostos e até mesmo sorteados entre os estudantes nas escolas estaduais do país, como mostrou a **Folha**.

Por falta de professores, espaço físico, laboratórios e turmas lotadas, as escolas não conseguem atender a opção feita por todos os alunos e acabam por colocá-los para cursar os itinerários disponíveis. Sem ter a escolha respeitada, os estudantes têm 40% das aulas do ensino médio em áreas que não são as de sua interesse.

A consulta pública instituída pelo MEC prevê audiências públicas, oficinas de trabalho, seminários e pesquisas nacionais com estudantes, professores e gestores escolares sobre a experiência de implementação do novo ensino médio em todos os estados.

Entenda o novo ensino médio

O que é
Política aprovada em 2017, por medida provisória, durante o governo Michel Temer (MDB), definiu que parte da carga horária seria escolhida pelos estudantes para que pudessem aprofundar os conhecimentos na área de maior interesse

Estrutura
Ampliou o número de horas de aulas anuais obrigatórias para a etapa, passando de 800 para ao menos 1.000. Assim, a carga horária total do ensino médio foi ampliada em 25%, de 2.400 para 3.000 horas, sendo:
- 60% reservados para a carga horária comum, com as disciplinas regulares
- 40% formados por optativas dentro de cinco grandes áreas do conhecimento, os chamados itinerários formativos

Limitações
Ao longo dos três anos da etapa, o tempo dedicado às disciplinas tradicionais não pode ultrapassar 1.800 horas. Como antes as escolas tinham 2.400 horas para distribuir as aulas das matérias comuns, na prática, o teto reduziu o tempo dedicado exclusivamente para disciplinas como matemática, português, história e geografia

Definição de itinerários e disciplinas
A lei diz que as redes de ensino têm liberdade para definir quais itinerários e disciplinas querem criar, desde que estejam dentro de uma das cinco áreas do conhecimento

Para quem vale
Todas as escolas públicas e privadas do país. Cerca de 7 milhões de estudantes foram impactados com a política, a maioria deles (cerca de 85%) estão matriculados em escolas das redes estaduais de ensino

Prazos
A lei estabeleceu um prazo de cinco anos para as redes de ensino se prepararem, seguindo o seguinte cronograma:
- 1º ano do ensino médio em 2022
- 2º ano em 2023
- Todos os três anos da etapa até 2024

Muitas redes, no entanto, começaram a implementação antes, como a de SP, que iniciou o processo em 2021

Mudanças demandam formação continuada, diz diretora do MEC

Laura Mattos

SÃO PAULO Os professores precisam receber cursos de maneira continuada para colocar em prática o novo ensino médio, na opinião da diretora de formação de docentes do Ministério da Educação.

Cybele Amado, 55, que assumiu no MEC a função de atuar em políticas de capacitação dos educadores, é reconhecida por ter realizado um projeto de formação continuada de professores e gestores da rede pública na Chapada Diamantina, na Bahia. O programa teve início nos anos 1990, recebeu prêmios e se tornou referência.

Para Amado, a formação continuada é essencial para que os professores estejam aptos a atuar no novo ensino médio, que está em vigor no país desde o ano passado e vem enfrentando uma série de críticas por meios de educadores e estudantes.

Aprovado em 2017, durante o governo Temer, o novo modelo reorganiza a grade curricular. Agora, os alunos têm uma formação básica comum e optam por um currículo específico, os itinerários formativos. Essa parte ocupa 40% da grade e traz cinco opções: ciências da natureza; linguagens; ciências humanas e sociais; matemática; e formação técnica e profissional.

A política tem despertado críticas, como as de que o modelo ignora a falta de professores e de estrutura do ensino público no país.

Amado afirma entender que sejam necessários ajustes ao formato, mas defende que "a reforma é importante".

"Não podemos manter o antigo ensino médio com os resultados que ele nos trouxe", afirma a pedagoga à **Folha**. "Mas é fundamental que haja formação continuada dos professores para os avanços do ensino médio e de suas novas propostas."

Nascida em Salvador, a pedagoga tornou-se uma grande defensora da necessidade de se oferecer formação continuada para os educadores. "A formação continuada é um direito do professor e um dever do Estado, e seu papel é manter a reflexão cotidiana dos temas contemporâneos", afirma.

> Não podemos manter o antigo ensino médio com os resultados que ele nos trouxe. Mas é fundamental que haja formação continuada dos professores para os avanços do ensino médio e de suas novas propostas
>
> **Cybele Amado**
> diretora do MEC

Em 2019, assumiu, na Bahia, a diretoria do Instituto Anísio Teixeira, órgão ligado à Secretaria de Educação do Estado que é responsável por cursos de formação para professores. Foi quando desenvolveu um programa de capacitação que integrou docentes da rede estadual e das escolas municipais.

A experiência serve de base a dois dos principais objetivos de Amado no MEC: o de fomentar a criação de órgãos específicos para a formação continuada de professores, ligados às secretarias estaduais de educação, e o desenvolvimento de programas que integrem professores e gestores das redes estaduais e municipais de ensino.

"Quando fizemos essa integração na Bahia, ficou evidente como não faz sentido deixar de somar os saberes da rede estadual e das redes municipais", ela diz. "Uma professora nos contou que trabalhava em uma escola estadual e que havia uma municipal na frente. Apesar dessa proximidade, as equipes de uma e de outra não trocavam experiências."

Além de se voltar ao novo ensino médio, os programas de formação continuada no país devem, na avaliação de Amado, ter como uma das prioridades a alfabetização, especialmente considerando os prejuízos à essa fase da educação causados pelo prolongado fechamento das escolas na pandemia. Para isso, na opinião da diretora do MEC, é preciso mapear boas experiências de recuperação da alfabetização que já existem no país, de forma localizada, e atuar para que sejam disseminadas.

Amado também acredita que a formação continuada seja importante para desenvolver nos docentes a capacidade de trabalhar com a educação midiática. O termo diz respeito a práticas que levem os alunos a manter uma relação saudável com os meios digitais, com uma leitura crítica desse universo, capaz, por exemplo, de detectar e de combater as fake news. Para ela, as faculdades que formam professores no país ainda não os preparam para atuar nessa que se tornou uma das frentes prioritárias da educação, inclusive por determinação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

"É preciso fornecer aos educadores as ferramentas para que ajudem seus alunos a desenvolver uma relação saudável e ética com a internet, a entender o poder dos algoritmos, a força das redes sociais, a reconhecer e a combater a desinformação."

Conversa com filho

É ali que encontram seus pares e informações, da pior e da melhor qualidade

Vera Iaconelli
Diretora do Instituto Gerar de Psicanálise, autora de "O Mal-estar na Maternidade" e "Criar Filhos no Século XXI". É doutora em psicologia pela USP

Cadê o filhinho que vinha correndo pro colo do papai e da mamãe na saída da escola como se tivesse voltando de um ano de intercâmbio? Que falava tanto que os adultos tinham que pedir um tempo? Ou talvez fosse do tipo caladão, mas permanecia ao alcance de mais uma pergunta a ser respondida laconicamente.

Pois é, foi-se.

Com a chegada da adolescência e suas portas fechadas e olhos revirando nas órbitas, desconfiamos que nunca mais teremos afinidade com as crianças. Jovens se isolarem dos adultos não é nenhuma novidade, é fato esperado para quem tem como missão se emancipar. A diferença enfrentada pelos pais hoje é que agora há um armário de Nárnia ao alcance de cada criança, através do qual ela se projeta em um mundo infinitamente maior —e mais obscuro— do que o proporcionado por um gravador, walkman, televisão ou similar genérico das gerações anteriores.

Governos têm tentado regular o uso das mídias, que se transformaram no grande interlocutor das novas gerações. É ali que o jovem encontra seus pares, obtém informações —da pior e da melhor qualidade—, se educa e adoece.

Na esperança de recuperar a ligação com as crianças e evitar os danos já fartamente comprovados à sua saúde física e mental, pais e legisladores propõem abordagens que vão da proibição total até a regulação das redes feita pelas próprias big techs.

As opiniões se dividem entre tratar as mídias como drogas a serem totalmente banidas da infância, de um lado, e sua utilização eficientemente moderada, de outro. A primeira solução desconsidera que há ganhos no uso mediado das redes pelas crianças e que soluções radicais tendem a fracassar. Resta saber se ameaçar as empresas com o risco de perderem seus consumidores mais vorazes pode ser estrategicamente eficiente para que se mexam em busca de soluções de fábrica, inseridas no bojo do produto.

Parece que saímos da inércia negacionista ou derrotista em direção a soluções e responsabilizações da sociedade e, principalmente, dos criadores desses produtos. Estamos diante de uma longa batalha, capaz de unir democratas e republicanos norte-americanos em prol das novas gerações.

Vencida a batalha, teremos nossos filhinhos de volta? De volta da zumbiland que se tornaram as redes? Com sorte, sim. Mas de volta ao diálogo é outra coisa.

Pais e mães, mas também avós e professores, se queixam da dificuldade de conversar com o adolescente e estão cobertos de razão. Mas o que geralmente esquecem é de se perguntar o quanto estão dispostos a escutá-los ou se se propõem ao velho truque do "senta que lá vem história", que o jovem fareja de longe.

Ouvir seus sofrimentos, por vezes tolos ou excessivos, suas reivindicações injustas ou impraticáveis, não é fácil para aqueles que vivem em função de cuidar da vida do reclamante. Tomando para si a tarefa impossível de fazer o filho feliz e satisfeito, fica difícil escutar seus sofrimentos, medos e anseios, infundados ou não.

Chamar um filho para conversar é, muitas vezes, sustentar um silêncio angustiante diante das interpretações e escolhas ingênuas de quem nos é mais caro. É descobrir o quanto apostamos neles para sustentarem seus dilemas sem nós. Tarefa das mais árduas e gratificantes a que se propõem os cuidadores.

A criança que corre em direção aos pais na porta da escola não sabe ainda do que eles são feitos. A que abre a porta do quarto para eles está prestes a descobrir.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. **Ilona Szabó de Carvalho**, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Agente da GCM durante operação na cracolândia para retirada de barraca na rua dos Gusmões, em São Paulo Danilo Verpa/Folhapress

Prefeitura remove barracas de moradores de rua em SP

Ricardo Nunes diz que não aceitará montagem das estruturas durante o dia

Francisco Lima Neto e Samuel Fernandes

SÃO PAULO A Prefeitura de São Paulo iniciou nesta segunda-feira (3) a remoção de barracas de pessoas em situação de rua de calçadas e vias de diversas regiões da cidade.

A medida foi tomada após o Tribunal de Justiça de São Paulo derrubar liminar que proibia a retirada das barracas, que havia sido obtida pelo deputado federal Guilherme Boulos (PSOL-SP). Ele afirma que vai recorrer.

A operação começou pela região da cracolândia, e o ponto escolhido foi a esquina da rua dos Gusmões com a rua Conselheiro Nébias, no centro da capital. Com o início da limpeza, o fluxo —como é chamada a aglomeração de dependentes químicos— se concentrou a poucos metros de distância dali, na esquina das ruas Guaianases e Vitória.

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) afirmou que não aceitará que barracas de moradores de rua continuem montadas durante o dia na capital. "Não vou deixar barraca na cidade. A cidade precisa ter organização e ordem", declarou.

Segundo Nunes, as barracas afetam a livre circulação de outros cidadãos. Além disso, a montagem em excesso dos equipamentos causa desorganização na cidade.

Segundo o inspetor Matias, da Divisão de Operações Especiais da Guarda Civil, até as 11h30 a operação havia removido 18 barracas.

"As barracas não são para proteger as pessoas, são para vender drogas. São as lojinhas deles. A ação ocorre em outros locais, mas a gente vai se concentrar onde tem um fluxo maior. Geralmente se concentram de 500 a 1.000 usuários aqui", explicou o inspetor sobre o caso da cracolândia. A prefeitura planeja realizar essa ação em todo o todo o município, de forma integrada a outros serviços de zeladoria.

A retirada deve ser feita após uma oferta de acolhimento em centros que a prefeitura disponibiliza para moradores de rua. Caso a pessoa não aceite ir a algum dos locais ofertados pela gestão municipal, a barraca pode mesmo assim ser retirada.

Ela é colocada em um recipiente, que é lacrado e direcionado para a prefeitura. O proprietário recebe uma parte do lacre para que ele consiga retirar a barraca depois.

Caso a prefeitura não localize o dono de uma barraca, os agentes públicos ainda podem apreender o equipamento. "Se a pessoa deixou uma barraca no local e não estava, aí é mais grave ainda", disse Nunes.

A medida só é válida para os períodos da manhã —à noite, as barracas podem continuar montadas nas ruas. "Se quiser montar de noite, não tem problema. Mas é preciso que as pessoas compreendam que durante o dia não é razoável que fiquem barracas no meio da rua", continuou o prefeito.

Nunes diz que uma das justificativas para a retirada de barracas é a oferta de espaços da prefeitura para moradores de rua viverem. "Uma vez que a gente tem as condições de ofertar acolhimento, pode pedir para pessoas educadamente desmontar a barraca visando que mantenha a ordem na cidade. Se a pessoa insistir em não desmontar, a prefeitura vai ter que agir."

Segundo o prefeito, existem vagas ociosas nos centros de acolhimento. Nunes também afirma que se os locais forem totalmente preenchidos, a gestão tomará medidas para ampliá-los de modo emergencial.

Mas os albergues têm vários problemas estruturais. Conforme a **Folha** já mostrou.

Administração troca gestão de albergue

A Prefeitura de São Paulo substituiu a organização social responsável pela gestão do albergue Cidade Refúgio 3, no Belenzinho, zona leste da cidade.
Nas últimas semanas, a **Folha** mostrou as condições precárias do Centro Temporário de Acolhida Água Rasa, na Mooca (zona leste), desativado em 20 de março após a morte de um homem, e também do abrigo Cidade Refúgio 3, que recebeu os acolhidos da unidade fechada.
Ambas as unidades eram administradas pela Associação Lar Ditoso.
A reportagem procurou a entidade mas não recebeu resposta até a conclusão desta edição.
A prefeitura diz que o fim da parceria se deu em razão das avaliações feitas pela equipe técnica e pelo relato dos usuários do serviço. No entanto, a administração afirma que a mudança não cessa os procedimentos de averiguação sobre o atendimento prestado pela Associação Lar Ditoso.

Gestão inclui revista a usuários de droga em ações na cracolândia

Mariana Zylberkan e Paulo Eduardo Dias

SÃO PAULO A gestão Ricardo Nunes mudou sua tática e passou a incluir nesta segunda-feira (3) triagens e abordagens de equipes de saúde às ações feitas três vezes ao dia pelas equipes de zeladoria nas ruas da região central onde a cracolândia se estabeleceu nos últimos quatro meses, nos bairros Santa Ifigênia e Campos Elíseos.

A dinâmica é iniciada por agentes da Guarda Civil Metropolitana (GCM) que entram em meio à aglomeração de usuários de drogas para revistar os usuários e fazer triagem com a Polícia Civil. Em seguida, as equipes de varrição vão desmontar tendas improvisadas usadas, segundo investigações, por traficantes para vender crack sem serem flagrados por câmeras de segurança e drones, e também vão recolher o lixo.

Na sequência, agentes de saúde vão abordar os dependentes químicos para tentar convencê-los a buscar tratamento.

Nesta segunda-feira, foram realizadas duas operações nos moldes da nova dinâmica, nas ruas Guaianases e Conselheiro Nébias. A ideia é que cada turno direcione as ações para uma das ruas onde há aglomeração de usuários de drogas, o que oscila dentro de um perímetro de ruas entre a alameda Barão de Limeira e as avenidas São João e Duque de Caxias.

Até deflagrar a nova tática, equipes de varrição e caminhões de lixo já entravam três vezes ao dia em meio ao fluxo para limpar as vias onde os usuários se estabelecem, mas não havia abordagem de usuários.

A mudança no esquema de abordagem foi decidida nas reuniões semanais realizadas entre membros da prefeitura e do governo estadual sobre a cracolândia.

Sob o comando do vice-governador Felício Ramuth (PSD), a gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) lançou um programa integrado com a administração municipal para a cracolândia no fim de janeiro. A promessa era lançar um centro de triagem para dependentes no antigo Cratod (Centro de Referência de Álcool Tabaco e Outras Drogas) até o fim de março, o que ainda não foi feito.

O governo estadual foi procurado para explicar o atraso, mas não respondeu.

O esquema iniciado nesta segunda é parecido ao que ocorria quando a aglomeração de usuários de drogas ficava no entorno da praça Júlio Prestes, há um ano.

Suspeita de liderar facção no RN é presa pela polícia do Rio de Janeiro

Cristina Camargo e Francisco Lima Neto

SÃO PAULO O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), anunciou na noite de domingo (2) a prisão de uma mulher que seria chefe de uma facção criminosa no Rio Grande do Norte responsável pelos ataques que ocorreram no estado mês passado.

Andreza Cristina Lima Leitão, 31, conhecida como "Andreza Patroa" ou "Bibi Perigosa", foi presa por policiais da DRE (Delegacia de Repressão a Entorpecentes) em Campo Grande, zona oeste do Rio.

Por meio de um trabalho de inteligência e monitoramento, segundo a Polícia Civil do Rio de Janeiro, a mulher foi capturada depois que saiu do Complexo da Penha, na zona norte, onde estava escondida. Havia um mandado de prisão contra ela.

"Ela é considerada uma das maiores traficantes e acumula vários processos na Justiça potiguar por tráfico de drogas, organização criminosa e pelos ataques do mês passado", afirmou Castro.

Segundo as investigações, a criminosa se escondeu em comunidades fluminenses dominadas pelo Comando Vermelho depois dos ataques promovidos no Rio Grande do Norte.

O apelido "Bibi Perigosa" é o mesmo usado pela produtora de cinema Fabiana Escobar, ex-primeira-dama do tráfico da Rocinha que inspirou Glória Perez a criar a personagem protagonista da novela "A Força do Querer", exibida pela TV Globo em 2017.

Ao falar sobre a prisão, o governador disse que não vai permitir que criminosos de outros estados se escondam no Rio e parabenizou os policiais civis, chamados por ele de guerreiros.

Segundo Castro, a prisão da mulher ocorreu após um trabalho de inteligência realizado pela Polícia Civil.

A mulher assumiu o comando da facção após a morte do seu companheiro, em setembro de 2016, de acordo com a DRE.

Operação deflagrada por forças de segurança no Rio Grande do Norte em 22 de março prendeu 15 suspeitos de integrarem o grupo criminoso Sindicato do Crime.

ciência

Nasa anuncia tripulação para viagem à Lua no ano que vem

Equipe de astronautas inclui uma mulher, um homem negro e um canadense

Salvador Nogueira

SÃO PAULO A Nasa revelou nesta segunda (3) o nome dos quatro astronautas que devem se tornar os primeiros humanos a viajar até as imediações da Lua no século 21.

Para comandar a missão Artemis 2 foi escalado Reid Wiseman, 47, engenheiro de sistemas, piloto de provas e veterano de uma missão de longa duração à ISS (Estação Espacial Internacional), em 2014.

O piloto escolhido foi Victor Glover, 46, engenheiro de sistemas com experiência como oficial da Marinha americana e veterano de uma missão de longa duração à ISS — entre 2020 e 2021, no segundo voo tripulado da cápsula Crew Dragon, da SpaceX.

Completam o quarteto os especialistas de missão, Christina Koch, 44, e Jeremy Hansen, 47, o único não americano. Christina é mestre em engenharia elétrica e veterana de uma expedição de longa duração à ISS (entre 2019 e 2020, quando bateu o recorde de maior estadia contínua de uma mulher no espaço).

Hansen, saído das Forças Armadas canadenses e com mestrado em física, é o primeiro canadense elencado para deixar a órbita terrestre e o único do grupo a não ter ido ao espaço até o momento.

É uma tripulação diferente das que conduziram as missões lunares Apollo, nos anos 1960 e 1970. Todos eram homens, americanos e brancos. O novo grupo tem uma mulher branca e um homem negro, ambos americanos, e um homem canadense — contraste com o século passado na valorização da diversidade e de parcerias internacionais. A CSA (Agência Espacial Canadense) faz parte do programa Artemis e deve fornecer um braço robótico para a futura estação orbital lunar Gateway, que deve começar a ser construída a partir da missão Artemis 4 (esperada para 2028).

Christina Koch, Victor Glover, Reid Wiseman (à frente) e Jeremy Hansen Josh Valcarcel/Reuters

Pela primeira vez, devem voar quatro pessoas de uma vez só à Lua. As missões Apollo comportavam apenas três. Entre 1968 e 1972, 24 humanos deixaram a órbita da Terra, e 12 chegaram a caminhar sobre a Lua. Desde então, ninguém voltou a repetir qualquer dessas façanhas.

Mulheres no espaço

A participação feminina em voos espaciais vem aumentando paulatinamente, movida principalmente por americanos e europeus. É verdade que a primeira mulher a ir ao espaço foi a russa Valentina Tereshkova, em 1963, mas meio que só para assegurar a primazia. Os russos pouco voam mulheres, e a primeira russa a ir à ISS, Anna Kikina, decolou em outubro de 2022.

Os americanos, por sua vez, demoraram mais a introduzir mulheres no voo espacial, porém passaram a fazer com frequência cada vez maior. A primeira foi Sally Ride, em 1983, num ônibus espacial. Mas desde então esse número cresceu significativamente. Hoje, mais de 70 mulheres (de pouco mais de 400 astronautas) já foram ao espaço. Atualmente, o grupo de astronautas da Nasa tem 41 membros na ativa, 16 dos quais (39%) mulheres.

Um exemplo eloquente, ainda que triste, da integração feminina no programa dos ônibus espaciais americanos é que nos dois acidentes fatais havia mulheres: Judith Reznik e Christa McAuliffe, no Challenger (1986), e Kalpana Chawla e Laurel Clark, no Columbia (2003).

À Lua e de volta

A missão Artemis 2, neste momento marcada para dezembro de 2024, fará o primeiro voo tripulado do programa.

Sua predecessora, Artemis 1, voou entre 16 de novembro e 11 de dezembro do ano passado, realizando o primeiro teste bem-sucedido conjunto do foguete lunar SLS (sigla inglesa para Sistema de Lançamento Espacial) e da cápsula Orion (desenvolvida em cooperação pela Nasa e pela ESA, sua contraparte europeia). Foram ao todo 25 dias e meio de voo, mas sem tripulação.

A ideia era testar ao máximo os sistemas com uma missão de longa duração antes de colocar humanos a bordo. Para a Artemis 2, o plano de voo é diferente e mais modesto. Serão cerca de dez dias de duração, no que, ao final, será uma trajetória de retorno livre — significa dizer que, ao ser colocada a caminho da Lua, a espaçonave não precisará de propulsão extra para retornar.

É uma medida de segurança razoável, adotada também durante as primeiras missões Apollo, para garantir o retorno da tripulação mesmo em caso de falhas no caminho.

A diferença é que, nos voos do século passado, a espaçonave enfim era inserida em órbita da Lua e, com isso, deixava a trajetória de retorno livre, requerendo nova queima do motor para se colocar uma vez mais a caminho da Terra. Isso não acontecerá na Artemis 2; a cápsula fará apenas o contorno da Lua, a uma distância considerável (cerca de 10 mil km), e já estará na rota de retorno, realizando um trajeto similar a um oito.

A partida também será consideravelmente diferente das missões Apollo (e da Artemis 1). Após o lançamento, os astronautas darão duas voltas em torno da Terra. A primeira órbita será uma elipse com apogeu de cerca de 2.900 km e período de cerca de 90 minutos. Para a segunda, o segundo estágio do SLS elevará a altitude máxima para 74 mil km, numa órbita que durará 23,5 horas, antes de se separar da cápsula.

Muito em poucas missões

Pode até parecer uma realização modesta, dado que, em dezembro de 1968, a Apollo 8 se inseriu em órbita lunar baixa logo na primeira viagem até lá. Mas vale destacar que a Artemis 2 deve bater os recordes de veículo tripulado a ir mais longe da Terra (Apollo 13, 1970, 400.171 km) e de reentrada mais rápida na atmosfera (Apollo 10, 1969, 39.897 km/h).

Também cabe lembrar que SLS e Orion são veículos inteiramente novos, que ainda precisam ser testados em todas as suas funções. E, no fim das contas, o que a agência espera realizar com apenas três missões (Artemis 1, 2 e 3) o programa Apollo executou com seis (voaram com o foguete lunar Saturn V as missões não tripuladas Apollo 4 e 6, e as tripuladas 8, 9, 10 e 11, até o primeiro pouso). Isso sem contar voos-teste que não tiveram tripulação ou que não usaram o Saturn V, como a Apollo 7 (tripulada, mas em órbita terrestre).

saúde

Projeto quer liberar pagar por doação de sangue

Governo Lula tenta barrar a PEC, que também permite a comercialização de plasma humano para a iniciativa privada

Mateus Vargas

BRASÍLIA O Ministério da Saúde trabalha para barrar uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que libera o pagamento a doadores de sangue e a venda do plasma humano à indústria.

Se aprovada, a proposta reduzirá poderes da estatal federal Hemobrás (Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia) —única farmacêutica autorizada a usar o material para a produção de medicamentos.

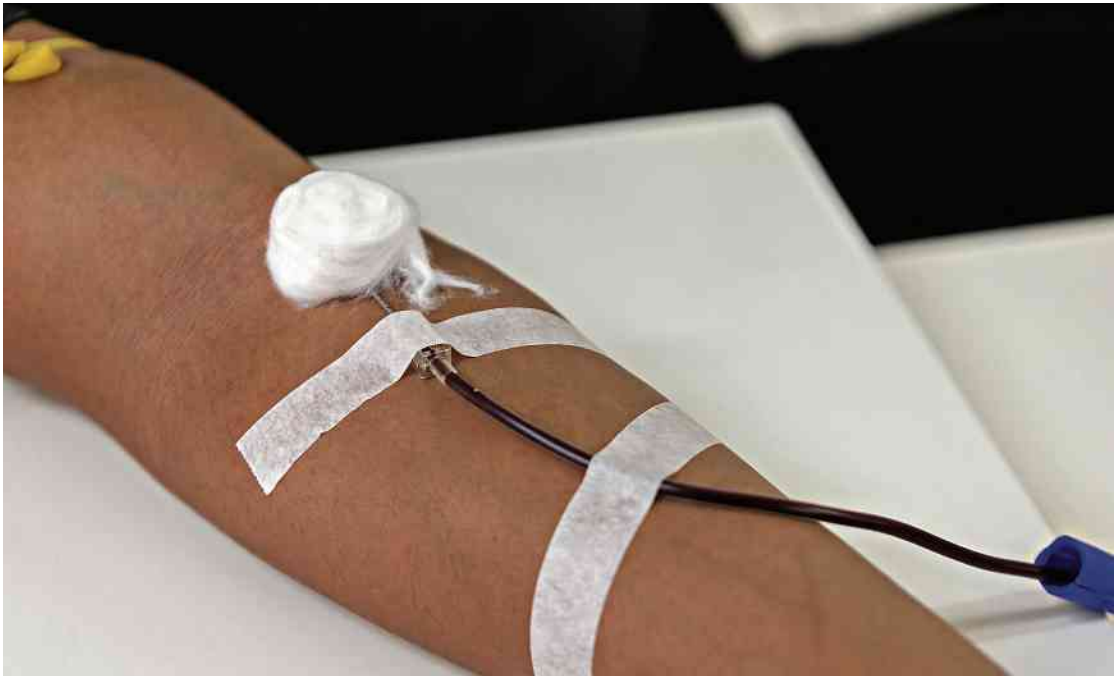
Integrantes da equipe da ministra da Saúde, Nísia Trindade, avaliam que acabar com a doação voluntária pode aumentar risco sanitário e de contaminação em transfusões.

Além disso, consideram que a PEC é uma tentativa de enfraquecer a estatal, pois poderia direcionar oferta de plasma para farmacêuticas privadas, inclusive do exterior, e reduzir o produto disponível para a Hemobrás.

"Não há indício de que doação paga melhora algo. Temos um padrão superior ao dos Estados Unidos, onde se remunera o sangue. Não é isso que melhora. É incentivar a doação", afirma o secretário de Atenção Especializada do Ministério da Saúde, Helvécio Magalhães.

"Hoje há absoluto controle de qualidade, levamos para quase zero as transmissões de HIV e hepatite nas transfusões, e parte [do controle] se deve a não comercializar a coleta", afirma.

Apresentada pelo senador Nelsinho Trad (PSD-MS), a PEC 10/2022 recebeu assinaturas de outros 26 senadores de partidos da esquerda para a direita. Dois dos ministros do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) subscreveram a proposta: Alexandre Silveira (Minas e Energia) e Carlos Fávaro (Agricultura).

O texto tramita na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania) do Senado, presidida por Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). Ele também assinou a sugestão.

Homem doa sangue no Hospital do Servidor Público Estadual, na zona sul de São Paulo Ronny Santos - 9.jun.21/Folhapress

> Não há indício de que doação paga melhora algo. Temos um padrão superior ao dos Estados Unidos, onde se remunera o sangue. Não é isso que melhora. É incentivar a doação
>
> **Helvécio Magalhães**
> secretário de Atenção Especializada do Ministério da Saúde

Relatora da proposta, a senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) elaborou parecer favorável à aprovação. A comissão vai realizar audiência pública sobre a PEC antes de votar o texto.

Trad diz que existe desperdício de bolsas de plasma no Brasil. O senador cita dados de uma auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União) que apontou perda de cerca de 600 mil litros, equivalentes a 2,7 milhões de doações.

"Outro ponto importante é que, com a pandemia, a coleta de plasma apresentou queda em nível mundial, inclusive nos Estados Unidos da América e em alguns países da Europa que são os maiores coletores do mundo", diz a proposta.

Trad disse à **Folha** que o Brasil precisa aperfeiçoar a doação de plasma por plasmaférese, processo em que o plasma é retirado do sangue coletado e uma máquina devolve as hemáceas e outros elementos ao doador.

Criada em 2004, a Hemobrás ficou marcada por apuração da Polícia Federal sobre fraude em licitação de obras e atrasos para finalizar fábrica.

Mas a estatal afirma que não há mais problema de desperdício de plasma, pois o produto das coletas feitas no Brasil voltou a ser fracionado no exterior e entregue ao SUS.

A Hemobrás recolhe o plasma excedente dos hemocentros, ou seja, que não é usado em transfusões, trata o produto e envia para o fracionamento. Essa última etapa, que serve para isolar componentes do plasma, hoje é feita em farmacêutica na Europa.

A estatal recebe os medicamentos de volta, como a imunoglobulina, e distribui para atender parte da demanda da rede pública. A ideia da empresa é realizar todas as etapas no Brasil a partir de 2025 ao finalizar a sua fábrica, instalada em Goiana (PE).

A discussão sobre a PEC ocorre no momento em que o Ministério da Saúde tem dificuldade de abastecer o SUS com hemoderivados como a imunoglobulina.

Nos últimos anos, a pasta tem recorrido a compras de mais de R$ 300 milhões por medicamentos não registrados pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), feitos com plasma estrangeiro.

Esse medicamento é utilizado no tratamento de imunodeficiências. Desde 2018, o governo acumula compras frustradas e disputas na Justiça e no TCU por causa da imunoglobulina.

Em nota, a Hemobrás afirma que as bolsas de plasma foram perdidas entre 2016 e 2020, período "em que a estatal ficou impedida de exercer sua missão institucional".

Nesse intervalo a empresa que estava contratada para o fracionamento, a francesa LFB, perdeu a certificação da Anvisa e não pode lidar com o produto brasileiro. Além disso, a Saúde decidiu assumir a gestão do plasma e retirar poderes da estatal.

Depois de retomar a gestão do plasma brasileiro, a Hemobrás voltou a enviar o produto para ser fracionado e fornecer a imunoglobulina ao SUS. A empresa, porém, ainda não atende toda a demanda do ministério.

Para o secretário Helvécio Magalhães, os governos Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL) tentaram esvaziar a Hemobrás. O último governo avaliou colocar a empresa à venda.

"O descarte [do plasma] fez parte da intencionalidade desses governos de destruir a Hemobrás e a iniciativa nacional da indústria. Temos outro pensamento, a pandemia mostrou que o Brasil está vulnerável no complexo industrial da saúde, não tinha nem mesmo máscara disponível."

Uma PEC para ser aprovada precisa de três quintos dos votos de cada casa, em discussões de dois turnos.

"A Hemobrás entende que a doação de sangue altruísta é uma cláusula pétrea, não havendo espaço, assim, para a doação remunerada. Nos últimos anos, conseguimos avançar em todo o processo produtivo da cadeia do sangue. Isso garantiu segurança na doação e permitiu o sucesso da indústria de hemoderivados", disse a estatal.

Os conselhos de secretários de Saúde dos estados (Conass) e municípios (Conasems) pediram a reprovação da PEC, afirmando que pode "provocar uma grande concorrência pelo plasma brasileiro e inviabilizar a Hemobrás". "O grande gargalo hoje para o seu pleno funcionamento é justamente a falta de plasma industrial no Brasil", afirmam.

Já a ABHH (Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular) apoiou parte da PEC que trata da autorização de farmacêuticas privadas na comercialização e fracionamento do plasma excedente do Brasil. "Entretanto, sobre a doação remunerada de plasma para fins industriais, a ABHH neste momento emite posição contrária."

Anvisa flexibiliza uso de máscara em serviços de saúde como hospitais e laboratórios

Raquel Lopes

BRASÍLIA A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) flexibilizou o uso de máscaras por pacientes e profissionais de saúde em serviços de saúde, como hospitais, unidades básicas de saúde e laboratórios. A nova recomendação foca em situações específicas, não sendo necessário mais o uso para todas as pessoas.

A recomendação continua para pacientes com sintomas respiratórios ou positivos para Covid-19 e acompanhantes, além de pacientes que tiveram contato próximo com caso confirmado durante o período de transmissibilidade da doença.

Já os profissionais que devem continuar usando são os que fazem triagem em pacientes, além dos que estiverem presentes nas áreas de internação de pacientes, como, por exemplo, as enfermarias, os quartos, as unidades de terapia intensiva, as unidades de urgência e emergência.

A Anvisa ressaltou ainda, em nota, ser importante reforçar a recomendação de continuidade do uso de máscaras de proteção nos serviços de saúde para os acompanhantes e os visitantes de pacientes internados. A orientação é não retirar a máscara durante a permanência dentro do estabelecimento de saúde, inclusive no quarto ou na enfermaria em que o paciente estiver.

A agência reguladora disse que a decisão de flexibilizar o uso foi tomada considerando discussões técnicas sobre o assunto, a queda no número de casos e óbitos provocados pela doença no país nos últimos meses, além da oferta de vacinas contra Covid-19 pelo Ministério da Saúde.

A necessidade do uso de máscaras de proteção em serviços de saúde existe desde o início da pandemia, em 2020. As recomendações estão continuamente sendo reavaliadas, de acordo com a situação epidemiológica da Covid-19 no país e a partir da análise do cenário de ocorrência de surtos e casos de transmissão intra-hospitalar da doença, entre outros aspectos.

> A Anvisa reforça que a publicação dessa nova versão da Nota Técnica apresenta medidas de prevenção e controle de infecções baseadas em publicações científicas disponíveis até o momento da revisão desse documento
>
> **Anvisa**
> em nota

"A Anvisa reforça que a publicação dessa nova versão da Nota Técnica apresenta medidas de prevenção e controle de infecções baseadas em publicações científicas disponíveis até o momento da revisão desse documento", disse a agência.

"Além disso, essa atualização tem como fundamento a opinião e a prática de especialistas de diversas sociedades científicas e regiões do país, com reconhecido saber, podendo ser atualizada de acordo com o surgimento de novas evidências científicas", acrescenta.

MORTES | coluna.obituario@grupofolha.com.br

Reconhecido tanto dentro do campo quanto fora dele

ANTÔNIO RAIMUNDO BICHARA FUESI (1939 - 2023)

Francisco Lima Neto

SÃO PAULO Na região de Montes Claros, em Minas Gerais, Bichara é um sobrenome conhecido e que desperta boas memórias em muita gente.

O sobrenome pertence a Antônio Raimundo Bichara Fuesi, que se encantou pelo futebol cedo e foi tricampeão do futebol amador do município em 1963, 1964 e 1965 pela Associação Atlética Cassimiro de Abreu, time da cidade do norte mineiro.

Bichara nasceu em Salvador (BA) em 4 de março de 1939, mas ainda jovem mudou-se para Montes Claros.

"Meu pai era talentoso no futebol. Foi atleta profissional, cabeceava de forma impressionante, muitos anos depois ainda lembravam-se dele por isso", conta Rita Bichara.

Ele jogou profissionalmente no Democrata de Governador Valadares (primeira divisão do Mineiro), no Guarani de Divinópolis (segunda divisão) e, em Montes Claros, defendeu o Ateneu. Encerrou a carreira no Cassimiro de Abreu, em 1970.

Com o fim da carreira nos campos de futebol, ingressou no Banco Real, onde trabalhou por 34 anos.

"Meu pai não era convencional, não. Era muito alegre, muito amoroso. A gente brincava que pai era mãe. A mãe era disciplinadora, a que botava a gente para estudar, dava bronca. Ele escondia os malfeitos para a mãe não bater na gente. Ele era muito amoroso. Se pudesse, nenhum dos filhos sairia de perto dele, não", lembra Rita, aos risos.

Segundo a filha, Bichara foi diagnosticado com Alzheimer em 2012. A doença foi progredindo ano a ano e causando problemas e degeneração física. Em 2021, ele contraiu Covid-19, o que complicou ainda mais seu quadro.

Depois de um período de internação, voltou para casa acamado e já não andava mais. Morreu no último dia 19 de março, aos 84 anos, em decorrência do Alzheimer.

"Meu pai era muito gracinha, pessoa de hábitos simples, ajudava muita gente, era querido demais", afirma a filha. "Ele vai fazer muita falta. As pessoas vão se lembrar dele sempre alegre. A alegria era a principal característica dele."

Para surpresa da filha, ela descobriu uma curiosidade reconfortante de Bichara mesmo após a morte dele, a nova qualidade do pai.

"Ele também era um bom professor. Muita gente dizendo que ele ensinou a jogar, a trabalhar, muita gente do banco dizendo isso. Eu sabia que ele era de acolher, mas surpreendeu a quantidade de gente que falou que aprendeu com ele no banco e no futebol."

Além de Rita, Bichara deixa os filhos Nalbernard e Barney, dois casais de netos e a esposa Josefina, com quem ficou casado por 53 anos.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

A motorista Mônica de Marco perdeu 42 kg com o auxílio do medicamento Ozempic Zanone Fraissat/Folhapress

Novos medicamentos mostram que obesidade não é só questão de escolha

Especialistas dizem que fatores metabólicos e ambientais são determinantes para condição

Danielle Castro

RIBEIRÃO PRETO A nova geração de remédios para emagrecer tem mudado um cenário que costuma ser opressivo para uma parcela significativa da população. Se antes a obesidade era vista como fator meramente comportamental, a classe de medicamentos que simulam hormônios do corpo humano mostram que o peso não é fruto único de nossas escolhas.

Promovendo emagrecimento em curtos períodos por meio de uso contínuo e acompanhamento médico, fármacos à base de semaglutida e liraglutida, por exemplo, evidenciam o aspecto patológico crônico da obesidade e do sobrepeso.

"Nem todo magro é magro porque come pouco e nem todo gordo é gordo porque come muito", destaca a psiquiatra Denise Cardoso, membro da Comissão de Transtornos Alimentares da ABP (Associação Brasileira de Psiquiatria).

Especialistas em obesidade e saúde mental, porém, sempre encontraram resistência e preconceito em relação à premissa de que a dificuldade para emagrecer é principalmente fruto do metabolismo e de fatores ambientais, e não produto de caráter ou escolhas.

"A obesidade precisa ser vista como uma doença, porque está relacionada com o estado emocional, o papel que o alimento tem no metabolismo do paciente. A falta de sono, alteração hormonal, toda a questão envolvida no peso", aponta Cardoso.

A chegada da liraglutida (comercialmente vendido como Saxenda) ao mercado deu início a uma maior aceitação do conceito. O movimento ganhou força com o lançamento da semaglutida, molécula que imita o hormônio GLP-1 e informa ao cérebro que o corpo está saciado.

Cardoso diz que é comum pacientes chegarem ao consultório desmotivados e com culpa por não conseguirem seguir dietas. "Então quando ele começa a emagrecer, melhora a autoestima, melhora a adesão, porque ele vê resultado. A semaglutida é um medicamento que, em geral, faz com que os pacientes em consultório emagreçam cerca de 15% do peso, é muito rápido."

A substância é a base do Ozempic, aprovado em 2018 pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para tratar diabetes tipo 2. O fármaco é o princípio ativo do Wegovy, aprovado mais de quatro anos depois para tratar obesidade ou sobrepeso associados a comorbidades.

Glaucia Carneiro, professora adjunta de Endocrinologia e responsável pelo laboratório de obesidade da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), diz que o estigma da obesidade é muito presente, inclusive entre os médicos.

"Só em 2013 a obesidade foi reconhecida como doença, então já na medicina foi um pouco tarde. Agora, dez anos depois, com a chegada de medicamentos eficazes, que agem diretamente na causa, os próprios pacientes vêm reconhecendo também que é uma doença, que não é desvio de conduta e de caráter."

O outro lado da moeda é o agravamento da extrema magreza pelo desvio de função dado ao produto por aqueles que buscam a perda de peso sem indicação médica, prática incentivada por famosos.

O medicamento não passou despercebido no Oscar deste ano, por exemplo. O comediante Jimmy Kimmel fez piada com a nova febre de emagrecimento rápido entre as estrelas de Hollywood. "Todo mundo parece tão bonito. Quando olho em volta desta sala, não posso deixar de me perguntar: 'Ozempic é certo para mim'?", disse.

A nutricionista Cecília Lacroix de Oliveira, professora associada do Instituto de Nutrição da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), destaca, contudo, que não foi o surgimento das novas medicações que provocou essa obsessão por corpos demasiadamente magros.

"Isso já existia. O que acontece é que pessoas que não têm indicação da semaglutida estão fazendo uso dessa medicação para atingirem seus objetivos mais rapidamente, uma vez que este medicamento não tem receita controlada."

Já aqueles que realmente precisam do auxílio do medicamento para eliminar o excesso de peso devem estar cientes de que o tratamento é multidisciplinar. "A medicação pode ajudar, mas para tratar a obesidade é muito importante ter um acompanhamento do ponto de vista psicológico, nutricional, também em relação ao exercício físico, e com médico endocrinologista que vai prescrever a semaglutida", diz Lacroix.

A substância age em uma região do cérebro chamada de hipotálamo. A revolução destes medicamentos ocorre em decorrência a ação em mecanismos que fazem com que o corpo entenda melhor a saciedade e tenha o esvaziamento do estômago inibido.

"É uma droga muito complexa que vem para ajudar o comportamento. Agora a gente não pode banalizar, querer tratar pessoas com peso normal", pontua Carneiro.

Em grupos de redes sociais que visam a troca de experiência sobre o Ozempic, os relatos variam. Em alguns a perda de peso parece estabilizar depois de um tempo. Outros sequer conseguem emagrecer. Há ainda aqueles que deixam de lado padrões alimentares que envolvem o consumo de bebidas alcoólicas e alimentos ricos em gorduras.

Entre os que relatam efeitos colaterais, as histórias variam de enjoos a desmaios —muitos causados por automedicação e falta de dieta balanceada como parte do tratamento.

A motorista Mônica de Marco, 42, pesava 145 kg quando soube que seu cunhado havia emagrecido 15 kg com duas injeções de Ozempic. "Comecei a tomar sozinha e depois procurei um endocrinologista, porque na primeira caneta não perdi nada e passei muito mal mesmo, achei que ia morrer. Comecei a emagrecer da segunda em diante. Eliminei 42 quilos", conta.

Sua primeira tentativa de tratamento contou com a sibutramina, mas sem resultado. No médico, ela descobriu que precisaria associar um ansiolítico à semaglutida para superar a vontade de doces. Para a motorista, o maior problema do remédio é o preço.

A expectativa de especialistas é de que os valores diminuam com surgimento de drogas similares e quebra de patentes, viabilizando o acesso e a incorporação ao sistema público de saúde brasileiro.

Glaucia Carneiro acredita que em breve os usuários e médicos terão boas notícias com relação ao custo das substância. "Há 20 anos, as insulinas eram caríssimas. Quando era residente, achava que nunca conseguiríamos usar e prescrever para todos, mas hoje o preço é bem acessível", afirma.

> A obesidade precisa ser vista como uma doença, porque está relacionada com o estado emocional, o papel que o alimento tem no metabolismo do paciente. A falta de sono, alteração hormonal, toda a questão envolvida no peso
>
> **Denise Cardoso**
> psiquiatra

EDITAL DE LICITAÇÃO

Acha-se aberta na **Superintendência do Espaço Físico da Universidade de São Paulo - SEF,** a **Tomada de Preços nº 03/2023 –** Execução da reforma para correção da cobertura do Edifício Administrativo, incluindo escadas e ancoragem, do Instituto de Biociências da USP. Apresentação e Abertura dos Envelopes 01 e 02: dia 18.04.2023, às 14h30. O Edital completo será disponibilizado no site www.usp.br/licitacoes. A sessão será realizada também por meio digital, via Google Meet, pelo link: https://meet.google.com/xpo-jfdj-skd. Para participar presencialmente da sessão, recomendamos o agendamento, com antecedência mínima de 24 horas da data e horário da sessão, através do email coppola@usp.br, limitada a apenas um representante por empresa e à capacidade de lotação da sala.

EDITAL DE LICITAÇÃO

De ordem do Sr. Superintendente, acha-se aberta na **Superintendência do Espaço Físico da Universidade de São Paulo - SEF**, a **Concorrência nº 02/2023-SEF -** Execução das obras para a construção da Torre do Mirante nas Ruínas do Engenho São Jorge dos Erasmos, na cidade de Santos/SP -1ª Etapa, da Reitoria da USP. Apresentação e Abertura dos Envelopes 01 e 02: dia 08.05.2023, às 14h30. O Edital completo será disponibilizado no site www.usp.br/licitacoes. A sessão será realizada também por meio digital, via Google Meet, pelo link: https://meet.google.com/hcf-qsne-uzy. Para participar presencialmente da sessão, recomendamos agendamento com antecedência mínima de 24 horas da data e horário da sessão, através do email coppola@usp.br, limitada a apenas um representante por empresa e à capacidade de lotação da sala.

ASSOCIAÇÃO BUDISTA AGON SHU

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores associados a reunirem-se no **dia 15 de abril de 2023, sábado**, na sede da Associação, Rua Doutor Nogueira Martins, nº 247, Saúde, São Paulo/SP, para a realização da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, em primeira convocação às 14h, e, na ausência de quórum, às 14h 30min, na presença de qualquer número de associados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **- PRESTAÇÃO DE CONTAS DA DIRETORIA REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2022; - APROVAÇÃO DO BALANÇO ANUAL DE 2022; - ALTERAÇÃO PARCIAL DO ESTATUTO SOCIAL, caso presente, em primeira convocação, a maioria absoluta dos associados; ou, em segunda convocação, 1/3 (um terço) dos associados em condições de voto, conforme Artigo Vinte e Dois do Estatuto Social.** Esclarece-se que somente terá direito a voto o associado enquadrado nas disposições constantes do Artigo Dez do Estatuto Social.

São Paulo, 14 de março de 2021.

ROSANA SIMÕES - Presidente

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – SENAD
EDITAL DO LEILÃO Nº 02/2023 – CONTRATO Nº 74/2021/SP – BENS IMÓVEIS
ALIENAÇÃO DEFINITIVA – TRÁFICO DE DROGAS – POLÍCIA CIVIL

A Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – SENAD, c/ apoio da Estrutura Organizacional do Estado de São Paulo, neste ato repres. p/ Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens, torna público **Leilão, dia 25/04/23, encerram. a partir das 14h**. P/ site **www.gilsonleiloes.com.br**, p/ maior lance, p/ venda dos bens imóveis (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). **Processo: 08129.013196/2021-09**. Leiloeiro: **GILSON KENITI INUMARU**, p/ força do **contrato nº 74/2021/SP**. Interessados devem se cadastrar no site supra c/ 48h de antecedência do leilão. Os bens serão leiloados c/ se encontram, s/ garantia. O Leiloeiro, SENAD e CPAAB/SP não se responsabilizam p/ eventuais erros tipográficos que venham ocorrer neste edital, sendo de inteira responsabilidade do arrematante verificar o estado de conservação dos bens e suas especificações. No ato da arrematação p/ lance virtual, p/ cd. imóvel, será emitida Guia de Recolhimento da União-GRU, p/ imediato recolhimento bancário, no valor de 10% da arrematação do imóvel, a título de caução, e, p/ depósito em dinheiro/transf., p/ conta-corrente do Leiloeiro GILSON KENITI INUMARU, CPF: 005.841.549-17, BANCO DO BRASIL, Ag: 0319-0, Cc: 85575-8, o arrematante deverá realizar o pgto. de 5% relativos à comissão do Leiloeiro, totaliz. o pgto. valor de 15% da arrematação do imóvel. A descrição dos bens se sujeita a esclarecimentos no curso do leilão p/ eliminação de distorções, acaso verificadas. Informações adicionais serão prestadas pelo Leiloeiro Púb. Of., pelo e-mail contato@gilsonleiloes.com.br e tel.: 0800-707-9339. **O presente edital, bem como seus anexos, encontram-se disponíveis na íntegra no site supramencionado**. Em, 23/02/23.

Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado de São Paulo
Resolução SSP nº 72/2019, alterada pelas Resoluções SSP nº 063/2020 e nº 77/2020
Antônio Carlos Heib – Presidente da Comissão da Polícia Civil

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS E GESTÃO DE CONTRATOS
CENTRO DE GESTÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

COMUNICADO – ABERTURA DE LICITAÇÃO – PROCESSO SAA-PRC-2023/03541

O CHEFE DE GABINETE da SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO comunica que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO SAA - CA nº 17/2023, destinado a CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO CONTÍNUOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS, do tipo MENOR PREÇO, com número de oferta de compra 130102000012023OC00030. A realização da sessão será na data de 18/04/2023 às 09:00 horas, no sítio www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, no Centro De Gestão de Registro de Preços situado à Praça Ramos de Azevedo, nº 254, Centro, CEP 01037-912 - São Paulo/SP. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos sítios www.bec.sp.gov.br e www.e-negociospublicos.com.br.

SEGURANÇA URBANA

ERRATA

No AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO registro de preços nº **010/SMSU/2023 -** Processo: **6029.2023/0000596-6**

Objeto: **constituição de ata de registro de preço para aquisição e peças de uniformes do policiamento ordinário masculino, feminino e unidades especializadas da Guarda Civil Metropolitana. -** Veiculado no dia: **01/04/2023 no jornal DIÁRIO DE SÃO PAULO PG 09.**

Onde se lê: ***"SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS"***

Leia-se: ***"SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA URBANA"***

Ficam ratificados todos os demais termos do Edital e seus anexos, que não conflitarem com o presente.

SAÚDE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão eletrônico **nº 156/2023-SMS.G -** Processo**: 6018.2023/0010402-6.**

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE CREME HIDRATANTE PARA DIABÉTICOS -**

A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **10:30h** do dia **17/04/2023** a cargo da **1ª CPL -** O edital do pregão acima poderá ser consultado e/ou obtido pelo link SEI nº **080897296.**

Local: https://www.gov.br/compras - Retirada do edital: http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n.º 050/2023
Proc. Adm. nº. 230223011797600/2023

Objeto: Registro de Preços para o fornecimento parcelado de peças de manutenção para o sistema de ar condicionado do Centro Administrativo Bandeirantes (CAB), em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal da Casa Civil, pelo período de 12 (doze) meses. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 04/04/2023, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Licitacao/GridLicitacao.aspx na aba serviços para sua empresa, licitações. Início da sessão de disputa de lances: **Dia 19/04/2023, às 10h00min.**

Santana de Parnaíba, 03 de abril de 2023.

ORDENADOR DE PREGÃO

AVISO DE VENDA

Edital de Leilão Público nº 3053/0223-CPA/RE - 1° Leilão e nº 3054/0223-CPA/RE - 2° Leilão

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (is) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 31/03/2023 até 01/05/2023, no primeiro leilão, e de 12/05/2023 até 16/05/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório do leiloeiro Sr. JOSE IVAN DE SOUZA RABELO, Av Luís Viana Filho, 6462, Empresarial Wall Street, Torre A - East, Sala 509, PARALELA - Salvador/BA - CEP: 41730101, Fones (71) 3327-2966, WhatsApp (71) 98146-8452 e atendimento de segunda a sexta das 9h às 17h, site: https://www.rjleiloes.com.br/. O Edital estará disponível também no site: www.caixa.gov.br/imoveiscaixa. O 1° Leilão realizar-se-á no dia 02/05/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2° Leilão no dia 17/05/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro https://www.rjleiloes.com.br/.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

Companhia de Engenharia de Tráfego de Santos – CET-Santos

EDITAL

Órgão: Companhia de Engenharia de Tráfego de Santos, CET-Santos. **Processo nº 12427-2022. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 010/2023. Objeto:** Prestação de serviços de telefonia móvel, sistema 3G/4G GSM (chip), através de plano corporativo, com fornecimento em regime de comodato de equipamentos, conforme Termo de Referência que constitui o **Anexo I**, do Edital. **Recebimento das propostas:** até as 9h do dia 18/04/2023. **Abertura das propostas:** às 9h do dia 18/04/2023. **Início da disputa de preços:** às 10h do dia 18/04/2023. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br, sob nº **995347**.

Santos, 03 de abril de 2023.

Eng.º Antonio Carlos Silva Gonçalves
Diretor - Presidente

Companhia de Engenharia de Tráfego de Santos – CET-Santos

EDITAL

Licitação exclusiva para empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

Órgão: Companhia de Engenharia de Tráfego de Santos, CET-Santos. **Processo nº 1092-2023. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 009/2023**. Objeto: Seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando o fornecimento de lâmpadas Light Emitting Diode (LED), em quantidades estimadas para serem utilizadas durante o prazo de 06 (seis) meses, conforme **Anexo I –** Termo de Referência, do Edital. **Recebimento das propostas:** até as 9h do dia 19/04/2023. **Abertura das propostas:** às 9h do dia 19/04/2023. **Início da disputa de preços:** às 10h do dia 19/04/2023. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br, sob nº **993609**.

Santos, 27 de março de 2023.

Eng.º Antonio Carlos Silva Gonçalves
Diretor-Presidente

Aeroglass Brasileira S.A. Fibras de Vidro

CNPJ/MF nº 61.665.212/0001-82 - NIRE 35.300.057.970

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os acionistas da **Aeroglass Brasileira S.A. Fibras de Vidro** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a qual será realizada no dia 12/04/23, às 10h, na Rua Balão Mágico, nº 1.003, Bairro do Rio Cotia, Cotia/SP, CEP 06700-000, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: i) as demonstrações financeiras da Companhia e as contas da administração, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/22, e destinação do resultado; e ii) a reeleição da diretoria. Cotia/SP, 04/04/2023. **Aeroglass Brasileira S.A. Fibras de Vidro, p. Francisco Xavier Lopes,** Diretor. (04, 05 e 06/04/23)

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO – SEESP – EDITAL DE CONVOCAÇÃO.

O Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, neste ato representado por seu presidente, convoca todos os engenheiros, associados ou não ao sindicato, empregados na base territorial do SEESP, que compreende todo o Estado de São Paulo, para participarem de Assembleia Geral Extraordinária virtual, que será realizada no dia 10/04/2023, das 9h às 18h, com a seguinte Ordem do Dia: a) Deliberação sobre a Pauta de Reivindicações da categoria para o ano de 2023, visando ao início das negociações da data-base de 1.º de maio de 2023; b) Deliberação sobre a delegação de poderes à direção do SEESP para iniciar as negociações coletivas de trabalho, assinar Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho ou instaurar Dissídio Coletivo; c) Deliberação sobre o desconto da Contribuição Negocial; d) Deliberação sobre declarar a assembleia em caráter permanente até o final do processo de negociação coletiva. Todos os participantes deverão entrar em contato previamente com o Departamento de Ação Sindical do SEESP, através do telefone (11) 3113-2641 ou, alternativamente, pelo e-mail sindical@seesp.org.br, para credenciamento prévio, obtenção das propostas do SEESP para cada item da Ordem do Dia e obtenção do link de acesso à assembleia. **São Paulo, 04 de abril de 2023. Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro – Presidente.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 049/2023
Proc. Adm. nº. 230228011959800/2023

Objeto: Registro de preços para o fornecimento parcelado de **MEDICAMENTOS I,** em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 04/04/2023, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Licitacao/GridLicitacao.aspx na aba serviços para sua empresa, licitações. Início da sessão de disputa de lances: **Dia 18/04/2023, às 09h00min.**

Santana de Parnaíba, 03 de abril de 2023.

ORDENADOR DE PREGÃO

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 085/2023
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA"
Processo Administrativo: 2.271/2023
Data e Hora do Pregão: 26/04/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.bec.sp.gov.br
Tipo de Licitação: LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA PARA ME/EPP
Números das Ofertas de Compras:
855800801002023OC00144 (GRUPO 65)
855800801002023OC00145 (GRUPO GERAL)

A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Administração, Secretaria de Assuntos de Segurança Pública, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde Pública, Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Trânsito, Secretaria de Assuntos Institucionais, Secretaria de Cultura e Turismo e Secretaria de Esporte e Lazer, torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de MENOR PREÇO UNITÁRIO.

O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.

Praia Grande, 03 de abril de 2023.
RUY FERRAZ FONTES - Secretário Municipal de Administração

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 082/2023
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ELÉTRICA III"
Processo Administrativo: 13.922/2022
Data e Hora do Pregão: 25/04/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.bec.sp.gov.br
Tipo de Licitação: LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA PARA ME/EPP
Números das Ofertas de Compras:
855800801002023OC00137 (AMPLA CONCORRÊNCIA)
855800801002023OC00138 (COTA RESERVADA)

A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde Pública e Secretaria de Trânsito, torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de MENOR VALOR POR LOTE.

O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.

Praia Grande, 31 de março de 2023.
SORAIA M. MILAN - Secretária Municipal de Serviços Urbanos

ASSOCIAÇÃO AUXILIADORA DAS CLASSES LABORIOSAS

CNPJ: 61.740.791/0001-80

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA VIRTUAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - BALANÇO 2022

Em cumprimento ao Estatuto da Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas (AACL) e a legislação pertinente, o presidente da Diretoria, expede o presente edital convocando os associados plenos, quites com a AACL, para participarem da Assembleia Geral Ordinária Virtual, que se realizará, com chamadas às 14h00 ou 14h30, ou ainda às 15h00 (parágrafo único, do Art. 20 do Estatuto Social), dia 26 de abril de 2023, quarta-feira, na Rua Rego Freitas, 574, República, como consta no texto informativo do boleto referente ao mês de Abril/2023, e em obediência à seguinte **ORDEM DO DIA**: a) Leitura do Edital de Convocação; b) Expediente; c) Conhecimento, Deliberação e Votação do Balanço e da Demonstração de Contas do Exercício de 2022, estes acompanhados do Parecer de Auditores Independentes; d) Várias.

São Paulo, 31 de março de 2023.
Geraldo Fernandes
Presidente da Diretoria Executiva

***NOTAS IMPORTANTES: (I)** EDITAL SERÁ PUBLICADO NO JORNAL FOLHA DE S. PAULO DE 04.04.2023; **(II)** SERÁ PERMITIDA PROCURAÇÃO NOS TERMOS DO § 4º DO ART. 21; **(III)** PARTICIPAM OS ASSOCIADOS QUE ESTIVEREM COM A CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA DO MÊS DE ABRIL/ 2023 QUITADO. **(IV)** ASSOCIADOS PARA TEREM DIREITO A VOTO DEVERÃO SE HABILITAR PREVIAMENTE COM NOME COMPLETO, CPF, RG E Nº DE MATRÍCULA ATRAVÉS DO E-MAIL:* assembleia260423@classelaboriosas.org.br OU ENTRE EM CONTATO CONOSCO ATRAVÉS DO TEL (11)3293-3900. LEI 10406/02.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

Pregão Eletrônico nº 058/2023

Processo Administrativo nº 992/2023
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISICAO DE HORTIFRUTIS PROCESSADOS"
Critério de Julgamento: Menor preço unitário
Tipo de Licitação: Licitação com reserva de cota para ME/EPP
Sessão Pública: www.bec.sp.gov.br
Número da Oferta de Compra: 855800801002023OC00105 Comunicado de Suspensão da Sessão Pública

Considerando a necessidade de revisão do Edital, comunicamos a todos os interessados que esta Prefeitura está SUSPENDENDO a Sessão Pública do Pregão Eletrônico supramencionado, designada para o dia 04/04/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF), ficando adiada "sine die".

Informamos ainda que após análise, será agendada nova data. O Edital alterado poderá ser retirado GRATUITAMENTE por quem já o adquiriu presencialmente e também estará disponível para consulta e download gratuito nos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br.

Este comunicado estará disponível nos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.

Praia Grande, 03 de abril de 2023.
MARIA APARECIDA CUBILIA - Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A Prefeitura de Guarulhos, através do Departamento de Licitações e Contratos, torna público: **Reprogramação de Certame: PE119/23 DLC PA29500/22** menor preço visando contratação de empresa especializada em Medicina do Trabalho e Saúde Ocupacional para realização de exames médicos ocupacionais, bem como exames complementares necessários, aos servidores e empregados públicos municipais e aos candidatos ingressantes no serviço público municipal Abertura: **19/04/23** - 8:30 - Disputa 09:30. **Chamamento 01/23-DLC PA 23176/22** visando chamamento para credenciamento de empresa especializada em comercialização de Aparelho de Amplificação Sonora Individual-AASI e protetização de acordo com a indicação técnica de Serviço de Atenção à Saúde Auditiva Abertura **11/05/23** - 9h. Os editais poderão ser obtidos no site www.guarulhos.sp.gov.br no link:Licit.Ag.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. 60.633.674/0001-55

Cotação - Processo IPT Nº DL00164.2023 – RC78501.2023

OBJETO: Aquisição de Kit de Peças para Forno Mufla (MUF-051Q) - **MARCA:** Fornitec.
Data Final para apresentação de proposta: **06/04/2023 até as 17:00h**
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone/e-mail: (11) 3767-4035 - damiao@ipt.br - Departamento de Compras.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 084/2023
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA GRÁFICA"
Processo Administrativo: 3.566/2023
Data e Hora do Pregão: 26/04/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.bec.sp.gov.br
Tipo de Licitação: LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA PARA ME/EPP
Número da Oferta de Compra: 855800801002023OC00146

A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Administração, Secretaria Assistência Social, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde Pública, Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Trânsito e Secretaria de Cultura e Turismo, torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de MENOR PREÇO UNITÁRIO.

O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.

Praia Grande, 03 de abril de 2023.
RUY FERRAZ FONTES - Secretário Municipal de Administração

AVISO DE VENDA

Edital de Leilão Público nº 3055/0223-CPA/RE - 1° Leilão e nº 3056/0223 CPA/RE - 2° Leilão

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra (m), imóvel (is) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 06/04/2023 até 07/05/2023, no primeiro leilão, e de 18/05/2023 até 22/05/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório do leiloeiro Sr. CRISTIANE DE ALMEIDA RABELO GOIS, Av Luís Viana Filho, 6462, Empresarial Wall Street, Torre A - East, Sala 509, PARALELA - Salvador/BA - CEP: 41730101, Fones (71) 3327-2966, WhatsApp (71) 98146-8452 e atendimento de segunda a sexta das 9h às 17h, site: https://www.rjleiloes.com.br/. O Edital estará disponível também no site: www.caixa.gov.br/imoveiscaixa. O 1° Leilão realizar-se-á no dia 08/05/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2° Leilão no dia 23/05/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro https://www.rjleiloes.com.br/.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ

C.N.P.J. nº 62.070.362/0001-06 - NIRE 35300033434

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores acionistas convidados a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que se realizará no dia 26 de abril de 2023, às 15:00 horas, na sede desta sociedade situada na Rua Boa Vista nº 175, Bloco B, 2º andar, São Paulo, SP, para tratar da seguinte Ordem do Dia: **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31/12/2022, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, Relatório dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria. 2. Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes para mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2024. 3. Fixar a Remuneração dos Administradores, Membros do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô para o exercício de 2023. 4. Eleger membros do Conselho de Administração. **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** 1. Deliberar sobre a reforma do Estatuto Social da Companhia para: atualizar o caput do artigo 3º em decorrência de alteração do Capital Social; 2. Outros assuntos de interesse.

São Paulo, 03 de abril de 2023
Osvaldo Garcia - Presidente do Conselho de Administração

S.A. FABRIL SCAVONE

CNPJ nº 50.115.849/0005-02

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter ao vosso exame e deliberação o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

Itatiba, 28 de Fevereiro de 2023.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores em Milhares de Reais)

ATIVO	2022	2021
Circulante	**R$ 58.389**	**R$ 50.715**
Caixa e Equivalentes de Caixa	R$ 612	R$ 1.180
Aplicações Financeiras	R$ 23	R$ 97
Clientes	R$ 18.933	R$ 16.164
Estoques	R$ 28.025	R$ 20.905
Adiantamento a Fornecedores	R$ 2.143	R$ 1.409
Impostos a Recuperar	R$ 1.281	R$ 1.943
Diferido	R$ 7.225	R$ 8.945
Outros Ativos	R$ 147	R$ 72
Não Circulante	**R$ 35.588**	**R$ 39.027**
Impostos a Recuperar	R$ 777	R$ 1.504
Depósitos Judiciais	R$ 183	R$ 233
Investimentos	R$ 123	R$ 123
Imobilizado Líquido	R$ 34.505	R$ 37.167
Total do Ativo	**R$ 93.977**	**R$ 89.742**

PASSIVO	2022	2021
Circulante	**R$ 27.168**	**R$ 26.575**
Fornecedores	R$ 22.284	R$ 22.298
Obrigações Tributárias	R$ 1.525	R$ 1.241
Obrigações Trabalhistas	R$ 2.993	R$ 2.465
Contas a Pagar e Outras Obrigações	R$ 366	R$ 571
Não Circulante	**R$ 1.016**	**R$ 1.597**
Obrigações Tributárias	R$ 1.016	R$ 1.597
Patrimônio Líquido	**R$ 65.793**	**R$ 61.570**
Capital Social	R$ 44.000	R$ 44.000
Reserva de Capital	R$ 12.412	R$ 9.343
Reserva de Lucros	R$ 7.265	R$ 5.206
Resultado do Exercício	R$ 2.116	R$ 3.021
Total Passivo + Patrimônio Líquido	**R$ 93.977**	**R$ 89.742**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	2022	2021
Resultado do Exercício	R$ 4.223	R$ 3.830
Subvenção para Investimentos	R$ (2.107)	R$ (809)
Total do Resultado Abrangente:	**R$ 2.116**	**R$ 3.021**
Atribuível ao Acionista	**R$ 2.116**	**R$ 3.021**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Movimentação	Capital	Res. Lucro	Res. Capital	Lucro	Total
1. Saldos em 31/12/2021	**R$ 44.000**	**R$ 5.206**	**R$ 9.343**	**3.021**	**R$ 61.570**
2. Transferências para Reservas	-	R$ 3.021	R$ 2.107	R$ (3.021)	R$ 2.107
3. Cancelamento de Ações em Tesouraria	-	R$ (962)	R$ 962	-	-
4. Resultado Apurado no Exercício	-	-	-	R$ 2.116	R$ 2.116
5. Saldos em 31/12/2022	**R$ 44.000**	**R$ 7.265**	**R$ 12.412**	**R$ 2.116**	**R$ 65.793**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	2022	2021
Receita Operacional Bruta	**R$ 176.093**	**R$ 130.569**
Devolução de Vendas	R$ (1.717)	R$ (1.285)
Impostos Incidentes S/Receita	R$ (35.548)	R$ (26.734)
Receita Operacional Líquida	**R$ 138.828**	**R$ 102.550**
Custo dos Produtos Vendidos	R$ (106.487)	R$ (77.398)
Lucro Bruto	**R$ 32.341**	**R$ 25.152**
Despesas Comerciais	R$ (14.377)	R$ (11.785)
Despesas Administrativas	R$ (4.829)	R$ (3.903)
Receitas e Despesas Gerais	R$ (2.227)	R$ (323)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	R$ (5.095)	R$ (4.452)
Lucro Operacional	**R$ 5.813**	**R$ 4.689**
Resultado Financeiro Líquido	R$ (620)	R$ 69
Lucro Líquido antes do IRPJ e CSLL	**R$ 5.193**	**R$ 4.758**
IRPJ e CSLL	R$ (970)	R$ (928)
Resultado Líquido do Exercício	**R$ 4.223**	**R$ 3.830**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	2022
Atividades Operacionais	
Lucro do Exercício	R$ 4.223
Depreciações e Amortizações	R$ 4.377
Resultado Alienação do Imobilizado	R$ 70
Soma	**R$ 8.670**
Variação nos Ativos e Passivos	
Aumento no Contas a Receber	R$ (2.769)
Redução em Outros Créditos	R$ 705
Aumento dos Estoques	R$ (7.120)
Redução em Contas a Pagar	R$ (12)
Outros Ativos e Passivos	R$ 1.811
Caixa Líquido Provenientes das Operações	**R$ (7.385)**
Caixa Líquido da Atividade Operacional	**R$ 1.285**
Atividades de Investimentos	
Alienação do Imobilizado	R$ (70)
Aumento do Ativo Imobilizado	R$ (1.857)
Caixa Líquido da Atividade Investimento	**R$ (1.927)**
Caixa Líquido da Atividade de Financiamento	**R$ -**
Aumento Líquido da Disponibilidade	**R$ (642)**
Início do Período	R$ 1.277
Final do Período	R$ 635
Variação na Disponibilidade	**R$ (642)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1) Contexto Operacional - S/A. Fabril Scavone, sociedade de capital fechado, com sede em Itatiba-SP, tem por atividade principal a fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos. **2) Apresentação das Demonstrações Financeiras** - As demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em conformidade com a Lei 6.404/76 alterada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, abrangendo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. As demonstrações financeiras foram elaboradas como base no custo histórico e considera o valor justo das contraprestações pagas em troca de ativo, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. **3) Principais práticas contábeis** - Ativos Realizáveis e os Passivos Exigíveis com prazo inferior a 360 dias são apresentados como circulantes: a) Caixa e Equivalente de Caixa, compreendem aos saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicação com prazo de resgate de até 360 dias. As aplicações em instrumentos financeiros são registradas: a) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas a negociações disponíveis para venda, e b) pelo valor de custo de aquisição ou emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor de provável realização, quando este for inferior, no caso de serem mantidas até o vencimento. No uso das estimativas e julgamentos a sociedade julgou não haver evidências, internas e externas, que justifiquem a adoção de impairment (redução) de seus ativos e dos ajustes a valor presente de créditos e obrigações. Imobilizado e intangível estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação com base no cálculo linear. Investimentos: Os não relevantes são registrados ao custo de aquisição, os relevantes em sociedades controladas pelo método da Equivalência Patrimonial.

A DIRETORIA
DENIS PATUTTI MANTOVANI - CRC SP-329652/O-0

SECME – Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários

CNPJ nº 07.119.838/0001-48 - NIRE 35.300.318.323

Ata de Reunião do Conselho de Administração

1. **Data, Hora e Local:** Aos 20 dias do mês de março de 2023, às 15:00 horas, na sede da **SECME – COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS** ("Companhia"), localizada na Rua das Olimpíadas, 242, 4º andar, Vila Olímpia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04551-000. **2. Convocação:** Dispensada a convocação em face à presença da totalidade dos conselheiros de administração da Companhia. **3. Instalação e Presença:** Reunião instalada em primeira convocação ante a presença da totalidade dos conselheiros de administração da Companhia. **4. Composição da Mesa** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Claudia Alcantara Porto Santoro, que convidou a mim, Leandro Bruno Ferreira de Mello Santos, para secretariá-lo. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** o relatório da administração, as contas da diretoria, e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** a proposta da diretoria para a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e **(iii)** a realização de convocação da Assembleia Geral Ordinária ("AGO"). **6. Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os conselheiros por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas aprovaram: **(i)** *"ad referendum"* da AGO, o relatório da administração, as contas da diretoria e as demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** *"ad referendum"* da AGO, considerando que a Companhia não auferiu lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não haverá distribuição de dividendos, sendo que o prejuízo apurado no exercício, no montante de R$ 562.951 (quinhentos e sessenta e dois mil, novecentos e cinquenta e um reais) será destinado para a conta de prejuízos acumulados; e **(iii)** a convocação dos acionistas para realização da AGO que deliberará sobre os assuntos da lei, nos termos da minuta do edital de convocação que fica arquivada na sede da Companhia, e que deverá ser divulgada em data oportuna, nos termos da legislação aplicável. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura da presenta ata no livro próprio, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, achada conforme e por todos os presentes assinada. **8. Conselheiros Presentes:** Claudia Alcantara Porto Santoro, Samuel Motta Galvão e Magally Miranda Aleixo. A presente ata é cópia fiel da original lavrada no Livro de Reuniões e Pareceres do Conselho de Administração da Companhia. São Paulo, 20 de março de 2023. **ASSINATURA ELETRÔNICA:** Os signatários reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia do presente instrumento e seus termos, nos moldes do art. 219 do Código Civil, em formato eletrônico e/ou assinado por meio de plataformas eletrônicas, bem como expressamente anuem, autorizam, aceitam e reconhecem como válida qualquer forma de comprovação de autoria das partes signatárias deste instrumento por meio de suas respectivas assinaturas por meio de quaisquer meios eletrônicos válidos emitidos ou não pela ICP-Brasil, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.220-2, de 24 de agosto de 2001 ("MP nº 2.220-2"), e ainda com a devida aprovação do Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI), conforme sua Instrução Normativa nº 75, de 2020, incorporada ao texto da Instrução Normativa nº 81, de 2020. **CLAUDIA ALCANTARA PORTO SANTORO -** Presidente, **LEANDRO BRUNO FERREIRA DE MELLO SANTOS -** Secretário. JUCESP nº 123.173/23-1 em 29.03.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

ESPORTE AO VIVO | **16h Chelsea x Liverpool** Inglês, ESPN/STAR+ | **19h Alianza Lima x Athletico-PR** Libertadores, ESPN/STAR+ | **21h30 Blooming x Santos** Sul-Americana, SBT/ESPN/STAR+

Jogadores do Palmeiras comemoram vitória sobre o Flamengo na final da Libertadores do ano passado Pablo Porciuncula - 27.nov.22/ AFP

Fase de grupos da Libertadores começa com chance de recorde

Brasil pode chegar à inédita marca de cinco títulos consecutivos na competição

Luciano Trindade

SÃO PAULO Nunca na história clubes de um mesmo país conquistaram a Copa Libertadores cinco vezes consecutivas. O Brasil não apenas pode sonhar com o feito como tem alguns de seus representantes na disputa de 2023 como os principais favoritos.

Equipes brasileiras triunfaram nas últimas quatro edições do principal certame do continente. E, com os títulos de Flamengo (2019 e 2022) e Palmeiras (2020 e 2021), repetiu-se uma marca poucas vezes vista na competição.

Somente em outras três oportunidades a taça ficou no mesmo país por tanto tempo, sempre no Brasil ou na Argentina (1967 a 1970 e 1972 a 1975). No caso brasileiro, a outra sequência desse tipo foi vista entre 2010 e 2013, com as vitórias de Internacional, Santos, Corinthians e Atlético Mineiro.

O Santos está fora da atual edição. Os outros três se juntam a Palmeiras, Athletico Paranaense, Flamengo e Fluminense como os sete representantes do Brasil na fase de grupos, que terá o seu início nesta terça-feira (3).

A presença poderia ser ainda maior se o Fortaleza não tivesse sido eliminado na terceira fase, a última antes dos grupos. A formação tricolor foi superada pelo paraguaio Cerro Porteño.

No ano passado, com oito representantes nas chaves do torneio, o Brasil teve domínio nos mata-matas. Nas quartas de final, foram cinco clubes do país contra três argentinos. Nas semifinais, apenas o Vélez Sarsfield representou os vizinhos sul-americanos —e não conseguiu impedir uma nova final caseira.

Em uma das seminais, o Athletico Paranaense passou pelo Palmeiras. Na outra, o Flamengo derrubou o Vélez com um placar agregado de 6 a 1. A imprensa argentina escondeu o resultado na capa de seus principais jornais e preferiu dar destaque a uma vitória do River Plate no campeonato local.

O domínio brasileiro se estabeleceu justamente após uma final argentina, com vitória do River sobre o Boca Juniors. Foi a única das seis decisões entre clubes do mesmo país que não teve confronto entre representantes do Brasil.

No ano seguinte, quando teve início a atual hegemonia brasileira, um estudo da Pluri Consultoria mostrou que a diferença econômica entre os clubes do Brasil e os demais do continente indicava que um abismo deveria separá-los ainda mais nas temporadas seguintes.

Isso de fato ocorreu, embora rankings de receita como os produzidos pela consultoria sejam de difícil produção. A comparação no cenário da América do Sul é difícil com base em números, porque várias das agremiações que jogam a Libertadores não divulgam seus balanços apropriadamente.

"A legislação brasileira é mais avançada do que a de nossos vizinhos no continente quando o assunto é a transparência nas finanças dos clubes", diz Eduardo Carlezzo, advogado especializado em direito esportivo que tem colaborações em times do Brasil.

Segundo ele, desde 2003, clubes brasileiros envolvidos em competições profissionais são obrigados a publicar suas demonstrações financeiras anualmente. "Algo que não é o padrão nos demais países [sul-americanos], com algumas exceções, como é o caso do Chile."

É inegável, porém, o maior poderio de uns em relação a outros. No ano passado, por exemplo, o Flamengo teve cerca de R$ 1 bilhão de faturamento. O Palmeiras, R$ 856 milhões. A fonte são os balanços oficiais.

Não é só o dinheiro que entra em campo, mas o valor ajuda a explicar por que só esses dois times levaram a Libertadores nas últimas quatro edições. E por que são novamente favoritos neste ano.

A capacidade de investimento, porém, ainda não foi suficiente para ajudá-los a superar desafios além dos limites do continente. Ambos acumularam fracassos na disputa do Mundial de Clubes.

Depois de três temporadas no SBT, a competição volta à grade da TV Globo, que terá exclusividade de transmissão entre os canais abertos.

Na TV fechada, o Grupo Disney adquiriu os direitos para transmitir as partidas em seus canais lineares e também na plataforma Star+. No streaming, há ainda a opção da plataforma Paramount+.

+ Confira os jogos da primeira rodada

TERÇA (4)
19h Alianza Lima x Athletico Paranaense – Espn e Star+
19h Argentinos Juniors x Independiente del Valle – Paramount+
19h The Strongest x River Plate – Espn4 e Star+
21h Independiente Medellin x Internacional – Paramount+
23h Metropolitanos x Nacional – Espn4 e Star+

QUARTA (5)
19h Aucas x Flamengo – Espn e Star+
19h Patronato x Atlético Nacional – Paramount+
21h Cerro Porteño x Barcelona – Espn4 e Star+
21h Ñublense x Racing – Paramount+
21h30 Bolivar x Palmeiras – Globo (SP e parte da rede), Espn e Star+
21h30 Sporting Cristal x Fluminense – Globo (RJ e parte da rede) e Paramount+
23h Deportivo Pereira x Colo-Colo – Espn4 e Star+

QUINTA (6)
19h Atlético Mineiro x Libertad – Espn e Star+
19h Liverpool x Corinthians – Paramount+
21h Melgar x Olimpia Assuncion – Paramount+
21h Monagas x Boca Juniors – Paramount+

Wallace é suspenso e não joga mais na temporada da Superliga

SÃO PAULO O jogador de vôlei Wallace, do Cruzeiro, foi suspenso por 90 dias pelo Conselho de Ética do COB (Comitê Olímpico do Brasil). A punição foi decidida em julgamento nesta segunda-feira (3). Não há possibilidade de recurso.

O gancho teve início em 3 de fevereiro, quando o atleta foi afastado provisoriamente, e vai terminar em 3 de maio. Com isso, ele não atua mais na Superliga Masculina nesta temporada. Ele também está proibido de representar a seleção brasileira por um ano, apesar de já ter anunciado que não atuaria mais pela equipe.

No final de janeiro, ele abriu espaço para perguntas em sua caixa de comentários do Instagram. Um dos seus 351 mil seguidores perguntou se ele daria um tiro na cara do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Wallace perguntou se alguém faria aquilo. Pouco depois, ele apagou a postagem.

Para o Conselho de Ética do COB, houve "ato antiético de promover e incitar a violência por meio da internet e das redes sociais".

A conselheira e ex-nadadora Joanna Maranhão se declarou impedida de votar por ser apoiadora de Lula.

O jogador havia sido notificado pelo STJD (Superior Tribunal de Justiça Desportiva), mas o órgão arquivou a denúncia por acreditar não haver relação entre a postagem e o esporte praticado por Wallace.

Nos dias seguintes ao fato, a Advocacia Geral da União havia solicitado ao COB o banimento de Wallace do esporte e a aplicação de multa de R$ 100 mil, o que não aconteceu.

Após a repercussão da postagem, Wallace gravou vídeo pedindo desculpas.

O jogador de vôlei Wallace Souza FIVB

LinkedIn de Ancelotti deve estar bombando

Se perder a Champions, italiano deve ter seu currículo circulando em RHs de clubes

Sandro Macedo

Medalha de ouro no futsal (improvisado no gol) e no vôlei do ensino fundamental em 1986; na **Folha** desde 2001

Desde a recente data Fifa, clubes das principais ligas do mundo têm vivido uma carnificina de técnicos, no melhor estilo "Brasileiro Round 38, Onde a Morte Espreita" (não percam a versão 2023, com legendas em português).

O Bayern de Munique foi ligeiro. Demitiu rapidamente (Julian Nagelsmann) e contratou rapidamente (Thomas Tuchel).

Então a Inglaterra teve sua semana de Casamento Vermelho de "Game of Thrones". Praticamente num mesmo episódio perderam a cabeça os técnicos de Tottenham, Chelsea, Crystal Palace e Leicester.

Logo, Nagelsmann virou a pint preferida do pub londrino inglês. Tottenham e Chelsea estão de olho grande no alemão, que jura que só vai decidir sobre o futuro depois do fim da atual temporada.

E nóis com isso? Bem, devem surgir mais vagas em clubes milionários nas próximas semanas. E uma delas pode ser no Real Madrid, do queridinho da CBF, Carlo Ancelotti. Os "blancos" já perderam o Espanhol para o Barcelona e jogam as fichas do ano na Champions —enfrentam na próxima semana o Chelsea, com algum interino.

Aparentemente, Ancelotti prefere continuar no Real, onde é um queridão. Mas, se perder a Champions, terá seu LinkedIn agitado ao fim da temporada europeia.

Caso o Real resolva namorar com Nagelsmann, Ancelotti pode ter seu currículo circulando nos RHs de Tottenham, Chelsea (de novo) ou PSG (de novo).

E o LinkedIn de Ancelotti é atraente. Está lá: o único campeão da Champions e das cinco principais ligas da Europa (Alemanha, Espanha, Inglaterra, França e Itália).

Sim, você poderia dizer: "Mas Pep Guardiola ou Jurgen Klopp nunca treinaram um time na França ou na Itália" ou "treinar o PSG e só ganhar o Francês tá valendo?". Seriam pontos válidos, querido leitor e querida leitora. Dorival Júnior foi maior para o Flamengo do que Ancelotti para o PSG, sem dúvidas. Mas nem por isso o professor Dori está empregado.

Antes da ressurreição no Real, Ancelotti estava no Everton, time que paga bem, mas não é exatamente um postulante ao título da Premier League. Nesta época, sim, seria mais fácil para a CBF seduzir o míster italiano.

Mas então veio o novo casamento com o Real e a conquista mágica da Champions de 2022, quando time e técnico mostraram que tinham algum pacto com o Coisa-Ruim —a campanha cheia de milagres (ou feitiços) pode ser revista em "Real Madrid - Até o Fim", série em três episódios lançada recentemente na Apple TV+.

Ancelotti só não falou "não" para a seleção porque não foi pressionado. A CBF parece não ter nenhum orgulho e não se preocupa em ser a última carta na mão do italiano.

Mas vai ficar chato esperar tanto tempo para ver seu convite ser rejeitado. Já está na hora de a confederação brasileira colocar em prática o plano B, que pode ser até Jorge Jesus —que já apareceu em zero boatos para treinar na Premier League... incluindo os que envolvem o Leicester.

Outra questão que surge, e o LinkedIn não mostra, é o salário de Ancelotti. Reportagem do L'Équipe desta semana aponta que o treinador figura em sétimo na lista dos dez mais bem pagos do mundo, com € 11 milhões anuais; no ano passado, o jornal espanhol As afirmou que Tite ganhava € 3,8 milhões na seleção, ou cerca de um terço de Ancelotti. Seria um bom aumento na folha de pagamento por aqui.

Mas, cá entre nós (ninguém quer falar em voz alta), não há motivo para um técnico de ponta e com mercado na Europa largar a galinha dos ovos de euro pela... seleção brasileira.

Repertório de Clara Nunes causaria escândalo nos dias de hoje

OPINIÃO

Tony Góes

Escreve para séries de humor, programas de variedades longas-metragens. Tem o blog tonygoes.com.br

"Iansã, cadê Ogum? Foi pro mar / Iansã, cadê Ogum? Foi pro mar..." Assim começa "A Deusa dos Orixás", um dos muitos sucessos da carreira de Clara Nunes. Também era uma das várias canções de seu repertório com letras fortemente influenciadas pelo candomblé e pela umbanda, que essa mineira de Paraopeba (atual Caetanópolis) conheceu depois que se mudou para o Rio de Janeiro.

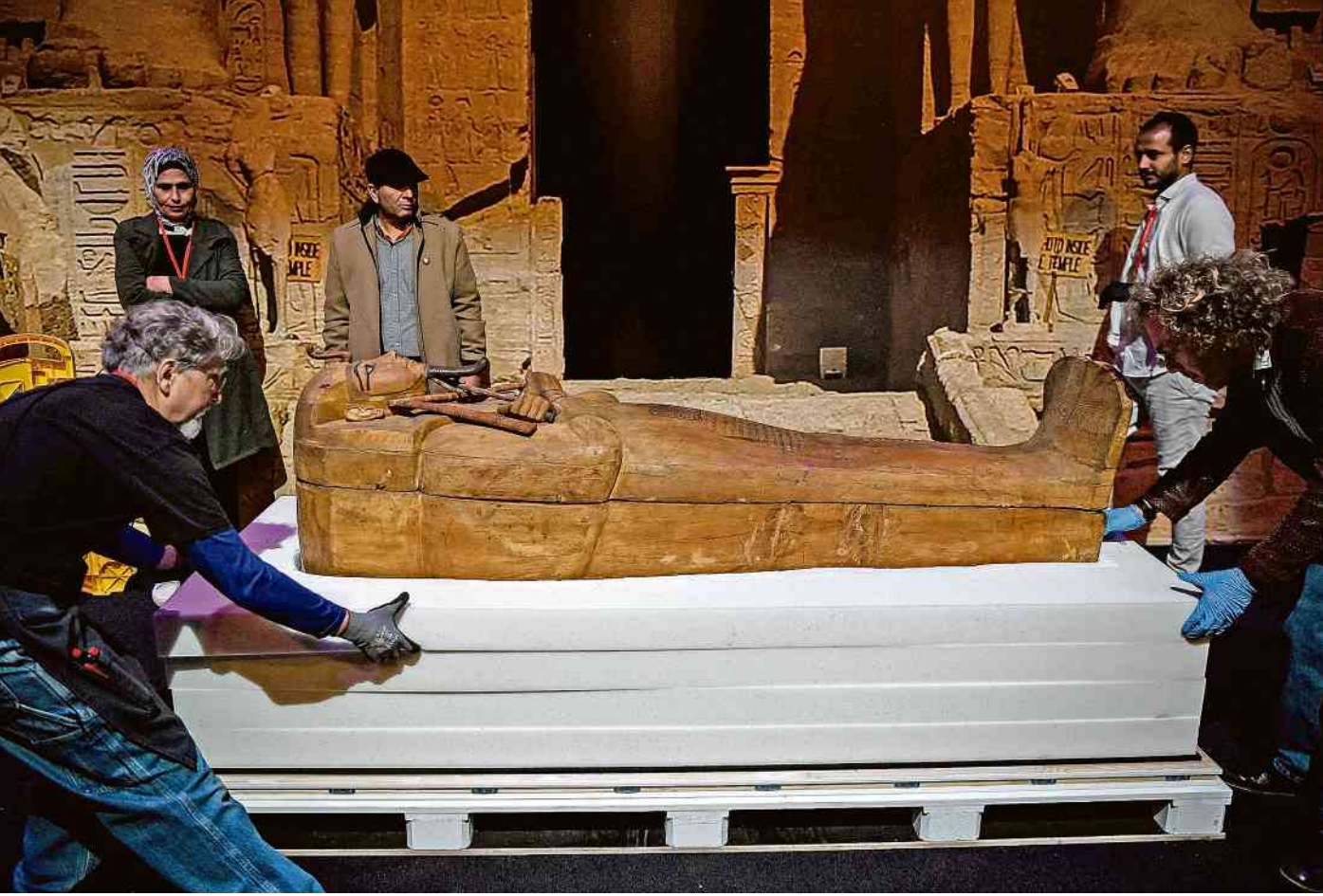
Elementos das religiões de matriz africana são citados explicitamente em faixas como "Banho de Manjericão", "Ijexá", "Tributo aos Orixás" e "As Forças da Natureza". Embora mais mundanas, canções como "Conto de Areia" e "O Mar Serenou" também ostentam o mesmo DNA. Não era só no repertório que Clara Nunes evocava o candomblé. O visual comportado do início de sua trajetória, nos anos 1960, foi evoluindo a ponto de, no final da década seguinte, Clara ter praticamente se transformado numa sacerdotisa do samba, sempre vestida de branco e com adereços nos cabelos que lhe davam um ar de entidade mística.

A cantora morreu no dia 2 de abril de 1983, depois de permanecer em coma por 28 dias, devido a complicações de uma banal cirurgia para a retirada de varizes. O Brasil entrou num choque só comparável ao causado pela morte de Elis Regina, ocorrida um ano antes. Ambas eram grandes estrelas da nossa música, ambas se foram jovens demais.

As quatro décadas sem Clara Nunes vêm sendo marcadas por reportagens. A **Folha** publicou material abrangente sobre sua carreira. No Fantástico de domingo (2), o cirurgião Antônio Vieira de Melo contou detalhes da desproporcional reação que a artista apresentou à anestesia e acabou levando à sua morte. Clara Nunes era praticamente uma unanimidade no Brasil de 40 anos atrás. Hoje seria polarizadora, por causa do repertório impregnado de umbanda e candomblé. Não duvido que viesse a ser alvo de boicotes e ataques se insistisse em cantar a glória dos orixás. Convém lembrar que não era só ela. A música brasileira da década de 1970 mergulhou sem medo nas tradições africanas, numa época em que as igrejas evangélicas tinham uma fração do poder que têm hoje. Maria Bethânia e Gal Costa celebravam Mãe Menininha do Gantois, uma das mais célebres ialorixás da Bahia. Em parceria com Baden Powell, Vinicius de Moraes compôs uma série de chamados afrossambas, como "Canto de Ossanha". Até mesmo Ronnie Von seguiu por essa trilha, abalando sua imagem de príncipe da Jovem Guarda com o hit "Cavaleiro de Aruanda". Isso não quer dizer que as religiões de matriz africana fossem plenamente aceitas naquela época. Não havia notícias de atentados a terreiros, tão comuns hoje em dia, mas a ignorância e o preconceito impediam que elas fossem totalmente integradas ao mainstream da cultura brasileira. Mesmo assim, a presença do candomblé e da umbanda na mídia era maior do que atualmente e ainda não existiam vereadores histéricos querendo remover estátuas de Iemanjá de espaços públicos. O fato é que, com o avanço do neopentecostalismo, o Brasil encaretou. O pior é que também ficou muito mais intolerante com a diversidade, quando não escancaradamente racista.

A cantora Clara Nunes desfila pela escola de samba Portela em 1983 Arquivo pessoal

Clara Nunes, que cantava a fé em deuses negros e celebrava a união das três raças que formaram o Brasil — um conceito não muito acurado do ponto de vista científico, mas de fácil compreensão —, talvez não fosse hoje a superstar que foi há 40 anos. O que seria uma pena, dada sua simpatia, seu carisma e a extensão de sua voz.

O Brasil de 2023 convive numa boa com a pornografia de MC Pipokinha, mas não suporta a liberdade religiosa. Vamos ver se o Ministério da Cultura, agora comandado pela cantora Margareth Menezes, ajudará a reverter esta situação.

RECEBIDO COM HONRAS DE CHEFE DE ESTADO, SARCÓFAGO DE RAMSÉS 2º VOLTA A PARIS 45 ANOS DEPOIS DE SER RESTAURADO
Trabalhadores retiram o caixão emprestado pelo Egito para a mostra 'Ramsés e o ouro dos faraós', aberta nesta segunda-feira (3) Christophe Archambault/AFP

VOCÊ VIU?

O bilionário Elon Musk voltou a provocar os mercados nesta segunda-feira (3), ao trocar o passarinho azul, tradicional logo do Twitter pela figura do cão Shiba Inu, símbolo da criptomoeda Dogecoin.

Ele não explicou a mudança, nem disse se foi temporária ou veio para ficar. Mas a aparição do cãozinho na rede provocou alta de 22% no valor da moeda.

Musk, notório defensor da Dogecoin, criada por brincadeira em 2013, é investigado pelas autoridades americanas, acusado de estimular um esquema de pirâmide financeira que alavancou o valor da Dogecoin em 36.000% em dois anos, antes de despencar.

Sua defesa, coincidentemente ou não, entrou com apelação também nesta segunda-feira.

O cão Shiba Inu, símbolo da Dogecoin Reprodução

Sim, eu tenho necessidades especiais!

Ah, que coisa maravilhosa poder reconhecer isso

Suzana Herculano-Houzel

Bióloga e neurocientista da Universidade Vanderbilt (EUA)

Eu gosto de brincar dizendo que adultos autistas como eu precisam de supervisão adulta, mas é ótimo quando a gente se lembra de levar a brincadeira a sério.

Um problema particular do autismo é que faz parte da constelação de características a falta de autoconsciência sobre o próprio estado emocional: os outros notam antes da gente que estamos incomodados ou preocupados com alguma coisa. Daí ser tão comum a gente só notar que precisava muito de ajuda quando a ajuda já aconteceu — ou quando a coisa fica feia e a gente finalmen te a toalha.

Isso fui eu no aeroporto, dias atrás. Há tempos que o tanto que eu viajo a trabalho me rende embarque preferencial, ainda assim, depois das necessidades especiais das crianças, dos idosos, dos militares e dos ultrassuper VIPs — então o problema que eu não sabia que tinha já estava semirresolvido.

Mas, dessa vez, eu estava entretida experimentando usar o cordão verde de girassóis, que sinaliza dificuldades invisíveis — que eu havia finalmente tirado da bolsa e pendurado no pescoço, uma hora antes —, quando notei (sem supervisão adulta, viva!) que o trem cheio estava me dando arrepios (literalmente).

Usar o cordão pela primeira vez teve um efeito curioso: não sei se os outros ao redor sabem do que se trata, mas eu sei e me senti imediatamente melhor por estar fazendo alguma coisa por mim mesma. Ter controle é maravilhoso, mas a sensação de controle é o que realmente importa.

De cordão de girassóis no pescoço (e o meu é lindinho, com um girassol dependurado; me recuso a usar o crachá que alguns sugerem), me dei conta de que eu tinha subitamente mudado de categoria.

Não era mais a neurocientista-fodona-porém-desnorteada (adoro o paradoxo!) tentando funcionar num mundo barulhento e conturbado que nem criança que põe os dedos nos ouvidos, aperta os olhos e canta lá-lá-lá quando os adultos começam a gritar (aliás, minha nova imagem para explicar o que é stimming). Agora eu era uma pessoa que reconhecia que tinha dificuldades particulares e necessidades especiais, que vêm com elas.

Então fiz o que nunca tinha me ocorrido fazer: fiquei de pé na boca do portão de embarque e, assim que chamaram os passageiros com necessidades especiais para embarcar primeiro, fui com convicção e um sorriso no rosto. Não sei se os agentes reconheceram o cordão, mas não hesitaram em me dar as boas-vindas.

E, uma vez no avião..., ah, que maravilha. Só assim me dei conta da diferença que faz não tentar negociar 13 coisas ao mesmo tempo, o que os outros fazem tão facilmente: achar a poltrona, guardar passaporte e decidir que bolsa colocar em tal lugar, tudo isso sem dar cotovelada sem querer nas pessoas que tentam passar ou atrapalhar quem eu não notei que estava tentando fazer alguma coisa. Era eu e um avião vazio. Deixa eu dizer de novo, porque até me emociona: vazio.

Sentei, abri o joguinho da vez no telefone, e pronto. Sou criança entretida, não atrapalho ninguém. Segue o embarque, por favor. A neurocientista autista agradece!

ACERVO FOLHA

Há 100 anos **4.abr.1923**

Governador de SC vai a MG e faz excursão em área próxima a BH

O governador de Santa Catarina, Hercílio Luz, fez uma excursão de automóvel por municípios próximos a Belo Horizonte em companhia do governador mineiro, Raul Soares.

Eles passaram pela estrada Santa Luzia e visitaram importantes obras públicas. Na ponte de cimento armado, a 61 quilômetros da capital do estado, foi servido lauto almoço, durante o qual foram trocados amistosos brindes.

Depois, o grupo partiu para Lagoa Santa, visitou o túmulo do Dr. Lund (naturalista, paleontólogo e arqueólogo Peter Wilhelm Lund) e realizou um passeio pela localidade.

Eles voltaram a Belo Horizonte ao anoitecer.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Folha da Noite

A QUESTÃO DO ASPHALTO

FOLHA DE S.PAULO ★★★ C1
TERÇA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 2023

Favela chegou

Releituras de camisetas e acessórios de grife viram tendência entre estilistas da periferia, que vestem figuras como Anitta e Glória Groove

Modelos vestem peças do estilista Abacaxi inspiradas pela Furacão 2000, sucesso absoluto nos bailes funk cariocas Eduardo Anizelli/Folhapress

Martina Colafemina

SÃO PAULO "Calça da Gang toda mulher quer/ Uns R$ 200 para deixar a bunda em pé."

A proposta entoada nos anos 1990 pela Furacão 2000 no hit "Calça da Gang" voltou a ser um desejo de muitas mulheres. É que a roupa de cria, como é chamado quem nasce na periferia, está ganhando os pilares da cultura pop para vestir figuras como Anitta.

Foi com um shortinho e um top da Bad Boy que a cantora comemorou seu aniversário no ano passado. A peça ultracurta, estampada com um par de olhos e sobrancelhas arqueadas, foi criada como uma sunga para lutadores de MMA. No entanto, como seu corte evidenciava o bumbum, não demorou para que virasse febre nos bailes funks do Rio e fizesse sucesso nos camelôs.

As peças usadas pela cantora são releituras criadas por Jean Martins, estilista de 23 anos conhecido como Abacaxi. Ele se inspira em sua vida na Vila Kennedy, favela da zona oeste do Rio às margens da avenida Brasil, para reviver o simbolismo dos bailes com referências que vão do afrofuturismo ao País das Maravilhas de Alice, atravessando ainda marcas incontornáveis do imaginário suburbano carioca, como o suco Guaravita.

Anitta não é a única a resgatar o estilo que viveu na adolescência. Gloria Groove, nascida na Vila Formosa, bairro da zona leste de São Paulo, fez o mesmo ao criar a identidade visual de "Lady Leste", seu último álbum de estúdio. Ficou a cargo da estilista Bianca Jahara traduzir as referências da cantora para os croquis.

Um dos principais looks é uma camiseta inspirada por um uniforme de times de futebol, com listras pretas e vermelhas em que se lê Lady Leste em letras que imitam uma pichação. O restante do figurino, reproduzido à exaustão pelos fãs da drag queen, é composto por um biquíni com um shortinho que deixa a calcinha à mostra, um meião e um par de saltos transparentes.

Tasha & Tracie vêm na mesma esteira. Elas trazem em seus looks detalhes que são vistos nos bailes de São Paulo, os chamados fluxos. São os tênis esportivos de 12 molas, calças, bermudas, saias e vestidos aveludados da Cyclone e camisetas da Oakley.

Também estão entre as preferidas dos crias as peças estampadas com símbolos da Ferrari, da Lacoste e da Tommy Hilfiger. São grifes que, quando chegam à favela, ganham outro significado.

O diretor criativo e modelo Abayomi de Oliveira, estilista de Tasha & Tracie e Matuê, também usa referências de cortes mais ligados ao esporte para criar suas peças e editoriais de moda. É uma inspiração que vem da infância. Sem acesso fácil à internet, ele assistia a clipes de rap na televisão e se interessava pelo jeito que cada grupo se vestia.

Abay, como é conhecido, é parceiro de Abacaxi. Eles se conheceram pelas redes sociais e criaram uma conexão imediata. "Somos negros no meio da moda, que é totalmente branco. Somos de comunidade, somos filhos de mães solteiras, não somos estudados. Tudo isso nos deixa bem ligados", diz Abay.

A parceria rendeu uma coleção ambientada em Heliópolis, favela de São Paulo que abriga um dos bailes mais famosos da capital, o Helipa. Em um campo de futebol de terra batida com a comunidade ao fundo, as modelos posam com tops, biquínis e triquinis de times estrangeiros como o Real Madrid, o Barcelona, o Manchester City e o Arsenal.

Outras dançam em cima de caixas de som com copos de whisky e sobem em uma moto BMW com Nike Shox nos pés, óculos enormes e espelhados no rosto e pulseiras, anéis e correntes de ouro com pingentes nas mãos e no pescoço.

Continua na pág. C3

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

MICROFONE ABERTO

Ministérios do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) receberão, nesta terça-feira (4), um documento com propostas emergenciais voltadas à crise penitenciária vivida no Rio Grande do Norte. Uma delas sugere, por exemplo, que o presidente da República conceda o perdão de pena a todas as pessoas presas acusadas por crimes sem violência ou grave ameaça.

TEMOR As proposições foram elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), que diz acompanhar "com extrema preocupação" tanto as ações violentas no estado quanto as respostas dadas por autoridades.

VEJA BEM De acordo com a instituição, a edição emergencial de um decreto de indulto não traria prejuízos ao tradicional perdão natalino e ainda possibilitaria, às pessoas presas, reparar os danos por elas causados de forma mais satisfatória.

BALANÇA "Em um país que atravessa o mais evidente desmoronamento de sua política penitenciária, já reconhecido inclusive pelo pleno do STF [Supremo Tribunal Federal], não há alguma racionalidade na manutenção de prisões por furtos ou crimes sem violência", defende o IBCCrim.

GESTÃO O documento ainda pede que seja criado um gabinete de crise para lidar com a questão penitenciária no estado —mas que ele fique sob a alçada do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

GESTÃO 2 "Vemos com preocupação que se estejam priorizando medidas voltadas apenas à atuação de forças de segurança, como o acionamento da Força Nacional, sem a elaboração de um plano integrado de políticas públicas", afirma.

QUE TAL... O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luís Roberto Barroso escolheu um show do cantor, compositor e escritor Chico Buarque como o destino de sua primeira saída social após a morte de sua mulher, Tereza Cristina van Brussel Barroso, e as três cirurgias abdominais que realizou recentemente.

... UM SAMBA? Seus filhos, Luna e Bernardo van Brussel Barroso, o acompanharam durante a apresentação no Tokio Marine Hall, em São Paulo, no último dia 24. "Chico Buarque é a melhor versão do Brasil. Poesia, beleza, empatia e solidariedade. Um dos maiores de todos os tempos", afirma o ministro.

TURNÊ O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) não foi à China com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que adiou a ida ao país após um diagnóstico de pneumonia, mas tem abordado temas caros à sua agenda durante um périplo pela Europa.

TURNÊ 2 O dirigente João Paulo Rodrigues passou por Inglaterra, Espanha, França, Suíça e Alemanha nos últimos dias. Em Madri, pediu que movimentos sejam ouvidos para o acordo entre União Europeia e Mercosul. "Senão os franceses engolem a gente", brinca, em menção à exportação agrícola.

ESTATUETA

Fotos Jeferson Custódio de Oliveira/Divulgação

A atriz Renata Sorrah 1 e o ator Alexandre Nero 2 prestigiaram a cerimônia de entrega do 33º Prêmio Shell de Teatro, realizado no Teatro Riachuelo, no Rio de Janeiro, no dia 21. O crítico Evaristo Martins de Azevedo 3, que integra o corpo de jurados da premiação, esteve lá

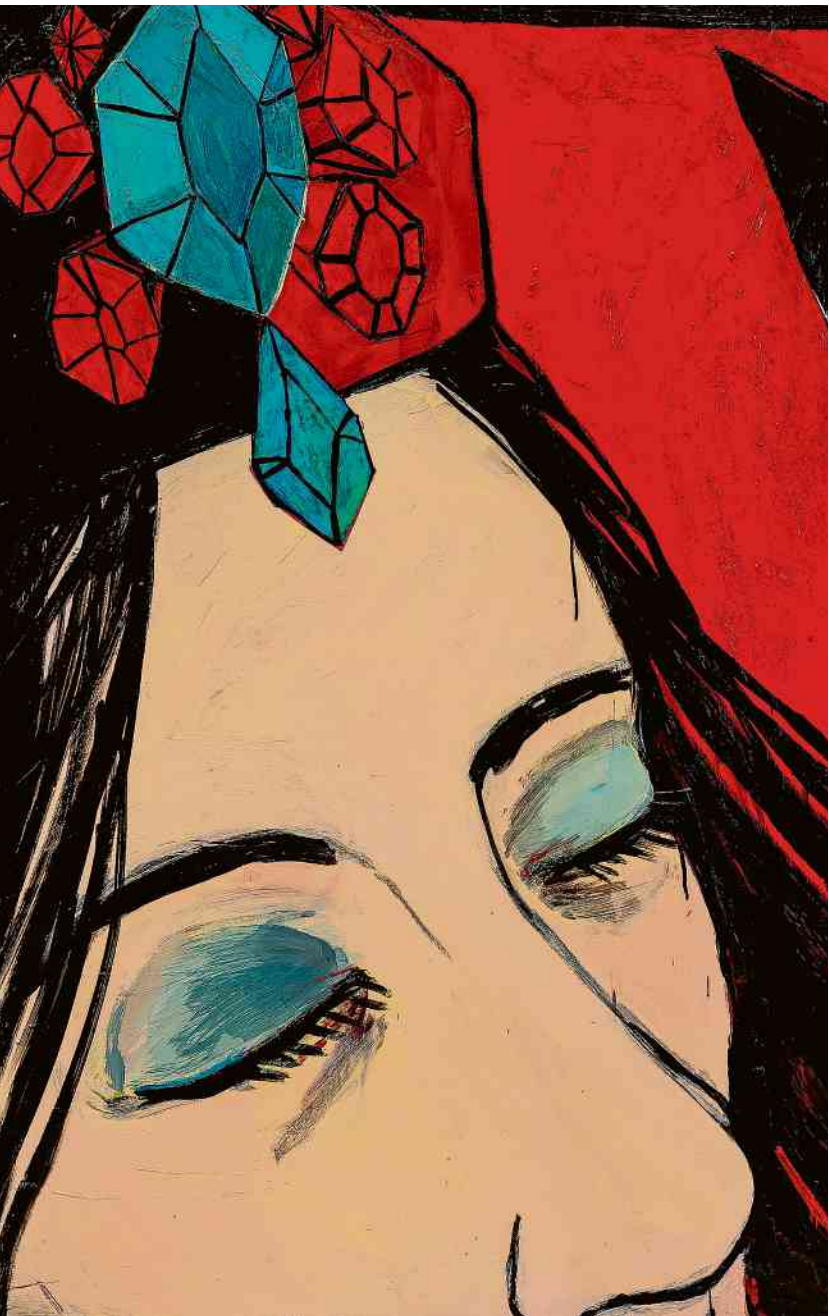
CONSERVAÇÃO O Ministério Público de São Paulo se manifestou a favor de uma ação que pede que a Livraria Cultura do Conjunto Nacional, na capital paulista, tenha o seu espaço físico preservado. O órgão ainda recomenda que a prefeitura apresente uma proposta preliminar de proteção para que, eventualmente, o local seja considerado um patrimônio cultural.

CONSERVAÇÃO 2 O parecer se deu no âmbito de uma ação da vereadora Luna Zarattini (PT). No entendimento da promotora de Justiça Claudia Cecilia Fedeli, a comoção gerada pelo fechamento da livraria traz "indícios fortes de que se trata efetivamente de um patrimônio importante para a cultura local". Caberia ao município, portanto, protegê-lo.

CAVALETE O STJ (Superior Tribunal de Justiça) sediará uma exposição com 20 fotografias de Sebastião Salgado. Intitulada "Povos Indígenas: Natureza e Justiça", a mostra se propõe a retratar os riscos aos quais os indígenas estão submetidos, especialmente aqueles que se encontram na Amazônia Legal.

CAVALETE 2 A exposição integra as iniciativas da corte dedicadas ao Dia dos Povos Indígenas, em 19 de abril. Nos dias 17 e 18 deste mês, será realizado o simpósio internacional "Povos Indígenas, Natureza e Justiça" —na ocasião, os participantes terão acesso exclusivo à mostra de Sebastião Salgado. O público, por sua vez, poderá visitá-la a partir do dia 19.

BOLSO O fundo da B3 para ações sociais prevê investir, neste ano, R$ 50 milhões em iniciativas que impactem ou tenham potencial de impactar políticas públicas, com prioridade para aquelas que contribuam com a melhoria da educação pública brasileira.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Detalhe de pintura de Vânia Mignone, artista da Casa Triângulo, que estava na SP-Arte Divulgação

SP-Arte vende bem, mas galeristas reclamam do excesso de visitantes

Para marchands, volume de pessoas atrapalhou negócios, mas a feira diz que Lei Rouanet exige abertura para todos

João Perassolo

SÃO PAULO Vendas acima das expectativas, mas excesso de público. Esta é a avaliação de diversos galeristas que participaram da 19ª SP-Arte, feira que terminou domingo, dia 2, depois de cinco dias de corredores lotados no pavilhão da Bienal, em São Paulo. Foram mais de 30 mil visitantes desde quarta, dia 29, segundo os organizadores. Um recorde.

Antonia Bergamin, sócia da Galatea, disse que suas vendas se espalharam por todos os dias da SP-Arte e não ficaram concentradas apenas na quarta-feira, o primeiro dia, antigamente dedicado somente a colecionadores e convidados e, portanto, um momento certeiro para fechar negócios.

Ela relata ter vendido em torno de 50 obras de artistas contemporâneos, na faixa de R$ 20 mil a R$ 30 mil, a exemplo de trabalhos de Carolina Cordeiro e Allan Weber. Há ainda uma Tarsila do Amaral em negociação que pode sair por mais de R$ 3 milhões.

Thiago Gomide, da Gomide & Co, diz ter vendido 74 obras, num total de R$ 12 milhões.

André Millan, da galeria que leva seu sobrenome, diz que a diversificação do público abre um leque de perspectivas de venda, embora estes novos compradores optem por obras de tíquete mais baixo.

De acordo com Millan, esta edição da SP-Arte foi melhor que a anterior em negócios por causa da pandemia ser, entre aspas, um capítulo encerrado, e porque a imagem do Brasil no exterior está melhor com a saída de Jair Bolsonaro e o retorno de Lula à presidência, fatores que trazem mais colecionadores de fora dispostos a gastar na feira.

Alexandre Gabriel, sócio-diretor da Fortes D'Aloia & Gabriel, também cita a diversificação de visitantes. Segundo ele, este talvez tenha sido o ano com mais compradores de fora do eixo Rio de Janeiro e São Paulo. "As pessoas se sentem melhor de se aproximar da galeria na feira do que na própria galeria. A gente tem muita fama de antipático. A feira quebra o gelo. Isso é bom", ele afirma. "O ideal é ver a arte no museu, não na feira. Mas acho que [a SP-Arte] fomenta o colecionismo de uma maneira mais ampla."

Casas menores também encheram seus porquinhos de moedas. Ian Duarte, da Verve, relata uma alta procura pelas pinturas em pequeno formato de Adriel Visoto. Gisela Gueiros, da Gisela Projects, estreou na SP-Arte e diz que conseguiu cobrir os custos de sua participação, altos para uma galeria de menor porte e sem espaço físico como a sua.

Pelos relatos, a SP-Arte cumpriu seu objetivo, o de conectar compradores de arte a vendedores. Ainda assim, galeristas reclamaram do excesso de público na abertura, quarta-feira, um dia que tradicionalmente era dedicado apenas a convidados, mas que desde 2022 é aberto para todos.

Parece contraditório que o alto número de visitantes seja um problema numa feira. O ponto, diz um marchand, é que as negociações eram cortadas ao meio pelos grupos de dezenas de pessoas das visitas guiadas, uma ação da SP-Arte para agregar conteúdo à sua marca. Outro galerista afirmou que o alto número de pessoas no primeiro dia significou que ele fez mais social sem fechar tantos negócios.

A SP-Arte afirma que abrir para o público desde o primeiro dia é uma exigência vigente há quatro anos para projetos incentivados pela Lei Rouanet. A SP-Arte foi autorizada este ano a captar quase R$ 3 milhões pela lei, dos quais obteve até agora R$ 600 mil.

Em relação às visitas guiadas, a organização afirma que realiza um trabalho educativo e de formação do público visitante e que elas só haviam sido suspensas durante o período de pandemia de Covid.

Diz ainda que estavam programadas visitas na sexta, dia 31, e no sábado, dia 1º, limitadas a 12 participantes. "Com o sucesso da feira e o grande interesse do público, outras visitas guiadas acabaram se formando espontaneamente e sem a participação direta da organização", acrescenta.

Modelos vestem roupas do estilista Abacaxi na região da Pedra do Sal, zona portuária do Rio de Janeiro Eduardo Anizelli/Folhapress

Favela chegou

Continuação da pág. C1

Depois de passar uma temporada na Itália, Abay emplacou editoriais de moda no Brasil e na Europa. Suas criações estamparam uma capa da revista portuguesa Lux Woman e da Glamour brasileira. "A estética foi bem aceita pelo público europeu e se tornou referência para outros estilistas, que introduziram a camiseta de time nas passarelas", diz.

Seu primeiro desfile aconteceu nas gravações do clipe de "Mantém", de Matuê e WIU. No vídeo, os rappers interagem com uma passarela montada por Abay no pavilhão da Bienal de São Paulo.

A ascensão do estilo de cria, aliás, acontece no momento em que o funk se tornou o segundo gênero musical mais popular do Brasil entre jovens entre 15 e 29 anos, segundo pesquisa do Datafolha do ano passado, e também o mais ouvido do país no exterior.

Professora de antropologia da PUC-RJ, Mylene Mizrahi estudou em seu mestrado a calça da Gang, aquela da música da Furacão 2000, que conferia conforto ao mesmo tempo em que evidenciava o bumbum.

As peças originais, feitas de moletom ou jeans strech, eram usadas por celebridades como Jennifer Lopez, Paris Hilton e Gisele Bündchen. Já as réplicas, vendidas por camelôs, eram vistas nos bailes.

Assim como as camisetas de grifes, as calças eram objetos de desejos dos crias. Mais tarde, isso influenciou a criação do funk ostentação em São Paulo. "A ostentação já existia no Rio para além das roupas, com o ouro e as armas. Era uma maneira de eles mostrarem que se pode ter tudo o que as classes abastadas têm, mas do jeito deles", diz Mizrahi, que escreveu os livros "Figurino Funk: Roupa, Corpo e Dança em um Baile Carioca" e "A Estética do Funk Carioca".

O estilo de cria tanto desce da favela para o asfalto quanto entra na periferia pela televisão e por outras mídias.

O Nike Shox, os óculos Juliet e as camisetas de time, por exemplo, não nascem na comunidade, mas as peças passam a representá-la e a gerar um movimento estético quando são usadas pela periferia. "É uma questão do corpo que está usando", diz Mizrahi.

Prova disso é a minissaia plissada Darlene, batizada em homenagem à personagem de Deborah Secco na novela "Celebridade", exibida em 2003.

Mais tarde, veio ainda Suelen, personagem de Isis Valverde em "Avenida Brasil", e Valeska, vivida por Juliane Alves em "Babilônia". As personagens usavam calças de cintura baixa, coloridas e metalizadas, além de jeans justíssimos.

"Volta e meia, a mídia aposta nos estereótipos, porque eles ressoam para o público", afirma a professora da PUC.

Os estilistas dizem estranhar ver suas criações em quem não é da periferia. "Há pouco tempo, nossa moda não era vista com bons olhos. Foi preciso passar por vários processos difíceis para convencer a galera de usar. Quando vejo pessoas de classe alta usando, fico assustado. Mas fico feliz, porque eles estão divulgando meu trabalho e mostrando um outro lado", diz Abacaxi.

"Se estão usando, significa que estamos sendo vistos. Somos referência. Com naturalidade, acho legal. Tem o lado de apropriação cultural, obviamente. Alguns artistas não têm a menor missão, mas precisam estar em alta. Ao meu ver, passam vergonha. Mas quem sou eu para ditar moda?", diz Abay, entre risos.

A visão dos estilistas é amparada pela da antropóloga. Ela afirma que o baile funk sempre foi um espaço em que todos os corpos têm vez. "Nos shows da Gaiola das Popozudas, subiam no palco a Valeska, toda sarada, duas outras dançarinas mais magras e uma anã", diz, ao relembrar que não havia distinção entre qual roupa supostamente seria melhor para cada corpo.

Nos desfiles de Abacaxi, é possível ver uma modelo de pernas torneadas, pele negra brilhante e abdômen esculpido vestindo uma microssaia com as cores do Brasil seguida de outra, plus size e de seios fartos, nos mesmos trajes. O próximo modelo pode ser um homem usando um dos shortinhos, que antes só eram vistos em corpos femininos.

O problema, para estes estilistas, é outro. Depois que sua criação apareceu no corpo de Anitta, a Bad Boy impediu que Abacaxi continuasse vendendo seu shortinho, ainda que outras réplicas seja encontradas facilmente na internet. Sua loja, virtual, está fechada temporariamente.

"Quando a gente é preto, vem da periferia e trabalha sozinho, ficamos cansados de sempre tentar, bater na porta e a porta nunca abrir", diz.

Vestir famosos não mudou o propósito de Abacaxi. Ele diz que não vai não aumentar os preços, que giram em torno de R$ 50 a R$ 100 por peça, porque quer que suas criações sejam acessíveis para moradores da periferia. É a mesma preocupação de Jahara, a estilista de Glória Groove.

Isso não impede Abacaxi de sonhar alto. Ele quer que suas peças, desfiladas com irreverência e sem convite até na entrada do Baile da Vogue, conquistem o mundo todo. Mas sem perder a essência, diz. "Em qualquer lugar que você vá, sabem de onde você veio. É shortinho, é top, é chinelinho Havaianas. É favela."

Djavan recria a sua Maceió dos sonhos em show de turnê que vai rodar o país

Antes visto com indiferença, cantor hoje é unanimidade na cidade, onde fez apelo contra desigualdade social

Lucas Brêda

Djavan durante show em Maceió que abriu a turnê do seu último disco, 'D' Divulgação

MACEIÓ (AL) Ao ser questionado pela imprensa sobre o que achava de sua música "Oceano" passar a dar nome ao bairro de Cruz das Almas, em Maceió, sua cidade natal, Djavan disse que não gostava da ideia.

Espontânea e um tanto cômica, a reação foi mais um capítulo da relação complexa de décadas entre a capital do segundo menor estado do Brasil e um de seus filhos mais ilustres, que tem o nome fincado entre os grandes da MPB.

Na última sexta-feira, dia 31, Djavan cantou para cerca de 30 mil pessoas no Estacionamento de Jaraguá, em um show abarrotado, com ingressos a preço popular e relatos de superlotação, em que resgatou músicas pouco cantadas e se declarou à cidade.

Foi a abertura da turnê do álbum "D", que vai atravessar o Brasil nos próximos meses. Ela agora passa pelas principais capitais do Nordeste e chega a São Paulo em 19 de maio, no Espaço Unimed, que também tem uma apresentação no dia 20. Depois, vai para o Rio de Janeiro em 26, 27 e 28 do mesmo mês, no Qualistage, e segue para Europa.

"Soube que empresários querem trocar o nome do bairro porque dá azar", diz. "Acho poético este nome. Tem 'cruz' e 'alma'. Acho lindo. Disse ao prefeito que Maceió é linda também porque tem um bairro chamado Cruz das Almas."

De certa forma, a proposta de mudança de nome, homenagem um tanto destrambelhada ao músico, carrega alguma semelhança com a trajetória do próprio Djavan. Depois de ficar conhecido localmente tocando Beatles com a banda LSD, no fim dos anos 1960, ele trocou Maceió pelo Rio de Janeiro em 1974, já "condenado a viver do que cantar", como versa na música "Alagoas".

Nos anos 1970, quando lançou os primeiros álbuns, Djavan não era visto como gênio em Maceió. "Não queriam saber de mim. É um pouco do espírito de 'santo de casa não faz milagre'", relembra o cantor.

Na verdade, nem no Sudeste sua música era aplaudida, fosse pelos ritmos com tempos quebrados e confusos, fosse pelo uso pouco convencional das palavras em sua poesia.

"Isso começou a mexer comigo, porque chegava um produtor e falava: 'Djavan, você tem talento, mas sua música é complicada. Por que não facilita?'", ele conta. "Teve um que me deu até um exemplo. 'Sabe Antônio Carlos e Jocáfi? Fazem um versinho e um refrão e estão milionários'. Eu não entendia o que eles queriam dizer com aquele papo."

Não foi a única proposta de mudança que Djavan ouviu naqueles anos. Manter a estranheza, que tanto lhe confere originalidade quanto é motivo de depreciação por quem não gosta de sua arte, é coerente com a vontade de preservar o nome de Cruz das Almas —inusual como sua música.

Foi em Angola que ele adquiriu coragem para seguir estranho. Na virada dos anos 1970 para os 1980, Djavan já tinha alguns discos, hits e a carreira em ascensão, quando participou de excursão com grandes nomes da música, como Martinho da Vila e Dorival Caymmi.

A caravana foi recebida com celebração na Ilha de Mussulo, a 40 minutos de distância de Luanda, capital de Angola.

"A gente começou a ouvir aquele canto se avolumando e, quando vimos o cais, estava lotado. Todos com guizos nos braços e um instrumento. As mulheres, com um filho amarrado nas costas."

Aquele canto, que tanto emocionou, gerou uma identificação em sua maneira de dividir os compassos.

"Pensei: 'Sou daqui, vim daqui, minha música é daqui'. Aquilo me salvou. Tirou o peso de fazer música estranha e ser estranho. Não quis saber de mais nada. Minha música está certa. Errados são vocês."

A injeção de autoestima pode ser notada nos álbuns do começo da década de 1980, quando, na visão de Gilberto Gil, a MPB precisava de alguma purpurina. Possivelmente em seu auge criativo, o alagoano introduziu no álbum "Lilás", de 1984, os teclados coloridos e saturados que hoje são obsessão estética de moderninhos dentro e fora do Brasil.

> "[Numa visita a Angola], pensei: 'Sou daqui, vim daqui, minha música é daqui'. Isso me salvou. Tirou o peso de fazer música estranha. Não quis saber de mais nada. Minha música está certa. Errados são vocês
>
> Para crescer, tem que começar pela periferia. Quando chego no Trapiche, [em Maceió], é o horror de sempre. O governo não chega à periferia
>
> **Djavan**
> cantor

"Esse disco, embora tenha tido êxito, foi polêmico", diz Djavan. "Veio depois do 'Luz', que era praticamente semi acústico e foi sucesso de público e crítica. Aí vim em 'Lilás' de outro jeito, usando teclados com aquela densidade e volume. Chocou bastante."

Depois de chegar ao Rio, Djavan ficou sete anos sem pisar em Maceió, por falta de dinheiro para as passagens de avião. No ano de "Lilás", retornou à capital alagoana para seu primeiro show em um estádio, o Rei Pelé, onde joga um dos times do coração, o CSA. Ele então reuniu 50 mil pessoas.

Aquele foi o pontapé para a retomada da relação que era um tanto fria, mas foi selada nos anos 1990, quando se tornou quase unanimidade no estado. Hoje, a cidade é tanto de Djavan quanto ele é dela, dos cantores nos bares da orla entoando sucessos ao saxofonista de rua que não passa um pôr do sol em Ponta Verde sem tocar "Eu te Devoro".

No show de sexta que parou as ruas de Jaraguá, bairro histórico de Maceió, Djavan cantou "Alagoas", que raramente toca, e "Ventos do Norte", uma das poucas músicas que compôs na capital alagoana e chegou a gravar, pela primeira vez em 47 anos. Fez juras de amor à cidade, mas cobrou as autoridades.

Disse que nunca esqueceu Alagoas um minuto desde que se mudou para o Rio e que, se dependesse dele, o estado seria o mais feliz do mundo.

"Mas eu não posso. Conto com o poder público", afirmou, antes de pedir que todos tivessem o direito de comer ao menos três vezes ao dia.

"Para crescer de verdade, tem que começar pela periferia", disse. "Quando chego no Vergel do Lago ou Trapiche, esses bairros, é o mesmo horror de sempre. O estado não chega na periferia que envolve o núcleo da cidade. Saneamento básico, moradia, tudo isso é muito precário."

O show em Jaraguá foi político, com introdução de fala gravada de Sonia Guajajara, ministra dos Povos Indígenas no novo governo de Lula, do PT, do qual Djavan foi eleitor. Ele dedicou a apresentação às minorias e se posicionou, nas suas palavras, contra o obscurantismo que o país vivia.

Em alguns momentos, uma fatia tímida do público da única capital nordestina que na última eleição deu maioria de votos a Jair Bolsonaro chegou a gritar contra o ex-presidente e a favor do atual. Havia camisetas com o rosto de Marielle Franco na plateia, mas não há dúvidas de que os bolsonaristas também estavam espalhados no estacionamento que foi transformado em palco.

De muitas maneiras, o show quente e aglomerado em Jaraguá, com os ingressos mais baratos à venda por R$ 30, talvez seja a manifestação possível da Maceió que povoa os sonhos de Djavan —menos desigual, mais inclusiva, sorridente e capaz de celebrar e reconhecer a própria cultura.

Uma bem diferente daquela que, a poucos quilômetros dali, destruiu casas e afetou 60 mil moradores dos bairros próximos à lagoa Mundaú, esvaziados pela atuação de mineração da empresa Braskem na extração de sal-gema, no maior desastre ambiental urbano em curso no país.

Regiões que, aliás, são muito próximas de onde ficava a capela do Farol, cantada por Djavan em "Alagoas". Ali também foi onde ele foi criado, o que o fez se emocionar ao falar da destruição não só física, mas psicológica, dos bairros desapropriados.

"Destruíram não só vidas, mas uma história densa que existia naqueles bairros. E ficam hoje mendigando para ressarcir as pessoas. Elas não vão reaver suas histórias. É absurdo. As pessoas não podem ficar na rua da amargura."

Foi uma emoção que transpareceu no palco em Jaraguá, do qual Djavan, sempre tímido, distribuiu sorrisos e agradecimentos. O show, feito para ocupar teatros e casas fechadas, é cheio de hits, mas tem momentos de introspecção pouco comuns a quem se propõe a entreter as massas.

Maceió foi exceção a Djavan, que catalisou sentimentos paradoxais em intensidade rara —assim como Cruz das Almas, um tanto estranho, mas por isso mesmo muito bonito.

O repórter viajou a convite da produção

Djavan

São Paulo: Espaço Unimed - rua Tagipuru, 795. 19 e 20 de maio, às 22h30. Esgotado **Rio de Janeiro:** Qualistage - av. Ayrton Senna, 3.000. 26, 27 e 28 de maio, às 22h. Esgotado

O apóstolo e o editor literário

Vou fazer brainstorm com os apóstolos e te dou um retorno

Manuela Cantuária
Roteirista e escritora, faz parte da equipe do canal Porta dos Fundos

Editor: Tem potencial, Mateuzinho. Gostei bastante. Só tenho algumas observações bem pontuais. Qual o objetivo do protagonista? O que ele quer?

Mateus: Salvar a humanidade.

Editor: Não sei, um pouco clichê, não acha? Fora que é muito impessoal. Perde a identificação do público. O Homero, por exemplo, quer voltar para casa, para os braços da mulher que ele ama. A gente sente a dor dele, torce por ele.

Mateus: Você acha que vale acrescentar um par romântico para Jesus, então?

Editor: Um não. Vários. Que adianta você ser o filho de Deus se não pega ninguém? Sexo vende, Mateus. A história tá legal, mas pode ficar mais picante. Dá uma lida nos mitos do Baco. Pode ser uma referência.

Mateus: Não sei, o contexto é muito diferente.

Editor: Uma dúvida. Por que ele decide ir para o deserto assim do nada? Quem decide ir para o deserto do nada? Não tem nada lá, Mateus. Por isso que o nome é deserto.

Mateus: Ele foi conduzido pelo espírito de Deus.

Editor: Não é forte o suficiente. Tem que construir melhor esse setup. A parte da tentação funciona. O antagonista é ótimo. Vilão tem que ser carismático. Acertaram em cheio. Pensando até em lançar uma biografia desse cara. Vai vender que nem água. Você tem o contato do agente dele?

Mateus: Não tenho.

Editor: Outra coisinha boba. Aquela meiuca ali do segundo ato está um pouco arrastada. Muita pregação, muito blá-blá-blá. Senti falta de ação. O cara cheio de inimigo, não vai cair na mão com nenhum?

Mateus: Jesus era pacífico.

Editor: Fofo. Um querido. Mas assim... Já leu "A Poética", de Aristóteles? Protagonista é aquele que age. Não dá para ficar panguando assim, dando a outra face. Não engaja o leitor. Bota ele para matar nem que seja um dragãozinho. Imagina: o dragão apavorando na Judeia, chega Jesus metendo logo uma voadora.

Mateus: Complicado.

Editor: Longe de mim interferir no teu processo criativo. Tô te dando esses toques porque tenho experiência no mercado. Não é porque o Velho Testamento é best-seller que o Novo vai ser. Sequência é difícil. Mas vai na sua verdade. Agora, se puder dar mais uma nota, essa é a mais importante. O final está muito para baixo. O cara é torturado, crucificado e morre? Mó climão.

Mateus: Certo. Vou fazer um brainstorm com os outros apóstolos e te dou um retorno.

Silvis

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | **QUA. Hmmfalemais** | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Primeiro seriado grego da Netflix tem música como elemento central

O Maestro e o Mar
Netflix, 16 anos
A primeira série grega da plataforma conta a história de Orestis, um professor de música que se muda para a ilha de Paxos para organizar um festival. Lá ele conhece Kielia, uma jovem que quer estudar na cidade de Atenas e acaba se envolvendo com os problemas da pequena comunidade. A segunda temporada já foi confirmada.

The Little Drummer Girl
Lionsgate+, 16 anos
Florence Pugh faz uma atriz inglesa que é contratada por israelenses para se infiltrar em uma célula de terroristas palestinos. Esta minissérie em seis episódios adaptada do romance homônimo de John LeCarré foi dirigida pelo cineasta sul-coreano Park Chan-wook e ainda tem Alexander Skarsgård e Michael Shannon no elenco.

Vice Versa
Looke, 12 anos
Vítima de bullying na escola, uma adolescente reza para que sua algoz saiba como é dura sua vida, pelo menos por um dia — e tem seu pedido atendido. Comédia com Denise Richards.

O que É o Studienkolleg?
Zoom, 14h, grátis
Este evento online mostra como o instituto Goethe ajuda quem quer fazer graduação na Alemanha a se preparar para os testes de admissão.

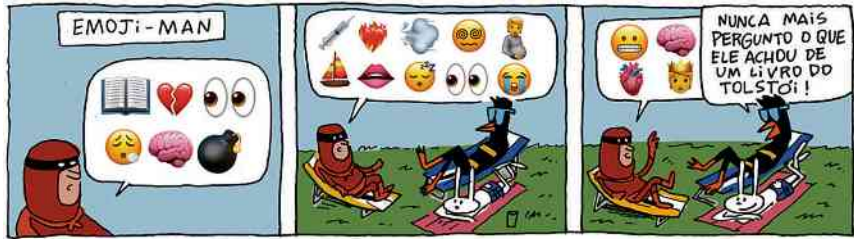
Provoca
Cultura, 22h, 10 anos
Marcelo Tas conversa com a designer de moda Carol Barreto, criadora do projeto Modativismo, sobre padrões de beleza, racismo e machismo.

Cazuza – O Tempo Não Para
Canal Brasil, 19h40, 16 anos
No dia em que o celebrado cantor e compositor completaria 65 anos, o canal exibe a cinebiografia dirigida por Sandra Werneck e Walter Carvalho, que tem Daniel de Oliveira no papel principal.

Jornal das 10
GloboNews, 22h, livre
O noticiário estreia a série de reportagens "Os Desafios da Reforma Tributária", que terá episódios semanais até 2 de maio. Bianca Lima vai explicar os desafios técnicos por trás da elaboração do texto, e Pedro Figueiredo mostrará os bastidores da política.

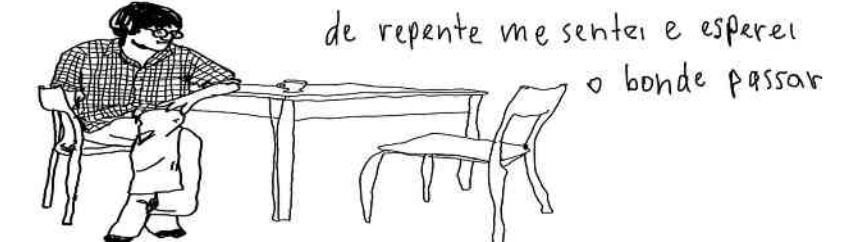
QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

Vida Besta *Galvão Bertazzi*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

MÉDIO

8		7			1	2		
6						1		5
	5			6				
	4		6		3			1
	7		9		2		5	
9			7		5		6	
				2			9	
2		9						4
		8	1			5		3

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

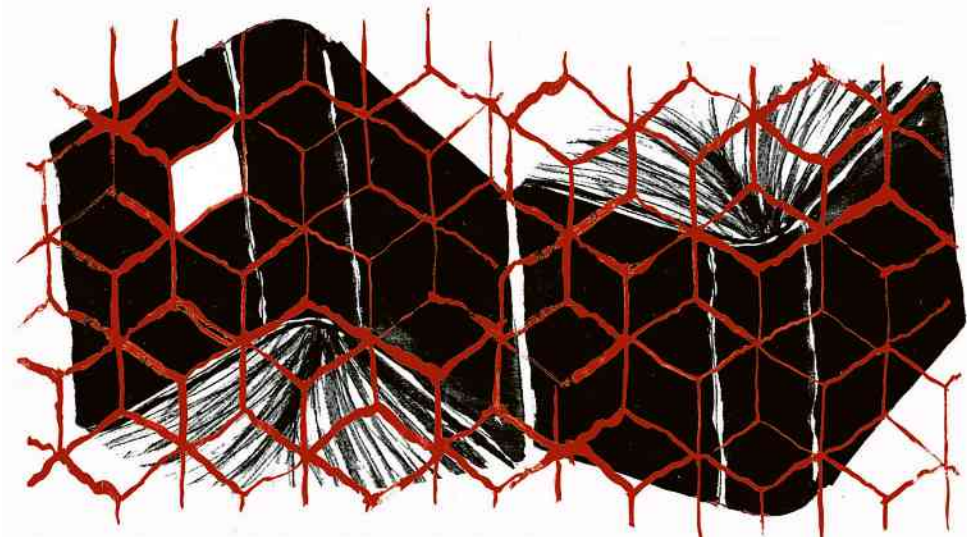
SOLUÇÃO

8	9	7	5	3	1	2	4	6
6	2	3	4	7	9	1	8	5
1	5	4	2	6	8	7	3	9
5	4	2	6	8	3	9	7	1
3	7	6	9	1	2	4	5	8
9	8	1	7	4	5	3	6	2
4	1	5	3	2	6	8	9	7
2	3	9	8	5	7	6	1	4
7	6	8	1	9	4	5	2	3

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Centro espacial e aeronáutico dos Estados Unidos / Diz o provérbio que é o melhor tempero **2.** Redução de apartamento / Caixa com tampa, usada para guardar roupas, documentos etc. **3.** Mulher de família nobre / A última refeição em cada dia **4.** Que teve a agressividade provocada ou aumentada **5.** Leandro Hassum, ator / Daquele homem **6.** Que se inspira no amor **7.** Causas, razões **8.** As iniciais da cantora Claudette / Ira exaltada **9.** Frasco para líquidos, usado por campistas / Carlos Chagas (1878-1934), descobridor da doença que leva seu nome **10.** Que abrange, envolve **11.** Mulher que está bem de saúde / Vínculo **12.** Círculo metálico a que se adapta o pneu das bicicletas / Espécie de enxada para para ajuntar cereais nas eiras **13.** Palavra que exprime condição / (Lauderdale) Cidade da Flórida, nos EUA.

VERTICAIS
1. O tenista espanhol Rafael / O tabuleiro de xadrez possui 64 **2.** Grupo de índios muito presente em filmes de faroeste / Casa noturna de espetáculos de variedades **3.** Prefixo: metade / Murmurado entre dentes **4.** Entusiasmo / Clube campeão pela terceira vez **5.** Recondicionar um motor **6.** Cruel imperador romano / A preposição de, em inglês **7.** Seguir as ordens de alguém / (de Deus) Famoso pico da serra dos Órgãos, no RJ **8.** Uma roupa para ser usada na praia ou na piscina / Que tem todas as cores **9.** A sigla do país de LA e NY / Osso do final da coluna vertebral.

HORIZONTAIS: 1. Nasa, Fome. **2.** Apê, Baú. **3.** Dama, Ceia. **4.** Acirrado. **5.** LH, Dele. **6.** Erótico. **7.** Origens. **8.** CS, Fúria. **9.** Cantil, CC. **10.** Abarcador. **11.** Sadia, Elo. **12.** Aro, Rodo. **13.** Se, Fort. **VERTICAIS: 1.** Nadal, Casas. **2.** Apache, Cabaré. **3.** Semi, Rosnado. **4.** Ardor, Tri. **5.** Retificar. **6.** Calígula, Of. **7.** Obedecer, Dedo. **8.** Maiô, Onicolor. **9.** EUA, Sacro.

Angelo Abu

Crítica da razão impura

Uma sociedade decente pode exigir a infelicidade do maior número

João Pereira Coutinho
Escritor, doutor em ciência política pela Universidade Católica Portuguesa

Andei pensando: serei mais Kant ou mais Bentham? Serei mais deontologista ou mais consequencialista?

A culpa das perguntas angustiantes é de Álvaro Machado Dias e Hélio Schwartsman, que conceberam estudo notável sobre a ética dos brasileiros.

Se eu fosse brasileiro, teria sérias probabilidades de ser deontologista. Aliás, mais que a média: é entre os 41 e 50 anos, purgatório em que me encontro, que o pessoal se revela fã de "princípios". Como explicar?

Crise da meia-idade, suspeito. Quando chegamos a essa fase, somos como náufragos, procurando certezas no meio de uma tempestade.

Ou talvez não. Se fosse confrontado com as perguntas de Dias e Schwartsman, o mais provável era responder com novas perguntas. Não posso ser ambos? E, já agora, não posso incluir, por especial favor, alguma ética da virtude?

A primeira pergunta é fruto da experiência. A ideia de que somos eticamente consistentes, aderindo e cumprindo uma só teoria, não sobrevive a uma vida examinada.

Sou kantiano e utilitarista consoante as circunstâncias: às vezes os princípios, às vezes as consequências. E, consoante as circunstâncias, abandono Kant e os utilitaristas por discordar de ambos.

Agir segundo a máxima que desejaria que se tornasse universal —imperativo categórico de Kant— é fascinante à primeira vista. Poupa trabalho perante agonias da vida.

Mas depois... Sim, depois as agonias não desaparecem. Acontece quando somos confrontados com dois deveres igualmente universalizáveis —e inescapáveis— e somos obrigados a escolher um.

Kant não ajuda. Aliás, nada ajuda: é este o significado de incomensurabilidade. Não existe uma fórmula que possa resolver, a priori, a paralisia em que mergulhamos.

Devo sempre dizer a verdade? Mesmo que dizer a verdade provoque morte de inocentes?

Nunca fui confrontado com tais tragédias. Mas, na vida comum, acredito cada vez mais na grande nobreza da mentira que é piedosa.

Com utilitaristas vou até certo ponto. A ideia de que a maximização da felicidade para o maior número deve presidir as nossas escolhas morais implica saber primeiro o que traz felicidade para o maior número.

A perseguição de minorias? A aplicação da pena de morte? A amputação de membros para criminosos?

Uma sociedade decente pode exigir a infelicidade do maior número. Cada vez mais acredito nisso: como mostrou Freud há cem anos, a civilização constrói-se sobre os alicerces de descontentamento.

Se abandono Kant e os utilitaristas com a mesma facilidade com que os abraço, confesso minha simpatia crescente com a ética da virtude. Os autores do estudo não incluíram a terceira via, talvez porque é mais sutil nas discussões.

Por outras palavras: a ética da virtude só atrapalha a sociedade "prêt-à-porter" em que vivemos. Seguir princípios ou pensar nas consequências tem um bom marketing.

O caráter não tem —e é de caráter que a ética da virtude nos fala. É conversa antiga, que vem de Aristóteles, e que conheceu uma ressurreição espantosa no século 20 com Elizabeth Anscombe. O que é o caráter, afinal?

É o resultado de viver de determinada forma. Você quer ser justo? Então pratique a justiça. Quer ser corajoso? Então pratique a coragem. Todos os dias, nas pequenas e grandes coisas, como se fosse um atleta treinando os músculos.

A possibilidade de escolhas justas, de escolhas corajosas, sábias, aumenta drasticamente quando o seu caráter foi esculpido por tais virtudes.

Falei em Aristóteles, falei em Anscombe, mas o diretor Clint Eastwood também serve.

Dias atrás, assistindo pela milésima vez seu "Menina de Ouro", encontrei um dos tratados mais brilhantes sobre a ética da virtude.

Uma pergunta acadêmica: a eutanásia é legítima?

Os kantianos darão uma resposta, os utilitaristas outra. Mas o personagem de Clint Eastwood, o técnico de boxe Frankie Dunn, oferece uma resposta que confunde ambos.

Por um lado, viola a injunção kantiana —e bíblica— do "não matarás". Por outro, só por piada vemos em Frankie a encarnação da felicidade final.

Pelo contrário: como um condenado eterno, ele desaparece da paisagem comum.

Mas o seu gesto só pode ser compreendido à luz de um caráter. É um gesto terrível e profundo, pleno de amor e coragem, que não se encontra em nenhum manual de filosofia, em nenhum "cálculo hedônico".

É uma decisão de vida que só pode ser explicada, e justificada, pela vida daquele homem.

seg. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | **QUA. Wilson Gomes** | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti

'7 Leituras' abre ciclo de seus 17 anos celebrando peças brasileiras

Projeto traz obra de Bosco Brasil que se inspira em Samuel Beckett e tenta recuperar o público após a pandemia

Bruno Cavalcanti

SÃO PAULO Foram necessários dois anos para que a diretora baiana Eugênia Thereza de Andrade conseguisse um contato com o dramaturgo paulista Bosco Brasil, que abrirá a 17ª edição do projeto "7 Leituras" nesta terça-feira, dia 4, com a peça "Os Corvos".

Andrade nutria admiração pelo autor desde que leu "Novas Diretrizes em Tempos de Paz", peça escrita e montada em 2001, com Tony Ramos e Dan Stulbach, sobre um judeu polonês que foge para o Brasil na época da Segunda Guerra.

O rapaz encontra um período conturbado do Brasil, durante a derrocada da ditadura de Getúlio Vargas. Para entrar no país, precisa passar por um interrogatório comandado por um oficial que não vê vantagem em deixar um ator viver no país.

"Se [Bosco Brasil] fosse americano, estaria milionário. 'Novas Diretrizes' é uma das melhores peças da dramaturgia mundial", diz Andrade, que encabeça o "7 Leituras" há 17 anos, ciclo que promove leituras encenadas de clássicos e inéditos do teatro mundial.

Daí surgiu "Os Corvos", que será encenado no palco do Sesc 24 de Maio sob a direção da baiana. Embora o elenco, formado por Iuri Saraiva e Fernando Paz, possa ter o texto em mãos eventualmente, a diretora reforça que o ideal é que eles o tenham decorado e possam se movimentar pelo palco.

A liberdade dos atores em cena foi um fator determinante para que a diretora vencesse seu ceticismo acerca do projeto quando sua filha, a também diretora Mika Lins, o propôs há quase duas décadas. "Essa coisa de leitura eu sempre achei que seria uma chatice. Mas foi o maior sucesso", afirma.

"Os Corvos" flagra o diálogo entre um coveiro e o novo administrador de um cemitério que, a partir deste encontro, discutem as mazelas e os vícios da sociedade brasileira. Para o texto, Brasil se inspirou nos diálogos da peça do dramaturgo irlandês Samuel Beckett, que também já ganhou leituras encenadas dentro do projeto.

Em 17 anos, o "7 Leituras" já navegou por obras de dramaturgos clássicos, como Ionesco, Shakespeare e Harold Pinter, passando pelos modernos Caryl Churchill e Mauro Rasi.

Embora assine a direção de "Os Corvos", Andrade distribui os textos entre outros nomes de destaque do cenário teatral, entre eles Marco Antônio Pâmio, Mika Lins e Aury Porto, que, ao lado de Frederico Barbosa e Paula Autran, também assinam a curadoria dos textos que ganharão leituras.

Marco Antônio Pâmio e Claudinei Brandão em leitura da peça 'Tango' Edson Kumasaka/Divulgação

A nova edição destaca o teatro brasileiro atual com autores como Ana Saggese e Maíra Dvorek —criadoras de "Só um Up", agendado para 16 de maio—, Fábio Brandi Torres —autor de "O Mata Burro", para 6 de junho— e duas peças ainda sem data definida. "Hotel Jasmim", de Cláudia Barral, também está na lista. O texto evoca o universo de Plínio Marcos ao narrar o encontro de um michê e um garçom num quarto na grande metrópole.

Já Leonardo Cortez, que soma quatro indicações ao Prêmio Shell, terá sua "Pousada Refúgio" lida em cena. A obra narra o encontro de dois casais de amigos para discutir a abertura de uma pousada no interior. À medida que o jantar se desenrola, os segredos, as mágoas e os problemas ganham o protagonismo.

"Fico atenta ao que está acontecendo no mundo, na política, nas discussões sobre racismo, direitos das mulheres, e vejo a dramaturgia refletindo isso", diz Andrade.

Embora tenha vencido o ceticismo da diretora, com plateia cativa e filas que faziam com que muitas pessoas fossem embora sem conseguir um lugar para assistir, o projeto assume um novo desafio de recuperar o público pós-pandemia e num espaço novo.

Após mais de uma década no Sesc Consolação, o projeto já contabiliza dois anos no palco do Sesc 24 de Maio — com edições virtuais durante a pandemia— e sem a mesma presença massiva do público, mesmo com ingressos gratuitos. A diretora encara esse processo como um desafio comum em projetos de longa duração que mudam de espaço.

"Agora em um lugar novo, temos que construir um público praticamente do zero, porque as pessoas que frequentam esta unidade não estão acostumadas com este tipo de evento", afirma a diretora.

7 Leituras - Os Corvos
Direção: Eugênia Thereza de Andrade. Com: Fernando Paz e Iuri Saraiva. Sesc 24 de Maio - r. 24 de Maio, 109, São Paulo. Ter. (4), às 19h. Livre. Grátis

comida

Bacalhau encarece, mas há alternativas por aí

Na semana em que o quilo do corte ultrapassa R$ 300, veja outras opções de peixe salgado que cumprem seu papel

Receita de bacalhau à Brás brasileirinho da chef Helô Bacellar Fotos Divulgação

Receita feita com peixe do dia do Churrascada no Mar, em Pinheiros, em SP

BACALHAU À BRÁS BRASILEIRINHO
Por Heloísa Bacellar

Ingredientes
(4 porções)
- 600 g de mandioquinha ou batata
- 900 ml de óleo vegetal para fritar
- 1 fio de azeite de oliva
- 1 cebola grande em fatias finas
- 2 dentes de alho picadinhos
- 800 g de bacalhau dessalgado em lascas, sem pele nem espinhas
- 8 ovos ligeiramente batidos
- Sal a gosto
- Pimenta-do-reino a gosto
- ½ xícara de azeitonas verdes em lascas
- 6 colheres (sopa) de salsinha bem picadinha

Preparo
- Descasque e rale a mandioquinha, coloque numa tigela com água e lave bem
- Escorra, seque e frite aos poucos, em óleo quente. Reserve
- Aqueça um fio de azeite e refogue a cebola. Quando começar a dourar, acrescente o alho. Assim que soltar perfume, junte o bacalhau e mexa até que as lascas mudem de cor e de textura
- Junte os ovos e misture com cuidado. Deixe no fogo por mais 1 minuto, até o ovo começar a firmar
- Ajuste o sal e a pimenta, regue com mais azeite, misture a azeitona, a salsinha, a mandioquinha e sirva

Flávia G. Pinho

SÃO PAULO Os dias que antecedem a Semana Santa são uma espécie de Natal para empórios —em nenhuma outra época do ano, paulistanos compram tanto bacalhau quanto agora.

"Vendemos 20% a mais do que no fim do ano", diz Eduardo Chiappetta, do centenário Empório Chiappetta, que tem o peixe como carro-chefe.

Quem já foi às compras neste ano encontrou preços tão salgados quanto o próprio bacalhau. O quilo do lombo do *Gadus morhua*, que é o corte mais nobre da espécie mais valorizada, chega a passar dos R$ 300 em alguns endereços.

Também chama a atenção a forma confusa como o bacalhau tem sido oferecido ao consumidor. Misturam-se nomes científicos, países de origem e nomes dos cortes, uma barafunda que acaba só atrapalhando na hora da compra.

Para começar, a classificação Bacalhau do Porto ficou no passado. "O bacalhau que vinha para o Brasil saía da cidade do Porto, em Portugal, e Porto passou a ser o nome usado para designar um bom bacalhau", diz Heloísa Bacellar, da plataforma Nacozinhadahelo.com.br e autora do livro "Bacalhau – Receitas e Histórias das Águas Geladas às Caçarolas" (ed. DBA).

Hoje, o que determina a qualidade do peixe salgado é o nome científico da espécie. A legislação brasileira só considera duas: *Gadus morhua*, pescado no norte do Atlântico, mais especificamente na Noruega, e *Gadus macrocephalus*, do norte do Pacífico.

Ambos têm carne clara, cor de palha, e se separam em lascas definidas depois de cozidos. Mas só o *Gadus morhua* dá origem aos cortes altos que os chefs apelidaram de lombo.

A Noruega exporta outras três espécies de peixes salgados para o Brasil: saithe, zarbo e ling. São da mesma família do *Gadus morhua* e passam por processo idêntico de salga. Até 2019, podiam ser comercializadas como "tipo bacalhau", norma que já caducou —atualmente, a lei determina que o nome correto da espécie seja informado na embalagem.

Apesar de algumas diferenças —carne mais firme e não tão clara—, essas alternativas podem custar até 50% menos do que o *Gadus morhua*.

Bacellar sugere o saithe e o zarbo para preparos nos quais o peixe entra desfiado ou em pedacinhos, como bolinho ou bacalhau à Brás. "O ling separa em lascas macias e não faz feio nos pratos de forno, panela ou frigideira", afirma.

Seja qual for a espécie, quem compra peixe salgado precisa se planejar —o processo de dessalga não admite pressa.

Depois de lavado na água corrente, o peixe deve ser posto de molho em água gelada, com a pele para cima, para que o sal possa se depositar no fundo da vasilha.

Não se recomenda remover pele e espinhas antes da dessalga, pois concentram o colágeno que deixa o peixe gostoso.

"Só removemos a pele na fase final do preparo das receitas, para manter o sabor do bacalhau", diz Patrícia Sampaio Bettencourt, chef do restaurante A Bela Sintra, em São Paulo.

Bacalhau que se compra dessalgado é prático, mas rende menos —ao ser hidratado, o peixe praticamente cresce até 40%. Ou seja, quem leva um quilo de bacalhau salgado para casa vai obter 1,4 quilo de peixe dessalgado. Por isso, é importante levar essa informação em conta na comparação de preços.

O tamanho da peça é o que determina tempo da dessalga.

O Conselho Norueguês da Pesca recomenda que uma peça de bacalhau desfiado, por exemplo, leve seis horas de dessalga (com uma troca de água de três em três horas). Já o processo de um lombo demora 72 horas, trocando a água de oito em oito horas.

Muito mais em conta, peixes frescos podem ser salgados em casa

SÃO PAULO Enquanto o bacalhau reina no menu do domingo de Páscoa, peixes frescos seguem como os preferidos para o almoço da Sexta-Feira Santa. Como de praxe, os preços vão subindo gradativamente ao longo da semana e atingem o pico na quinta.

Segundo Thiago de Oliveira, chefe da seção de economia do Ceagesp, entreposto na região oeste que abastece boa parte das peixarias e feiras paulistanas, os preços já estão de 8% a 10% mais caros do que os praticados em fevereiro.

Os que mais sobem são os pescados considerados nobres —robalo, linguado, badejo e tilápia, peixe de água doce criado em cativeiro.

Sorte que o cardápio de pescados que estão na época vai além. "Sardinha, corvina, tainha, pescada-amarela e cavalinha estão chegando ao varejo custando de R$ 24 a R$ 40 o quilo", afirma Oliveira.

Segundo o chef Eudes Assis, do restaurante Taioba Gastronomia, em São Sebastião (SP), os pescadores têm voltado com os barcos cheios de xaréus, carapaus e xereletes.

"Também gosto muito do pargo, de carne bem branca, do olho-de-cão, que é uma espécie de pargo menorzinho, e da anchova, que já começou a aparecer na nossa orla."

Dá até para recorrer a esses peixes locais e disfarçá-los de bacalhau. Chef do Churrascada do Mar, em Pinheiros, Dário Costa tem no menu um prato batizado de nosso bacalhau.

A posta alta e dourada vai à mesa à moda portuguesa, com batatas, brócolis, ovos cozidos, cenouras e alho frito. Só que o peixe é paulista, o mais fresco do dia, que o chef seca e salga na própria cozinha.

"A abrotéa e o dourado são ótimos para salgar, porque dão postas altas e têm muito colágeno, como o bacalhau. Quanto mais alto e gordo, melhor."

O processo, ele afirma que é bem simples —em questão de três dias, o peixe já está pronto para ser dessalgado.

PEIXE DO DIA SALGADO
Por Dario Costa

Ingredientes
- 1 kg de peixe da época, inteiro e espalmado, sem a espinha central
- 500 g de sal
- 500 g de açúcar
- 3 g de sal de cura

Preparo
- Misture o sal, o açúcar e o sal de cura e aplique sobre os dois lados do peixe, até cobri-lo
- Deixe curar por 3 dias fora da geladeira, coberto com um pano limpo.
- Lave o excesso de sal, faça a dessalga conforme as regras adotadas com o bacalhau e prepare sua receita favorita

RECEITAS DO MARCÃO | **Marcos Nogueira**
folha.com/receitasdomarcao

Opção fácil para a Páscoa, musse 'molecular' leva só chocolate e água

Então é Páscoa... e Sexta-Feira Santa também. De uma coluna de receitas, não se espera nada além de chocolate e bacalhau nesta época do ano. Pois não decepcionarei quem espera o óbvio. Chocolate eles terão.

Porém, calma: não serei tão óbvio assim. Separei uma receita do físico e químico francês Hervé This, um sujeito que se dedica a estudar a ciência da cozinha. É o mentor da tal gastronomia molecular.

Hervé criou uma fórmula de musse de chocolate que leva apenas dois ingredientes: chocolate e água. Feita sem laticínios e sem ovos, é uma sobremesa vegana —desde que se use chocolate sem leite.

Não é uma musse no sentido estrito do termo: um preparo culinário cheio de bolhas de ar presas na clara de ovo ou no creme de leite batido. É mais uma emulsão cremosa de chocolate, muito mais fácil de se preparar do que a musse normal.

A emulsão ocorre quando você força a mistura de água e gordura, dois elementos que, em condições normais, não se mesclam. Ela pode ocorrer por obra de um agente químico (como o amido) ou por força de um processo físico.

A musse de Hervé This, assim como a maionese, está na segunda categoria. Você bate o chocolate derretido com água até os dois formarem um creme homogêneo.

Não é preciso bater muito vigorosamente, sequer há a necessidade de se usar batedeira elétrica. Um batedor manual de claras, desses feitos de arame, dá conta do serviço.

Você derrete o chocolate com a água numa tigela que vai sobre outro recipiente com água e gelo. Bate uns minutinhos e vai descansar. Depois volta e bate mais um pouco.

Prossegue nessa toada até que o creme esteja totalmente frio. O importante é não deixar de forma alguma a água se separar da manteiga de cacau.

Também é importante observar a qualidade e a quantidade do chocolate. Como é uma receita de um cientista, melhor respeitar a fórmula.

Hervé recomenda o uso de chocolate amargo com 70% de cacau, e é esse que eu uso. Não sei se daria certo com outros tipos, que têm proporções distintas de gordura e outros componentes.

O chocolate que eu encontrei para comprar vinha em barras de 85 gramas, por isso a quantidade desta receita (170 gramas). Se comprar barras de 90 gramas, mais comuns, pique os 10 gramas excedentes e use de decoração.

Quanto ao resultado da receita, obviamente não fica igual a uma musse que leve ovo ou creme. É chocolate puro com uma textura macia. Se isso é melhor ou pior, vai do gosto de cada um.

Receita é de autoria do cientista francês Hervé This Marcos Nogueira/Divulgação

Musse de chocolate "molecular"

Rendimento: 2 porções
Dificuldade: fácil

Ingredientes
- 170 g de chocolate 70% cacau picado
- 150 ml de água
- Raspas de chocolate ou frutas para decorar

Modo de fazer
- Coloque o chocolate e a água numa tigela de vidro e aqueça no micro-ondas por 1 minuto, em potência máxima
- Ponha essa tigela sobre outra maior, com água e cubos de gelo. Com um batedor de arame, bata até obter uma textura cremosa e consistente. Decore e sirva gelada.

comida

Bastidores da degustação às cegas de vinho branco realizada no restaurante Tordesilhas, em São Paulo Fotos Eduardo Knapp/Folhapress

FOLHA LANÇA SEÇÃO DE AVALIAÇÃO DE PRODUTOS

Estreia nesta terça-feira (4) a seção Folha Prova que traz, a cada mês, a avaliação de produtos usados na cozinha ou no dia a dia, disponíveis em diferentes faixas de preço e locais de compra. A primeira reportagem da série é uma degustação de vinhos brancos a menos de R$ 70 para o feriado da Páscoa, encontrados em mercados e sites. Além dos rótulos, itens como café, azeite e aplicativos de entrega serão examinados de forma a oferecer ao leitor um guia de compra e uso

Veja lista dos melhores vinhos brancos por até R$ 70 para beber neste feriado

Degustação às cegas provou 29 amostras e elegeu 12 rótulos, entre nacionais e importados

FOLHA PROVA

Tânia Nogueira

SÃO PAULO "É claro que o gosto do sommelier influencia na indicação", diz Adiu Bastos, profissional que passou pelo restaurante Tuju e pelo hotel Rosewood, ambos em São Paulo, e hoje presta consultorias.

Os conceitos pré-estabelecidos também podem ditar uma escolha, segundo ele. "Se você tem um vinho brasileiro e um português, por exemplo, é provável que acabe privilegiando o português. O mesmo acontece com um vinho mais caro e outro mais barato."

É por isso que a degustação às cegas —sem saber o que está sendo provado— é tão útil para uma avaliação. "Ela tira toda a aura que uma marca ou uma denominação possam ter", diz o especialista.

Junto a Agilson Gavioli, professor de bebidas do Senac, e a Diego Arrebola, diretor de produtos da fornecedora Berkmann Wine Cellars Brasil, Adiu Bastos participou de uma degustação às cegas organizada pela **Folha** no restaurante de cozinha brasileira Tordesilhas, em São Paulo, para escolher 12 vinhos brancos de até R$ 70, fáceis de encontrar.

Foram avaliados apenas brancos porque a Semana Santa está próxima e é, por tradição, época de se comer peixes. O painel reuniu 29 amostras de oito países e 12 fontes diferentes, incluindo dois supermercados, uma loja de ecommerce, quatro importadoras e cinco vinícolas nacionais. As amostras foram enviadas, a pedido da reportagem, pelos produtores de vinho.

Entre eles estão a Aurora e Salton, que estão no centro de uma crise institucional por terem contratado os serviços da Fênix Serviços Administrativos e Apoio à Gestão de Saúde, acusada de manter mais de 200 trabalhadores em condições análogas à escravidão na serra gaúcha.

Caso não haja, no supermercado de sua preferência, nenhum dos rótulos listados neste painel, os especialistas dão as suas dicas para quem quiser comprar em outros locais.

"Nas lojas de ecommerce, desconfie quando a oferta é muito barata", diz Bastos. "Se arrisque", diz Arrebola. "Experimente uvas e regiões diferentes para descobrir do que gosta. Procure as safras mais recentes. Os brancos são mais sensíveis do que os tintos, e vinhos desse preço não costumam ser feitos para envelhecer."

Gavioli dá uma recomendação importante: "Peça ajuda aos atendentes. Em boa parte dos supermercados tem alguém que entende do assunto".

Veja a seguir a lista dos 12 vinhos mais bem avaliados durante a degustação às cegas.

*

De Bortoli Sacred Hill Semillon e Sauvignon Blanc 2020
"Um branco muito fresco, muito equilibrado, com aromas interessantes e uma boa presença de boca", diz Diego Arrebola. "Para mim, pareceu um degrau acima dos outros vinhos degustados." À venda nas lojas da rede de supermercados Zona Sul, no Rio de Janeiro.
Origem: Marlborough, Austrália.
Preço: R$ 56,94, no Zona Sul

Reserva Ventisquero Sauvignon Blanc 2022
"Bastante agradável na boca", diz Agilson Gavioli. "Tem boa acidez e os aromas não são exagerados, como às vezes acontece com o sauvignon blanc." À venda em diversos supermercados e também em lojas online do país.
Origem: Casablanca, Chile. Preço: R$ 69, na Cantu Importadora

Emiliana Adobe Riesling 2020
"Um vinho mineral, com boa acidez e ótima persistência na boca", diz Gavioli. "Bom equilíbrio entre aromas e sensações de boca, com textura crocante e um leve açúcar residual agradável." O vinho é orgânico. À venda em diversos supermercados e lojas online do país.
Origem: Vale del Bio-Bio, Chile. Preço: R$ 61, na importadora La Pastina

Nederburg Sauvignon Blanc 2021
"Um rótulo de boa expressão aromática, com bastante fruta e alguma madeira tanto no nariz quanto na boca", diz Adiu Bastos. "No final, tem um ligeiro amargor, que não compromete o conjunto." À venda em diversos supermercados e lojas online do país.
Origem: Paarl, África do Sul.
Preço: R$ 70, na Casa Flora

Parthenium Grillo e Pinot Grigio 2020
"Discreto nos aromas, na boca é bastante mineral", diz Gavioli. "Na boca, é bastante mineral. Vivo e crocante. O açúcar residual [da fruta, que sobra da fermentação] é presente." À venda no ecommerce e nas lojas físicas da Wine.
Origem: Sicília, Itália. Preço: R$ 58,71, na Wine.com.br

Quinta do Ameal Bico Amarelo 2021
"Aromas de frutas cítricas em profusão", afirma Gavioli. "Tem também abacaxi, pera, maçã...É um vinho equilibrado. Tem boa acidez e boa persistência no paladar." À venda em diversos supermercados e lojas online do país.
Origem: Vinho Verde, Portugal.
Preço: R$ 65, na Qualimpor

Cono Sur Bicicleta Chardonnay 2021
Origem: Chimbarongo, Chile.
Preço: R$ 63, no La Pastina
"Aroma de frutas mais maduras, quase uma compota", diz Gavioli. "Na boca, ele poderia ter um pouco mais de frescor. Faltou um pouquinho mais de acidez." À venda em supermercados e lojas online do país.

Aurora Varietal Riesling Itálico 2021
"É um vinho ligeiro", diz Gavioli. "Mas tem um conjunto agradável. Aromas cítricos e uma acidez cortante e angulosa. Deve ir bem com ceviche." À venda em supermercados e lojas online do país.
Origem: Serra gaúcha, Brasil.
Preço: R$ 42, na Vinícola Aurora

Almadén Gewürztraminer 2022
"Um vinho com uma aromaticidade interessante, mas sem aquele exagero de aromas que se encontra no gewürztraminer desequilibrado", diz Arrebola. "A Almadén, para mim, é sempre um bom custo-benefício." À venda em supermercados e lojas online do país.
Origem: Campanha central, Brasil,
R$ 40,32, no site do Grupo Miolo

Paradoxo Riesling 2022
"Um vinho bem coringa", diz Bastos. "Um branco bem ligeiro, que equilibra um pouco de aromas herbáceos com um paladar aprazível. Não sei se eu indicaria este vinho neste momento, por causa do escândalo que envolveu a vinícola, mas ele foi escolhido em uma degustação técnica, às cegas..." À venda em supermercados e lojas online do país.
Origem: Campanha gaúcha, Brasil.
Preço: R$ 65, no site da Salton

Edição Única Viognier 2020
"Um vinho bem equilibrado", diz Bastos. "Ele é fresco na boca e tem uma boa persistência. Vale aqui o que eu disse para o vinho da Salton: não sei se eu indicaria este vinho por causa do escândalo. Mas na degustação às cegas, ele foi bem." À venda em supermercados e em lojas online do país.
Origem: Serra gaúcha. Preço R$ 70, no site da Vinícola Aurora

Esporão Monte Velho Branco 2018
"Tem aromas que remetem a lima-da-pérsia, grapefruit e outros cítricos", afirma Gavioli. "O álcool aparece ligeiramente demais, enquanto a acidez é um pouco baixa. No geral, no entanto, é agradável e deixa uma sensação boa na boca." À venda em supermercados e lojas online do país.
Origem: Alentejo, Portugal,
Preço: R$ 70, na Qualimpor

Da esquerda para a direita, os vinhos De Bortoli Sacred Hill, Reserva Ventisqueiro Sauvignon Blanc, Quinta do Ameal Bico Amarelo, Emiliana Adobe Riesling, Parthenium Grillo e Pinot Grigio, Almadén Gewürztraminer, Alma Casa Geraldo, Cono Sur Bicicleta, Paradoxo Riesling e Casa Valduga Origem, que participaram da degustação